



FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS EMPÍRICA SIFRA STAR

CNPJ/MF nº 14.166.140/0001-49

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE COTAS SENIORES E DE COTAS SUBORDINADAS MEZANINO

Tipo ANBIMA: FIDC Fomento Mercantil

Atributo Foco de Atuação: FIDC Fomento Mercantil

Classificação de Risco das Cotas Seniores - Standard & Poor's: "AA"

Classificação de Risco das Cotas Subordinadas Mezanino - Standard & Poor's: "A"

ANBIMA Prospecto de acordo com
Código de ANBIMA de Regulação
e Melhores Práticas para os
Fundos de Investimento

Código ISIN para as Cotas Seniores: BRESS1CTF006 - Código ISIN para as Cotas Subordinadas Mezanino: BRESS1CTF014

Registro do Fundo na CVM: 550-9 em 24.01.2012

Registro da distribuição das Cotas Seniores na CVM: CVM/SRE/RFD/2012/008

Registro da distribuição das Cotas Subordinadas Mezanino na CVM: CVM/SRE/RFD/2012/009

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio aberto, por meio da "Deliberação de Constituição do Fundo", é administrado pela PETRA - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94.

O Fundo é regido pela Resolução CMN nº 2.907, de 29/11/2001, pela Instrução CVM nº 356, de 17/12/2001, conforme alterada, e por seu Regulamento registrado em 16/08/2011 sob o nº 1016560 no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba/PR, cujas alterações posteriores estão registradas à margem do registro inicial.

O Fundo emitirá, nesta distribuição, até 225.000 (duzentas e vinte e cinco mil) Cotas Seniores, com valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo na data de emissão o montante de até

R\$225.000.000,00

(duzentos e vinte e cinco milhões de reais)

e de até 75.000 (setenta e cinco mil) Cotas Subordinadas Mezanino, com valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo na data de emissão o montante de até

R\$75.000.000,00

(setenta e cinco milhões de reais)

Poderão ser distribuídos lotes suplementares de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Mezanino, caso a procura da respectiva cota objeto de oferta pública de distribuição assim justifique, sendo desta forma aumentada a quantidade de cotas a serem distribuídas junto ao público, nas mesmas condições e preço das respectivas cotas inicialmente ofertadas, até um montante de 15% (quinze por cento) da quantidade inicialmente ofertada.

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino objeto da presente oferta serão registradas para distribuição no mercado primário no SF - Módulo de Fundos, operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas..

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo, bem como sobre as cotas a serem distribuídas. O Fundo é destinado a investidores qualificados, autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios. O investimento nas cotas do Fundo não é adequado a investidores que: (i) necessitem de liquidez em prazo inferior ao prazo estabelecido neste Prospecto e no Regulamento para pagamento do valor de resgate, e (ii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresas do setor privado.

Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 43 a 47 do presente Prospecto.

Antes de investir no Fundo leia com atenção os outros avisos na página 01 deste Prospecto.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do código ANBIMA de regulação e melhores práticas para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da CVM. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da CVM ou da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de seu Administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços.

Administrador e Distribuidor

PETRA
CORRETORA DE VALORES

Custodiante

PETRA
BANCO PETRA S.A.

Estruturador e Gestor

Empírica
INVESTIMENTOS

Auditoria

KPMG

Consultores Especializados

GRUPO SIFRA

Assessor Jurídico

VELLOZA & GIROTTI
ADVOGADOS ASSOCIADOS

AVISOS

A autorização para funcionamento do Fundo e/ou venda das Cotas não implica, por parte da CVM e da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador e demais instituições prestadoras de serviços do Fundo.

O registro do Fundo não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo, bem como sobre os Direitos de Crédito a serem distribuídos.

Não há compromisso ou garantia por parte do Administrador, do Gestor e dos Consultores Especializados de que o objetivo do Fundo será atingido.

As Cotas Seniores possuem carência para resgate de 180 (cento e oitenta) dias corridos e prazo para pagamento do resgate de 90 (noventa) dias corridos.

As Cotas Subordinadas Mezanino possuem carência para resgate de 36 (trinta e seis) meses corridos, sendo que o prazo para pagamento do resgate seguirá o procedimento disposto neste Prospecto e no Regulamento.

Este Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas.

O investimento do Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O Fundo de que trata este Prospecto não conta com garantia do Administrador, do Gestor, dos Consultores Especializados e de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

As Cotas do Fundo não serão objeto de cessão ou transferência, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

As informações contidas nesse Prospecto estão em consonância com o Regulamento, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do Prospecto e do Regulamento que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.

Este Fundo apresenta risco de liquidez associado às características do seu ativo e às regras estabelecidas para a solicitação e liquidação de regates.

Este Fundo pode investir em carteira de direitos creditórios diversificada, com natureza e características distintas. Dessa forma, o desempenho da carteira pode apresentar comportamento distinto ao longo da existência do Fundo.

O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

AVISOS.....	1
ÍNDICE	3
DEFINIÇÕES.....	7
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO.....	14
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS DO FUNDO	15
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS.....	15
CARACTERÍSTICA DA DISTRIBUIÇÃO	16
<i>Distribuição Pública e Público-Alvo</i>	<i>16</i>
<i>Quantidade, Espécie e Valor das Cotas.....</i>	<i>16</i>
<i>Distribuição Parcial</i>	<i>17</i>
<i>Procedimento da Distribuição.....</i>	<i>17</i>
<i>Regime de colocação</i>	<i>17</i>
<i>Direitos, Vantagens e Restrições das Cotas</i>	<i>18</i>
<i>Registro da Distribuição Pública das Cotas.....</i>	<i>18</i>
<i>Classificação de Risco das Cotas</i>	<i>18</i>
<i>Integralização de Cotas</i>	<i>18</i>
<i>Cronograma da Oferta</i>	<i>19</i>
<i>Custos de Distribuição.....</i>	<i>19</i>
<i>Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta</i>	<i>20</i>
<i>Suspensão e Cancelamento da Oferta.....</i>	<i>20</i>
<i>Negociação de Cotas</i>	<i>21</i>
<i>Outras Informações</i>	<i>21</i>
IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES SOBRE OS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO.....	22
IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO.....	22
<i>Administrador</i>	<i>23</i>
<i>Gestor</i>	<i>27</i>
<i>Custodiante</i>	<i>29</i>
<i>Grupo Sifra Consultoria Especializada.....</i>	<i>31</i>
<i>Agência Classificadora de Risco</i>	<i>36</i>
<i>Auditoria Independente.....</i>	<i>36</i>
CONFLITO DE INTERESSE	37
RELACIONAMENTO ENTRE OS PRINCIPAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO	37
<i>Relacionamento entre o Administrador e o Gestor.....</i>	<i>37</i>
<i>Relacionamento entre o Administrador e o Custodiante</i>	<i>37</i>
ATENDIMENTO AOS COTISTAS	37
REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS E OUTROS ENCARGOS	38
<i>Taxa de Administração</i>	<i>38</i>
<i>Taxa de Performance.....</i>	<i>39</i>
<i>Remuneração do Custodiante</i>	<i>39</i>
<i>Remuneração da Agência Classificadora de Risco</i>	<i>40</i>
<i>Remuneração do Auditor Independente.....</i>	<i>40</i>
<i>Taxa de Ingresso e Taxa de Saída</i>	<i>40</i>
<i>Outros Encargos do Fundo.....</i>	<i>40</i>
SUBSTITUIÇÃO OU RENÚNCIA DO ADMINISTRADOR.....	41
SUBSTITUIÇÃO OU RENÚNCIA DOS OUTROS PRESTADORES DO FUNDO.....	42
<i>Gestor, Custodiante e Grupo Sifra Consultoria Especializada</i>	<i>42</i>
<i>Agência de Classificação de Risco</i>	<i>42</i>
<i>Auditor Independente.....</i>	<i>42</i>
FATORES DE RISCO.....	43
RISCOS DE MERCADO	43
RISCOS DE CRÉDITO	44
RISCOS DE LIQUIDEZ	45
RISCOS OPERACIONAIS.....	46
OUTROS RISCOS	47

GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	50
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS DO FUNDO	51
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DA CARTEIRA DO FUNDO	51
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA	51
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUALIFICADOS PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	51
CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS.....	51
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO	53
BASE LEGAL	53
PÚBLICO ALVO.....	53
DATA DE CONSTITUIÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO.....	53
PRAZO DE DURAÇÃO	53
FORO	53
PRESTADORES DE SERVIÇOS	53
OBJETIVO DO FUNDO	53
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS.....	54
<i>Classes</i>	<i>54</i>
<i>Características das Cotas</i>	<i>54</i>
<i>Emissão inicial e demais Emissões.....</i>	<i>56</i>
<i>Enquadramento da Razão de Garantia</i>	<i>56</i>
<i>Subscrição e Integralização.....</i>	<i>57</i>
<i>Classificação de Risco</i>	<i>58</i>
<i>Negociação das Cotas.....</i>	<i>58</i>
<i>Resgate de Cotas.....</i>	<i>58</i>
<i>Excesso de Subordinação</i>	<i>59</i>
<i>Reserva de Caixa</i>	<i>61</i>
<i>Índice de Liquidez.....</i>	<i>61</i>
<i>Rentabilidade Alvo.....</i>	<i>61</i>
COMUNICAÇÕES	61
DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	61
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	62
POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA.....	63
PREMISSAS DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA	63
OPERAÇÕES COM DIREITOS DE CRÉDITO.....	63
LIMITE PARA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	63
RECURSOS LIVRES	65
<i>Operações com Derivativos.....</i>	<i>66</i>
AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	67
PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO	67
POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO PELO COMITÊ DE CRÉDITO.....	68
PROCEDIMENTO DA CESSÃO	68
POLÍTICA DE COBRANÇA	70
CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO	72
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	72
CONDIÇÕES DA CESSÃO	72
ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS	75
COMPETÊNCIA	75
CONVOCAÇÃO.....	75
INSTALAÇÃO.....	76
DELIBERAÇÃO.....	76

EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	77
EVENTOS DE AVALIAÇÃO.....	77
EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	78
ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS	81
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DOS ATIVOS	
FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA	82
POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS	83
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO.....	84
TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO.....	84
TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS COTISTAS.....	84
INFORMAÇÕES ADICIONAIS.....	86
DESEMPENHO HISTÓRICO DA CARTEIRA DE DIREITOS DE CRÉDITO.....	86
INFORMAÇÕES SOBRE SITUAÇÕES DE PAGAMENTO ANTECIPADO DOS DIREITOS DE CRÉDITO, COM INDICAÇÃO DE POSSÍVEIS EFEITOS DESSES EVENTOS SOBRE A RENTABILIDADE DAS COTAS	87
ACRÉSCIMO, REMOÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS	88
INFORMAÇÃO A RESPEITO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO E SEUS PROCEDIMENTOS COM RELAÇÃO A INADIMPLÊNCIAS, PERDAS, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO.....	88
 ANEXOS	
<hr/>	
ANEXO I - INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO	91
ANEXO II - REGULAMENTO DO FUNDO	97
ANEXO III - DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ART.56, INSTRUÇÃO CVM N° 400	167
ANEXO IV - SÚMULA E RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	171

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos indicados abaixo terão os significados a eles a seguir atribuídos, salvo referência diversa neste Prospecto:

Administrador e Distribuidor	significa a PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94, devidamente autorizada pela CVM para a prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 6.547, expedido em 18.10.2001;
Agência Classificadora de Risco	significa a Standard & Poor's Rating Services, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., agência classificadora de risco com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40;
ANBIMA	significa a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
Assembleia Geral de Cotistas	significa a assembleia geral de Cotistas do Fundo;
Ativos Financeiros	significa os ativos financeiros nos quais os Recursos Livres podem ser investidos;
Auditor Independente	significa a KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29;
BACEN	significa o Banco Central do Brasil;
BM&FBOVESPA	significa a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
Carteira	significa a carteira de investimentos do Fundo;
CCB	significa a Cédula de Crédito Bancário;
CCI	significa a Cédula de Crédito Imobiliário;
Cedentes	significam as pessoas jurídicas atuantes nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro e/ou de prestação de serviços, que cederão Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão, considerando seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum, observado que, para fins do disposto neste Prospecto e no Regulamento, são considerados também Cedentes as pessoas jurídicas que tenham cedido Direitos de Crédito ao Grupo Sifra Consultoria Especializada, Direitos de Crédito estes que o Grupo Sifra Consultoria Especializada tenha cedido ao Fundo;
CETIP	significa a CETIP S.A. – Mercados Organizados;
CMN	significa o Conselho Monetário Nacional;
CNPJ/MF	significa o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;
Código Civil	significa a Lei nº 10.406, de 10.01.2002, conforme alterada;

Comitê de Crédito	significa o comitê de crédito do Grupo Sifra Consultoria Especializada;
Condições de Cessão	significa as condições mínimas e obrigatórias adicionais aos Critérios de Elegibilidade a serem verificadas para que os Direitos de Crédito possam ser adquiridos pelo Fundo, conforme estabelecido neste Prospecto e no Regulamento;
Consultores Especializados	significa o Grupo Sifra Consultoria Especializada;
Contrato de Cessão	significa o contrato de promessa de cessão e aquisição de Direitos de Crédito e outras avenças, celebrado entre o Fundo, devidamente representado pelo Administrador, o Cedente, o(s) devedor(es) solidário(s), a OPS Desenvolvimento de Negócios Ltda., a Opinião Assessoria e Consultoria Ltda. e a Opinião S.A., com a interveniência e anuência do Gestor;
Contrato de Consultoria	significa o contrato de prestação de serviços de consultoria especializada celebrado entre o Fundo, devidamente representado pelo Administrador, e todas as sociedades integrantes do Grupo Sifra Consultoria Especializada, com interveniência e anuência do Administrador e do Gestor;
Contrato de Custódia	significa o Contrato de Prestação de Serviços Qualificados para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, celebrado entre o Administrador e o Custodiante;
Contrato de Distribuição	Significa o contrato de coordenação e distribuição de cotas do Fundo, celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e a PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários contratada para coordenar e distribuir as Cotas do Fundo, com a interveniência e a anuência da Opinião S.A., empresa do Grupo Sifra Consultoria Especializada;
Contrato de Gestão	significa o contrato de prestação de serviços de gestão da carteira do Fundo celebrado entre o Administrador e o Gestor;
COSIF	significa o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, editado pelo BACEN;
Cotas	significa as cotas de emissão do Fundo, as quais correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, incluindo as Cotas de classe sênior e as Cotas de classe subordinada;
Cotas Seniores	significa as Cotas que não se subordinam às demais para efeito de resgate;
Cotas Subordinadas	significa conjuntamente as Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas Júnior;
Cotas Subordinadas Júnior	significa as Cotas de classe Subordinada que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino para efeitos de resgate;
Cotas Subordinadas Mezanino	significa as Cotas de classe Subordinada que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de resgate;
Cotistas	significa os investidores que venham a adquirir Cotas de emissão do Fundo, ou seja, os titulares das Cotas, sem distinção, tanto de Cotas Seniores quanto de Cotas Subordinadas de qualquer classe;
Critérios de Elegibilidade	significa os critérios de elegibilidade dos Direitos de Crédito que comporão a Carteira, conforme estabelecido neste Prospecto e no Regulamento, os quais serão verificados previamente em cada cessão pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada e validados pelo Custodiante;

Custodiante	significa o Banco PETRA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Batel, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52, responsável pela prestação dos serviços de custódia qualificada;
CVM	significa a Comissão de Valores Mobiliários;
Data de Resgate	significa a data em que as Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Júnior serão resgatadas, conforme estabelecido neste Prospecto e no Regulamento;
Data de Subscrição Inicial	significa a data em que ocorrer a 1ª (primeira) subscrição de Cotas representativas do patrimônio do Fundo;
Devedores	significam os devedores dos Direitos de Crédito, considerando seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
Devedor Petrobras	significa a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras;
Devedores Solidários	significa os devedores que se obrigam, por meio do respectivo Contrato de Cessão ou Termo de Adesão ao Contrato de Cessão, como devedor e principal pagador, garantindo em favor do Fundo, o pontual e integral pagamento de todos os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão;
Dia Útil	significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriados de âmbito federal no Brasil e na sede do Custodiante. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Prospecto e do Regulamento não forem Dia Útil, considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte;
Direitos de Crédito	significa os Direitos de Crédito Performados ou os Direitos de Crédito a Performar ou os Direitos de Crédito a Performar Petrobras ou Outros Direitos de Crédito, originados de operações de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou prestação de serviços nos segmentos financeiro, comercial, industrial, imobiliário e/ou de prestação de serviços, com pagamento a prazo;
Direitos de Crédito a Performar	significa os Direitos de Crédito relativos a operações de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou prestação de serviços para entrega futura, ou cuja exigibilidade em relação ao seu devedor dependa de contraprestação futura do Cedente, representados por contratos, títulos ou certificados representativos dessas operações, que atendam cumulativamente aos Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão previstos neste Prospecto e no Regulamento;
Direitos de Crédito a Performar Petrobras	significa Direitos de Crédito a Performar com o Devedor Petrobras;
Direitos de Crédito Performados	significa Direitos de Crédito representados por duplicatas escriturais ou cheques, que atendam cumulativamente aos Critérios de Elegibilidade e as Condições da Cessão previstos neste Prospecto e no Regulamento;

Documentos Comprobatórios	significa os documentos suficientes à comprovação da existência, validade e cobrança dos Direitos de Crédito, os quais poderão ser representados por: duplicatas escriturais, cheques, letras de câmbio, CCBs, CCIs, contratos de fornecimento de produtos, mercadorias e/ou serviços, notas fiscais/faturas de produtos e/ou serviços ou documento equivalente que garanta ao titular o direito de: (i) receber do devedor o valor do crédito respectivo; e (ii) cobrar do devedor o pagamento do crédito não honrado. Quando se tratar de Direitos de Crédito a Performar significa os documentos suficientes à comprovação da existência, validade e cobrança dos Direitos de Crédito a Performar;
Documentos do Fundo	significam todos e quaisquer contratos e/ou documentos do Fundo ou relacionados a operações do Fundo;
Eventos de Avaliação	significa os eventos estabelecidos neste Prospecto e no Regulamento que, caso ocorram ensejarão a convocação de Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre a: (i) possibilidade de transformação de um Evento de Avaliação em um Evento de Liquidação, ou (ii) alteração do Regulamento;
Eventos de Liquidação	significa os eventos estabelecidos neste Prospecto e no Regulamento que caso ocorram, ensejarão a liquidação antecipada do Fundo;
Fundo	significa o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Sifra Star, constituído sob a forma de condomínio aberto;
Gestor	significa a Empírica Investimentos Gestão de Recursos Ltda., com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 585, Centro Administrativo Rio Negro, bloco A, 12º andar, conjunto 127, Alphaville, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.896.871/0001-99, devidamente autorizada pela CVM para a prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 10.662, expedido em 27.10.2009;
Grupo Econômico	significa o conjunto de pessoas jurídicas que: (i) estejam sob o mesmo controle que o Cedente; (ii) sejam controladas, de modo direto ou indireto, pelo Cedente; (iii) sejam controladoras, de modo direto ou indireto, do Cedente; ou (iv) filiais do Cedente ou inscritas no CNPJ/MF sob número com a mesma raiz que o Cedente;
Grupo PETRA	significa o conjunto formado pela PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Petra Asset Gestao de Investimentos Ltda. e o Banco PETRA S.A., considerados em conjunto;
Grupo Sifra Consultoria Especializada	significa o conjunto formado pelas seguintes empresas parceiras e detentoras de interesse comum, contratadas pelo Fundo: (i) Opinião Assessoria e Consultoria Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jurucê, nº 302, conjunto 21, Moema, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.674.069/0001-51; (ii) LP – Crédito e Cobrança Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jurucê, nº 302, conjunto 81, Moema, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.260.999/0001-10; (iii) Opinião S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jurucê, nº 302, conjunto 81, Moema, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.729.970/0001-10; (iv) Sifra S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Eusébio Matoso, nº 690, conjunto 19, Edifício Office, inscrita no CNPJ/MF sob o

nº 04.455.612/0001-20; e (v) OPS – Desenvolvimento de Negócios Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jurucê, nº 302, conjunto 71, Moema, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.411.164/0001-13;

IGP-M	significa o Índice Geral de Preços do Mercado;
Índice de Inadimplência	significa a maior média móvel dos 03 (três) meses do índice de perda efetiva, considerando o período antecedente de 12 (doze) meses. O índice de perda efetiva será obtido mediante uma análise estática da Carteira com base no mês de originação dos Direitos de Crédito, considerando a soma da posição dos Direitos de Crédito vencidos acima de 60 (sessenta) dias corridos com os Direitos de Crédito pagos em atraso acima de 60 (sessenta) dias corridos, divididos pelo total dos Direitos de Crédito do período correspondente;
Índice de Liquidez	significa o previsto na seção “Índice de Liquidez” no Capítulo Características Básicas das Cotas deste Prospecto, na página 61 deste Prospecto;
Instrução CVM nº 356/01	significa a Instrução CVM nº 356, de 17.12.2001, conforme alterada, a qual regulamenta a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios e de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios;
Instrução CVM nº 400/03	significa a Instrução CVM nº 400, de 29.12.2003, conforme alterada, a qual dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos mercados primário ou secundário;
Instrução CVM nº 409/04	significa a Instrução CVM nº 409, de 18.08.2004, conforme alterada, a qual dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento;
Instrução CVM nº 489/11	significa a Instrução CVM nº 489, de 14.01.2011, a qual dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras dos fundos de investimento em direitos creditórios e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, regidos pela Instrução CVM nº 356/01, dos fundos de investimento em direitos creditórios no âmbito do programa de incentivo à implementação de projetos de interesse social, regidos pela Instrução CVM nº 399, de 21.11.2003, e dos fundos de investimento em direitos creditórios não padronizados, regidos pela Instrução CVM nº 444, de 08.12. 2006;
Investidores Qualificados	significa todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
Oferta	significa a presente oferta de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Mezanino do Fundo;
Outros Direitos de Crédito	significam os Direitos de Crédito representados por CCB e/ou CCI;
Patrimônio Líquido	significa a soma dos valores dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira e dos Recursos Livres, subtraídas as exigibilidades do Fundo;
Prazo de Duração	significa o prazo de duração do Fundo indicado neste Prospecto e no Regulamento;

Preço de Aquisição	significa o montante a ser pago pelo Fundo ao Cedente pela aquisição de Direitos de Crédito, nos termos estabelecidos nos respectivos Termos de Cessão;
Razão de Garantia	significa a relação entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Cotas Seniores em circulação;
Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas	significa a relação entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Cotas Subordinadas em circulação;
Recursos Livres	significa a parcela do Patrimônio Líquido que não estiver investida em Direitos de Crédito;
Regulamento	significa o regulamento que rege o Fundo em conjunto com seus respectivos anexos;
Rentabilidade Alvo	significa conjuntamente a Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores e a Rentabilidade Alvo das Cotas Subordinadas Mezanino;
Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores	significa o parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Cotas Seniores, correspondente a um percentual da Taxa DI, estando a remuneração de mencionada classe de Cotas limitado ao seu respectivo percentual definido neste Prospecto e no Regulamento;
Rentabilidade Alvo das Cotas Subordinadas Mezanino	significa o parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Cotas Subordinadas Mezanino, correspondente a um percentual da Taxa DI, estando a remuneração de mencionada classe de Cotas limitada ao seu respectivo percentual definido neste Prospecto e no Regulamento;
Reserva de Caixa	significa a reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo, constituída de acordo com disposto neste Prospecto e no Regulamento, que será calculada pelo Administrador;
Resolução CMN nº 2.682/99	significa a Resolução do CMN nº 2.682/99, a qual dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
Resolução CMN nº 2.907/01	significa a Resolução do CMN nº 2.907/01, a qual autoriza a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios e de fundos de aplicação em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios;
SELIC	significa o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
SERASA	significa a Serasa <i>Experian</i> ;
Taxa de Administração	significa a remuneração que será devida pelo Fundo ao Administrador pelas atividades de administração do Fundo, da qual deverão fazer parte as remunerações devidas ao Gestor e ao Grupo Sifra Consultoria Especializada, as quais, nos termos deste Prospecto e do Regulamento, poderão ser pagas diretamente pelo Fundo, sendo que o somatório dessas parcelas não poderá exceder o montante total da Taxa de Administração fixada neste Prospecto e no Regulamento;
Taxa de Cessão	significa a taxa efetiva praticada pelo Fundo para cada aquisição de Direitos de Crédito, com exceção dos Direitos de Crédito pós-fixados;
Taxa de Performance	significa a remuneração a ser paga pelo Fundo para o Grupo Sifra Consultoria Especializada, conforme estabelecido neste Prospecto e no Regulamento;
Taxa DI	significa a taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo, calculada e divulgada pela CETIP, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis;

Taxa Mínima de Cessão	significa a taxa de cessão mínima aplicável para aquisição dos Direitos de Crédito, com exceção dos Direitos de Crédito pós-fixados;
Termo de Adesão	significa o termo de adesão ao Regulamento e ciência de risco, que será celebrado por todos os Cotistas quando de seu ingresso no Fundo, por meio do qual os Cotistas declaram estar cientes e concordes com o disposto neste Prospecto e no Regulamento, bem como declaram haver obtido exemplar deste Prospecto; e
Termo de Cessão	significa o documento pelo qual se formaliza a cessão dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, na forma prevista no anexo ao respectivo Contrato de Cessão.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO

Denominação:	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Sifra Star.
CNPJ/MF:	14.166.140/0001-49.
Forma de Constituição:	Condomínio aberto.
Prazo de Duração:	Indeterminado.
Base Legal:	Este Fundo é regido pela Instrução CVM nº 356/01 e pela Resolução do CMN nº 2.907, e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.
Classificação ANBIMA:	Para os fins do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento” o Fundo é caracterizado como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.
Tipo ANBIMA:	Em atendimento a Deliberação nº 44 da ANBIMA, este Fundo é classificado no Tipo ANBIMA como FIDC Fomento Mercantil.
Atributo Foco de Atuação ANBIMA:	Em atendimento a Deliberação nº 44 da ANBIMA, este Fundo é classificado no Atributo Foco ANBIMA como FIDC Fomento Mercantil.
Classe de Cotas:	Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Júnior.
Administrador e Distribuidor:	PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Custodiante:	Banco PETRA S.A.
Gestor:	Empírica Investimentos Gestão de Recursos Ltda.
Grupo Sifra Consultoria Especializada:	(i) Opinião Assessoria e Consultoria Ltda.; (ii) LP – Crédito e Cobrança Ltda.; (iii) OPS – Desenvolvimento de Negócios Ltda.; (iv) Opinião S.A., e (v) Sifra S.A.
Auditor do Fundo:	KMPG Auditores Independentes.
Agência Classificadora de Risco:	Standard & Poor's Rating Services.
Assessor Legal:	Vellozo & Giroto Advogados Associados.
Taxa de Administração, Taxa de Performance e demais Encargos	As despesas e encargos previstos no Regulamento, bem como a Taxa de Administração e a Taxa de Performance serão suportados pelo Fundo. Não será cobrada taxa de ingresso ou taxa de saída dos Cotistas, nos termos do Prospecto e do Regulamento.
Publicidade de Informações sobre o Fundo:	A divulgação das informações relevantes do Fundo aos Cotistas será realizada mediante publicação no periódico “Diário do Comércio, da Associação Comercial de São Paulo”, por carta, com aviso de recebimento, <i>fac-símile</i> , correio eletrônico, além de estarem disponíveis na sede do Administrador, bem como no endereço eletrônico do Administrador: http://www.petractvm.com.br .
Informações Complementares:	Quaisquer informações complementares a respeito do Fundo e da emissão das cotas poderão ser obtidas junto ao Administrador ou ao Gestor, nos endereços e sites constantes da seção “Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo e Outros” constante na página 22 deste Prospecto, ou com a CVM na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, Rio de Janeiro/RJ, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo/SP (www.cvm.gov.br). As informações constantes dos sites do Administrador e do Gestor não são parte integrante e não se encontram incorporadas neste Prospecto.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS DO FUNDO

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS

Emissor:	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Sifra Star.
Cedente:	Pessoas jurídicas atuantes nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro e/ou de prestação de serviços, que cederão Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão, considerando seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum, observado que, para fins do disposto neste Prospecto e no Regulamento, também são considerados Cedentes as pessoas jurídicas que tenham cedido Direitos de Crédito ao Grupo Sifra Consultoria Especializada, Direitos de Crédito estes que o Grupo Sifra Consultoria Especializada tenha cedido ao Fundo.
Classes de Cotas do Fundo:	Serão emitidas 3 (três) classes de Cotas do Fundo, sendo: 1 classe de Cotas Seniores; 1 classe de Cotas Subordinadas Mezanino; e 1 classe de Cotas Subordinadas Júnior.
Distribuição das Cotas:	Serão ofertadas, pelo Fundo, Cotas Seniores e Cotas Subordinadas Mezanino. As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino objeto da presente Oferta serão registradas para distribuição no mercado primário no SF - Módulo de Fundos, operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.
Classificação de Risco das Cotas Seniores:	Standard & Poor's "AA".
Classificação de Risco das Cotas Subordinadas Mezanino:	Standard & Poor's "A".
Característica das Cotas:	As Cotas: (a) terão a forma escritural; (b) serão mantidas em conta de depósito em nome de seus respectivos titulares; (c) correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo; (d) serão subscritas e integralizadas na mesma data; e (e) serão resgatadas nos termos deste Prospecto e do Regulamento.
Público Alvo:	O Fundo é destinado a Investidores Qualificados.
Inadequação da Oferta:	O investimento nas Cotas do Fundo não é adequado a investidores que: (i) necessitem de liquidez em prazo inferior ao prazo estabelecido neste Prospecto e no Regulamento para pagamento do resgate; e (ii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresas do setor privado.
Preço Unitário das Cotas Seniores:	Valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais).
Preço Unitário das Cotas Subordinadas Mezanino:	Valor unitário inicial de emissão na data da 1ª (primeira) subscrição R\$ 1.000,00 (mil reais).
Data de Subscrição Inicial	Data em que ocorrer a 1ª (primeira) subscrição de Cotas representativas do patrimônio do Fundo.

Integralização das Cotas:	As Cotas serão integralizadas à vista, na data de celebração do boletim de subscrição, em moeda corrente nacional, mediante crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador, por qualquer mecanismo de transferência de recursos admitido pelo BACEN ou através de sistema operacionalizado pela CETIP, quando aplicável.
Prazo de Carência para Resgate das Cotas Seniores:	180 (cento e oitenta) dias corridos.
Prazo de Carência para Resgate das Cotas Subordinadas Mezanino:	36 (trinta e seis) meses corridos.
Prazo de Carência para Resgate das Cotas Subordinadas Júnior:	Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Cotas Subordinadas Mezanino, ressalvados os casos excepcionais previstos neste Prospecto e no Regulamento.
Prazo para Pagamento de Resgate das Cotas Seniores:	Prazo para pagamento de 90 (noventa) dias corridos da solicitação, observado o prazo de carência para as Cotas Seniores.
Prazo para Pagamento de Resgate das Cotas Subordinadas Mezanino:	Prazo para pagamento do resgate deve observar o disposto na seção “Característica das Cotas” no Capítulo Características Básicas das Cotas deste Prospecto, na página 15 deste Prospecto, ou no Regulamento.

CARACTERÍSTICA DA DISTRIBUIÇÃO

DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA E PÚBLICO-ALVO

Por se tratar de um Fundo aberto com prazo de carência para resgate e prazo para pagamento do resgate superior a 30 (trinta) dias, as Cotas serão distribuídas pelo Distribuidor pelo prazo de 2 (dois) anos a contar da data de publicação do anúncio de início de distribuição referente a 1ª emissão de Cotas do Fundo.

No que concerne ao limite de emissão de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Mezanino, o Administrador poderá realizar novas emissões de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Mezanino ao abrigo do registro da emissão de que trata o presente Prospecto, desde que o saldo de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Mezanino emitidas não ultrapasse, respectivamente, o número de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Mezanino acima informado e registrado perante a CVM.

Nesse sentido, após a colocação da quantidade de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Mezanino registradas, novas emissões dependerão da existência de resgate anterior na mesma quantidade de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Mezanino, respectivamente, a serem emitidas. As emissões de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Mezanino acima da quantidade inicialmente registrada dependerão de um novo registro perante a CVM.

O público-alvo da distribuição pública é formado, exclusivamente, por Investidores Qualificados.

QUANTIDADE, ESPÉCIE E VALOR DAS COTAS

O patrimônio do Fundo é formado por 03 (três) classes de Cotas, as Cotas Seniores, as Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas Júnior, cujas características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração e resgate aplicáveis às classes de Cotas estão descritas neste Prospecto e no Regulamento, sendo distribuídas, por esta Oferta, apenas as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino.

Serão distribuídas publicamente no mínimo 1.000 (mil) e no máximo 225.000 (duzentos e vinte e cinco mil) Cotas Seniores, com valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total de até R\$ 225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de reais) e no mínimo 1.000 (mil) e no máximo 75.000 (setenta e cinco mil) Cotas Subordinadas Mezanino, com valor unitário inicial de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total de até R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais). Não há limite para a emissão de Cotas Subordinadas Júnior.

Poderão ser distribuídos lotes suplementares de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Mezanino, caso a procura da respectiva cota objeto de oferta pública de distribuição assim justifique, sendo desta forma aumentada a quantidade de cotas a serem distribuídas junto ao público, nas mesmas condições e preço das respectivas cotas inicialmente ofertados, até um montante de 15% (quinze por cento) da quantidade inicialmente ofertada.

Cada Cota corresponde a uma fração ideal do patrimônio líquido do Fundo, conforme disposto no Regulamento. As Cotas terão seu valor unitário atualizado de acordo com o disposto no Regulamento.

DISTRIBUIÇÃO PARCIAL

Será admitida a distribuição parcial das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino desta Oferta, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição da quantidade mínima conforme estabelecido na seção “Quantidade, Espécie e Valor das Cotas” acima, na página 16 deste Prospecto, ou seja, 1.000 (mil) Cotas Seniores e 1.000 (mil) Cotas Subordinadas Mezanino.

Caso ocorra a distribuição parcial aqui referida, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino que não forem efetivamente subscritas e integralizadas no prazo de distribuição serão canceladas pelo Administrador.

Não sendo realizada a distribuição da quantidade mínima de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Mezanino estabelecida acima durante o prazo da distribuição, a Oferta será cancelada pelo Administrador, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento da Oferta, mediante publicação de aviso no periódico utilizado pelo Fundo. Nesse caso, os valores até então integralizados pelos Cotistas serão devolvidos pelo Administrador, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso, acrescidos da rentabilidade obtida no período, se houver.

PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO

Após a concessão do registro de funcionamento do Fundo, o registro da distribuição das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino e a publicação do Anúncio de Início de Distribuição, o Administrador acessará investidores, os quais formalizarão seu interesse em ingressar no Fundo, por meio da assinatura de boletim de subscrição e Termo de Adesão ao Regulamento. A integralização das Cotas deverá obedecer ao disposto no Regulamento, no presente Prospecto e no boletim de subscrição. O início da Oferta será informado ao mercado por meio de Anúncio de Início de Distribuição, a ser publicado no periódico “Diário do Comércio, da Associação Comercial de São Paulo”.

REGIME DE COLOCAÇÃO

A colocação das Cotas será feita pelo Administrador e/ou por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, devidamente contratadas pelo Administrador para esse fim. A distribuição das Cotas será efetuada pelo Administrador em regime de melhores esforços. Não haverá lotes mínimos ou máximos, sendo conferido tratamento justo e equitativo a todos os interessados na oferta que constituam o público alvo do Fundo. Por ocasião do término do prazo de distribuição de Cotas do Fundo será publicado o Anúncio de Encerramento de Distribuição, e se ainda existirem Cotas não distribuídas, tais Cotas serão automaticamente canceladas.

DIREITOS, VANTAGENS E RESTRIÇÕES DAS COTAS

Cada classe de Cotas garante igualmente aos seus titulares os direitos, vantagens e restrições a elas atribuídos neste Prospecto, no Regulamento e na regulamentação aplicável, principalmente o direito de participar das Assembleias Gerais de Cotistas e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às Cotas.

REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS COTAS

A Oferta foi registrada na CVM em 05.03.2012 sob o nº CVM/SER/RFD/2012/008 para as Cotas Seniores e sob o nº CVM/SER/RFD/2012/009 para as Cotas Subordinadas Mezanino.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS COTAS

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino em circulação serão avaliadas, a cada trimestre, pela Agência Classificadora de Risco. Não obstante, caso entenda necessário, a Agência Classificadora de Risco poderá solicitar informações adicionais e rever a classificação de risco das Cotas Seniores e/ou das Cotas Subordinadas Mezanino em periodicidade inferior.

Qualquer alteração da classificação de risco das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino constitui fato relevante para fins de comunicação aos Cotistas. Dessa forma, havendo o rebaixamento da classificação de risco para uma nota inferior à inicialmente obtida, o Administrador comunicará aos Cotistas, no prazo máximo de 05 (cinco) Dias Úteis contados da ciência de tal fato, e enviará, através de correspondência registrada, o material emitido pela Agência de Classificação de Risco com a nova nota e justificativa do rebaixamento.

A ocorrência de qualquer rebaixamento da classificação de risco atribuída às Cotas em circulação em 02 (dois) níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída ensejará em um Evento de Avaliação do Fundo.

As Cotas Subordinadas Júnior são dispensadas da avaliação pela Agência Classificadora de Risco, uma vez que as Cotas Subordinadas Júnior são destinadas a um único Cotista, ou grupo de Cotistas vinculados por interesse único e indissociável.

Caso as Cotas Subordinadas Júnior deixem de ser investida exclusivamente por um único Cotista, ou por grupo de Cotistas vinculados por interesse único e indissociável, a classificação de risco das cotas pela Agência Classificadora de Risco passará a ser obrigatória.

Não obstante o disposto acima, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Cotas Subordinadas Júnior do Fundo deverão ser mantidas por um único Cotista, ou grupo de Cotistas vinculados por interesse único e indissociável.

INTEGRALIZAÇÃO DE COTAS

A integralização das Cotas do Fundo será efetuada à vista, na data de celebração do boletim de subscrição, em moeda corrente nacional, mediante o crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador, por qualquer mecanismo de transferência de recursos admitido pelo BACEN ou através de sistema operacionalizado pela CETIP, quando aplicável.

A confirmação da integralização de Cotas do Fundo está condicionada à efetiva disponibilidade pelos Cotistas dos recursos na conta-corrente do Fundo.

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino objeto desta Oferta serão registradas para distribuição no mercado primário no SF - Módulo de Fundos, operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.

A partir da Data de Subscrição Inicial as Cotas do Fundo terão seu valor de integralização e de resgate, nas hipóteses definidas neste Prospecto e no Regulamento, calculado no fechamento de todo Dia Útil pelo Administrador.

A integralização de Cotas Subordinadas Júnior em Direitos de Crédito está condicionada ao atendimento dos Direitos de Crédito às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade.

Para o funcionamento do Fundo, o Fundo deverá manter patrimônio líquido médio igual ou superior à R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) pelo período de 03 (três) meses consecutivos.

O Cotista, por ocasião de seu ingresso no Fundo: (a) receberá exemplar deste Prospecto e do Regulamento, (b) assinará o boletim de subscrição, e (c) assinará Termo de Adesão, declarando sua qualidade de Investidor Qualificado, bem como declarando estar ciente, dentre outras informações: (i) das disposições contidas neste Prospecto e no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à Taxa de Administração e à Taxa de Performance; (ii) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Prospecto e no Regulamento; e (iii) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos de Crédito que integram e/ou venham a integrar a Carteira do Fundo.

As Cotas Subordinadas Júnior são destinadas a um único Cotista, ou grupo de Cotistas vinculados por interesse único e indissociável que subscreverá(ão) o Termo de Adesão declarando ter pleno conhecimento: (i) dos riscos envolvidos na operação, inclusive da possibilidade de perda total do capital investido, (ii) da ausência de classificação de risco das Cotas Subordinadas Júnior por ele(s) subscritas, e (iii) que por se tratar de fundo aberto a transferência ou negociação das Cotas Subordinadas Júnior, no mercado secundário, não será permitida.

CRONOGRAMA DA OFERTA

Evento	Data Estimada*
Protocolo do Pedido de Registro na CVM	25.10.2011
Obtenção do registro na CVM	05.03.2012
Disponibilização do Prospecto Definitivo da Oferta	12.03.2012
Publicação do Anúncio de Início da Oferta	12.03.2012
Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	12.03.2014

(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio, a critério do Administrador e do Distribuidor.

CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO

Os custos estimados da distribuição são:

Custos da Distribuição	Valor (R\$)	% em Relação ao Valor da Oferta*
Comissão de Coordenação	450.000,00	0,15%
Comissão de Colocação	2.100.000,00	0,70%
Despesas de Registro na CVM – Cota Sênior	82.870,00	0,03%
Despesas de Registro na CVM – Cota Subordinada Mezanino	82.870,00	0,03%
Despesas com Cartório	3.600,00	0,0012%
Despesas de Registro na ANBIMA	7.350,00	0,00245%
Despesas de Registro CETIP	20.100,00	0,0067%
Despesas com Publicações	19.800,00	0,0066%
Despesas Diversas*	1.800,00	0,0006%
Total	2.768.390,00	0,92%

(*) Despesas com a impressão dos prospectos e material publicitário.

* % em relação a oferta calculada com base no volume total estimado para a presente oferta considerando-se as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino. Não inclui os lotes suplementares.

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino objeto desta Oferta:

Quantidade de Cotas	Custo da Oferta (R\$)	Custo por Cota (R\$)
300.000	2.768.390,00	9,22

Os custos da distribuição acima estimados referentes as despesas com Cartório, ANBIMA, CETIP, Publicações e Despesas Diversas serão reembolsados pelo Fundo aos prestadores de serviço do Fundo que incorrem em referidos custos mediante a apresentação dos respectivos comprovantes de pagamento e conforme orientação do Administrador. Já o pagamento das despesas com as Comissões de Coordenação e Colocação e com as Despesas de Registro CVM serão realizados pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada e não serão objeto de reembolso pelo Fundo.

ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO E MODIFICAÇÃO DA OFERTA

O Administrador pode requerer à CVM a modificação ou revogação da Oferta, caso ocorra, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido do registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos por ela assumidos e inerentes à própria distribuição pública.

Ademais, é permitida a modificação da Oferta, a qualquer tempo, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM nº 400/03.

Em se tratando de modificação da Oferta após a publicação do anúncio de início, o Administrador deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento dos Termos de Adesão ao Regulamento, de que o subscritor está ciente que a Oferta pública original foi alterada e que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta antes de sua modificação, por meio da celebração do boletim de subscrição e da entrega ao Administrador do respectivo Termo de Adesão, deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter seu investimento no Fundo, sendo presumida a manutenção em caso de silêncio.

O investidor que manifestar sua discordância em relação à modificação da Oferta será restituído dos valores investidos no Fundo, na forma e no prazo a serem informados no anúncio de modificação da oferta.

A revogação ou qualquer modificação da Oferta será imediatamente divulgada através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início de distribuição das Cotas, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM nº 400/03.

A revogação da Oferta acarretará a restituição ao investidor da quantia aplicada no Fundo, a qual se dará na forma e no prazo informado no anúncio de revogação da Oferta.

Eventuais encargos e tributos que venham a incidir sobre a quantia aplicada no Fundo pelos investidores serão deduzidos do montante a ser restituído aos investidores, conforme informado no anúncio de revogação ou modificação da Oferta.

SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA OFERTA

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM nº 400/03, a CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta pública que: (a) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM nº 400/03 ou do seu registro; ou (b) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro. A CVM deverá suspender qualquer oferta pública quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanável. O prazo de suspensão da oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aderido à Oferta, por meio da celebração do boletim de subscrição e da entrega ao Administrador do respectivo Termo de Adesão, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar o respectivo boletim de subscrição e o Termo de Adesão já assinados até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente ao recebimento da referida comunicação. Na hipótese de cancelamento da Oferta todos os investidores que já tenham celebrado o boletim de subscrição e entregue ao Administrador o Termo de Adesão, e na hipótese de suspensão da Oferta somente os investidores que tenham revogado o boletim de subscrição e o Termo de Adesão, terão direito à restituição integral dos valores integralizados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, no prazo de até 05 (cinco) Dias Úteis contados (i) no caso de suspensão da Oferta, do recebimento da revogação do boletim de subscrição e do Termo de Adesão; ou (ii) no caso de cancelamento da Oferta, da comunicação sobre tal cancelamento.

Eventuais encargos e tributos que venham a incidir sobre a quantia aplicada no Fundo pelos investidores serão deduzidos do montante a ser restituído aos investidores.

NEGOCIAÇÃO DE COTAS

As Cotas do Fundo não serão objeto de cessão ou transferência, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Para maiores esclarecimentos a respeito da presente Oferta e do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à CVM, ao Administrador ou ao Gestor, nos endereços indicados nas seções “Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo” na página 22 deste Prospecto.

Este Prospecto encontra-se à disposição dos investidores nos seguintes endereços para consulta e reprodução:

- INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA E COORDENADOR LÍDER

Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Rua Pasteur nº 463, 11º andar, Batel, CEP 80250-080, Curitiba/PR

Tel.: (41) 3074-0909

Website: <http://www.petractvm.com.br> (acessar o Prospecto do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Sifra Star que estará disponível na página inicial.)

- ENTIDADE REGULADORA

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111, 2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares, Centro, CEP 20050-901, Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 3554-8686

Website: www.cvm.gov.br (neste site acessar “Acesso Rápido”, clicar em “Ofertas Registradas”, selecionar “2012” e clicar em “Entrar”, em “QUOTAS DE FIDC / FIC-FIDC/ FIDC-NP” clicar no campo “Volume em R\$”, selecionar “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Sifra Star” e acessar “Prospecto”)

- MERCADO DE NEGOCIAÇÃO

Cetip S.A. – Mercados Organizados

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar, Centro, CEP 20031-919, Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 2276-7474 / 2138-7474

Website: www.cetip.com.br (neste site acessar “Comunicados e Documento”, clicar em “Prospectos”, nos “Critérios de Filtro” em “Categoria de Documento” selecionar “Prospectos – Prospectos de Fundos de Investimento – Cotas de Fundos Abertos”, em seguida clicar em “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Sifra Star”)

IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES SOBRE OS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

Administrador

PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Batel, CEP 80250-080 Curitiba /PR

At.: Sr. Ricardo Binelli Telefone: (41) 3074-0909 Website: <http://www.petractvm.com.br>

Gestor

EMPÍRICA INVESTIMENTOS GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

Alameda Rio Negro, nº 585, Centro Administrativo Rio Negro, bloco A, 12º andar, conjunto 127, Alphaville, CEP 06454-000 - Barueri /SP

At.: Sr. Leonardo Russo Calixto Telefone: (11) 2078-3161 Website: www.empiricainvestimentos.com.br

Grupo Sifra Consultoria Especializada

OPINIÃO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.

Av. Jurucê, nº 302, conjunto 21, Moema, CEP 04080-011 – São Paulo /SP

At.: Sr. Luis Geraldo Schonenberg Telefone: (11) 5091-4800 Website: www.sifrasa.com.br

LP – CRÉDITO E COBRANÇA LTDA.

Av. Jurucê, nº 302, conjunto 12, Moema, CEP 04080-011 – São Paulo /SP

At.: Sr. Paulo Eugenio Schonenberg Telefone: (11) 5091-4800 Website: www.sifrasa.com.br

OPS – DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS LTDA.

Av. Jurucê, nº 302, conjunto 71, Moema, CEP 04080-011 – São Paulo /SP

At.: Sr. Roberto Carlos Pestana Filho Telefone: (11) 5091-4800 Website: www.sifrasa.com.br

OPINIÃO S.A.

Av. Jurucê, nº 302, conjunto 81, Moema, CEP 04080-011 – São Paulo /SP

At.: Sr. Luis Geraldo Schonenberg Telefone: (11) 5091-4800 Website: www.sifrasa.com.br

SIFRA S.A.

Av. Eusébio Matoso, nº 609, conjunto 19, Edifício Office Pinheiros, CEP 05423-000 – São Paulo /SP

At.: Sr. Roberto Carlos Pestana Filho Telefone: (11) 5091-4800 Website: www.sifrasa.com.br

Custodiante

BANCO PETRA S.A.

Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Batel, CEP 80250-080 Curitiba /PR

At.: Edilberto Pereira Telefone: (41) 3074-0935

Website: <http://www.bancopetra.com.br>

Audidores Contratados

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, Itaim Bibi, CEP 04530-904 - São Paulo/SP

At.: Sr. João Paulo Alouche Telefone: (11) 2183-3382 Website: www.kpmg.com.br

Consultores Jurídicos

VELLOZA & GIROTTI ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Avenida Paulista, nº 901, 17º e 18º andares, Bela Vista, CEP 01311-100 – São Paulo/SP

At.: Sr. Cesar Amendolara Telefone: (11) 3145-0055 Website: www.vgladv.com.br

ADMINISTRADOR

O Fundo é administrado pela PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94, devidamente autorizada pela CVM para a prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 6.547, expedido em 18.10.2001, responsável pela administração do Fundo.

Breve Histórico

Em 1999, a PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., iniciou suas atividades com foco na intermediação do acesso ao mercado de capitais para investidores pessoas físicas. A PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma corretora com 13 (treze) anos de atuação no mercado de valores mobiliários, e conta com uma equipe de mais de 30 (trinta) profissionais especializados no mercado financeiro – operadores de mesa, *controllers*, *middle officers*, entre outros. Com sede em Curitiba, mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Curitiba, Ribeirão Preto, Campinas, Belo Horizonte e Recife.

Membro da BM&FBOVESPA desde 2000 a PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. atua na área de corretagem de valores e assegura, através de sua exclusiva plataforma de Home Broker e de sua equipe, a execução perfeita das operações. Os sócios fundadores são Fernando Marques de Marsillac Fontes e Ricardo Binelli.

Em 2005, a PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. iniciou as atividades de estruturação e administração de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC).

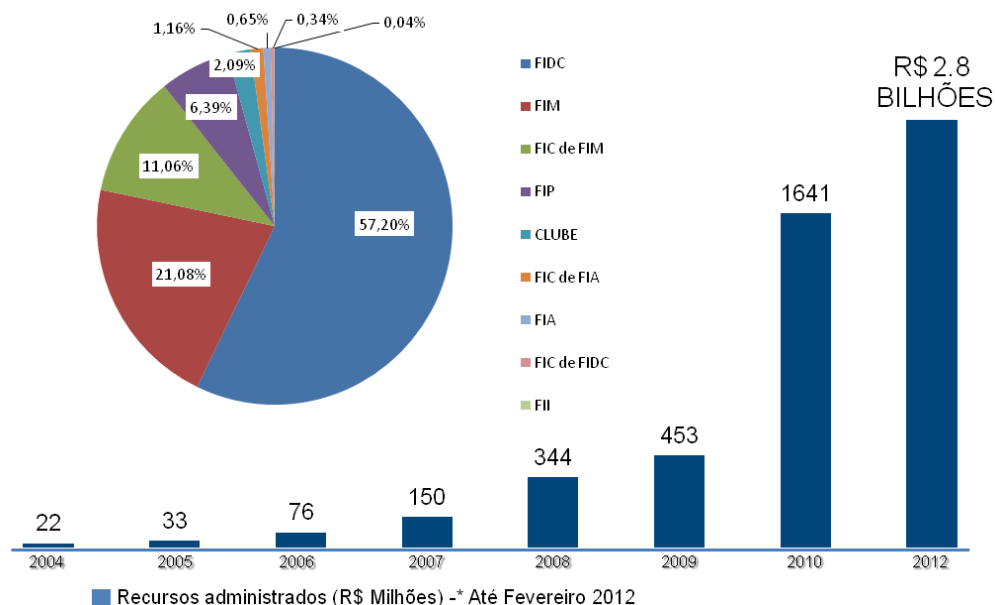
Atualmente a PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A é responsável pela administração de 55 fundos, representando aproximadamente R\$ 2,8 bilhões de Patrimônio Líquido, com 32 FIDCs em operação. Deste total, aproximadamente R\$ 1,6 bilhões correspondem a FIDCs com atuação preponderante no setor de fomento mercantil (Fonte: Grupo Petra – Fev/2012).

Resumo do Histórico do Grupo PETRA

Nasce a PETRA Personal Trader DTVM Ltda.		Início da administração de Carteiras	1º Mandato para administração de FIDCs		Liderança na estruturação de FIDCs	PETRA completa 10 anos, com presença em 6 estados nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste	PETRA atinge a marca de R\$ 2,8 bilhões em fundos sob administração, sendo mais de R\$1,6 bilhão em FIDCs				
1999	2000	2002	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Transformação em Corretora de Valores		Criação da PETRA Asset		PETRA Corretora é uma das corretoras que mais cresce pela Revista Investidor Institucional		PETRA Corretora lança seu homebroker e realiza captação pública de R\$30MM para o PETRA Mercantil FIQ FIDC		Autorização do Banco Central do Brasil para o funcionamento do Banco PETRA		Início das operações da PETRA Capital, quarta empresa do Grupo, com foco exclusivo em Fundos de Crédito	

Fonte: Grupo PETRA – Fev/2012

Recursos sob Administração



Fonte: Grupo PETRA – Fev/2012

Descrição das Funções

O Fundo é administrado pelo Administrador, que, observada a regulamentação em vigor e as limitações deste Prospecto e do Regulamento, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer, em nome do Fundo, os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que integrem a sua Carteira, inclusive o de comparecer e votar em nome do Fundo em assembleias gerais e especiais de interesse deste, observada a delegação dos poderes de gestão da Carteira ao Gestor.

O Administrador será também responsável pela controladoria e escrituração das Cotas do Fundo.

O Administrador deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância: (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Cotistas.

O Administrador tem como obrigações, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, neste Prospecto, no Regulamento e nos demais Documentos do Fundo, os seguintes deveres:

- (a) Manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) Os documentos relativos às operações do Fundo;
 - (ii) O registro dos Cotistas;
 - (iii) O livro de atas de Assembleias Gerais de Cotistas;
 - (iv) O livro de presença de Cotistas nas Assembleias Gerais de Cotistas;
 - (v) Os demonstrativos trimestrais do Fundo;

- (vi) Os registros contábeis do Fundo;
 - (vii) Os relatórios do Auditor Independente e da Agência Classificadora de Risco; e
 - (viii) O prospecto do Fundo.
- (b) Receber quaisquer rendimentos ou valores de titularidade do Fundo diretamente, por meio do Custodiante;
 - (c) Disponibilizar aos Cotistas, gratuitamente, exemplar do Regulamento e seus anexos, bem como cientificá-los: (i) do nome do periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo; e (ii) da Taxa de Administração cobrada;
 - (d) Divulgar anualmente em periódico de ampla veiculação de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, além de manter disponíveis em sua sede e nas instituições que distribuam as Cotas: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, (ii) o valor das Cotas e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e (iii) os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
 - (e) Custear as despesas de propaganda do Fundo;
 - (f) Fornecer aos Cotistas, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do encerramento de cada ano civil, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no referido ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro do respectivo ano civil, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
 - (g) Sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo previstas na regulamentação em vigor e neste Prospecto e no Regulamento, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;
 - (h) Providenciar trimestralmente, às expensas do Fundo, a atualização da classificação de risco das Cotas do Fundo; e
 - (i) Monitorar e controlar as atividades do Custodiante, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, zelando para que o Custodiante cumpra com as obrigações atribuídas a ele, dispostas neste Prospecto, no Regulamento e no Contrato de Custódia.

Sem prejuízo das principais obrigações previstas no parágrafo acima, das obrigações previstas na legislação aplicável, neste Prospecto, no Regulamento e nos demais Documentos do Fundo, também são obrigações do Administrador:

- (a) Tomar as seguintes providências perante a Agência Classificadora de Risco e os Cotistas:
 - (i) Informar, em até 01 (um) Dia Útil, a substituição do Auditor Independente, do Gestor, do Grupo Sifra Consultoria Especializada ou do Custodiante e/ou sua própria substituição; e
 - (ii) Monitorar e comunicar a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação.
- (b) Permitir o acesso da Agência Classificadora de Risco a quaisquer relatórios ou documentos elaborados pelo Administrador, pelo Auditor Independente ou pelo Custodiante, que sejam necessários para o fiel desempenho das funções da Agência Classificadora de Risco;

- (c) Informar aos Cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas, no prazo máximo de 05 (cinco) Dias Úteis contados da sua ciência de tal fato;
- (d) No caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, ou de qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados os Ativos Financeiros ou Direitos de Crédito da Carteira, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Ativos Financeiros ou Direitos de Crédito para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo; e
- (e) Monitorar, diretamente ou por meio de prestadores de serviços por ele contratados, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia.

É vedado ao Administrador e ao Gestor:

- (a) Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) Utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- (c) Efetuar aporte de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

As vedações de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo acima abrangem os controladores, sociedades direta ou indiretamente controladas, coligadas e outras sociedades sob controle comum do Administrador e do Gestor, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação destes.

Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do BACEN e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da Carteira do Fundo.

É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- (a) Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) Realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Prospecto e no Regulamento;
- (c) Aplicar recursos diretamente no exterior;
- (d) Adquirir Cotas do próprio Fundo;
- (e) Pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão de descumprimento de normas previstas neste Prospecto e no Regulamento;
- (f) Vender Cotas do Fundo a prestação;
- (g) Prometer rendimento pré-determinado aos Cotistas;
- (h) Vender Cotas do Fundo às instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil que sejam Cedentes de Direitos de Crédito, exceto quando se tratar de cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- (i) Fazer, em materiais de propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos com base em seu próprio

desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

- (j) Obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
- (k) Delegar poderes de gestão da Carteira do Fundo, ressalvada delegação dos poderes de gestão ao Gestor, nos termos deste Prospecto, do Regulamento e do disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução CVM nº 356/01;
- (l) Efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos; e
- (m) Realizar operações com derivativos, salvo as operações com derivativos expressamente previstas neste Prospecto e no Regulamento.

GESTOR

Breve Histórico

A Empírica Investimentos foi constituída em 2009, como uma empresa de gestão de recursos (*Asset Management*) para atuar com foco na estruturação e desenvolvimento de produtos de investimentos alternativos, bem como na gestão de fundos e carteiras de investimento;

A administração da empresa é composta por profissionais experientes, com habilidades e conhecimentos complementares e cuja maioria atua em equipe no mercado financeiro e de capitais há mais de 15 anos. Todos os Sócios-Diretores participam diretamente da condução dos negócios, com dedicação total nos produtos desenvolvidos e seus clientes, responsabilizando-se pela qualidade dos processos internos, gestão de riscos, *compliance* e serviços prestados.

A Empírica Investimentos é autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários para prestar serviços de gestão de recursos de terceiros (Ato Declaratório CVM nº 10.662, de 28 de outubro de 2009). É aderente ao Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para Fundos de Investimento.

Missão da Empírica Investimentos

Desenvolver produtos de investimento e administrar recursos de forma aderente aos objetivos estabelecidos.

Visão

Ser uma empresa reconhecida pelos seus valores e pela inovação e qualidade de seus produtos e serviços.

Valores

- Ética, confiança e lealdade;
- Transparência;
- Compromisso com os interesses dos investidores;
- Criatividade e agilidade;
- Visão de oportunidades de negócios; e
- Rigor no gerenciamento de riscos.

Linhas de Negócios

A Empírica Investimentos atua em diferentes setores e linhas de negócios utilizando-se sempre do veículo fundos de investimento para proporcionar uma estrutura adequada de governança e gestão de riscos.

As estruturas mais utilizadas são os Fundos de Investimento em Participações - FIP, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC e Fundos de Investimento Imobiliário - FII.

A Empírica Investimentos possui tecnologia própria desenvolvida especificamente para a gestão e controle das operações estruturadas.

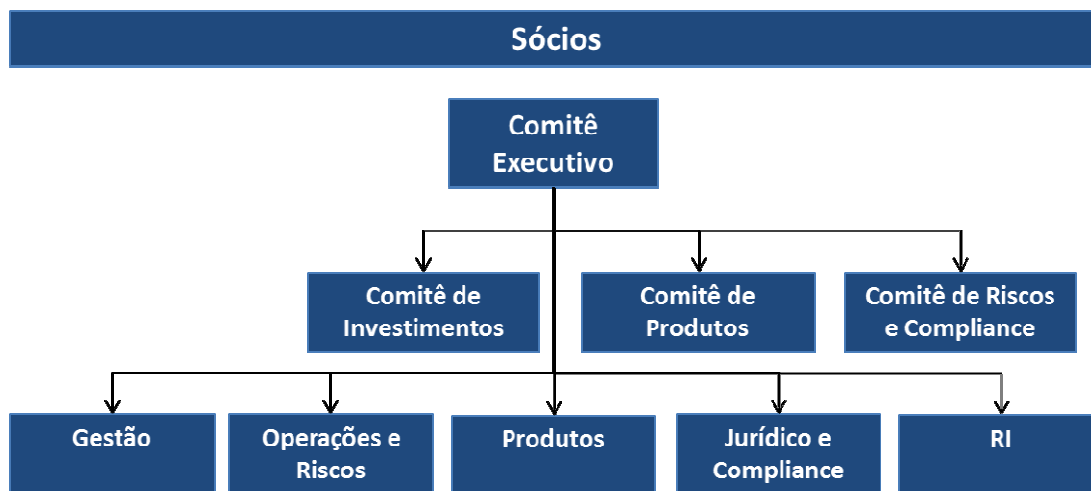
Governança Corporativa

A Empírica Investimentos adota um sistema de governança corporativa pelo qual é dirigida, monitorada e incentivada, envolvendo o relacionamento entre os sócios, colaboradores e Comitê Executivo e Comitês Acessórios (Comitê de Investimentos, Comitê de Produtos e Comitê de Risco e *Compliance*).

As práticas de governança corporativa na Empírica Investimentos convertem os princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da sociedade, contribuindo para sua longevidade.

Todas as decisões são tomadas de forma colegiada com o objetivo de buscar o equilíbrio e o alinhamento a missão, visão e valores da empresa.

A Empírica Investimentos se utiliza da seguinte estrutura de governança corporativa no desempenho de suas atividades:



Fonte: Empírica Investimentos

Periodicamente, os sócios diretores realizam uma apresentação formal para toda equipe sobre o andamento dos negócios, estratégia e perspectivas do mercado.

Todos os profissionais possuem metas individuais alinhadas aos objetivos estratégicos da empresa definidos no *Balanced Scorecard*.

Sócios Diretores

Aquiles Feldman

Advogado, Pós-graduado em Direito da Economia e da Empresa (FGV), iniciou sua carreira como gerente-executivo do Espírito Santo Investimentos. Após a aquisição do Banco Boa vista pelo Grupo Espírito Santo (Portugal), assumiu a posição de diretor executivo em uma das

empresas do conglomerado. Atuou como diretor adjunto do departamento legal do Banco Santander Brasil e nos últimos oito anos como executivo sênior do Banco HSBC Brasil.

José Eduardo de Assunção

Administrador de Empresas e Pós-graduado em Finanças pela Universidade Mackenzie e MBA Executivo em Finanças no IBMEC. Mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro sendo os últimos 16 anos no CCF e HSBC. Foi diretor do HSBC Fundo de Pensão, presidente do Conselho Fiscal do HSBC Fundo Instituidor, coordenou grandes operações de incorporação de negócios, produtos estruturados e custódia terceirizada.

Leonardo Russo Calixto

Engenheiro Mecânico formado pelo Instituto Militar de Engenharia (IME-RJ), Pós-graduado em Administração Industrial pela Fundação Vanzolini (Poli-USP), MBA Executivo em Finanças no IBMEC e Mestrado em Economia na PUC-SP. Durante 15 anos fez uma carreira em instituições financeiras privadas (Unibanco e Fator) e estrangeiras (CCF e HSBC), adquirindo vasta experiência em desenvolvimento de produtos, estratégia e vendas, gestão de riscos e carteiras. Nos últimos cinco anos atuou como diretor de produtos e vendas no HSBC Global Asset Management cobrindo a América Latina.

Breve Descrição das Funções

Os serviços de gestão da Carteira do Fundo serão prestados pelo Gestor, o qual terá poderes para praticar todos os atos necessários à gestão da Carteira, em especial para, em nome do Fundo, negociar os Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros, bem como, dentre outras atribuições previstas neste Prospecto, no Regulamento e no Contrato de Gestão, as que seguem:

- (a) Participar do Comitê de Crédito, nos termos do Regulamento;
- (b) Monitorar e controlar os indicadores de desempenho da Carteira, tais como, mas não limitado a, Índice de Liquidez, Índice de Inadimplência, taxa média, prazo médio de vencimento da carteira de Direitos de Crédito, limites de concentração de Cedentes e Devedores e spread excedente;
- (c) Monitorar a Razão de Garantia e a Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas;
- (d) Monitorar, controlar e gerir a Reserva de Caixa; e
- (e) Acompanhar as atividades desempenhadas pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada.

O Gestor, observadas as limitações legais e regulamentares, assim como as constantes deste Prospecto e do Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à gestão da Carteira do Fundo, em especial para, em nome deste, negociar os Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros.

O Índice de Inadimplência será calculado mensalmente pelo Gestor, no último Dia Útil de cada mês, e informado ao Administrador em até 02 (dois) Dias Úteis.

CUSTODIANTE

Breve Histórico

Em 2007, os sócios do Grupo PETRA decidiram atuar no desenvolvimento de operações estruturadas para o mercado de capitais e iniciaram a discussão de um plano de negócios com o BACEN, baseando sua estratégia no fomento do crédito por meio dos instrumentos de securitização disponíveis no mercado de capitais brasileiro. Referido plano de negócios propiciou a constituição do Banco PETRA S.A., que iniciou suas atividades em agosto de 2010.

A criação do Banco PETRA S.A. permite ao Grupo PETRA o desenho de soluções inovadoras que oferecem vantagens competitivas e ganhos de sinergia nos serviços prestados aos clientes. O objetivo final é promover alternativas de funding a todos os setores da economia, sem a utilização do formato de crédito bancário tradicional.

O modelo de negócios do Banco PETRA é fundamentado na tendência global de desintermediação financeira, especializado em fundos estruturados como fundos de investimento em direitos creditórios - FIDCs, fundos de investimentos em participações - FIPs e fundos de investimento imobiliários - FIIs.

O Banco PETRA S.A. foi autorizado pela CVM a prestar serviços de custódia em 21.03.2011, por meio do Ato Declaratório nº 11.590.

O Banco PETRA S.A. dispõe de tecnologia própria que permite a realização de até 300 (trezentas) cessões por dia e, atualmente, presta serviços de custódia para 25 (vinte e cinco) fundos representando aproximadamente R\$ 1,2 bilhão de patrimônio líquido.

Breve Descrição das Funções

O Custodiante será o responsável pela prestação dos serviços de custódia qualificada, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01.

Dentre outras atribuições previstas neste Prospecto, no Regulamento e nos Documentos do Fundo, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos de Crédito representados por operações financeiras, comerciais e de serviços;
- (b) validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- (c) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito, evidenciados pelo Contrato de Cessão e pelos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito;
- (d) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo;
- (e) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores;
- (f) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgates ou qualquer outros valores relativos aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta corrente de titularidade do Fundo.

Metodologia para verificação do lastro por amostragem

Uma vez que há um significativo volume de Direitos de Crédito e expressiva diversificação de Devedores, a verificação da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito, será feita por amostragem, trimestralmente, de acordo com a metodologia de análise de verificação de lastro abaixo descrita:

1. O Custodiante analisará trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito, em uma data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os Devedores dos respectivos Direitos de Crédito selecionados;

2. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes, conforme escopo abaixo detalhado:
 - (i) Obtenção de base de dados analítica por Direito de Crédito;
 - (ii) Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo;
 - (iii) Verificação física dos Documentos Comprobatórios devidamente formalizados junto ao fiel depositário;
 - (iv) Verificação da documentação acessória representativa dos Direitos de Crédito;
 - (v) Verificação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para Direitos de Crédito vencidos e não liquidados; e
 - (vi) Verificação das condições de guarda física dos Documentos Comprobatórios junto ao fiel depositário.
3. Para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos de Crédito.

Fórmula para seleção da amostra:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Onde:

ξ_0 : Erro Estimado
 A : Tamanho da Amostra
 N : População Total
 n_0 : Fator Amostral

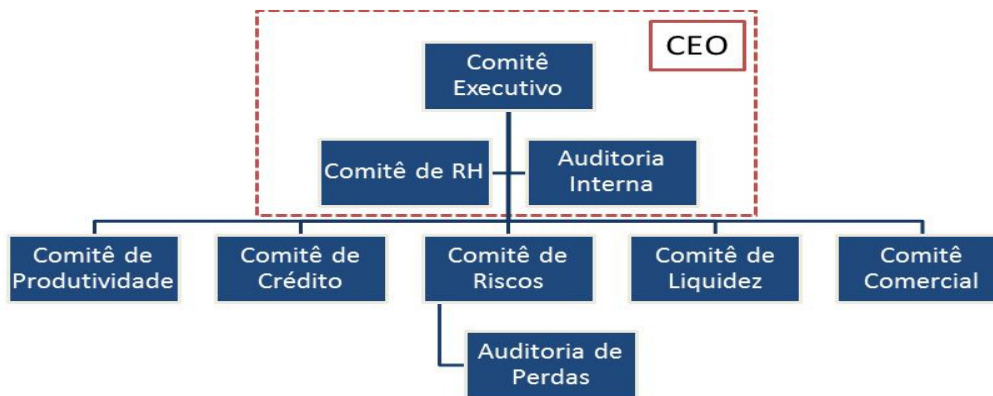
GRUPO SIFRA CONSULTORIA ESPECIALIZADA

Breve Histórico

O Grupo Sifra é um grupo não financeiro com foco em crédito no Brasil, com 18 anos de atuação. É especializado em crédito corporativo para empresas do *middle-market*. O Grupo Sifra atua como consultor de crédito para fundos de investimento em direitos creditórios há 4 anos, possuindo aproximadamente R\$ 317 milhões de direitos creditórios em carteira, sendo R\$ 180 milhões na carteira de tais fundos (fonte: Grupo Sifra Consultoria Especializada). O Grupo Sifra possui: (i) um perfil conservador na estrutura de capital, (ii) altas taxas de crescimento aliadas ao modelo de negócio bem sucedido, (iii) excelente qualidade da carteira de crédito, (iv) estrutura profissionalizada formada por profissionais com larga experiência em bancos de médio e grande porte, e (v) processo de tomada de decisão estruturada e baseada em comitês.

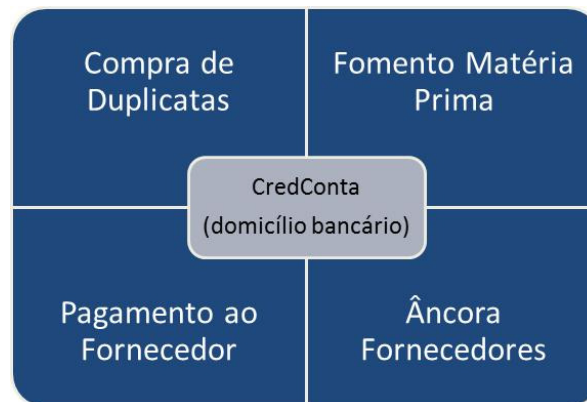
O Grupo Sifra é especializado no atendimento as empresas, oferecendo produtos e serviços variados e diferenciados. Sempre se destacou na agilidade e inovação no desenvolvimento de novas soluções para seus clientes.

Para o Grupo Sifra, a adoção das melhores práticas de governança corporativa contribui efetivamente para o sucesso do negócio. As principais decisões são tomadas de forma colegiada com uma estrutura de comitês específicos, conforme apresentado abaixo.



Fonte: Grupo Sifra Consultoria Especializada

Desde o início das operações, os acionistas do Grupo Sifra têm se mantido comprometidos em otimizar e viabilizar negócios para seus clientes visando a entrega de serviços e soluções de produtos que poderão ser adaptados para características específicas e ambientes de mercado, sem afetar as operações e a rentabilidade do grupo.



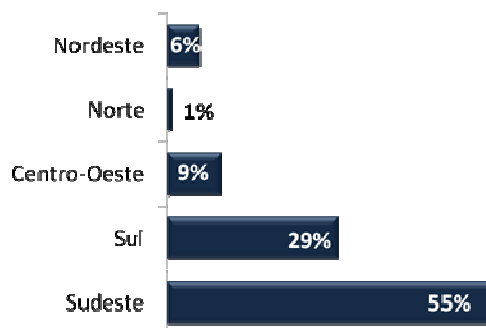
Fonte: Grupo Sifra Consultoria Especializada

Distribuição Geográfica

Plataformas comerciais estrategicamente localizadas em cidades nas regiões Sudeste e Sul permitindo uma atuação com abrangência nacional.

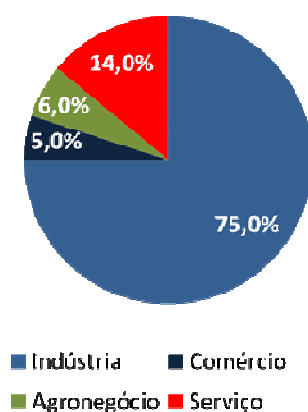


Fonte: Grupo Sifra Consultoria Especializada – Dez/2010



Fonte: Base de dados do Grupo Sifra Consultoria Especializada – Dez/2010

Segmentos Econômicos

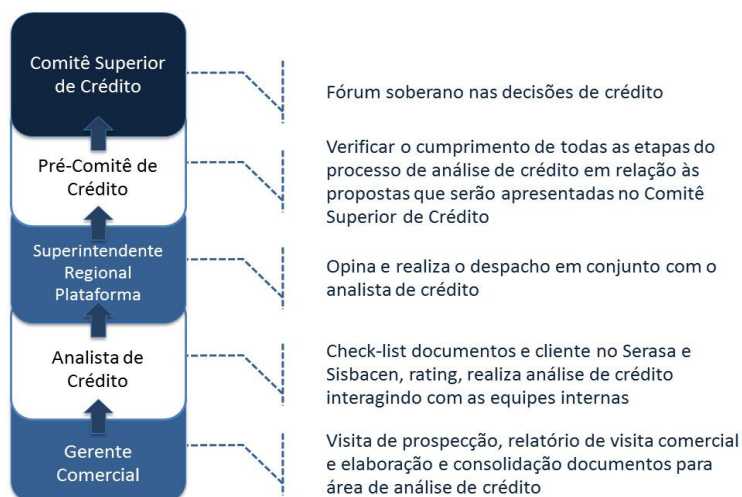


Fonte: Base de dados do Grupo Sifra Consultoria Especializada – Dez/2010

O Grupo Sifra desenvolveu conceitos e procedimentos padronizados para análise e concessão de crédito, para dar suporte ao crescimento de suas operações e ampliação da base de clientes.

O Grupo Sifra sempre procurou atuar de maneira preventiva no monitoramento dos clientes ativos visando antecipar movimentos de inadimplência na carteira de operações que envolvam todo e qualquer tipo de risco de crédito, dar suporte às decisões e estratégias comerciais e fornecer dados que permitam, ainda que parcialmente, ao Comitê Executivo, acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico.

Fluxo de Tomada de Decisão ao Crédito



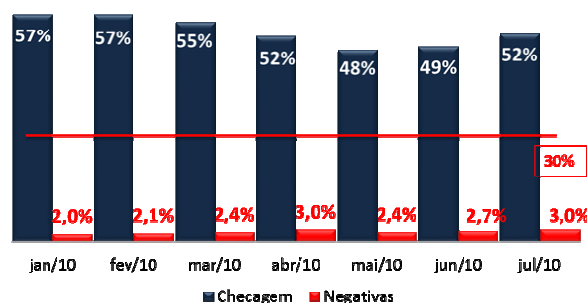
Fonte: Base de dados do Grupo Sifra Consultoria Especializada

Um dos diferenciais na gestão de riscos da carteira do Grupo: Auditoria de Expedição e Checagem das operações.

Auditoria: acompanhamento, verificação e análise das empresas e cedentes no dia-a-dia, verificando (borderôs, veracidade dos comprovantes de entrega (canhoto), apuração e verificação das checagens negativas constatadas, bem como notas fiscais canceladas, análise da expedição e da produção, análise de estoque de insumos e produtos acabados, entre outros).

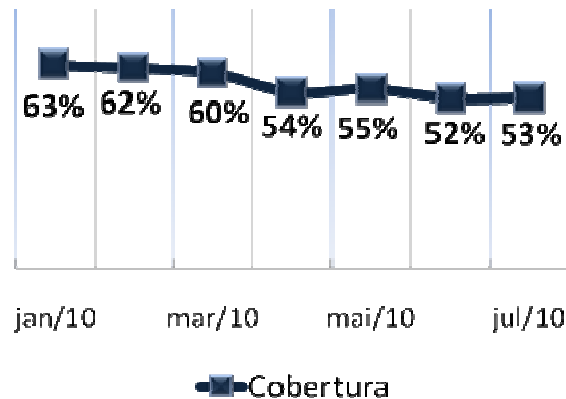
Checagem: verifica junto aos sacados a existência de pedido e o recebimento das mercadorias referente aos títulos negociados e em último caso, se o cedente é seu fornecedor habitual analisando também outros critérios.

O Grupo Sifra definiu (controle semanal como KPI) que, no mínimo, 30% (trinta por cento) da carteira de duplicatas devem ser checadas com no máximo 5% (cinco por cento) em negatificação.



Fonte: Relatório diário e mensal controlado via sistema do Grupo Sifra Consultoria Especializada

O Grupo definiu (controle semanal como KPI) que, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da carteira de duplicatas devem ter auditoria de expedição.



Fonte: Sistema Genius Novo do Grupo Sifra Consultoria Especializada

A política de pulverização da carteira de crédito se traduz em não haver concentração de risco, tanto para um único cliente, quanto para um pequeno número de clientes.

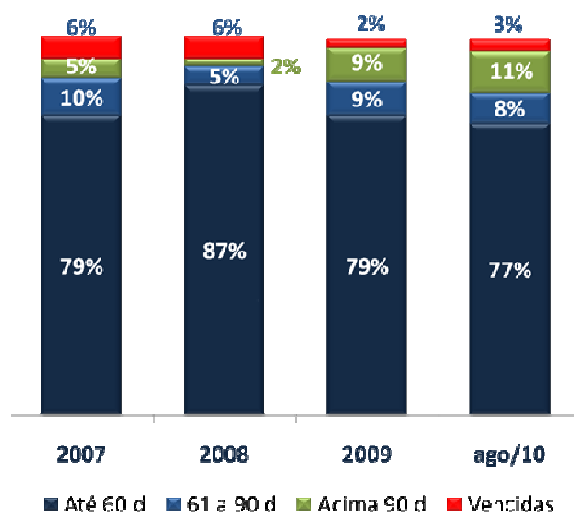
% Carteira de Crédito CEDENTES	% sobre Risco Total	% sobre risco 40 maiores
Maior Risco	5,5%	19,3%
10 Maiores Riscos	16,6%	58,3%
20 Maiores Riscos	21,8%	76,7%
40 Maiores Riscos	28,4%	100%

Fonte: Base de dados do Grupo Sifra Consultoria Especializada – Dez/2010

% Carteira de Crédito SACADOS	% sobre Risco Total	% sobre risco 100 maiores
Maior Risco	4,7%	12,8%
10 Maiores Riscos	16,9%	46,4%
20 Maiores Riscos	23,3%	63,9%
50 Maiores Riscos	32,7%	89,5%
100 Maiores Riscos	41,4%	100,0%

Fonte: Base de dados do Grupo Sifra Consultoria Especializada – Dez/2010

Predomínio das operações de curto prazo. Cerca de 80% (oitenta por cento) dos créditos possuem vencimentos inferiores a 60 dias. Historicamente é muito baixa a inadimplência da carteira.



Fonte: Base de dados do Grupo Sifra Consultoria Especializada

Breve Descrição das Funções

O Grupo Sifra Consultoria Especializada prestará os seguintes serviços ao Fundo, dentre outras atribuições previstas neste Prospecto e no Regulamento e nos Documentos do Fundo:

- Prospecção de potenciais Cedentes e respectivos Direitos de Crédito para a aquisição pelo Fundo e verificação das Condições de Cessão; e
- Análise e seleção de potenciais Cedentes, Devedores e Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, verificação das Condições de Cessão, pré-verificação dos Critérios de Elegibilidade e gestão de risco de crédito do Fundo.

O Fundo, devidamente representado pelo Administrador, outorgará ao Grupo Sifra Consultoria Especializada, nos termos do respectivo Contrato de Consultoria, todos os poderes necessários à realização dos serviços descritos no parágrafo acima.

AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino do Fundo têm classificação de risco atribuída pela Standard & Poor's, agência de classificação de risco contratada pelo Fundo. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Cotistas na sede e agências do Administrador.

AUDITORIA INDEPENDENTE

Para prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo foi contratada a empresa KPMG Auditores Independentes.

Breve Histórico

A KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 057.755.217/0001-29. A KPMG foi criada em 1987, com a fusão da *Peat Marwick International* (PMI) e da *Klynveld Main Goerdeler* (KMG), assim como suas firmas-membro individuais. No Brasil, a KPMG está presente em onze cidades do Brasil, e conta com mais de 1.200 (mil e duzentos) funcionários. A KPMG é uma rede global de firmas que prestam serviços profissionais nas áreas de *Audit*, *Tax*, e *Advisory*, com aproximadamente 103.000 (cento e três mil) pessoas em todo o mundo, distribuídas em 731 (setecentos e trinta e uma) cidades, localizadas em 144 (cento e quarenta e quatro) países. A KPMG será responsável pela execução dos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo, a serem efetuadas em cada encerramento de exercício social do Fundo.

CONFLITO DE INTERESSE

O Administrador, o Custodiante, o Grupo Sifra Consultoria Especializada e o Gestor mantêm relações comerciais com outras pessoas, inclusive entre si, no curso normal de suas atividades. Essas relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros, entre outros.

Além da relação existente entre o Administrador e o Custodiante que são integrantes do Grupo Petra, a relação comercial mais relevante mantida entre as partes relacionadas destaca-se pela prestação de serviços de administração do Fundo, pelo Administrador, e do fundo de investimento em direitos creditórios abaixo discriminado, no qual o Grupo Sifra Consultoria Especializada atua como consultora especializada e o Gestor como gestora. O grupo de prestadores de serviço é o mesmo para o Fundo, com exceção da prestação dos serviços de custódia, e para o fundo de investimento em direitos creditórios, conforme abaixo:

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Sifra Premium é um fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.039.712/0001-66, com prazo de duração indeterminado, onde o Administrador, o Gestor e os Consultores Especializados foram contratados para prestarem serviços durante o prazo de vigência do fundo, podendo, todavia, serem substituídos nos termos definidos no regulamento do referido fundo.

RELACIONAMENTO ENTRE OS PRINCIPAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

RELACIONAMENTO ENTRE O ADMINISTRADOR E O GESTOR

Exceto pelo relacionamento em razão de prestação de serviços ao Fundo, o Administrador e o Gestor não têm qualquer outro relacionamento comercial relevante direto, na data deste Prospecto Definitivo. Indiretamente, o Administrador presta serviços de administração para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sifra Premium, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.039.712/0001-66.

RELACIONAMENTO ENTRE O ADMINISTRADOR E O CUSTODIANTE

O Administrador e o Custodiante são instituições integrantes de um mesmo grupo econômico controlado pela Holding Petra S.A.

Até a data do presente Prospecto, o Administrador não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Custodiante, além do relacionamento decorrente do fato destas instituições realizarem diversas operações típicas no mercado bancário, incluindo, mas não se limitando, a: (i) administração, (ii) custódia, (iii) controladoria, (iv) escrituração, e (v) distribuição de cotas de fundos de investimento.

Os contratos relativos ao relacionamento existente entre ambas são contratos de prestação de serviços decorrentes das atividades cotidianas das partes. Tais contratos são celebrados pelos valores de mercado dos respectivos serviços, de modo que inexistente contrato considerado relevante para os fins do disposto no item 1.2 do Anexo III-A, da Instrução CVM nº 400/03.

Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, o Administrador e o Custodiante mantêm suas atividades de maneira independente e segregada umas das outras, de forma a garantir transparência, independência e segurança a seus respectivos clientes.

ATENDIMENTO AOS COTISTAS

O Administrador coloca à disposição dos Cotistas um serviço de atendimento responsável pelo esclarecimento de dúvidas e recebimento de sugestões e reclamações através do telefone (41) **0800-600-1616 (Curitiba)**. O correio eletrônico poderá ser utilizado como uma forma de correspondência válida entre o Administrador e os Cotistas do Fundo, inclusive para fins de convocação de assembleias gerais e envio de informações referentes ao Fundo, desde que o Cotista concorde, expressamente, com tal procedimento.

REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS E OUTROS ENCARGOS

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Pelos serviços de administração, gestão e consultoria especializada prestados respectivamente pelo Administrador, Gestor e Grupo Sifra Consultoria Especializada, bem como pelo serviço de distribuição das Cotas do Fundo, será cobrada do Fundo, mensalmente, uma Taxa de Administração, calculada conforme a seguinte fórmula:

$$T_{\text{Total}} = T_{\text{Ai}} + T_{\text{Aii}} + T_{\text{Aiii}}$$

Onde:

T_{Total} : Taxa de Administração.

T_{Ai} : parcela da Taxa de Administração devida ao Gestor, nos termos do Contrato de Gestão, a partir da primeira integralização de Cotas;

T_{Aii} : parcela da Taxa de Administração devida ao Grupo Sifra Consultoria Especializada, nos termos do Contrato de Consultoria, a partir da primeira integralização de Cotas;

$(T_{\text{Ai}} + T_{\text{Aii}})$ = a 1,43% (um inteiro e quarenta e três centésimos por cento) ao ano, calculada sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, a ser paga mensalmente e apurada a cada Dia Útil à razão de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), dividida na seguinte proporção: Para T_{Ai} 30,07% (trinta inteiros e sete centésimos por cento) de 1,43% (um inteiro e quarenta e três centésimos por cento) e para T_{Aii} 69,93% (sessenta e nove inteiros e noventa e três centésimos por cento) de 1,43% (um inteiro e quarenta e três centésimos por cento); e

T_{Aiii} : parcela da Taxa de Administração devida ao Administrador, cobrada a partir da primeira integralização de Cotas, será equivalente ao valor correspondente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido que atingir até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), acrescido do valor correspondente a 0,27% (vinte e sete centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido entre R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), e acrescido do valor correspondente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido que exceder a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), a ser paga mensalmente e apurada a cada Dia Útil, à razão de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos).

Os tributos incidentes sobre os valores cobrados de T_{Aiii} (Imposto Sobre Serviços (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e outros que porventura venham a incidir) serão a elas acrescidos nas alíquotas vigentes à época do pagamento. Os tributos serão calculados pelo Administrador e o Administrador informará ao Custodiante.

A parcela da Taxa de Administração devida ao Gestor e ao Grupo Sifra Consultoria Especializada será calculada pelo Administrador e informada ao Custodiante mensalmente.

A parcela da Taxa de Administração devida ao Administrador será calculada e provisionada diariamente pelo Administrador, tendo como base o valor do Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, e cobrada mensalmente do Fundo, a serem pagas no 2º (segundo) Dia Útil subsequente ao mês vencido.

O Administrador pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima fixada.

A Taxa de Administração referida acima não inclui os valores devidos aos prestadores de serviços de custódia e auditoria das demonstrações contábeis do Fundo, bem como outras despesas e encargos do Fundo previstos neste Prospecto e no Regulamento, as quais serão debitadas do Fundo pelo Administrador.

TAXA DE PERFORMANCE

Além da Taxa de Administração, será cobrada do Fundo uma remuneração ao Grupo Sifra Consultoria Especializada baseada na rentabilidade das Cotas Subordinadas Júnior, denominada Taxa de Performance, correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor da rentabilidade das Cotas Subordinadas Júnior que exceder a 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI, em cada período de apuração, já deduzidas as rentabilidades das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, bem como todas as demais despesas do Fundo, inclusive a Taxa de Administração.

A Taxa de Performance será calculada e provisionada pelo Custodiante, diariamente, por Dia Útil, e paga diretamente pelo Fundo a cada semestre civil, a partir da data da primeira integralização de Cotas, por período vencido, até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente ao encerramento de cada período de apuração, observando que o primeiro período de apuração da Taxa de Performance terá início na Data de Subscrição Inicial e término no encerramento do semestre civil correspondente.

Entende-se como semestre civil, para fins de aplicação do disposto acima, os períodos compreendidos entre:

- (a) O 1º (primeiro) Dia Útil do mês de janeiro, inclusive, e o último Dia Útil do mês de junho, inclusive; e
- (b) O 1º (primeiro) Dia Útil do mês de julho, inclusive, e o último Dia Útil do mês de dezembro, inclusive.

Considerando que a Taxa de Performance prevista acima é calculada e provisionada diariamente, na eventualidade da ocorrência de resgates no decorrer do semestre civil, a Taxa de Performance será calculada, proporcionalmente, por Dias Úteis, entre a data do último pagamento da Taxa de Performance e a data da efetivação do resgate.

É vedada a cobrança da Taxa de Performance quando o valor da Cota Subordinada Júnior for inferior ao seu valor da data da primeira integralização de Cotas Subordinadas Júnior ou por ocasião da última cobrança efetuada.

REMUNERAÇÃO DO CUSTODIANTE

Pela prestação dos serviços de custódia qualificada, o Custodiante receberá uma remuneração de acordo os percentuais constantes na tabela abaixo sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, sujeita a um valor mínimo mensal de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais):

Patrimônio Líquido (em milhões de R\$)	Percentual ao ano (% a.a.)
Até 100	0,20
De 100,1 até 200	0,18
De 200,1 até 300	0,15
A partir de 300	a combinar

O valor dessa remuneração será anualmente revisto e reajustado pelo IGP-M/FGV ou, na extinção deste índice, pelo índice que vier a substituí-lo. O pagamento da referida taxa deverá ocorrer até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao mês da prestação dos serviços.

A remuneração do Custodiante acima estabelecida será debitada diretamente do Fundo pelo Administrador, não estando inclusa na Taxa de Administração.

REMUNERAÇÃO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

A Agência Classificadora de Risco fará jus a uma remuneração devida pela prestação de serviços de classificação de risco das Cotas Seniores do Fundo, de US\$ 32,000.00 (trinta e dois mil dólares americanos) e ainda, enquanto for mantida a classificação de risco das Cotas do Fundo, fará jus a uma remuneração anual de US\$ 23,000.00 (vinte e três mil dólares americanos) nos primeiros 10 (dez) anos e, se aplicável, aumentará anualmente, observada a seguinte sistemática: (i) anos 11 a 15: US\$ 28,000.00 (vinte e oito mil dólares americanos); (ii) anos 16 a 20: US\$ 33,000.00 (vinte e três mil dólares americanos); e (iii) anos 21 e posteriores US\$ 38,000.00 (trinta e oito mil dólares americanos).

Adicionalmente, a Agência Classificadora de Risco fará jus a uma remuneração de US\$ 12,000.00 (doze mil dólares americanos) pela classificação de risco das Cotas Subordinadas Mezanino do Fundo. A remuneração da Agência Classificadora de Risco acima estabelecida será debitada diretamente do Fundo pelo Administrador, não estando inclusa na Taxa de Administração, observado que os valores a serem pagos à Agência Classificadora de Risco serão convertidos em Reais.

REMUNERAÇÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

O Auditor Independente fará jus a uma remuneração, pela prestação de serviços ao Fundo, de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), acrescidos dos impostos incidentes.

A remuneração do Auditor Independente acima estabelecida será debitada diretamente do Fundo pelo Administrador, não estando inclusa na Taxa de Administração.

TAXA DE INGRESSO E TAXA DE SAÍDA

Ressalvada a Taxa de Administração e a Taxa de Performance estabelecidas neste Prospecto e no Regulamento, não serão cobradas dos Cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tais como taxa de ingresso ou taxa de saída.

OUTROS ENCARGOS DO FUNDO

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da Taxa de Performance, as seguintes despesas:

- (a) Taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (b) Despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Prospecto e no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) Despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (d) Honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (e) Emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (f) Honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (g) Quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Cotistas;
- (h) Taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira;
- (i) Despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco; e

- (j) Despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo devem correr por conta do Administrador, sendo que o Administrador pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Prospecto e no Regulamento.

SUBSTITUIÇÃO OU RENÚNCIA DO ADMINISTRADOR

A Assembleia Geral de Cotistas poderá a qualquer tempo: (i) deliberar pela substituição do Administrador; e (ii) indicar o nome, a qualificação, a experiência e a remuneração da instituição que assumirá, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações do Administrador, nos termos da legislação aplicável e deste Prospecto e do Regulamento.

Na hipótese de deliberação pela Assembleia Geral de Cotistas da substituição do Administrador, o Administrador deverá permanecer no exercício regular de suas funções pelo menor prazo entre: (i) 60 (sessenta) dias; ou (ii) até que seja contratado outro administrador.

O Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo: (i) colocar à disposição da instituição substituta, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da realização da respectiva Assembleia Geral de Cotistas que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações do Administrador, bem como (ii) prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição substituta.

O Administrador, por correspondência, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Cotistas para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do Fundo, devendo ser observado o quórum de deliberação estabelecido neste Prospecto e no Regulamento.

Na hipótese de renúncia do Administrador e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral de Cotistas, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo por prazo a ser definido na referida Assembleia Geral de Cotistas, que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias corridos.

Caso o novo administrador nomeado, nos termos descritos acima, não substitua o Administrador dentro do prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados da data em que se realizar a Assembleia Geral de Cotistas referida no parágrafo acima, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo até o 70º (septuagésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembleia Geral de Cotistas que nomear o novo administrador.

Na hipótese do Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de Cotistas referida acima: (i) não nomear administrador habilitado para substituir o Administrador, ou (ii) não tiver quórum suficiente para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos.

Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

Nas hipóteses de substituição do Administrador e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

Nas hipóteses de substituição do Administrador previstas nesta seção, o Administrador fará jus à remuneração *pro rata temporis* até que a sua efetiva substituição ocorra.

SUBSTITUIÇÃO OU RENÚNCIA DOS OUTROS PRESTADORES DO FUNDO

GESTOR, CUSTODIANTE E GRUPO SIFRA CONSULTORIA ESPECIALIZADA

As regras dispostas para a substituição ou renúncia do Administrador, no que couber, também são aplicáveis à substituição do Gestor, Custodiante e do Grupo Sifra Consultoria Especializada, sendo certo que para a substituição do Custodiante, o prazo será de 30 (trinta) dias.

Caso o Gestor seja substituído por outro prestador de serviços no Fundo, por qualquer que seja o motivo e a qualquer tempo, deverá ser providenciada a devida alteração na denominação do Fundo de modo a não mais constar a nomenclatura do Gestor na denominação do Fundo.

Na hipótese de todos os membros do Grupo Sifra Consultoria Especializada deixarem de prestar serviços ao Fundo, por qualquer que seja o motivo e a qualquer tempo, e o Fundo não seja liquidado, deverá ser providenciado a devida alteração na denominação do Fundo, imediatamente após a saída do Grupo Sifra Consultoria Especializada do Fundo, de modo a não mais constar a nomenclatura “Sifra” na denominação do Fundo.

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

A substituição da Agência de Classificação de Risco por iniciativa do Fundo, nos termos do Regulamento, depende de aprovação da Assembleia Geral, sendo para tanto necessário observar o quórum previsto no Regulamento.

AUDITOR INDEPENDENTE

O Auditor Independente poderá ser substituído a qualquer tempo, mediante notificação expressa e motivada, com antecedência de 10 (dez) Dias Úteis, sendo que a contratação de uma nova empresa de auditoria independente poderá ser deliberada em Assembleia Geral de Cotistas.

FATORES DE RISCO

A Carteira do Fundo e, por consequência, seu patrimônio, estão sujeitos a diversos fatores de risco, dentre os quais destacamos os abaixo relacionados. Caso algum destes riscos ocorra, o Fundo poderá sofrer prejuízos, inclusive com perda de patrimônio para o Cotista. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente este item. O Administrador, o Gestor, o Custodiante, o Grupo Sifra Consultoria Especializada, os Cedentes e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e/ou pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, eventual perda do valor principal de suas aplicações em decorrência dos riscos indicados nos parágrafos abaixo e de outros aplicáveis às Cotas, aos Direitos de Crédito e ao Fundo. As aplicações dos Cotistas não contam com a garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, do Grupo Sifra Consultoria Especializada ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

RISCOS DE MERCADO

- (a) Fatores Macroeconômicos Relevantes: Considerando que o Fundo aplicará suas disponibilidades na aquisição de Direitos de Crédito representados pelos Documentos Comprobatórios, a distribuição de rendimentos aos Cotistas dependerá da solvência dos respectivos Devedores. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação da taxa de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, etc. Assim, na hipótese de ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver aumento da inadimplência dos Direitos de Crédito, provocando perdas patrimoniais ao Fundo e consequentemente aos Cotistas;
- (b) Risco de Descasamento entre a Taxa de Cessão dos Direitos de Crédito e da Rentabilidade das Cotas: O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito representados por Documentos Comprobatórios, adquiridos, quando pré-fixados, com base em taxa determinada por meio da projeção da Taxa DI em vigor no Dia Útil anterior à sua cessão ao Fundo enquanto a Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores têm como parâmetro a Taxa DI prevista neste Prospecto e no Regulamento. Caso a Taxa DI se eleve substancialmente poderá ocorrer descasamento entre as taxas de retorno. Caso ocorra tal descasamento, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que o Administrador, o Gestor, o Custodiante e o Grupo Sifra Consultoria Especializada não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Cotistas;
- (c) Risco de Descasamento entre a Taxa Mínima de Remuneração para os Direitos de Crédito Pós-Fixados e a Rentabilidade das Cotas: O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito representados por Documentos Comprobatórios, adquiridos, quando pós-fixados, com base na taxa SELIC, enquanto a Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores têm como parâmetro a Taxa DI prevista neste Prospecto e no Regulamento; caso ocorra o substancial descasamento entre a taxa SELIC e a Taxa DI, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que o Administrador, o Gestor, o Custodiante e o Grupo Sifra Consultoria Especializada não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Cotistas;
- (d) Flutuação do Valor dos Ativos Financeiros: O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos Ativos Financeiros, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados; e

- (e) Risco Sistêmico: Referidos riscos encontram-se vinculados às condições econômicas nacionais e internacionais, podendo ser afetados pelo mercado e pelas alterações nas taxas de juros e câmbio, preços dos papéis e ativos em geral, incluindo os preços dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira. Não há garantia de que a mudança de tais condições não afetará o valor das posições e dos ativos detidos pelo Fundo.

RISCOS DE CRÉDITO

- (a) Ausência de Garantia de Pagamento do Principal e Rendimentos: As aplicações do Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, do Grupo Sifra Consultoria Especializada ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Igualmente, o Fundo, o Administrador, o Gestor, o Custodiante ou o Grupo Sifra Consultoria Especializada, não prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal provirão exclusivamente da Carteira, a qual está sujeita a riscos diversos e cujo desempenho é incerto, e, subsidiariamente, as Cotas Subordinadas poderão ser impactadas para o pagamento do principal das Cotas Seniores;
- (b) Inexistência de Garantia de Rentabilidade: A Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores e a Rentabilidade Alvo das Cotas Subordinadas Mezanino referem-se, respectivamente, à remuneração máxima resultante do limite de rentabilidade estabelecido para as Cotas Seniores e para as Cotas Subordinadas Mezanino, adotada pelo Fundo e trata-se apenas de uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores, nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, do Administrador, do Gestor, do Custodiante ou do Grupo Sifra Consultoria Especializada, de assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas, a rentabilidade dos Cotistas será inferior à Rentabilidade Alvo indicada neste Prospecto e no Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura;
- (c) Inadimplência do Pagamento dos Direitos de Crédito: Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo terão seu pagamento realizado diretamente pelos Devedores ou seus Devedores Solidários, quando aplicável, estando sujeitos, portanto, ao risco de inadimplência. A decretação de falência ou deferimento de pedido de recuperação judicial, de plano de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência dos Devedores, dos Devedores Solidários, ou dos Cedentes, quando estes forem coobrigados dos Devedores, poderá afetar o pagamento pontual dos Direitos de Crédito e afetar adversamente os resultados do Fundo. Nestes casos, o Fundo negociará ou cobrará seu crédito diretamente do Devedor, do Cedente quando este for coobrigado, dos respectivos sucessores, quando for o caso, e ainda, dos Devedores Solidários, nos termos acordados com o Gestor. Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, o Fundo poderá suportar os prejuízos daí advindos, o que poderá afetar o patrimônio e a rentabilidade do Fundo e, por conseguinte, o investimento nas Cotas;
- (d) Inadimplemento de Outros Ativos: A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos de Crédito deverá ser aplicada em Ativos Financeiros. Tais Ativos Financeiros podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, obrigando o Fundo a suportar os respectivos prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas;

- (e) Pagamentos Efetuados Diretamente aos Cedentes ou ao Grupo Sifra Consultoria Especializada: Caso os Cedentes e/ou o Grupo Sifra Consultoria Especializada venham receber diretamente pagamentos referentes aos Direitos de Crédito, estes deverão repassá-los ao Fundo no prazo máximo de 02 (dois) Dias Úteis a contar do recebimento. O repasse dos recursos ao Fundo poderá atrasar ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, seja pelo descumprimento puro e simples da obrigação, ou por outras razões, tais como problemas operacionais internos ou de seus sistemas que os impeçam de realizar as rotinas e procedimentos sob sua responsabilidade, o que afetaria o fluxo de recebimento do Fundo;
- (f) Insuficiência da Coobrigação em Relação aos Direitos de Crédito Cedidos: Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem contar ou não com a coobrigação dos respectivos Cedentes. Caso haja coobrigação dos respectivos Cedentes, estes são solidariamente responsáveis pela solvência dos Devedores. Em caso de inadimplemento dos Direitos de Créditos não há garantias de que, uma vez acionados, os Cedentes tenham condições de honrar com a coobrigação. No caso do Cedente coobrigado não honrar com o pagamento dos Direitos de Crédito inadimplidos, referidos Direitos de Crédito serão cobrados do Devedor Solidário, se houver, que por sua vez poderá não ter condições de cumprir com a obrigação de pagamento. Caso a coobrigação do Cedente e responsabilidade solidária do Devedor Solidário, não resultem no adimplemento dos Direitos de Crédito, o Administrador, o Gestor, o Custodiante e o Grupo Sifra Consultoria Especializada não serão responsáveis, subsidiária ou solidariamente, pelo pagamento dos Direitos de Crédito e pela solvência dos Devedores; e
- (g) Crítérios para Concessão de Crédito: O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que tenham sido originados com observância à política de concessão de crédito especificadas neste Prospecto e no Regulamento. No entanto, não é possível assegurar que a observância de tais diretrizes garantirá a qualidade dos Direitos de Crédito e/ou a solvência dos respectivos Devedores e Devedores Solidários.

RISCOS DE LIQUIDEZ

- (a) Liquidação Antecipada do Fundo: O Regulamento prevê hipóteses nas quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, aliado ao fato de não existir mercado ativo e organizado para negociação dos Direitos de Crédito, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas. Desse modo, os Cotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Cotas. Tanto o Administrador, o Gestor, o Custodiante e o Grupo Sifra Consultoria Especializada estão impossibilitados de assegurar que os resgates das Cotas ocorrerão conforme previsto no Regulamento, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra parte, incluindo o Administrador, o Gestor, o Custodiante e o Grupo Sifra Consultoria Especializada, qualquer multa, indenização ou penalidade, de qualquer natureza;
- (b) Fundo Aberto e Insuficiência de Recursos para Pagamento de Resgate das Cotas: O Fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto. Quando da eventual solicitação de resgate de Cotas ou quando do resgate em decorrência de um Evento de Liquidação, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar o resgate total ou parcial das Cotas nas datas originalmente previstas, podendo acarretar prejuízo aos Cotistas. Considerando-se a sujeição do Fundo à necessidade de liquidação de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros para realizar o resgate das Cotas, o Administrador, o Gestor, o Custodiante e o Grupo Sifra Consultoria Especializada estão impossibilitados de assegurar que os resgates das Cotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo o Administrador, o Gestor e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza; e

- (c) Titularidade dos Direitos de Crédito: O Fundo é uma comunhão de recursos que tem por objeto a aquisição de Direitos de Crédito, e suas Cotas representam porções ideais de seu Patrimônio Líquido. Deste modo, a titularidade das Cotas não confere ao Cotista propriedade ou qualquer outro direito que possa ser exercido diretamente sobre os Direitos de Crédito ou sobre os Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo. Em caso de liquidação antecipada do Fundo, poderá haver resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito, nas hipóteses previstas no Regulamento, e neste caso, a propriedade do Direito de Crédito será transferida do Fundo para os Cotistas. Não caberá ao Cotista a escolha dos Direitos de Crédito que lhe serão atribuídos por ocasião do resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

RISCOS OPERACIONAIS

- (a) Guarda e Conservação dos Documentos Comprobatórios: O Custodiante será responsável pela guarda, custódia e armazenagem dos Documentos Comprobatórios, sendo que o descumprimento do dever de guarda e conservação poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito;
- (b) Verificação do Lastro dos Direitos de Crédito: O Custodiante contratará auditoria para a verificação periódica do lastro dos Direitos de Crédito por meio da análise dos Documentos Comprobatórios em vias originais ou em cópias simples ou autenticada, de acordo com o Direito de Crédito em análise. Contudo, o Fundo poderá ter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, obstando ao Fundo o exercício de seus direitos em relação aos Direitos de Crédito, o que poderá acarretar prejuízo aos Cotistas. Ademais, a utilização de cópias simples dos Documentos Comprobatórios, para verificação do lastro dos Direitos de Crédito não confere o mesmo grau de certeza proporcionado pela análise documental original, ou por cópias autenticadas aumentando o risco de ocorrência de erros na verificação do lastro dos Direitos de Crédito;
- (c) Risco de Descontinuidade (Não Originação de Direitos de Crédito): O Grupo Sifra Consultoria Especializada é responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que nenhum Direito de Crédito poderá ser adquirido pelo Fundo, se não for previamente analisado e selecionado pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada. Apesar do Regulamento do Fundo prever Evento de Liquidação relativo à renúncia, substituição ou outros eventos relevantes relacionados ao Grupo Sifra Consultoria Especializada, caso exista qualquer dificuldade do Grupo Sifra Consultoria Especializada, em desenvolver suas atividades de análise e seleção dos Direitos de Crédito, os resultados do Fundo poderão ser adversamente afetados;
- (d) Desenquadramento da Alocação Mínima: O Fundo deve observar a alocação mínima de seus recursos em Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão previstas no Regulamento. Entretanto, não há garantia de que os Cedentes desejarem ceder e/ou o Grupo Sifra Consultoria Especializada conseguirá originar novos Cedentes de forma que tais Cedentes possam ceder Direitos de Crédito suficientes para fazer frente à exigência da alocação mínima acima referida. Assim, a existência do Fundo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos de Crédito necessários à manutenção e/ou recomposição da alocação mínima. O desenquadramento em relação à alocação mínima pode inclusive levar à liquidação antecipada do Fundo;

- (e) Ausência de Notificação aos Devedores: A ausência de notificação aos Devedores fará com que a cessão dos Direitos de Crédito não seja considerada eficaz em relação aos Devedores e, como consequência, os Direitos de Crédito poderão, eventualmente, ser pagos diretamente pelos Devedores aos Cedentes e, consequentemente, não serem recebidos, ou serem recebidos com atraso pelo Fundo, o que afetará negativamente a rentabilidade das Cotas;
- (f) Registro do Contrato de Cessão no Domicílio do Administrador: O registro do Contrato de Cessão, via de regra, será realizado somente no domicílio do Fundo, sendo que a ausência de registro na sede do Cedente poderá, em caso de disputa judicial, fazer com que seja questionada a eficácia da cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, e como consequência atrasar o pagamento dos respectivos Direitos de Crédito ao Fundo, o que por sua vez, poderá impactar a rentabilidade das Cotas;
- (g) Eventual Ausência de Registro nos Termos de Cessão: Os Termos de Cessão poderão não ser levados a registro perante o cartório de títulos e documentos. O documento consolidador da relação dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo de tempos em tempos pelo Fundo será objeto de lavratura por instrumento público no tabelião de notas. A forma de registro poderá fazer com que a eficácia da cessão dos Direitos de Crédito seja questionada, podendo ocasionar atraso no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito ao Fundo e, por sua vez, poderá impactar a rentabilidade das Cotas;
- (h) Ausência de Aceite na Letra de Câmbio: O aceite nas letras de câmbio é facultativo. Isso significa que, caso o sacado da letra de câmbio não dê seu aceite em referido título, ele não se torna o principal obrigado naquele título. A falta de aceite na letra de câmbio deverá ser comprovada com protesto do título, para que o Fundo possa ingressar com uma ação executiva contra o sacado da letra de câmbio e contra os eventuais endossantes e avalistas, podendo ocasionar atraso no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito ao Fundo e, por sua vez, poderá impactar a rentabilidade das Cotas; e
- (i) Possibilidade de Eventuais Restrições de Natureza Legal ou Regulatória: O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos, exógenos ao controle do Gestor e do Administrador, advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal e/ou regulatória que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito para o Fundo. Na hipótese de tais restrições ocorrerem, o fluxo de cessões de Direitos de Crédito ao Fundo poderá ser interrompido, podendo desta forma comprometer a continuidade do Fundo e o horizonte de investimento dos Cotistas. Além disso, os Direitos de Crédito já integrantes da Carteira podem ter sua validade questionada, podendo acarretar desta forma prejuízos aos Cotistas.

OUTROS RISCOS

- (a) Investimento em Carteira de Direitos de Crédito Diversificada: O Fundo pode investir em carteira de Direitos de Crédito diversificada, com natureza e características distintas. Dessa forma, o desempenho da Carteira pode apresentar comportamento distinto ao longo da existência do Fundo;
- (b) Risco de Concentração: O Fundo não possui limite de concentração por devedor para os Direitos de Crédito a Performar com Devedor Petrobras, mas possui um limite de 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo para a aquisição de Direitos de Crédito a Performar com Devedor Petrobras. Assim, o risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da carteira nos Direitos de Crédito acima mencionados, sendo que, quanto maior for a concentração, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas;

- (c) Cobrança Judicial ou Extrajudicial dos Direitos de Crédito: No caso dos Devedores inadimplirem as obrigações dos pagamentos dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Neste caso, além do Fundo incorrer em maiores custos relacionados à cobrança dos Direitos de Crédito inadimplidos, nada garante que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, qual seja, a recuperação do valor integral dos Direitos de Crédito inadimplidos. Nesta hipótese, a rentabilidade do Fundo será afetada negativamente;
- (d) Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Custodiante: A conta-corrente do Fundo será mantida perante o Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, há possibilidade dos recursos depositados na conta-corrente de titularidade do Fundo mantida junto ao Custodiante serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo. Ainda, o Custodiante realizará a cobrança de Direitos de Crédito do Fundo, podendo receber valores decorrentes da cobrança dos Direitos de Crédito. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, há possibilidade de os recursos que estiverem sob sua guarda serem bloqueados, sendo que somente por via judicial serão recuperados para o Fundo, o que afetaria a rentabilidade do Fundo e poderia gerar a perda de parte do patrimônio do Fundo;
- (e) Possibilidade de os Direitos de Crédito serem Alcançados por Obrigações dos Cedentes ou de Terceiros: O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito de diversos Cedentes, e eventuais valores decorrentes do pagamento dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo pelos Devedores e/ou Devedores Solidários poderão ser recebidos pelos Cedentes ou por quaisquer outros prestadores de serviços do Fundo. Nestes casos os valores deverão ser transferidos para a conta-corrente do Fundo, nos termos do Regulamento. Não obstante, no caso de eventual liquidação extrajudicial, falência, pedidos de recuperação judicial e/ou planos de recuperação extrajudicial dos Cedentes ou de outros prestadores de serviços do Fundo, os recursos de titularidade do Fundo que se encontrem na posse dos Cedentes ou outros prestadores de serviços do Fundo podem eventualmente vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pelo Administrador, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos;
- (f) Risco de Instrumentos Derivativos: A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições detidas à vista, existe o risco da posição não representar um *hedge* perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo;
- (g) Limitação do Gerenciamento de Riscos: A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Cotistas. Embora o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida;

- (h) Redução das Cotas Subordinadas: O Fundo terá Razão de Garantia admitida entre o seu Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores. A diferença do Patrimônio Líquido do Fundo é representada por Cotas Subordinadas que arcarão com os prejuízos do Fundo antes das Cotas Seniores. Por diversos motivos, tais como inadimplência do Devedor e problemas de pagamento de indenizações ou repasse de recursos ao Fundo, as Cotas Subordinadas, poderão ter seu patrimônio reduzido. Caso as Cotas Subordinadas tenham seu patrimônio reduzido a 0 (zero), as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores;
- (i) Risco de Não Performance dos Direitos de Crédito A Performar: O Fundo poderá ter concentração de até 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito a Performar. Para que referido Direito de Crédito a Performar exista e seja exigível, é imprescindível que o Cedente cumpra, em primeiro lugar, com suas respectivas obrigações consignadas na relação jurídica existente com seus clientes. Assim sendo, quaisquer fatores que possam prejudicar as atividades do Cedente podem acarretar o risco de que a relação jurídica que origina os Direitos de Crédito a Performar não se perfaça;
- (j) Invalidade ou Ineficácia da Cessão de Direitos de Crédito: Com relação ao Cedente, a cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o Patrimônio Líquido, sendo certo que neste caso trata-se de risco relativo ao Cedente, nas hipóteses de:
 - (i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
 - (ii) fraude de execução, caso: (a) quando da cessão o Cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos de Crédito pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
 - (iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de Direitos de Crédito, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal;
- (k) Possibilidade de Eventual Conflito de Interesse: Os prestadores de serviços do Fundo já atuam ou podem vir a atuar conjuntamente em outros projetos, em especial de fundos de investimento, como parceiros comerciais ou prestadores de serviços; e
- (l) O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, inclusive, mas não se limitando, a criação de novas restrições legais ou regulatórias que possam afetar adversamente a validade da constituição dos Direitos de Crédito e da cessão desses, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Cotistas.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os fatores de risco envolvidos na operação do Fundo são gerenciados conforme o seu tipo, sendo que os principais riscos encontram-se descritos na seção “Fatores de Risco”, na página 43 do presente Prospecto, com destaque para:

- (i) O Risco de Mercado, que é gerenciado com o objetivo de mitigar perdas potenciais da Carteira decorrentes de flutuações dos preços e das taxas de juros do mercado. Este risco, apesar de extremamente baixo devido ao prazo médio da Carteira ser curto, possui um colateral elevado proporcionado pelo excesso de *spread* da Carteira do Fundo; e
- (ii) O Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito é acompanhado por meio do controle da inadimplência, PDD, níveis de concentração e etc., cujo desempenho é condicionante para novas aquisições de um mesmo Devedor, além da verificação dos Critérios de Elegibilidade.

O Gestor utiliza, no gerenciamento de riscos, análises que levam em consideração os fundamentos econômicos e de mercado com influência no desempenho dos ativos que compõem a Carteira do Fundo e modelos de gestão de ativos que se traduzem em cuidadosos processos de monitoramento e controle da Carteira, apoiados por sistemas informatizados próprios.

O Gestor privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas pelo Comitê de Crédito do Grupo Sifra Consultoria Especializada, do qual participa com poder de veto.

Como política de gestão de risco, com base no Regulamento do Fundo, o Administrador adotará os procedimentos pertinentes no caso da ocorrência dos eventos que possam influenciar a decisão do investidor de permanecer no Fundo ou possam antecipar a amortização das Cotas ou a liquidação do Fundo.

Não obstante a diligência do Administrador e do Gestor em colocar em prática a política de investimento do Fundo, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, apesar de o Administrador, o Gestor, o Grupo Sifra Consultoria Especializada e o Custodiante manterem sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS DO FUNDO

Esta seção contém uma breve descrição dos principais contratos que foram e que serão celebrados pelo Fundo e/ou pelo Administrador com os principais prestadores de serviços do Fundo e com os Cedentes.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

O Administrador e o Gestor celebraram o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão da Carteira do Fundo, por meio do qual o Gestor foi contratado para prestar os serviços de gestão da carteira de fundos de investimento em direitos creditório.

Referido contrato estabelece a remuneração do Administrador e do Gestor, de acordo com o Regulamento do Fundo, bem como as obrigações de cada parte e a forma de comunicação entre as partes.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA

O Fundo, devidamente representado pelo Administrador, e cada uma das sociedades do Grupo Sifra Consultoria Especializada, com a interveniência e anuência do Administrador e do Gestor celebraram o Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Especializada, de modo a contratar cada uma das sociedades do Grupo Sifra Consultoria Especializada para a prestação dos serviços de consultoria especializada. O contrato celebrado entre as partes estabelece, dentre outras coisas, as respectivas obrigações perante o Fundo, a remuneração prevista no Regulamento do Fundo.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUALIFICADOS PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O Fundo, representado pelo Administrador, e o Custodiante celebraram o contrato em referência, por meio do qual o Custodiante, dentre outras funções dispostas neste Prospecto e no Regulamento, prestará os serviços de custódia qualificada e os demais serviços mencionados no artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01 e disponibilizará um sistema operacional para execução das atividades do Fundo.

Referido contrato estabelece a remuneração a ser paga ao Custodiante pelos serviços prestados, nos termos do presente Prospecto e do Regulamento, bem como das obrigações a serem exercidas pelas partes.

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

O Fundo, devidamente representado pelo Administrador, a OPS Desenvolvimento de Negócios Ltda., a Opinião Assessoria e Consultoria Ltda. e a Opinião S.A., com a interveniência e anuência do Gestor, celebrarão o Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças com cada um dos Cedentes e, quando aplicável, com o(s) Devedor(es) Solidário(s).

O Contrato de Cessão tem por objeto o propósito de reger o relacionamento entre o Cedente e o Fundo no tocante a oferta de Direitos de Crédito pelos Cedentes, e sua consequente aquisição, por parte do Fundo.

Cada cessão de Direitos de Crédito será formalizada mediante a celebração do Termo de Cessão, no qual deverá constar a relação de Direitos de Crédito a serem cedidos, identificados pelo seu valor nominal, data de vencimento, valor de aquisição, identificação do respectivo Devedor, acompanhada das especificidades daquela cessão.

O Contrato de Cessão estabelece que cada cessão de Direitos de Crédito será realizada em caráter irrevogável e irretratável, ficando o Fundo Cessionário automaticamente subrogado, em caráter definitivo, resguardado o direito de regresso contra o Cedente, da plena titularidade

dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, inclusive: (i) o direito de receber integralmente o seu valor, acrescido dos juros, das multas, da atualização monetária e/ou de demais encargos remuneratórios e/ou moratórios; (ii) o direito de ação e o de protesto em face do Devedor do referido Direito de Crédito para exigir o cumprimento da obrigação de pagar ou visando resguardar direito do Fundo Cessionário; (iii) o direito sobre quaisquer garantias constituídas para adimplência do Direito de Crédito, sejam garantias fidejussórias, fiduciárias ou reais; e (iv) o direito de declarar o Direito de Crédito vencido antecipadamente nas hipóteses contratadas com o Devedor e naquelas previstas na legislação aplicável.

De acordo com o Contrato de Cessão, a cessão será considerada formalizada na data em que: (i) o Termo de Cessão for assinado, e (ii) for realizado o pagamento pelo Fundo do Preço de Aquisição estipulado no respectivo Termo de Cessão

Ademais, o Contrato de Cessão prevê que o Cedente e seus representantes legais, quando de outra forma não estabelecido expressamente pelo Fundo, pelo Administrador ou por qualquer prestador de serviços do Fundo, independentemente de qualquer outro aviso, notificação ou documentos, assumirão, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil brasileiro, a condição de fiel depositário dos Documentos Comprobatórios, enquanto não entregues para a guarda pelo Custodiante, obrigando-se a: (i) manter, às suas próprias expensas, os Documentos Comprobatórios sob sua guarda em perfeita ordem e estado de conservação; (ii) permitir ao Fundo, ao Administrador, a qualquer prestador de serviços do Fundo e a qualquer pessoa por eles indicada, o acesso irrestrito a tais Documentos Comprobatórios; e (iii) entregar os Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito ao Fundo, ao Administrador, a qualquer prestador de serviços do Fundo, ou a quem eles indicarem, no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis, sem qualquer direito de retenção a qualquer título.

Demais disso, o Contrato de Cessão estabelece que na hipótese do pagamento dos Direitos de Crédito a serem cedidos pelo Cedente ao Fundo contar com garantia real, fiduciária e/ou fidejussória, o Cedente, o Devedor Solidário quando aplicável, ou qualquer terceiro concedente de tal garantia deverá, concomitantemente à cessão, transferir integralmente ao Agente de Garantia e/ou ao Fundo, conforme o caso, todos os direitos oriundos de tal garantia, mediante a celebração de documentos que, nos termos da legislação aplicável, sejam hábeis para atingir esse fim.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Sifra Star é constituído sob a forma de condomínio aberto.

O Fundo é classificado como um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fomento Mercantil, nos termos do Anexo II da Deliberação nº 44, de 24 de novembro de 2010, da ANBIMA.

BASE LEGAL

O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, regido pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, especialmente a Resolução do CMN nº 2.907 e pela Instrução CVM nº 356/01.

PÚBLICO ALVO

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados.

O investimento nas Cotas Seniores e nas Cotas Subordinadas Mezanino do Fundo não é adequado a investidores que: (i) necessitem de liquidez em prazo inferior ao prazo estabelecido neste Prospecto e no Regulamento para pagamento dado valor de resgate; e (ii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresas do setor privado.

Recomenda-se aos investidores a leitura cuidadosa deste Prospecto antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Cotas do Fundo. Para maiores informações, veja a seção “Fatores de Risco”, na página 43 deste Prospecto.

DATA DE CONSTITUIÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO

O Fundo foi constituído por ato do Administrador datado de 10.08.2011, sendo que o ato de constituição e Regulamento, encontram-se registrados no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, em 16.08.2011, sob o nº 1016560. As alterações posteriores do Regulamento serão devidamente registradas à margem do registro inicial no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

A autorização da CVM para o funcionamento do Fundo foi obtida em 24.01.2012, por meio do ofício CVM/SIN/GIE/Nº 537/2012. O código do Fundo perante a CVM é 550-9.

PRAZO DE DURAÇÃO

O Fundo terá Prazo de Duração indeterminado.

FORO

O foro competente para dirimir e resolver todas as questões e dúvidas oriundas ao Fundo ou questões decorrentes do Regulamento é o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Para informações sobre os prestadores de serviços do Fundo, ver seção “Identificação e Informações sobre os Prestadores de Serviços do Fundo”, na página 22 deste Prospecto.

OBJETIVO DO FUNDO

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Cotistas, observada sua política de investimento, de composição e de diversificação de sua Carteira, dispostas neste Prospecto e no Regulamento, a valorização de suas Cotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade e às Condições da Cessão estabelecidos neste Prospecto e no Regulamento, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito; e (ii) de Ativos Financeiros, observados todos os limites de composição e diversificação da Carteira estabelecidos neste Prospecto e no Regulamento.

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DAS COTAS

As Cotas terão a forma escritural, serão mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos titulares, correspondem a frações ideais de seu patrimônio, serão subscritas e integralizadas na mesma data, e serão resgatadas nos termos previstos neste Prospecto e no Regulamento.

Cada classe de Cotas terá características específicas, inclusive com relação à Rentabilidade Alvo, de acordo com o disposto neste Prospecto e no Regulamento.

Na hipótese do Fundo atingir a Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores, conforme estabelecido neste Prospecto e no Regulamento, a rentabilidade excedente será atribuída às Cotas Subordinadas Mezanino até atingir a Rentabilidade Alvo das Cotas Subordinadas Mezanino, e a rentabilidade excedente será atribuída às Cotas Subordinadas Júnior, as quais não possuem limite de rentabilidade.

A Rentabilidade Alvo não representa, nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa, obrigação, garantia ou sugestão de rentabilidade do Administrador, do Gestor, do Custodiante ou do Grupo Sifra Consultoria Especializada, aos Cotistas.

CLASSES

O patrimônio do Fundo é formado por 03 (três) classes de Cotas, sendo que as características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração e resgate aplicáveis às classes de Cotas estão descritas neste Prospecto e no Regulamento.

As Cotas serão Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Júnior.

CARACTERÍSTICAS DAS COTAS

As Cotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) A Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores do Fundo é de 125% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI;
- (b) Prioridade de resgate em relação às Cotas Subordinadas, observado o disposto neste Prospecto e no Regulamento;
- (c) Deverão atender à Razão de Garantia estabelecida neste Prospecto e no Regulamento;
- (d) Valor unitário inicial de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais);
- (e) Valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização e resgate, observados os critérios definidos neste Prospecto e no Regulamento;
- (f) Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais de Cotistas, exceto àquelas relacionadas no Regulamento, sendo que cada Cota Sênior corresponderá a 01 (um) voto; e
- (g) Possuem prazo de carência para resgate de 180 (cento e oitenta) dias corridos e prazo para pagamento do resgate de 90 (noventa) dias corridos.

As Cotas Seniores em circulação serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. Não obstante, caso entenda necessário, a Agência Classificadora de Risco poderá solicitar informações adicionais e rever a classificação de risco das Cotas Seniores em periodicidade inferior.

As Cotas Subordinadas Mezanino possuem as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) Subordinam-se às Cotas Seniores para efeito de resgate, observado o disposto neste Prospecto e no Regulamento;
- (b) Prioridade de resgate em relação às Cotas Subordinadas Júnior, observado o disposto neste Prospecto e no Regulamento;
- (c) A Rentabilidade Alvo da Cotas Subordinadas Mezanino do Fundo é de 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI;
- (d) Deverão atender à Razão de Garantia e à Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas estabelecidas neste Prospecto e no Regulamento;
- (e) O valor unitário inicial de emissão na data da primeira subscrição de Cotas Subordinadas Mezanino será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Cotas Subordinadas Mezanino distribuídas posteriormente terão seu valor unitário calculado todo Dia Útil;
- (f) O valor unitário será calculado todo Dia Útil para efeito de definição do valor de integralização e resgate das Cotas Subordinadas Mezanino, observados os critérios definidos neste Prospecto e no Regulamento;
- (g) Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais de Cotistas, sendo que a cada Cota Subordinada Mezanino corresponderá 01 (um) voto; e
- (h) Possuem prazo de carência para resgate de 36 (trinta e seis) meses corridos e prazo para pagamento do resgate, observado o disposto no Regulamento.

As Cotas Subordinadas Júnior possuem as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) Subordinam-se às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino para efeito de resgate, observado o disposto neste Prospecto e no Regulamento;
- (b) Deverão atender à Razão de Garantia e à Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas estabelecidas neste Prospecto e no Regulamento;
- (c) O valor unitário inicial de emissão na data da primeira subscrição de Cotas Subordinadas Júnior será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Cotas Subordinadas Júnior distribuídas posteriormente terão seu valor unitário calculado todo Dia Útil;
- (d) O valor unitário será calculado todo Dia Útil para efeito de definição do valor de integralização e resgate das Cotas Subordinadas Júnior, observados os critérios definidos no Regulamento; e
- (e) Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais de Cotistas, sendo que a cada Cota Subordinada Júnior corresponderá 01 (um) voto.

As Cotas Subordinadas Júnior são dispensadas da avaliação pela Agência Classificadora de Risco, uma vez que:

- (a) as Cotas Subordinadas são destinadas a um único Cotista, ou grupo de Cotistas vinculados por interesse único e indissociável;
- (b) o Cotista, ou grupo de Cotistas vinculados por interesse único e indissociável, subscreverão termo de adesão declarando ter pleno conhecimento dos riscos envolvidos na operação, inclusive da possibilidade de perda total do capital investido, e da ausência de classificação de risco das Cotas por ele(s) subscritas; e
- (c) por se tratar de fundo aberto a transferência ou negociação das Cotas no mercado secundário não é permitida.

As Cotas Subordinadas Júnior serão detidas por 01 (um) único Cotista, sendo providenciada perante a CVM a solicitação da dispensa da classificação de risco de referida classe de Cotas.

Caso as Cotas Subordinadas Júnior deixem de ser investida exclusivamente por um único Cotista, ou por grupo de Cotistas vinculados por interesse único e indissociável, a classificação de risco das cotas pela Agência Classificadora de Risco passará a ser obrigatória.

Não obstante o disposto no parágrafo acima, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Cotas Subordinadas Júnior do Fundo deverão ser mantidas por um único Cotista, ou grupo de Cotistas vinculados por interesse único e indissociável.

As Cotas Subordinadas Júnior não possuem meta ou limite de rentabilidade.

EMIÇÃO INICIAL E DEMAIS EMISSÕES

A emissão de novas classes de Cotas dependerá de aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, sendo que o Fundo somente poderá emitir novas classes de Cotas, desde que:

- (a) Nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- (b) A Razão de Garantia e a Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas não sejam afetadas, bem como as Rentabilidades Alvo dispostas neste Prospecto e no Regulamento; e
- (c) A emissão de nova classe de Cotas tenha a aprovação de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas do Fundo em circulação.

ENQUADRAMENTO DA RAZÃO DE GARANTIA

A partir da Data de Subscrição Inicial de Cotas do Fundo, o Administrador deverá apurar, diariamente, a Razão de Garantia, entendida como a relação entre o valor total das Cotas Seniores em circulação e o Patrimônio Líquido, que deverá ser de, no máximo, 68% (sessenta e oito por cento), de modo que o Fundo tenha, no mínimo, 32% (trinta e dois por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Júnior, consideradas em conjunto.

Adicionalmente à Razão de Garantia prevista acima, o Fundo deverá apurar, diariamente, a Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas, entendida como a relação entre o valor total das Cotas Subordinadas em circulação e o Patrimônio Líquido, tendo, no mínimo, 32% (trinta e dois por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Cotas Subordinadas Júnior, limite este que poderá ser reduzido até 26% (vinte e seis por cento), desde que a diferença seja representada por Cotas Subordinadas Mezanino.

O nível de subordinação das Cotas Subordinadas Mezanino deverá ser de, no mínimo, 26% (vinte e seis por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

A Razão de Garantia e a Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas deverão ser apuradas diariamente pelo Administrador.

Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia e/ou da Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas por 15 (quinze) Dias Úteis, o Administrador deverá comunicar, em 03 (três) Dias Úteis, aos Cotistas detentores de Cotas Subordinadas Júnior, por meio de correspondência ou correio eletrônico para que providenciem o respectivo restabelecimento no prazo de 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação, informando aos Cotistas detentores de Cotas Subordinadas Júnior, o número mínimo de Cotas que deverão ser subscritas e os respectivos valores para que se possa restabelecer a Razão de Garantia e/ou a Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas, conforme o caso.

Os Cotistas detentores de Cotas Subordinadas Júnior deverão subscrever, dentro do prazo acima estabelecido, tantas Cotas Subordinadas Júnior quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia e/ou a Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas, conforme o caso.

Na hipótese de o Administrador verificar que, decorrido o prazo acima estabelecido, não se alcançou o restabelecimento da Razão de Garantia e/ou da Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas, por qualquer outro motivo, o Administrador deverá convocar a Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre o Evento de Avaliação que ficará configurado.

SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO

Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas emitidas.

O Administrador, em nome do Fundo, desde que observadas as condições estabelecidas no Regulamento e neste Prospecto, poderá emitir novas Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Júnior, no montante indicado pelo Gestor.

O Cotista, por ocasião de seu ingresso no Fundo: (i) receberá exemplar do Regulamento e do Prospecto, (ii) quando aplicável, assinará o boletim de subscrição, e (iii) assinará Termo de Adesão, declarando sua qualidade de Investidor Qualificado, bem como declarando estar ciente, dentre outras informações: (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à Taxa de Administração e à Taxa de Performance; (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento; e (c) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos de Crédito que integram e/ou venham a integrar a Carteira do Fundo.

Visando preservar o bom desempenho do Fundo, o Administrador, de comum acordo com o Gestor, poderá recusar a admissão de novos Cotistas no Fundo e/ou o recebimento de novos investimentos no Fundo, no todo ou em parte, em defesa dos interesses do Fundo, sem que para tanto necessite apresentar qualquer tipo de justificativa.

A qualidade de Cotista do Fundo caracterizar-se-á pela abertura de conta de depósito em nome do Cotista.

O extrato da conta de depósito, emitido pelo Administrador, será o documento hábil para comprovar a propriedade do número de Cotas pertencentes a cada Cotista.

As Cotas serão subscritas e integralizadas, sempre nas mesmas datas, a partir da Data de Subscrição Inicial. Na subscrição de Cotas em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da Cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos.

A integralização das Cotas do Fundo será efetuada à vista em moeda corrente nacional, mediante o crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador, por qualquer mecanismo de transferência de recursos admitido pelo BACEN ou através de sistema operacionalizado pela CETIP, quando aplicável.

A integralização de Cotas Subordinadas Júnior em Direitos de Crédito está condicionada ao atendimento dos Direitos de Crédito às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade.

A confirmação da integralização de Cotas do Fundo está condicionada à efetiva disponibilidade pelos Cotistas dos recursos na conta-corrente do Fundo.

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino poderão ser registradas para distribuição no mercado primário no SF - Módulo de Fundos, operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.

A partir da Data de Subscrição Inicial as Cotas do Fundo terão seu valor de integralização e de resgate, nas hipóteses definidas no Regulamento e neste Prospecto, calculado no fechamento de todo Dia Útil pelo Administrador.

Os critérios de determinação do valor das Cotas de cada classe tem como finalidade definir qual o valor de integralização será aplicável para cada classe de Cotas durante o Prazo de Duração do Fundo e qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente

alocada aos titulares de cada classe de Cotas na hipótese de resgate de Cotas, e não representam e não devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte do Fundo, do Administrador, do Gestor, do Grupo Sifra Consultoria Especializada ou do Custodiante.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino em circulação serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. Não obstante, caso entenda necessário, a Agência Classificadora de Risco poderá solicitar informações adicionais e rever a classificação de risco das Cotas Seniores em periodicidade inferior.

NEGOCIAÇÃO DAS COTAS

As Cotas do Fundo não serão objeto de cessão ou transferência, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.

RESGATE DE COTAS

Os Cotistas detentores de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Mezanino poderão solicitar o resgate das Cotas observado o prazo de carência, devendo, para tanto, observar o procedimento disposto neste Prospecto e no Regulamento.

Para o resgate das Cotas Subordinadas Júnior deverão ser observados os procedimentos estabelecidos neste Prospecto e no Regulamento.

Não será admitido o resgate de Cotas desde a data do envio da convocação para a Assembleia Geral de Cotistas que tenha sido convocada para deliberar sobre Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação do Fundo, até a ocorrência da respectiva Assembleia Geral de Cotistas que delibere definitivamente sobre o tema.

Caso o Regulamento ou este Prospecto preveja a ocorrência de pagamento de resgates aos Cotistas, em desacordo com as normas e procedimentos adotados pela CETIP: a) a CETIP ficará isenta de qualquer responsabilidade; e b) o pagamento de resgates aos Cotistas deverá ocorrer fora do ambiente da CETIP e será realizado pelo Administrador.

Os Cotistas poderão solicitar o resgate das Cotas de sua titularidade, por meio de correspondência encaminhada ao Administrador.

O pagamento do valor do resgate de Cotas Seniores será realizado no prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação pelo Administrador, observado o prazo de carência para as Cotas Seniores disposto neste Prospecto e no Regulamento.

O pagamento dos resgates pode estar sujeito ao fluxo de vencimentos futuros dos Direitos de Crédito, de modo que os Cotistas devem estar cientes de que, dependendo do volume de resgates solicitados em determinado período, há o risco de o Fundo não possuir recursos suficientes para efetuar o pagamento de todos os resgates no prazo solicitado. Neste caso, aplicar-se-á o disposto no parágrafo abaixo.

Caso as ordens de resgate excedam a liquidez do Fundo em determinado dia, de forma que não existam recursos suficientes para cobrir os pedidos de resgate, o Administrador atenderá aos pedidos de resgates conforme a ordem cronológica de recebimento de tais pedidos, postergando para o Dia Útil imediatamente seguinte os resgates que não puderem ser atendidos no mesmo dia, não sendo, portanto, aplicado o prazo de 90 (noventa) dias corridos estabelecido no parágrafo acima. Neste caso, o Administrador no mesmo dia do recebimento do pedido, comunicará os Cotistas e o Gestor sobre os procedimentos que serão utilizados para pagamento dos resgates.

Enquanto perdurar a situação descrita acima, a aquisição de novos Direitos de Crédito pelo Fundo será suspensa, reiniciando quando forem realizados os pagamentos referentes aos resgates solicitados pelos Cotistas, caso não tenha ocorrido nenhum Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação do Fundo.

Caso após 360 (trezentos e sessenta) dias da data da solicitação de um resgate ainda não haja recursos disponíveis para pagamento do referido resgate, o Administrador deverá convocar uma Assembléia Geral de Cotistas para deliberar se tal fato deve configurar ou não um Evento de Liquidação.

Os valores de resgate de Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Júnior serão efetuados pela cota de fechamento do dia do efetivo pagamento dos resgates aos Cotistas.

As Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas Júnior somente poderão ser resgatadas após o resgate de todas as Cotas Seniores, sendo certo que as Cotas Subordinadas Júnior somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Cotas Subordinadas Mezanino, ressalvados os casos excepcionais previstos neste Prospecto e no Regulamento.

As Cotas Subordinadas Mezanino somente poderão ser resgatadas antes das Cotas Seniores, se decorrido o prazo de carência de tais Cotas Subordinadas Mezanino, desde que não desenquadre a Razão de Garantia e que sejam observados os seguintes procedimentos:

- (a) Recebida a solicitação de resgate de Cotas Subordinadas Mezanino, o Administrador comunicará aos Cotistas detentores de Cotas Seniores no prazo máximo de 03 (três) Dias Úteis após o recebimento da referida solicitação. Neste ato, os titulares de Cotas Seniores deverão ser informados sobre o valor e a data de realização do resgate de Cotas Subordinadas Mezanino;
- (b) Os Cotistas titulares das Cotas Seniores poderão requerer o resgate de suas Cotas no prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos a partir da data de expedição pelo Administrador da comunicação referente ao resgate de Cotas Subordinadas Mezanino. O resgate de Cotas Seniores deverá ser integralmente concluído antes do início do resgate das Cotas Subordinadas Mezanino; e
- (c) Após o pagamento dos resgates das Cotas Seniores, solicitadas de acordo com o disposto acima, ou transcorrido o prazo acima fixado sem manifestação dos Cotistas titulares das Cotas Seniores, será realizado o pagamento das Cotas Subordinadas Mezanino, observado o prazo de 30 (trinta) dias.

EXCESSO DE SUBORDINAÇÃO

Ao final de cada trimestre civil, o Administrador deverá verificar se o Fundo apresenta excesso do nível de subordinação, ou seja, (i) se as Cotas Subordinadas Júnior representam mais de 32% (trinta e dois por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, ou (ii) se as Cotas Subordinadas Júnior representam mais de 26% (vinte e seis por cento) e as Cotas Subordinadas Mezanino representam mais de 6% (seis por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Caso o excesso do nível de subordinação seja constatado, os titulares das Cotas Subordinadas Júnior poderão realizar o resgate parcial de suas Cotas, desde que: (i) não tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, e (ii) não gere desenquadramento da Razão de Garantia, da Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas, do Índice de Liquidez, da Reserva de Caixa, dos limites de concentração previstos neste Prospecto e no Regulamento e qualquer Evento de Avaliação.

Para fins do disposto no parágrafo acima, o Administrador deverá, até o 2º (segundo) Dia Útil do mês subsequente, comunicar o montante do excesso do nível de subordinação aos titulares das Cotas Subordinadas Júnior, para que estes, no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação, manifestem a intenção de realizar o resgate parcial de suas Cotas Subordinadas Júnior.

Manifestada a intenção da totalidade dos titulares das Cotas Subordinadas Júnior de realizar o resgate parcial das Cotas Subordinadas Júnior, o Administrador deverá realizar o resgate parcial das Cotas Subordinadas Júnior em até 05 (cinco) Dias Úteis, a contar do recebimento da resposta da totalidade dos titulares das Cotas Subordinadas Júnior.

Na hipótese de os titulares das Cotas Subordinadas Júnior: (i) não responderem tempestivamente ao Administrador, conforme previsto acima; ou (ii) não manifestarem em sua totalidade a intenção em realizar o resgate parcial, o montante do excesso do nível de subordinação não utilizado para fins de resgate, será mantido no Patrimônio Líquido do Fundo.

Os Cotistas titulares das Cotas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo o resgate de suas Cotas em condições diversas das previstas neste Prospecto e no Regulamento.

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista neste Prospecto e no Regulamento, o Administrador deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes: (i) aos titulares das Cotas Seniores, na Data de Resgate, e (ii) aos titulares das Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas Júnior nas hipóteses de resgate previstas neste Prospecto e no Regulamento ou após o resgate integral das Cotas Seniores, conforme estabelecido neste Prospecto e no Regulamento.

O Custodiante, atuando por conta e ordem do Fundo, efetuará o pagamento dos resgates de Cotas, mediante instrução do Administrador, por meio de mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN ou por meio da CETIP, conforme aplicável.

Os recursos deverão ser transferidos aos titulares das Cotas, quando do resgate das Cotas, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Administrador na Data de Resgate.

Quando o dia do pagamento do resgate das Cotas ocorrer em dia não considerado Dia Útil, o Custodiante, efetuará o pagamento devido no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente.

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, nas hipóteses previstas neste Prospecto e no Regulamento, em Direitos de Crédito.

Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Cotas Seniores não farão jus, quando do resgate de suas Cotas, a uma remuneração superior à Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores, calculado conforme o disposto no Regulamento e neste Prospecto, na respectiva Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Seniores.

Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Cotas Subordinadas Mezanino não farão jus, quando do resgate de suas Cotas, a uma remuneração superior à Rentabilidade Alvo das Cotas Subordinadas Mezanino, calculado conforme disposto no Regulamento e neste Prospecto, na respectiva Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Subordinadas Mezanino.

Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no Regulamento e neste Prospecto às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino, respectivamente, o eventual excedente decorrente da valorização da Carteira no período será incorporado as Cotas Subordinadas Júnior.

Quando da definição do valor das Cotas, nos termos desta seção, a Taxa DI deverá ser utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação pecuniária prevista neste Prospecto e no Regulamento, será aplicada a última Taxa DI que estiver disponível naquela data. Nesse caso, o Administrador, por conta e ordem do Fundo, deverá promover os competentes ajustes no valor das Cotas na data de divulgação da Taxa DI que seria aplicável.

RESERVA DE CAIXA

O Administrador, exclusivamente com os recursos do Fundo, constituirá uma Reserva de Caixa, representados por Recursos Livres, cujo valor deverá ser apurado pelo Administrador e monitorado pelo Gestor em todo último Dia Útil de cada mês calendário, definido pelo total de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de 90 (noventa) dias contados da data de apuração ou, no mínimo, 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo na mesma data, dos dois o maior.

Os valores segregados na Reserva de Caixa somente poderão ser utilizados pelo Fundo no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ

O Gestor deverá calcular, diariamente, o Índice de Liquidez da Carteira a ser apurado, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Índice de Liquidez} = \frac{\text{Recursos Livres} + \left(\frac{DC}{1,20}\right)}{VP}$$

onde:

- | | |
|----|---|
| DC | corresponde ao valor atribuído ao somatório dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira, devidamente atualizados, que tenham vencimento nos próximos 30 (trinta) dias contados da data de Índice de Liquidez. |
| VP | corresponde ao somatório do valor de resgate e total de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de 30 (trinta) dias contados da data de apuração do Índice de Liquidez. |

O Índice de Liquidez deverá ser maior ou igual a 01 (um), e caso permaneça com valor menor a 01 (um) pelo período de 15 (quinze) Dias Úteis, o Administrador deverá tomar todas as providências relativas à ocorrência de um Evento de Avaliação.

RENTABILIDADE ALVO

Na hipótese do Fundo atingir a Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores, conforme estabelecido neste Prospecto e no Regulamento, a rentabilidade excedente será atribuída às Cotas Subordinadas Mezanino até atingir a Rentabilidade Alvo das Cotas Subordinadas Mezanino, e a rentabilidade excedente será atribuída às e Cotas Subordinadas Júnior, as quais não possuem limite de rentabilidade.

COMUNICAÇÕES

Para fins do disposto neste Prospecto e no Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Custodiante, o Gestor, o Grupo Sifra Consultoria Especializada, os Cedentes e os Cotistas.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir ao Cotista acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões do Cotista quanto à permanência no Fundo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Cotas.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo e daquelas previstas na legislação e na regulamentação em vigor, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira.

A divulgação das informações previstas nesta seção deve ser feita por meio de correspondência ou correio eletrônico encaminhado aos Cotistas e mantido disponível para os Cotistas na sede e dependências do Administrador e nas instituições que coloquem Cotas, sem prejuízo da publicação no periódico “Diário do Comércio, da Associação Comercial de São Paulo” utilizado pelo Fundo.

O Administrador colocará à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Prospecto, do Regulamento e da regulamentação aplicável: (i) o número de Cotas de propriedade de cada Cotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (iii) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

O Administrador deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do Fundo.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.

O exercício social do Fundo terá duração de 01 (um) ano, começando em 01 de setembro e terminando em 31 de agosto de cada ano, ficando ressalvado que apenas o primeiro exercício iniciar-se-á na data de sua constituição e terminará em 31 de agosto de 2012.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão elaboradas de acordo com a Instrução CVM nº 489/11 e com o COSIF, e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM, sendo auditadas por auditor independente registrado na CVM.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

PREMISSAS DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

O Fundo e as aplicações realizadas pelos Cotistas no Fundo não contarão com garantia do Administrador, do Gestor, do Grupo Sifra Consultoria Especializada, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Ademais, os investimentos da Carteira estão sujeitos aos fatores de risco descritos neste Prospecto e no Regulamento.

Não obstante a diligência do Administrador, do Gestor e do Grupo Sifra Consultoria Especializada em colocar em prática a política de investimento delineada neste Prospecto e no Regulamento, o Fundo, o Administrador, o Gestor e o Grupo Sifra Consultoria Especializada, não serão responsáveis, em nenhuma hipótese, pela existência e/ou pela solvência dos Direitos de Crédito, por eventual depreciação dos bens ou ativos integrantes da Carteira do Fundo, ou por prejuízos em caso de liquidação do Fundo, assumindo os Cotistas os riscos inerentes a este tipo de investimento.

Não há garantia de que os objetivos do Fundo serão alcançados.

Os percentuais de composição e diversificação da Carteira, referidos nesta seção, serão verificados pelo Gestor, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

OPERAÇÕES COM DIREITOS DE CRÉDITO

Para a consecução de seu objetivo, o Fundo aplicará suas disponibilidades na aquisição de Direitos de Crédito originados por operações realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, imobiliário e/ou de prestação de serviços, com pagamento a prazo, que atendam cumulativamente aos Critérios de Elegibilidade e às Condições da Cessão previstas neste Prospecto e no Regulamento.

O Fundo poderá, ainda, adquirir Direitos de Crédito diretamente do Grupo Sifra Consultoria Especializada, desde que tais Direitos de Crédito tenham origem nos segmentos discriminados acima, observado que os Direitos de Crédito deverão ser representados pelos títulos descritos neste Prospecto e no Regulamento. Os Direitos de Crédito de que trata este parágrafo não serão emitidos pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada para o Fundo e sim cedidos ao Fundo, sempre sem a coobrigação do Grupo Sifra Consultoria Especializada, observado que quando da cessão dos Direitos de Crédito de que trata este parágrafo ao Fundo será informado ao Administrador no ato da cessão a existência ou a inexistência de coobrigação do originador na cessão realizada para o Grupo Sifra Consultoria Especializada, para efeito de controle do limite dos Direitos de Crédito sem coobrigação do Fundo.

A avaliação da adequação aos Critérios de Elegibilidade, limites de concentração e demais disposições deste Prospecto e do Regulamento a respeito dos Direitos de Crédito que poderão ser cedidos pelo próprio Grupo Sifra Consultoria Especializada ao Fundo, deverá ser realizada com base no Cedente dos Direitos de Crédito ao Grupo Sifra Consultoria Especializada, e não no próprio Grupo Sifra Consultoria Especializada.

LIMITE PARA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

O Fundo deverá observar os seguintes limites para a composição de sua Carteira:

- (a) Até 99% (noventa e nove por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser composto por Direitos de Crédito Performados representados por duplicatas escriturais, emitidas física ou eletronicamente, e/ou cheques; e

- (b) Até 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser composto por Outros Direitos de Crédito, e/ou Direitos de Crédito a Performar, incluindo os Direitos de Crédito a Performar Petrobrás.

Os limites estabelecidos acima deverão ser verificados diariamente pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada e pelo Administrador, *pro forma*, antes de qualquer aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades, o Fundo deverá manter, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido aplicado em Direitos de Crédito.

O Administrador poderá solicitar para a CVM, sem a necessidade de aprovação pelos Cotistas em Assembleia Geral de Cotistas, a prorrogação do prazo mencionado acima por igual período, apresentando para a CVM motivos que justifiquem mencionada prorrogação.

Realizada a solicitação mencionada acima, o Administrador deverá comunicar aos Cotistas sobre a solicitação realizada.

A composição da carteira de Direitos de Crédito Performados do Fundo deverá observar, ainda, os seguintes limites de concentração, os quais serão calculados considerando a cessão *pro forma*, no momento da cessão:

- (a) Limites de concentração por Devedor:
 - (i) O valor correspondente ao somatório do valor presente dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, devidos por cada Devedor, será limitado a 6,5% (seis e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, incluindo neste percentual a exposição do Fundo ao respectivo Grupo Econômico na condição de Devedor dos Direitos de Crédito em conjunto, sem prejuízo de outras disposições constantes neste Prospecto e no Regulamento; e
 - (ii) O Fundo poderá alocar, no máximo, 35% (trinta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior em Direitos de Crédito devidos pelos 07 (sete) Devedores com maior concentração no Fundo, incluindo neste percentual a exposição do Fundo ao respectivo Grupo Econômico na condição de Devedor dos Direitos de Crédito em conjunto;
- (b) Limites de concentração por Cedente:
 - (i) O valor correspondente ao somatório do valor presente de Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, cedidos por cada Cedente, será limitado a 6,5% (seis e meio por cento) do Patrimônio Líquido no Dia Útil imediatamente anterior, incluindo neste percentual a exposição do Fundo ao respectivo Grupo Econômico na condição de Cedente dos Direitos de Crédito em conjunto, sem prejuízo de outras disposições constantes neste Prospecto e no Regulamento; e
 - (ii) O Fundo poderá alocar, no máximo, 35% (trinta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior em Direitos de Crédito cedidos pelos 07 (sete) Cedentes com maior concentração no Fundo, incluindo neste percentual a exposição do Fundo ao respectivo Grupo Econômico na condição de Cedente dos Direitos de Crédito em conjunto.

Sem prejuízo do disposto acima, em relação à carteira de Direitos de Crédito a Performar e Outros Direitos de Crédito, o Fundo deverá observar os seguintes limites de concentração:

- (a) Limites de concentração por Devedor:
 - (i) O valor correspondente ao somatório do valor presente de Outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, devidos por cada Devedor, com exceção do Devedor Petrobras, deverá ser limitado a 3,5% (três e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, incluindo neste percentual a exposição do Fundo ao respectivo Grupo Econômico na condição de Devedor dos Direitos de Crédito em conjunto, sem prejuízo de outras disposições constantes neste Prospecto e no Regulamento; e
 - (ii) O Fundo poderá alocar no máximo 21% (vinte e um por cento) do Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior em Outros Direitos de Crédito, com exceção do Devedor Petrobras, devidos pelos 07 (sete) Devedores com maior concentração no Fundo, incluindo neste percentual a exposição do Fundo ao respectivo Grupo Econômico na condição de Devedor dos Direitos de Crédito em conjunto;
- (b) Limites de concentração por Cedente:
 - (i) O valor correspondente ao somatório do valor presente de Direitos de Crédito a Performar de titularidade do Fundo, cedidos por cada Cedente, deverá ser limitado a 3,5% (três e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior; e
 - (ii) O Fundo poderá alocar no máximo 21% (vinte e um por cento) do Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior em Direitos de Crédito a Performar cedidos pelos 07 (sete) Cedentes com maior concentração no Fundo.

Os limites estabelecidos na alínea “a” acima não se aplica ao Devedor Petrobras.

Caso, considerada *pro-forma* a aquisição dos Direitos de Crédito ofertados, a Carteira do Fundo apresente 2,5% (dois e meio por cento) de concentração de um mesmo Devedor, o Administrador deverá avaliar a concentração das empresas pertencentes ao mesmo Grupo Econômico do respectivo Devedor, assegurando que seja respeitado os limites de concentração por Devedor estabelecido acima.

Os limites de concentração por Cedente estabelecidos acima não serão aplicáveis para os Direitos de Crédito cedidos diretamente pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada ao Fundo, sendo nestes casos considerado o limite de concentração da pessoa que cedeu o respectivo Direito de Crédito ao Grupo Sifra Consultoria Especializada.

O Fundo não poderá aplicar recursos na aquisição de Direitos de Crédito nos quais um ente federativo figure como devedor, fiador, avalista, ou seja, coobrigado sob qualquer outra forma.

O Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de Cedentes em recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial.

Os limites estabelecidos acima deverão ser verificados diariamente pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada e pelo Administrador, *pro forma*, antes de qualquer aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

RECURSOS LIVRES

Os Recursos Livres serão necessariamente alocados pelo Gestor, segundo seu critério e conforme disposto neste Prospecto e no Regulamento, nos Ativos Financeiros abaixo listados:

- (a) Moeda corrente nacional;
- (b) Títulos de emissão do Tesouro Nacional;

- (c) Operações compromissadas lastreadas exclusivamente nos ativos previstos na alínea “b” acima;
- (d) Cotas de fundos de investimento referenciados à Taxa DI que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos públicos federais e/ou operações compromissadas lastreadas nestes títulos, os quais poderão ser administrados e/ou geridos pelo Administrador ou pelo Gestor, por suas controladoras, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, sociedades coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- (e) Títulos de crédito privado, com liquidez diária prevista expressamente nos títulos, que tenham grau de investimento igual ou superior à classificação “brAA”, em escala nacional, pela Agência Classificadora de Risco, limitado a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, não considerados como Direitos de Crédito, para os fins deste Prospecto e do Regulamento.

O Fundo poderá investir até 100% (cem por cento) dos Recursos Livres em um único fundo de investimento, de acordo com a alínea “d” desta seção.

Não há limite de concentração para os investimentos realizados em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e operações compromissadas lastreadas nestes títulos.

Até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo poderá estar concentrado em Ativos Financeiros emitidos por uma mesma pessoa jurídica, sua controladora, entidade por ela direta ou indiretamente controlada e coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum.

OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

O Gestor, por conta e ordem do Fundo, poderá realizar operações com instrumentos derivativos, com contratos futuros de Taxa DI de 01 (um) dia negociados na BM&FBOVESPA, desde que (i) as operações sejam realizadas com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas; e (ii) as operações sejam previamente submetidas à análise da Agência de Classificação de Risco.

O Fundo não realizará operações de: (i) aquisição de ativos ou de aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (ii) *daytrade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro; (iii) aplicações em cotas de fundos de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere alavancagem superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido; (iv) aplicação em fundos de investimento cujas carteiras sejam administradas por pessoas físicas; e (v) aplicação de recursos no exterior.

O Fundo poderá realizar operações em que figurem como contrapartes o Administrador, o Gestor, o Custodiante e/ou o Grupo Sifra Consultoria Especializada, seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum e/ou fundos de investimento por eles administrados e/ou geridos em que atuem na condição de contraparte do Fundo.

A custódia dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira será de responsabilidade do Custodiante, sendo que os Ativos Financeiros, as CCBs e as CCIIs serão registrados e/ou mantidos: (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo; ou (ii) em contas específicas abertas no SELIC; ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN; ou (iv) em instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo BACEN e/ou pela CVM.

AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Toda e qualquer operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo deverá ser realizada em estrita observância ao disposto no Contrato de Cessão e respectivos Termos de Cessão, a serem celebrados com cada um dos Cedentes.

As minutas do Contrato de Cessão e respectivo Termo de Cessão deverão ser previamente aprovadas pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada, pelo Administrador e pelo Gestor.

As minutas do Contrato de Cessão e respectivo Termo de Cessão poderão ser alteradas, de tempos em tempos e/ou caso a caso, em virtude de negociações com cada Cedente, estando tais alterações sujeitas à prévia aprovação do Grupo Sifra Consultoria Especializada, do Administrador e do Gestor.

Os termos e condições do Contrato de Cessão e respectivos Termos de Cessão deverão ser acordados de forma irrevogável e irretratável e vincularão o Cedente e o Fundo, bem como seus sucessores a qualquer título, sendo que poderão ser levados a registro em cartório de títulos e documentos, de acordo com o estabelecido pelo Administrador, juntamente com o Gestor e o Grupo Sifra Consultoria Especializada.

Cada cessão de Direitos de Crédito será formalizada entre o respectivo Cedente e o Fundo, representado pelo Administrador, por meio do Termo de Cessão.

A cada celebração de um Termo de Cessão, o Cedente estará obrigado a praticar todos os atos necessários para a efetivação da cessão.

PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

Com exceção dos Direitos de Crédito pós-fixados, o Fundo pagará ao respectivo Cedente o Preço de Aquisição, observada a aplicação da Taxa Mínima de Cessão de no mínimo 170% (cento e setenta por cento) da Taxa DI, calculada conforme disposto abaixo.

Quando da aquisição de quaisquer Direitos de Crédito pelo Fundo, a taxa interna de retorno resultante da Carteira de Direitos de Crédito a vencer do Fundo deverá ser igual ou superior à taxa mínima de retorno resultante da seguinte fórmula:

$$\text{Taxa mínima de retorno} = 190\% * \text{Taxa DI}$$

Para a aquisição de Direitos de Crédito, ressalvados os Direitos de Crédito pós-fixados, a Taxa da Cessão será representada pela relação entre o valor bruto da cessão e valor líquido da cessão expressa de forma anual, conforme abaixo, e deverá ser sempre igual ou superior a Taxa Mínima de Cessão.

$$\text{Taxa da Cessão} = \left[\left(\frac{\text{Valor Bruto da Cessão}}{\text{Valor Líquido da Cessão}} \right)^{\frac{252}{DU}} - 1 \right] \times 100$$

Sendo que:

Valor Bruto da Cessão = valor nominal do Direito de Crédito no vencimento.

Valor Líquido da Cessão = valor financeiro entregue ao Cedente pela cessão do Direito de Crédito, ou seja, o valor de face do Direito de Crédito.

DU = Dias Úteis da operação.

Para os Direitos de Crédito pós-fixados, sua aquisição será realizada pelo valor de face do Direito de Crédito, o qual deverá contemplar uma taxa mínima de remuneração de no mínimo 150% (cento e cinquenta por cento) da taxa SELIC, calculado diariamente.

POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO PELO COMITÊ DE CRÉDITO

O Grupo Sifra Consultoria Especializada, no âmbito de atuação de cada um de seus integrantes, é responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito, sendo garantida a intervenção do Gestor, nos termos da alínea “d” abaixo, por meio da participação nas reuniões do Comitê de Crédito.

Para fins da análise e seleção dos Direitos de Crédito, o Grupo Sifra Consultoria Especializada adota uma política de concessão de crédito baseada em uma estrutura de comitês, que observam os seguintes critérios e condições:

- (a) O comitê da área comercial do Grupo Sifra Consultoria Especializada: (i) identifica oportunidades de negócios; (ii) avalia aberturas e renovações de limites de crédito; (iii) seleciona potenciais Cedentes; (iv) realiza uma pré-verificação da documentação cadastral dos Cedentes para a sequência do processo de análise de crédito; (v) realiza uma pré-verificação das Condições de Cessão; e (vi) encaminha proposta, com seu parecer e documentação cadastral dos Cedentes para a área de crédito do Grupo Sifra Consultoria Especializada;
- (b) A área de crédito do Grupo Sifra Consultoria Especializada: (i) confere a documentação cadastral dos Cedentes; (ii) cumpre todas as etapas de processo de análise de crédito; (iii) pré-verifica os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão; e (iv) encaminha a proposta para o Comitê de Crédito;
- (c) O Comitê de Crédito analisa, seleciona e delibera sobre as propostas encaminhadas pela área comercial do Grupo Sifra Consultoria Especializada, que poderá participar do Comitê de Crédito, sem direito a voto, para prestar esclarecimentos, quando necessário; e
- (d) O Gestor participará das reuniões do Comitê de Crédito.

PROCEDIMENTO DA CESSÃO

Para os devidos fins da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, o Grupo Sifra Consultoria Especializada, após ter verificado as Condições de Cessão e pré-verificado os Critérios de Elegibilidade, enviará ao Custodiante arquivo eletrônico com a relação dos Direitos de Crédito passíveis de cessão ao Fundo para que sejam validados segundo os Critérios de Elegibilidade. O Custodiante devolverá ao Grupo Sifra Consultoria Especializada arquivo eletrônico com a relação dos Direitos de Crédito aprovados. O Grupo Sifra Consultoria Especializada repassará o arquivo eletrônico para que o Administrador proceda a aquisição dos referidos Direitos de Crédito, mediante a assinatura dos respectivos Termos de Cessão.

O Administrador comandará a emissão do Termo de Cessão conforme estabelecido acima, preferencialmente celebrado eletronicamente com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil - relacionando os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.

O Fundo pagará ao Cedente pela cessão dos Direitos de Crédito, na data da aquisição, através de Transferência Eletrônica Disponível - TED em conta corrente de titularidade do Cedente.

Constatada a qualquer tempo pelo Administrador a não adequação no momento da cessão, de um ou mais Direitos de Crédito cedidos ao Fundo a quaisquer das Condições de Cessão, o Grupo Sifra Consultoria Especializada será obrigado a adquirir tais Direitos de Crédito, respondendo ainda, pelos prejuízos que causar ao Administrador, ao Custodiante, ao Gestor e principalmente aos Cotistas.

Na hipótese do Direito de Crédito perder quaisquer das Condições de Cessão ou Critérios de Elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo, ou seja, cumpridos todos os procedimentos descritos neste Prospecto e no Regulamento e registrados no sistema do Custodiante, não haverá direito de regresso contra o Administrador, o Grupo Sifra Consultoria Especializada, o Gestor ou o Custodiante, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

O Gestor, ao seu exclusivo critério, poderá negociar com terceiros, inclusive o respectivo Cedente, hipótese em que será configurada a recompra, em caráter oneroso, todos os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo que, embora atendam a qualquer dos Critérios de Elegibilidade e/ou Condições de Cessão, no momento de sua cessão pelo respectivo Cedente ao Fundo deixem de atender a qualquer tempo, ou sobre os quais recaiam as condições resolutivas da cessão, conforme o Contrato de Cessão, entre a data de sua cessão ao Fundo e a data de seu efetivo pagamento.

A cessão a terceiros e/ou a recompra pelo Cedente ocorrerá sempre pelo valor registrado, na Carteira do Fundo sendo este o valor da curva do Direito de Crédito na data da transação.

Nos termos do artigo 295 do Código Civil, os Cedentes responderão pela existência, liquidez, certeza e correta formalização dos Direitos de Crédito, bem como pela existência e validade dos Documentos Comprobatórios.

As operações de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo poderão contar com coobrigação dos Cedentes, caso em que os Cedentes coobrigados responderão solidariamente pela solvência dos Devedores dos Direitos de Crédito por eles cedidos.

Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, seguros, garantias e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames, nos termos dos Contratos de Cessão, observadas as disposições dos respectivos Documentos Comprobatórios.

O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito cujos respectivos pagamentos por parte de seus Devedores possam ser realizados ao Fundo anteriormente às suas respectivas datas de vencimento.

Não será admitida a concessão de descontos para este pagamento antecipado de Direitos de Crédito que não aqueles já previamente estabelecidos para os Direitos de Crédito nos seus respectivos Documentos Comprobatórios quando de sua aquisição pelo Fundo.

Quando da aquisição pelo Fundo de Direito de Crédito que contenha previsão explícita de aplicação de desconto em caso de pagamento antecipado, o Custodiante será responsável pela cobrança perante o Cedente de eventual diferença entre o valor pago pelo Fundo, quando da aquisição do Direito de Crédito, e o valor efetivamente recebido pelo Fundo em razão do desconto aplicado.

POLÍTICA DE COBRANÇA

A cobrança dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo será realizada pelo Custodiante mediante a observância da seguinte Política de Cobrança:

Cobrança passiva - no caso de Direitos de Crédito a vencer ou cheques dentro do período de compensação bancária:

- (a) A partir da assinatura do Termo de Cessão, o Custodiante providenciará a administração dos Direitos de Crédito representados por cheques para guarda, controle e depósito nas respectivas datas predeterminadas na conta-corrente de titularidade do Fundo;
- (b) A partir da assinatura do Termo de Cessão, o Custodiante providenciará para os Direitos de Crédito não representados por cheques, a emissão e remessa do boleto de cobrança escritural para o Devedor, informando a conta-corrente de titularidade do Fundo para pagamento; e
- (c) O Custodiante, responsável pela conciliação dos cheques e pela cobrança ativa dos Direitos de Crédito, obriga-se a informar a conciliação das liquidações ao Administrador para que este realize a transferência dos recursos recebidos referentes à mencionada conciliação para a conta-corrente de titularidade do Fundo, mantida pelo Custodiante.

Cobrança ativa - no caso de Direitos de Crédito vencidos:

- (a) No caso de devolução de cheques, o Custodiante reapresentará os cheques se aplicável, sendo os valores dos cheques que não puderem ser reapresentados e dos cheques devolvidos pela segunda vez cobrados dos respectivos Cedentes quando contarem com coobrigação do Cedente e, conforme o caso, podem ser levados a protesto no competente cartório de protestos;
- (b) No caso de inadimplemento dos Direitos de Crédito representados por duplicatas, os títulos representativos dos Direitos de Crédito serão, quando cabível, levados a protesto no competente cartório de protestos e o Devedor será negativado pelo Fundo perante a Serasa *Experian*, de acordo com as definições pré-estabelecidas pelo Comitê de Crédito;
- (c) O Custodiante providenciará perante os Devedores a checagem dos Direitos de Crédito vencidos para obter informações sobre os motivos do inadimplemento, previsão e forma de pagamento;
- (d) Caso não haja pagamento, o Custodiante entrará em contato com tais Devedores e com os respectivos Cedentes, como coobrigados, e com os Devedores Solidários, para iniciar a renegociação para liquidação dos Direitos de Crédito, podendo conceder prorrogações, descontos ou parcelamento dos valores dos Direitos de Crédito, ou adotar alternativas eficazes para efetivar o recebimento extrajudicial dos valores referentes aos Direitos de Crédito, inclusive por meio da recompra dos respectivos Direitos de Crédito pelos Cedentes, ou ainda a cessão onerosa destes, observadas as condições e parâmetros estabelecidos pelo Comitê de Crédito; e
- (e) Caso não haja acordo ou renegociação que permita o recebimento do valor dos Direitos de Crédito vencidos e não adimplidos, conforme acima disposto, o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, nos termos do Contrato de Consultoria, iniciará o procedimento de cobrança judicial contra o Devedor e, quando aplicável, contra o Cedente e seus garantidores (Devedores Solidários), de acordo com o disposto no Contrato de Cessão, executando, sempre que possível, eventuais garantias outorgadas em relação aos Direitos de Crédito vencidos e não adimplidos, podendo contratar terceiros prestadores destes serviços.

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito, serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando o Administrador, o Gestor, o Custodiante e/ou o Grupo Sifra Consultoria Especializada, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos Direitos de Crédito, sem prejuízo das obrigações assumidas pelos respectivos Cedentes nos Contratos de Cessão e Termos de Cessão. O Administrador, o Gestor, o Custodiante e o Grupo Sifra Consultoria Especializada não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais, ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito, inclusive eventuais custos de condenação, que o Fundo venha a incorrer em face dos Devedores, de terceiros, dos Devedores Solidários ou dos Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo.

Não obstante o disposto neste Prospecto e no Regulamento, o Administrador, o Gestor, o Custodiante e o Grupo Sifra Consultoria Especializada não serão responsáveis pelos resultados obtidos na implementação da política de cobrança ou pelo pagamento ou liquidação dos Direitos de Crédito dos Devedores que estejam inadimplentes com o Fundo.

CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na data da respectiva cessão ao Fundo, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão previstos nesta seção.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os Direitos de Crédito passíveis de aquisição pelo Fundo devem atender, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade, cuja verificação preliminar será realizada pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada, quando da seleção de Direitos de Crédito, e validados pelo Custodiante, quando da aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo:

- (a) Em relação a todos os Direitos de Crédito:
 - (i) Os Direitos de Crédito não poderão estar vencidos e inadimplidos quando da sua cessão para o Fundo;
 - (ii) O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito de Devedores inadimplentes com o Fundo em um período de até 15 (quinze) dias, desde que a totalidade dos Direitos de Crédito de Devedores inadimplentes até o período acima estabelecido representem no máximo 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
 - (iii) O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito de Devedores inadimplentes com o Fundo por período superior a 15 (quinze) dias e inferior a 40 (quarenta) dias, desde que a totalidade dos Direitos de Crédito de Devedores inadimplentes até o período acima estabelecido represente no máximo 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (b) Em relação aos Direitos de Crédito Performados representados por duplicatas e cheques:
 - (i) Os prazos de vencimento das duplicatas e cheques deverão ser de, no máximo, 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão ao Fundo.
- (c) Em relação aos Direitos de Crédito a Performar e Outros Direitos de Crédito:
 - (i) Os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito a Performar e dos Outros Direitos de Crédito deverão ser de, no máximo, 720 (setecentos e vinte) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão ao Fundo; e
- (d) Em relação aos Outros Direitos de Crédito:
 - (i) As CCBs e as CCIs deverão ser registradas em sistema de registro da CETIP.

CONDIÇÕES DA CESSÃO

Os Direitos de Crédito passíveis de aquisição pelo Fundo devem atender, cumulativamente, às seguintes Condições de Cessão, cuja verificação será realizada exclusivamente pela parte abaixo indicada, *pro forma*, quando da aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo, observadas as Condições de Cessão dispostas abaixo aplicáveis especificamente para a carteira de Direitos de Crédito Performados representados por duplicatas e/ou cheques, para a carteira de Direitos de Crédito a Performar, e/ou Outros Direitos de Crédito:

1. Verificação pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada:
 - (a) Sejam originados de operações de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou prestação de serviços nos segmentos financeiro, comercial, industrial, imobiliário e/ou de prestação de serviços;

- (b) Os Devedores de Direitos de Crédito de valor nominal igual ou superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) não podendo constar contra si, na data de aquisição do respectivo Direito de Crédito, processo de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial; e
- (c) Os Direitos de Crédito deverão estar corretamente formalizados por Documentos Comprobatórios que garantam a qualidade de título executivo extrajudicial;

2. Verificação pelo Administrador:

- (a) Os Direitos de Crédito devem observar os limites de concentração previstos no Regulamento;
- (b) Os Direitos de Crédito devem ser adquiridos pelo Fundo mediante a aplicação da Taxa Mínima de Cessão estabelecida no Regulamento ou, no caso de aquisição de Direitos de Crédito pós-fixados, mediante a aplicação de uma taxa mínima de remuneração;
- (c) A concentração por setor de atividade dos Cedentes, de acordo com as 99 (noventa e nove) divisões da tabela da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, deverá estar limitada a 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, com exceção dos setores dos Cedentes dos Direitos de Crédito a Performar Petrobrás, cuja concentração deverá estar limitada a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (d) Os Cedentes dos Direitos de Crédito devem ser pessoas jurídicas com inscrição no CNPJ/MF;
- (e) O Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de Cedente que tenha recomprado mais de 30% (trinta por cento) dos Direitos de Créditos cedidos ao Fundo nos 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à cessão pretendida;
- (f) A soma dos Direitos de Crédito Performados que não contem com a coobrigação do respectivo Cedente não poderá exceder 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (g) Os Direitos de Crédito a Performar cedidos ao Fundo deverão contar com a coobrigação do respectivo Cedente.

Além das Condições de Cessão estabelecidas nesta seção, em relação à carteira de Direitos de Crédito Performados representados por duplicatas e cheques, e à carteira de Direitos de Crédito a Performar e Outros Direitos de Crédito, deverão ser atendidas as seguintes Condições de Cessão, cuja verificação será realizada exclusivamente pelo Administrador:

- (a) Em relação à carteira de Direitos de Crédito Performados representados por duplicatas e cheques:
 - (i) O prazo médio ponderado da carteira não poderá exceder a 100 (cem) dias, calculado *pro forma* antes de qualquer aquisição pretendida pelo Fundo;
- (b) Em relação à carteira de Direitos de Crédito a Performar e/ou Outros Direitos de Crédito, o Fundo deverá observar as seguintes condições:
 - (i) O prazo médio ponderado da carteira de Direitos de Crédito a Performar e/ou Outros Direitos de Crédito, não poderá exceder a 180 (cento e oitenta) dias, calculado *pro forma* antes de qualquer aquisição pretendida pelo Fundo;
 - (ii) Os Outros Direitos de Crédito representados por CCI devem ter sido emitidos exclusivamente para credores pessoas jurídicas que atuam no segmento de incorporação imobiliária; e

- (iii) O Fundo poderá adquirir, no máximo, 50% (cinquenta por cento) de cada parcela do fluxo de pagamentos de cada contrato não representado por título de crédito, que represente os Direitos de Crédito a Performar, inclusive dos Direitos de Crédito a Performar Petrobrás.

Para formalização da cessão dos Direitos de Crédito Performados representados por duplicatas escriturais, nos termos do artigo 889 parágrafo 3º do Código Civil, serão considerados Documentos Comprobatórios os seguintes documentos: (i) o Contrato de Cessão; e (ii) a relação de duplicatas da operação, podendo ser o próprio Termo de Cessão, devendo constar, no mínimo: (a) o número da duplicata gerada; (b) a identificação do devedor; (c) a data do vencimento da duplicata; (d) o valor da operação expresso na duplicata; e (e) a assinatura do Cedente.

ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

COMPETÊNCIA

É da competência da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo:

- (a) Tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as suas demonstrações financeiras;
- (b) Deliberar sobre alterações do Regulamento e seu(s) anexo(s), exceto quando o Administrador esteja expressa e previamente autorizado a realizar, ao seu critério, tais alterações;
- (c) Deliberar sobre a substituição do Administrador, do Gestor, do Grupo Sifra Consultoria Especializada, do Custodiante e/ou da Agência Classificadora de Risco;
- (d) Deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração e/ou Taxa de Performance, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (e) Deliberar sobre a emissão de novas classes de Cotas;
- (f) Deliberar sobre a alteração dos parâmetros de rentabilidade das Cotas;
- (g) Deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo;
- (h) Deliberar se um Evento de Avaliação constituirá um Evento de Liquidação do Fundo acarretando na liquidação do Fundo; e
- (i) Deliberar sobre procedimentos a serem adotados para resgate de Cotas do Fundo mediante dação em pagamento dos Direitos de Crédito.

O Regulamento será alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, bem como no caso de alteração de dados cadastrais dos prestadores de serviços ao Fundo, mediante ciência ao Cotista da referida alteração, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data do protocolo da referida alteração perante a CVM.

CONVOCAÇÃO

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Cotistas poderá reunir-se por convocação do Administrador, a seu exclusivo critério, ou por Cotistas titulares de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas, mediante solicitação ao Administrador, o qual será responsável por convocar a Assembleia Geral de Cotistas solicitada.

A convocação de Assembleia Geral de Cotistas será feita pelo Administrador preferencialmente por correio eletrônico, ou alternativamente por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada a cada Cotista, da qual devem constar dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral de Cotistas e os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo do envio do correio eletrônico ou da carta com aviso de recebimento aos Cotistas.

Não se realizando a Assembleia Geral de Cotistas na data estipulada na convocação acima referida, será novamente providenciada convocação para a Assembleia Geral de Cotistas, com antecedência de 05 (cinco) dias corridos, mediante a expedição ao Cotista de correio eletrônico ou carta com aviso de recebimento.

Para efeito do disposto acima, a segunda convocação da Assembleia Geral de Cotistas poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral de Cotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembleia Geral de Cotistas não for realizada na sede do Administrador, as comunicações enviadas ao Cotista deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora da localidade da sede do Administrador.

Independentemente das formalidades previstas neste Prospecto e no Regulamento, será considerada formalmente regular a Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os Cotistas.

INSTALAÇÃO

Ressalvado o disposto acima e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Cotistas deverá ser aprovada pelos titulares da maioria das Cotas em circulação presentes a Assembleia Geral de Cotistas, independentemente da classe de cotas detida.

DELIBERAÇÃO

A deliberação das matérias abaixo elencadas deverá obedecer, além do quórum previsto acima, o quórum para aprovação da maioria das Cotas Subordinadas Júnior em circulação em primeira convocação, e, em segunda convocação, da maioria dos votos das Cotas Subordinadas Júnior presentes:

- (a) Destituição do Grupo Sifra Consultoria Especializada, bem como aprovação dos termos e condições dos respectivos contratos de prestação de serviços;
- (b) Substituição do Administrador, Custodiante e/ou do Gestor, desde que a remuneração exigida por quem puder vir a substituí-los seja superior à remuneração paga pelo Fundo; e
- (c) Alterações das características, vantagens, direitos e obrigações das Cotas Subordinadas, bem como qualquer aumento na remuneração das Cotas Seniores e criação de novas classes de Cotas Subordinadas.

Somente podem votar nas Assembleias Gerais de Cotistas os Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 01 (um) ano, sendo que os instrumentos de mandato devem ser depositados na sede do Administrador no prazo mínimo de 02 (dois) Dias Úteis de antecedência da data de realização da Assembleia Geral de Cotistas.

Não terão direito a voto na Assembleia Geral de Cotistas o Administrador, o Gestor e/ou seus respectivos empregados.

Os Cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pelo Administrador em até 01 (um) Dia Útil antes do início da Assembleia Geral de Cotistas.

Quaisquer decisões tomadas em Assembleia Geral de Cotistas devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos de sua realização por meio de correio eletrônico ou carta, ambos com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

O Fundo será liquidado nas hipóteses previstas neste Prospecto e no Regulamento ou quando os Cotistas assim deliberarem em Assembleia Geral de Cotistas especialmente convocada para tal fim.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) Rebaixamento da classificação de risco de qualquer classe de Cotas em circulação em 02 (dois) níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
- (b) Desenquadramento da Razão de Garantia e/ou da Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas por mais de 20 (vinte) Dias Úteis, contados da data da comunicação do Administrador aos Cotistas detentores de Cotas Subordinadas Mezanino e aos Cotistas detentores de Cotas Subordinadas Júnior, solicitando o restabelecimento da Razão de Garantia e/ou da Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas;
- (c) Apuração do Índice de Inadimplência superior a 5% (cinco por cento) da carteira de Direitos de Crédito do Fundo;
- (d) Desenquadramento da Reserva de Caixa por um prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis;
- (e) Desenquadramento dos limites de concentração por Cedente e por Devedor estabelecidos no Regulamento por um prazo superior a 15 (quinze) Dias Úteis;
- (f) Impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham os Critérios de Elegibilidade por um prazo superior a 30 (trinta) Dias Úteis;
- (g) Descumprimento, pelo Administrador, pelo Gestor, pela Sifra Consultoria Especializada e/ou pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações estabelecidos no Regulamento e nos Documentos do Fundo, desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento por qualquer um dos acima mencionados, aquele que descumpriu seus deveres e obrigações não o faça no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (h) Renúncia de qualquer prestador de serviços contratado para prestar serviços para o Fundo, com exceção do Grupo Sifra Consultoria Especializada;
- (i) Manutenção do Patrimônio Líquido médio do Fundo inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por período próximo a 03 (três) meses consecutivos de forma a ensejar a incorporação do Fundo a outro, ou pela liquidação do Fundo; e
- (j) Caso o Fundo não tenha recursos disponíveis para realizar o resgate de Cotas no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da data de solicitação.

Na ocorrência de um Evento de Avaliação, o Fundo não estará sujeito à liquidação automática, devendo o Administrador convocar a Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo deliberar: (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, devendo o Administrador, neste caso, implementar os procedimentos de liquidação do Fundo previstos na presente seção, independentemente da realização de nova Assembleia Geral de Cotistas.

Na hipótese de ocorrência e continuidade de um Evento de Avaliação, e até a eventual decisão de liquidação do Fundo ou de retomada de suas atividades regulares, conforme venha a ser

deliberado pela Assembleia Geral de Cotistas, o Administrador do Fundo deverá suspender imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito e resgates de Cotas.

EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

São considerados Eventos de Liquidação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) Deliberação da Assembleia Geral de Cotistas pela liquidação do Fundo;
- (b) Deliberação da Assembleia Geral de Cotistas de que um Evento de Avaliação constitui em Evento de Liquidação;
- (c) Cessação ou renúncia pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços para o Fundo; e
- (d) Resgate total das Cotas do Fundo.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá: (i) interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito; (ii) notificar os Cotistas; (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo descritos no Regulamento; e (iv) convocar uma Assembleia Geral de Cotistas, no prazo máximo de 05 (cinco) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do Evento de Liquidação, para deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar os direitos dos Cotistas, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate das Cotas Seniores detidas pelos Cotistas dissidentes, no caso de decisão da Assembleia Geral de Cotistas favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

A Assembleia Geral de Cotistas mencionada acima poderá ser realizada, quando aplicável, juntamente com a Assembleia Geral de Cotistas que deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação.

Caso a Assembleia Geral de Cotistas decida não liquidar o Fundo, será assegurado aos Cotistas detentores de Cotas Seniores dissidentes, desde que se manifestem formalmente até o encerramento da respectiva Assembleia Geral de Cotistas, o resgate das Cotas Seniores por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista neste Prospecto e no Regulamento.

Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Cotas Seniores dos Cotistas dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembleia Geral de Cotistas em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Cotas Seniores, sendo vedada, nos termos da legislação aplicável, a realização de resgate das Cotas Seniores detidas pelos Cotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito.

Nas hipóteses de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil e criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se houver disponibilidade, o valor apurado, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas Seniores, até o limite da Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores.

Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo e do valor de resgate das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas Mezanino, se houver disponibilidade, o valor apurado, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas Subordinadas Mezanino, até o limite da Rentabilidade Alvo das Cotas Subordinadas Mezanino.

Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo e do valor de resgate das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas

Júnior, se houver disponibilidade, o valor apurado, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas Subordinadas Júnior.

A cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

Na hipótese de existência de Direitos de Crédito pendentes de vencimento ou insuficiência de recursos para o pagamento integral das Cotas Seniores, a Assembleia Geral de Cotistas convocada para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo poderá determinar que o Administrador adote os seguintes procedimentos:

- (a) Aguardar os vencimentos dos Direitos de Crédito e o pagamento de tais Direitos de Crédito pelos respectivos Devedores para que os valores sejam rateados entre os Cotistas;
- (b) Ceder e/ou vender os Direitos de Crédito a terceiros, inclusive aos Cedentes, hipótese em que será configurada a recompra dos Direitos de Crédito; e
- (c) Proceder ao resgate de Cotas por meio de dação em pagamento de Direitos de Crédito.

As Cotas Seniores somente poderão ser resgatadas em Direitos de Crédito na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, observada eventual impossibilidade de recebimento de Direitos de Crédito por Cotistas, ainda que em dação em pagamento, em função de sua natureza jurídica e legislação ao qual o Cotista está sujeito.

Na hipótese da Assembleia Geral de Cotistas convocada para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos de Crédito conferidos em dação em pagamento aos titulares de Cotas Seniores, de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas Júnior, poderão, observada a legislação à qual os Cotistas se submetam e eventual vedação aplicável, ser compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembleia Geral de Cotistas, sendo o quinhão de cada Cotista equivalente ao valor dos créditos a ele efetivamente atribuídos.

Antes da dação em pagamento dos Direitos de Crédito pelo Fundo, o Administrador deverá convocar uma Assembleia Geral de Cotistas com a finalidade de proceder à eleição, pelos Cotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item anterior e a contratação de agente de recebimento. Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao Cotista detentor de Cotas Seniores que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

Os termos e as condições da convenção de condomínio civil conterão avenças assegurando: (i) a contratação de agente de recebimento dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito, de forma a preservar o sistema de pagamentos e evitar a necessidade de autorização do Devedor para alteração do respectivo domicílio bancário dos Direitos de Crédito; e (ii) aos Cotistas que foram titulares das Cotas Seniores o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio em relação aos Cotistas que forem titulares de Cotas Subordinadas.

Após a constituição do condomínio civil referido acima, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Prospecto e no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

O Custodiante fará a guarda dos documentos relativos aos Direitos de Crédito mantidos em condomínio civil pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contado da constituição do condomínio civil. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará ao Administrador a hora e o local para a entrega dos referidos documentos.

Caso os titulares das Cotas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil no prazo referido acima, o Administrador poderá promover o pagamento em consignação dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo aos Cotistas, na forma do artigo 334 do Código Civil, condicionado à obtenção de autorização do Devedor para a transferência dos Direitos de Crédito, que será de responsabilidade do respectivo Cotista.

Se houver, quando da liquidação antecipada do Fundo, provisão para perdas relativas aos Direitos de Crédito que ainda estejam em processo de cobrança, os Cotistas detentores de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas se subrogarão nos direitos aos frutos da referida cobrança, proporcionalmente às perdas que suas respectivas Cotas tenham absorvido em função de tal provisionamento, devendo o Administrador e o Custodiante praticar todos os atos necessários para que sejam assegurados os direitos dos Cotistas detentores de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas.

Para os fins do parágrafo acima, será considerada perda absorvida pelas Cotas Seniores a eventual diferença positiva entre: (i) o valor das Cotas Seniores, caso tenham apresentado rentabilidade equivalente à Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores definida neste Prospecto e no Regulamento, e (ii) o valor efetivo das Cotas Seniores quando da liquidação do Fundo.

ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

A partir da Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, o Administrador obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas-correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da Carteira, na seguinte ordem:

- (a) Pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- (b) Formação da Reserva de Caixa;
- (c) Resgate das Cotas Seniores, observados os termos e condições deste Prospecto e do Regulamento;
- (d) Resgate de Cotas Subordinadas Mezanino, observados os limites, os termos e as condições deste Prospecto e do Regulamento;
- (e) Resgate de Cotas Subordinadas Júnior, observados os limites, os termos e as condições deste Prospecto e do Regulamento; e
- (f) Aquisição de Direitos de Crédito.

Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da Carteira serão alocados na seguinte ordem:

- (a) No pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Prospecto e do Regulamento e da legislação aplicável; e
- (b) Resgate das Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Júnior, nesta ordem, observados os termos e condições deste Prospecto e do Regulamento.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA

Os Ativos Financeiros terão seu valor calculado todo Dia Útil a valor de mercado, apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de marcação a mercado do Custodiante, cujo teor está disponível na sede do Custodiante.

Os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição, ajustado *pro rata temporis* pela respectiva Taxa de Cessão aplicada sobre seu valor de face por ocasião de sua aquisição, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no COSIF e na Instrução CVM nº 489/11.

Os Direitos de Crédito pós-fixados integrantes da Carteira do Fundo terão acrescido ao seu valor de face quando da sua aquisição pelo Fundo, um percentual ajustado pela taxa SELIC, calculado diariamente, e aplicado quando da liquidação do Direito de Crédito pós-fixado pelo Cedente no Fundo, conforme disposto no Regulamento.

O Custodiante constituirá provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros a partir do cálculo realizado pelo Administrador e informado ao Custodiante. As perdas e provisões relacionadas aos Direitos de Crédito vencidos e não pagos serão suportadas única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Instrução CVM nº 489/11.

Caso os valores vencidos e não pagos, acrescidos de multa e juros, relativos aos Direitos de Crédito sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização das perdas referidas acima, tais Direitos de Crédito serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo e o Custodiante deverá: (a) reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso; e (b) providenciar a reabilitação do Devedor ou Cedente junto aos serviços de proteção ao crédito, conforme o caso.

Em qualquer hipótese de liquidação antecipada do Fundo e resgate de Cotas mediante dação de Direitos de Crédito em pagamento, para fins contábeis e de cálculo do Patrimônio Líquido, todos os Direitos de Crédito inadimplidos terão os respectivos valores contábeis calculados com base nesta seção.

A metodologia de avaliação dos Direitos de Crédito especificada acima é justificada pelos seguintes fatores:

- (a) A inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos de Crédito nos termos do artigo 14 da Instrução CVM nº 356/01;
- (b) A intenção de se manter os Direitos de Crédito na Carteira até suas respectivas datas de vencimento;
- (c) O fato do Fundo ser destinado exclusivamente a Investidores Qualificados; e
- (d) O fato de todos os Cotistas, ao aderirem aos termos do Regulamento, concordarem com que os Direitos de Crédito possam ser mantidos na Carteira até suas datas de vencimento, conforme os respectivos Termos de Adesão.

POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS

O Gestor, por delegação do Administrador, ao representar o Fundo nas assembleias gerais dos fundos de investimento nos quais o Fundo detenha participação, adotará os termos e condições estabelecidos na “Política de Voto” do Gestor, registrada na ANBIMA e disponível para consulta no endereço eletrônico <http://www.empiricainvestimentos.com.br>.

O GESTOR ADOTA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS, QUE DISCIPLINA OS PRINCÍPIOS GERAIS, O PROCESSO DECISÓRIO E QUAIS SÃO AS MATÉRIAS RELEVANTES OBRIGATÓRIAS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO. TAL POLÍTICA ORIENTA AS DECISÕES DO GESTOR EM ASSEMBLEIAS DE DETENTORES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS QUE CONFIRAM AOS SEUS TITULARES O DIREITO DE VOTO.

O Gestor exercerá seu poder de voto sempre no melhor interesse do Fundo, buscando sempre a valorização dos ativos que integrem a Carteira, empregando o zelo e diligência exigidos pelas circunstâncias.

A política de voto do Gestor mencionada acima relaciona as matérias relevantes obrigatórias nas quais o Gestor obrigatoriamente comparecerá nas competentes assembleias para exercer o direito de voto, bem como os princípios gerais e a descrição do processo decisório que nortearão o voto do Gestor.

Após o Gestor exercer o direito de voto tratado nesta seção, o Gestor deverá comunicar ao Administrador, para que tome as medidas cabíveis, inclusive, se for o caso, comunique aos Cotistas sobre a respectiva decisão.

O Gestor poderá alterar a sua política de voto, ao seu exclusivo critério e a qualquer tempo, sem a necessidade de aprovação ou prévia comunicação aos Cotistas.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

De acordo com a legislação vigente o Fundo e seus Cotistas estão sujeitos às regras de tributação descritas nesta seção.

O tratamento tributário ora descrito pode ser alterado a qualquer tempo, seja por meio da instituição de novos tributos, pela majoração de alíquotas vigentes e/ou pela alteração da legislação vigente.

A presente análise foi elaborada com base na legislação brasileira em vigor na data do Regulamento e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Cotistas e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira é composta por, no mínimo, mais de 50% (cinquenta por cento) de Direitos de Crédito, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes do Regulamento e da legislação em vigor.

Excluídos os Direitos de Crédito que não entram no cômputo do cálculo do prazo médio da Carteira deste Fundo, o Gestor envidará seus melhores esforços para que o Fundo mantenha o prazo médio de sua carteira de Ativos Financeiros em níveis que possibilitem o enquadramento do Fundo, para fins tributários, como um fundo de investimento de longo prazo, conforme o disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal - Ministério da Fazenda nº 1.022, de 05.04.2010, conforme alterada, ou conforme a regulamentação que venha a substituí-la, durante o Prazo de Duração do Fundo.

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO

Com relação às operações da Carteira do Fundo:

- (a) Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do imposto de renda; e
- (b) As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um e meio por cento) ao dia.

TRIBUTAÇÃO APLICÁVEL AOS COTISTAS

Os Cotistas estão sujeitos ao tratamento tributário a seguir apresentado, ressalvados aqueles que, por legislação própria, recebam tratamento específico dependendo de sua qualificação ou localização (por exemplo, residentes no exterior), caso em que os potenciais investidores deverão consultar seus assessores jurídicos:

Imposto de Renda

- (a) O imposto de renda aplicável ao Cotista do Fundo será recolhido na fonte, sob a responsabilidade do Administrador, (i) por ocasião do resgate de cotas, evento financeiro que pode caracterizar auferimento de rendimento, que deverá ser calculado pelo Custodiante, e também (ii) semestralmente pelo sistema do come-cotas, conforme abaixo descrito;
- (b) Considerando a classificação do Fundo como de longo prazo (carteira com prazo médio superior a 365 dias), os Cotistas serão tributados conforme o período de permanência da aplicação, de acordo com as seguintes alíquotas regressivas:
 - (i) 22,5% (vinte e dois e meio por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias;
 - (ii) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias a 360 (trezentos e sessenta) dias;

- (iii) 17,5% (dezessete e meio por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias a 720 (setecentos e vinte) dias; e
- (iv) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias.
- (c) O imposto de renda incidirá semestralmente, no último dia útil dos meses de maio e de novembro de cada ano (pelo sistema do come-cotas) à alíquota de 15% (quinze por cento), considerando a classificação da Carteira do Fundo como de longo prazo; e
- (d) Sem prejuízo do recolhimento semestral, o Cotista será tributado por ocasião do resgate, que, se ocorrer antes de 2 (dois) anos, ensejará a aplicação de alíquota complementar de 2,5% (dois e meio por cento) a 7,5% (sete e meio por cento), conforme o período de aplicação (alíneas (i) a (iv) do item (b) acima).

IOF/Títulos

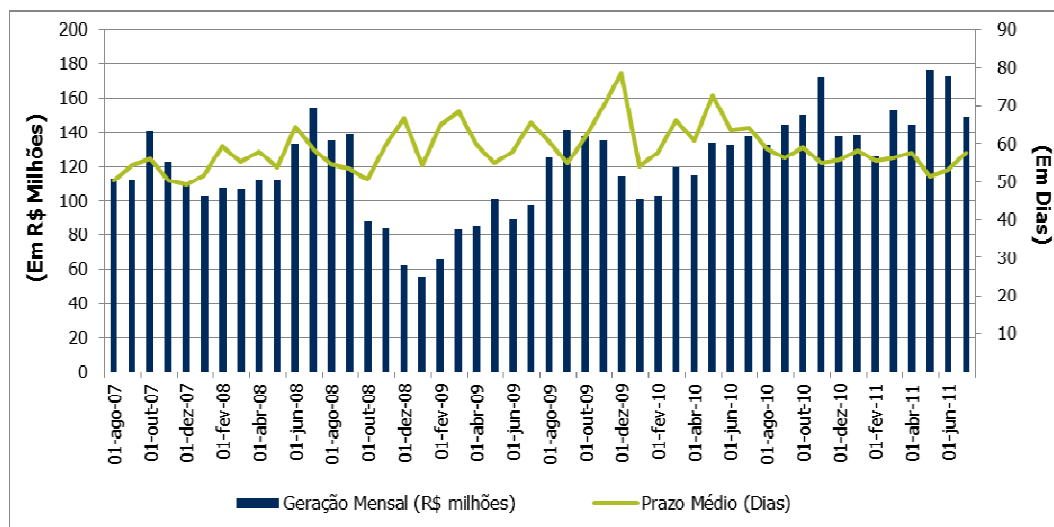
- (a) As operações de cessão, resgate ou repactuação das Cotas podem ainda sujeitar-se à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela progressiva anexa ao Decreto n° 6.306, de 14.12.2007, e alterações posteriores, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias; e
- (b) Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um e meio por cento) ao dia.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

DESEMPENHO HISTÓRICO DA CARTEIRA DE DIREITOS DE CRÉDITO

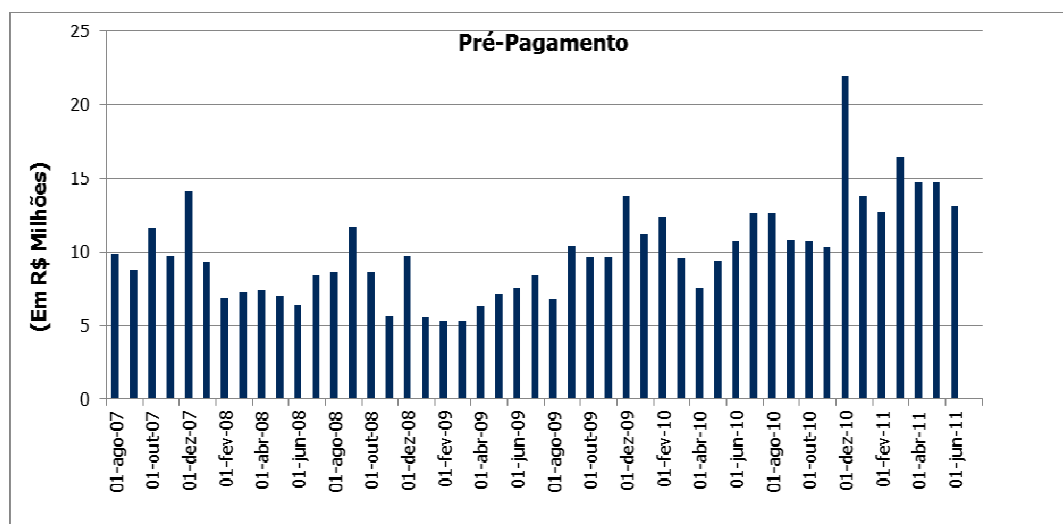
O desempenho histórico da carteira de Direitos de Crédito Performados, datado de 21.10.2011, conforme abaixo, consta no Relatório de Rating Preliminar do Fundo conforme disposto no Anexo IV deste Prospecto.

Volume de aquisição de Direitos de Crédito e Prazo Médio Ponderado da Carteira



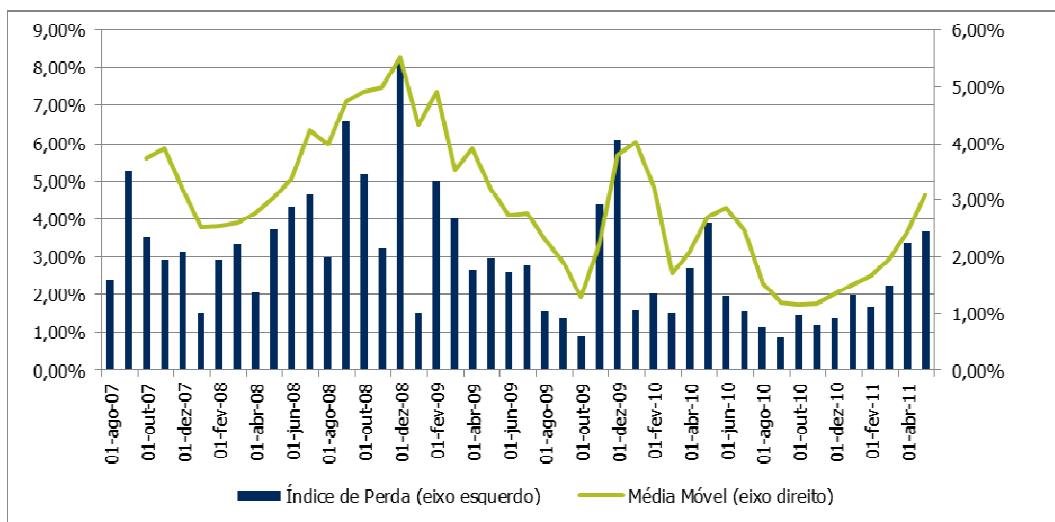
Fonte: Standard&Poors

Histórico de Pré-pagamento



Fonte: Grupo Sifra Consultoria Especializada

Índice de Perda e Média Móvel



Fonte: Standard&Poors

Nota: O índice de Perda considera os recebíveis pagos com atraso superior há 60 (sessenta) dias ou que ainda estejam em aberto há mais de 60 (sessenta) dias.

Conforme também consta em referido Relatório de Rating Preliminar do Fundo, inexistiu no Grupo Sifra Consultoria Especializada histórico de desempenho para carteira de Direitos de Crédito a Performar, CCBs e CCIs. O Administrador declara que empreendeu esforços razoáveis para obter tais informações e se compromete a divulgar qualquer informação que venha a obter a respeito da carteira de Direitos de Crédito a Performar, CCBs e CCIs, ainda que parciais.

INFORMAÇÕES SOBRE SITUAÇÕES DE PAGAMENTO ANTECIPADO DOS DIREITOS DE CRÉDITO, COM INDICAÇÃO DE POSSÍVEIS EFEITOS DESSES EVENTOS SOBRE A RENTABILIDADE DAS COTAS

O pagamento antecipado pode ocorrer por exclusiva decisão do Devedor, sendo que os pagamentos antecipados podem ser motivados por diversas razões.

De acordo com o Regulamento do Fundo, não será admitida a concessão de descontos para pagamentos antecipados de Direitos de Crédito que não aqueles já previamente estabelecidos para os Direitos de Crédito nos seus respectivos Documentos Comprobatórios quando de sua aquisição pelo Fundo.

Assim, quando da aquisição pelo Fundo de Direito de Crédito que contenha previsão explícita de aplicação de desconto em caso de pagamento antecipado, ao Custodiante será responsável pela cobrança perante o Cedente de eventual diferença entre o valor pago pelo Fundo, quando da aquisição do Direito de Crédito, e o valor efetivamente recebido pelo Fundo em razão do desconto aplicado.

O risco advindo do pagamento antecipado está relacionado ao fato de que os Direitos de Crédito podem ser cedidos ao Fundo a taxas menores do que os contratos que os lastreiam, embora o valor de aquisição seja sempre inferior ao valor de face das parcelas. Com o evento de pagamento antecipado, o Devedor efetua o pagamento do contrato de acordo com sua taxa original, menor do que o valor presente contabilizado no Fundo. Conclui-se, portanto, que o Fundo pode incorrer no risco da diferença entre o valor pago pelo Devedor e o valor contabilizado no Fundo, caso o Cedente não cumpra com sua obrigação de pagar ao Fundo mencionada diferença de valores.

ACRÉSCIMO, REMOÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO CEDIDOS

Em virtude de os Direitos de Crédito ainda não terem sido selecionados pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada, esse Prospecto não terá as informações exigidas pelo item 1.7 do Anexo III-A da Instrução CVM nº 400/03. Assim, não há como se definir a possibilidade de os Direitos de Crédito serem acrescidos, removidos ou substituídos, com indicação das condições em que tais eventos poderão ocorrer e dos efeitos que poderão ter sobre a regularidade dos fluxos de pagamentos a serem distribuídos aos titulares das Cotas do Fundo, tendo em vista que isso poderá ou não ocorrer no momento da seleção pela Grupo Sifra Consultoria Especializada.

INFORMAÇÃO A RESPEITO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO E SEUS PROCEDIMENTOS COM RELAÇÃO A INADIMPLÊNCIAS, PERDAS, FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO

Em caso de inadimplemento, perda, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial dos Devedores, dos Devedores Solidários e/ou dos Cedentes, quando estes forem coobrigados dos Devedores, sem prejuízo da responsabilidade do Administrador e do Gestor de acordo com a Instrução CVM nº 356/01, o Custodiante será o responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito, nos termos a Política de Cobrança descrita neste Prospecto e no Regulamento.

Ainda, a Agência Classificadora de Risco realizará o monitoramento trimestral, cuja nota da classificação refletirá eventuais aumentos nos níveis de inadimplência do Fundo e a eficiência na recuperação dos créditos pelo Custodiante.

Os Direitos de Crédito passíveis de serem adquiridos pelo Fundo podem contar com garantias. Caso ocorra o inadimplemento dos Direitos de Crédito, nos termos da Política de Cobrança do Fundo descrita neste Prospecto e no Regulamento, o Custodiante executará, sempre que possível, as garantias eventualmente outorgadas em relação aos Direitos de Crédito vencidos e não adimplidos, podendo contratar terceiros prestadores destes serviços.

ANEXOS

- | | | |
|------------------|----------|--|
| Anexo I | - | Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo |
| Anexo II | - | Regulamento do Fundo |
| Anexo III | - | Declaração nos Termos do Art.56, Instrução CVM nº 400 |
| Anexo IV | - | Súmula e Relatório da Agência Classificadora de Risco |

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I

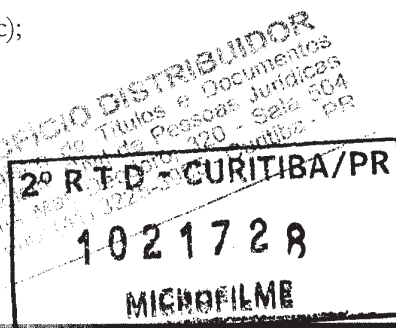
Instrumento Particular de Alteração do Regulamento do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS EMPÍRICA SIFRA STAR

Pelo presente Instrumento Particular de Alteração, a **PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Batel, CEP 80250-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 6.547, expedido em 18.10.2001, na qualidade de instituição prestadora dos serviços de administração, controladoria, escrituração e distribuição de cotas (“Administrador”), do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS EMPÍRICA SIFRA STAR** (“Fundo”), constituído sob a forma de condomínio aberto, conforme ato de constituição e regulamento do Fundo (“Regulamento”) devidamente registrado no 2º Registro de Títulos e Documentos de Curitiba (PR) sob o nº 732719 em 16.08.2011, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.166.140/0001-49, considerando que o Fundo até o presente momento não possui cotistas e não iniciou suas atividades, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17.12.2001, conforme alterada (“Instrução CVM nº 356”), bem como o recebimento do Ofício/CVM/SIN/GIE/Nº 3754/2011 (“Ofício”), que exigiu o cumprimento de exigências para a concessão do registro de funcionamento do Fundo, resolve:

- a) substituir o atual Custodiante do Fundo DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO, pelo BANCO PETRA S/A, instituição financeira com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Batel, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741./0001-52, que passará a desempenhar todos os serviços de custódia previstos no artigo 38 da Instrução CVM 356;
- b) alterar a definição de Custodiante, presente no Anexo I ao Regulamento, diante do item acima;
- c) excluir os artigos e/ou parágrafos a seguir relacionados do Regulamento, bem como renumerar os artigos e/ou parágrafos subsequentes:
 - artigo 43, alíneas (c), (d) e (b); e
 - artigo 44.
- d) alterar a redação dos artigos e/ou parágrafos a seguir relacionados do Regulamento:
 - artigo 18, *caput*;
 - artigo 19, item 1;
 - artigo 23, parágrafo único, alíneas (a), (b) e (c);
 - artigo 24, *caput*;
 - artigo 24, parágrafos 3º e 4º;
 - artigo 29, parágrafo 2º;
 - artigo 30, inciso I, alíneas (a), (b) e (c);
 - artigo 30, inciso II, alíneas (a), (c), (d) e (e);



- artigo 33, alíneas (b) e (i);
- artigo 34, alínea (d);
- artigo 43, alíneas (a) e (b);
- atual artigo 79, *caput*;
- atual artigo 88, parágrafo 4º;
- atual artigo 99, parágrafo 2º, alínea (c);
- atual artigo 99, parágrafo 4º, alíneas (a), (c) e (d);
- atual artigo 99, parágrafo 5º, alíneas (d);
- definição de Comitê de Crédito no Anexo I ao Regulamento;
- definição de Contrato de Consultoria no Anexo I ao Regulamento;
- definição de Contrato de Custódia no Anexo I ao Regulamento;
- definição de Critério de Elegibilidade no Anexo I ao Regulamento; e
- definição de Grupo Sifra Consultoria Especializada no Anexo I ao Regulamento.

e) incluir os artigos e/ou parágrafos a seguir relacionados do Regulamento:

- atual artigo 99, parágrafo 2º, alínea (g);
- atual artigo 99, parágrafo 4º, alíneas (i);
- atual artigo 99, parágrafo 5º, alíneas (e);
- definição de Agente de Recebimento no Anexo I ao Regulamento;
- definição de Contrato de Cobrança Escritural no Anexo I ao Regulamento;
- definição de Contrato de Custódia de Cheques no Anexo I ao Regulamento;
- definição de Sifra Administração de Cessão e Cobrança no Anexo I ao Regulamento;
- definição de Sifra Cobradora no Anexo I ao Regulamento;
- definição de Sifra Consultoria de Crédito no Anexo I ao Regulamento;
- definição de Sifra Depositária no Anexo I ao Regulamento; e
- definição de Sifra Originadora no Anexo I ao Regulamento.

f) excluir a figura do Agente de Recebimento do Regulamento; e

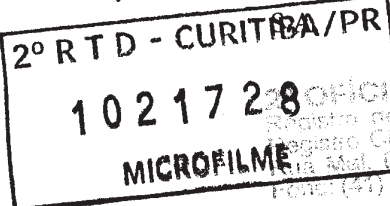
g) consolidar o Regulamento conforme Anexo A ao presente instrumento.

Este Instrumento Particular de Alteração do Regulamento, bem como o Regulamento e seus anexos serão registrados no 2º Registro de Títulos e Documentos de Curitiba (PR), a margem do registro anterior.

Estando assim deliberado, assina o Administrador o presente Instrumento Particular de Alteração do Regulamento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

Curitiba, 18 de janeiro de 2012.

Assinatura do representante legal
PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



2º OFICIO DISTRIBUIDOR
 Registro de Títulos e Documentos
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
 Fone: (41) 3225-3905 - CURITIBA - PR
EBM01656

2o. Ofício Distribuidor de
 Títulos e Documentos
 Distribuição: **64-12735**
 ao **2º Ofício**
 Cbba/Pr, 20/01/2012

=====CUSTAS=====
 Lei Estadual numero 11.960/97, Tabela XVI
 Distrib. IIa, III, IV nota 2; Cobrança selo
 em cumprimento ao Ofício 160/07 FUNARPEN
 VRGs 0,141
☒ Distribuição (70 VRGs) R\$ 10.81
☐ Averbação (26 VRGs) R\$ 4.01
☒ Selo R\$ 1.34

2o. Ofício Distribuidor - Curitiba/PR
 R. Mal. Deodoro, 320 s. 504 F: (41) 3225-3905

Lei: 13.228 de 16/07/2001
SELO FUNARPEN
2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 Rua Cândido Lopes, 320 - cj. 02 - F: 3224-2444
 Entrada HOJE, Protocolada e Registrada em
 FILME sob nº **102728**
 JIVADO sob nº
 23 JAN. 2012
 TIT E DOC
 E PESSOAS
 JURIDICAS
 DPB84778
 TITULAR: Denise Maria Moll Laporte
 JURAMENTADOS: Aramis Salata
 Francisco Cesar Cecilio

CUSTAS R\$ 42,30
 OU 300 VRG

FUNREJUS
R\$ 5,65

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

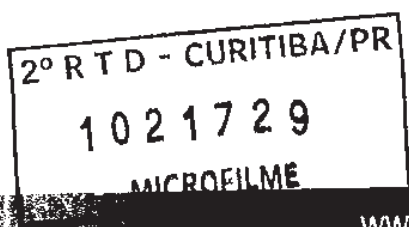
ANEXO II

Regulamento do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PETRA[↑]

ANEXO A
REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS EMPÍRICA
SIFRA STAR



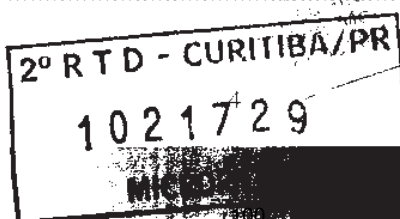
www.petracorreтора.com.br



REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS EMPÍRICA SIFRA STAR
CNPJ/MF nº 14.166.140/0001-49

ÍNDICE

CAPÍTULO I – FUNDO E PRAZO DE DURAÇÃO	5
CAPÍTULO II – PÚBLICO-ALVO E OBJETIVO DO FUNDO	5
CAPÍTULO III – POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO E POLÍTICA DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO PELO FUNDO	6
CAPÍTULO IV – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO	12
CAPÍTULO V – AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	14
CAPÍTULO VI – POLÍTICA DE COBRANÇA	18
CAPÍTULO VII – ADMINISTRADOR	20
CAPÍTULO VIII – SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR	23
CAPÍTULO IX – CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS	25
Gestor	25
Grupo Sifra Consultoria Especializada	26
Custodiante	26
Agência Classificadora de Risco	28
Auditor Independente	28
CAPÍTULO X – REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS	28
CAPÍTULO XI – EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS COTAS	30
CAPÍTULO XII – NEGOCIAÇÃO DAS COTAS	35
CAPÍTULO XIII – ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA E À RAZÃO DE GARANTIA ENTRE AS COTAS SUBORDINADAS	35
CAPÍTULO XIV – RESGATE DE COTAS	36
CAPÍTULO XV – ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS	40
CAPÍTULO XVI – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA	41
CAPÍTULO XVII – EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	42
CAPÍTULO XVIII – ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS	47
CAPÍTULO XIX – ENCARGOS DO FUNDO	49
CAPÍTULO XX – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	50
CAPÍTULO XXI – DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	50
CAPÍTULO XXII – FATORES DE RISCO	51
CAPÍTULO XXIII – TRIBUTAÇÃO	60
CAPÍTULO XXIV – DISPOSIÇÕES GERAIS	62
ANEXO I - DEFINIÇÕES	63



RECEBIDO DISTRIBUIDOR
Arquivos e Documentos
Júdice
Sale 504
Curitiba - PR
12/05/2015





**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS EMPÍRICA SIFRA STAR
CNPJ/MF nº 14.166.140/0001-49**

CAPÍTULO I – FUNDO E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1 O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Sifra Star é constituído sob a forma de condomínio aberto, regido por este Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, especialmente a Resolução CMN nº 2.907/01 e a Instrução CVM nº 356/01.

Parágrafo Primeiro - Para fins do disposto no presente Regulamento e em seu(s) respectivo(s) anexo(s), as palavras e expressões indicadas em letra maiúscula, tanto no singular quanto no plural, terão os significados a elas atribuídos no Anexo I deste Regulamento, exceto se de outra forma definidas neste Regulamento ou em seu(s) respectivo(s) anexo(s).

Parágrafo Segundo - O Fundo é classificado como um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fomento Mercantil, nos termos do Anexo II da Deliberação nº 44, de 24.11.2010, da ANBIMA.

Artigo 2 O Fundo terá Prazo de Duração indeterminado.

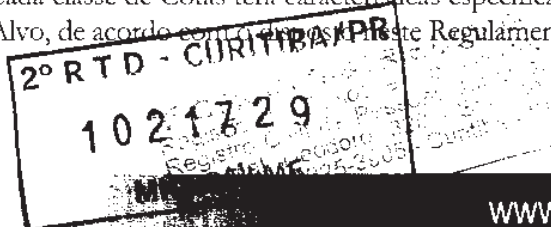
CAPÍTULO II – PÚBLICO-ALVO E OBJETIVO DO FUNDO

Artigo 3 O Fundo é destinado a Investidores Qualificados.

Parágrafo Único - O investimento nas Cotas Seniores e nas Cotas Subordinadas Mezanino do Fundo não é adequado a investidores que: (i) necessitem de liquidez em prazo inferior ao prazo estabelecido neste Regulamento para pagamento do valor de resgate; e (ii) não estejam dispostos a correr risco de crédito de empresas do setor privado.

Artigo 4 O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Cotistas, observada sua política de investimento, de composição e de diversificação de sua Carteira, dispostas neste Regulamento, a valorização de suas Cotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade e às Condições da Cessão estabelecidos neste Regulamento, com ou sem coobrigação dos respectivos Cedentes, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito; e (ii) de Ativos Financeiros, observados todos os limites de composição e diversificação da Carteira estabelecidos neste Regulamento.

Parágrafo Primeiro - Cada classe de Cotas terá características específicas, inclusive com relação à Rentabilidade Alvo, de acordo com o Anexo A deste Regulamento.



Parágrafo Segundo - A Rentabilidade Alvo não representa, nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa, obrigação, garantia ou sugestão de rentabilidade do Administrador, do Gestor, do Custodiante ou do Grupo Sifra Consultoria Especializada, aos Cotistas.

Parágrafo Terceiro - As Cotas Subordinadas Júnior não possuem meta ou limite de rentabilidade.

Artigo 5 O Fundo e as aplicações realizadas pelos Cotistas no Fundo não contarão com garantia do Administrador, do Gestor, do Grupo Sifra Consultoria Especializada, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Ademais, os investimentos da Carteira estão sujeitos aos fatores de risco descritos neste Regulamento.

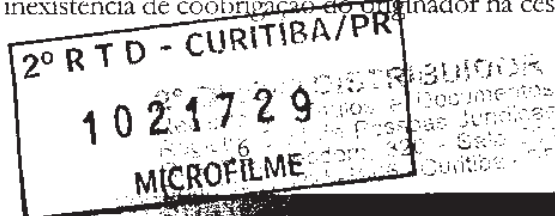
Parágrafo Primeiro - Não obstante a diligência do Administrador, do Gestor e do Grupo Sifra Consultoria Especializada, em colocar em prática a política de investimento delineada neste Regulamento, o Fundo, o Administrador, o Gestor e o Grupo Sifra Consultoria Especializada, não serão responsáveis, em nenhuma hipótese, pela existência e/ou pela solvência dos Direitos de Crédito, por eventual depreciação dos bens ou ativos integrantes da Carteira do Fundo, ou por prejuízos em caso de liquidação do Fundo, assumindo os Cotistas os riscos inerentes a este tipo de investimento.

Parágrafo Segundo - Não há garantia de que os objetivos do Fundo serão alcançados.

CAPÍTULO III – POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO, DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO E POLÍTICA DE EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO PELO FUNDO

Artigo 6 Para a consecução de seu objetivo, o Fundo aplicará suas disponibilidades na aquisição de Direitos de Crédito originados por operações realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, imobiliário e/ou de prestação de serviços, com pagamento a prazo, que atendam cumulativamente aos Critérios de Elegibilidade e às Condições da Cessão previstos neste Regulamento.

Parágrafo Primeiro - O Fundo poderá, ainda, adquirir Direitos de Crédito diretamente do Grupo Sifra Consultoria Especializada, desde que tais Direitos de Crédito tenham origem nos segmentos discriminados no *caput* deste Artigo, observado que os Direitos de Crédito deverão ser representados pelos títulos descritos neste Regulamento. Os Direitos de Crédito de que trata este Parágrafo não serão emitidos pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada para o Fundo e sim cedidos ao Fundo, sempre sem a coobrigação do Grupo Sifra Consultoria Especializada, observado que quando da cessão dos Direitos de Crédito de que trata este Parágrafo ao Fundo será informado ao Administrador no ato da cessão a existência ou a inexistência de coobrigação do originador na cessão realizada para



o Grupo Sifra Consultoria Especializada, para efeito de controle do limite dos Direitos de Crédito sem coobrigação do Fundo.

Parágrafo Segundo - A avaliação da adequação aos Critérios de Elegibilidade, limites de concentração e demais disposições deste Regulamento a respeito dos Direitos de Crédito que poderão ser cedidos pelo próprio Grupo Sifra Consultoria Especializada ao Fundo, conforme estabelecido no *caput* deste Artigo, deverá ser realizada com base no Cedente dos Direitos de Crédito ao Grupo Sifra Consultoria Especializada, e não no próprio Grupo Sifra Consultoria Especializada.

Artigo 7 O Fundo deverá observar os seguintes limites para a composição de sua Carteira:

- (a) Até 99% (noventa e nove por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser composto por Direitos de Crédito Performados representados por duplicatas escriturais, emitidas física ou eletronicamente, e/ou cheques; e
- (b) Até 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser composto por Outros Direitos de Crédito, e/ou Direitos de Crédito a Performar, incluindo os Direitos de Crédito a Performar Petrobrás.

Parágrafo Único - Os limites estabelecidos neste Artigo deverão ser verificados diariamente pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada e pelo Administrador, *pro forma*, antes de qualquer aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

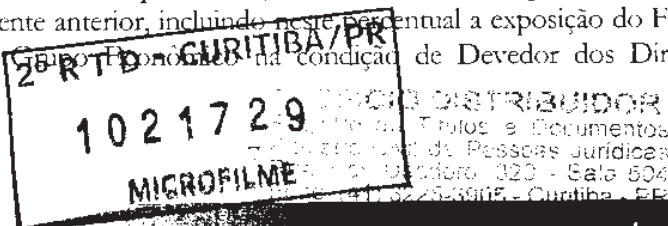
Artigo 8 Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades, o Fundo deverá manter, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido aplicado em Direitos de Crédito.

Parágrafo Primeiro - O Administrador poderá solicitar para a CVM, sem a necessidade de aprovação pelos Cotistas em Assembleia Geral de Cotistas, a prorrogação do prazo mencionado no *caput* por igual período, apresentando para a CVM motivos que justifiquem mencionada prorrogação.

Parágrafo Segundo - Realizada a solicitação mencionada no Parágrafo Primeiro acima, o Administrador deverá comunicar aos Cotistas sobre a solicitação realizada.

Artigo 9 A composição da carteira de Direitos de Crédito Performados do Fundo deverá observar, ainda, os seguintes limites de concentração, os quais serão calculados considerando a cessão *pro forma*, no momento da cessão:

- (a) Limites de concentração por Devedor:
 - (i) O valor correspondente ao somatório do valor presente dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, devidos por cada Devedor, será limitado a 6,5% (seis e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, incluindo neste percentual a exposição do Fundo ao respectivo Grupo Econômico na condição de Devedor dos Direitos de

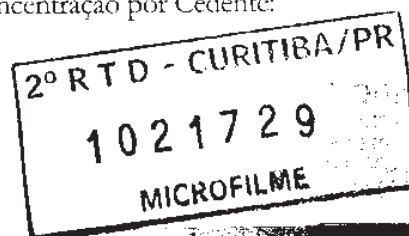


Crédito em conjunto, sem prejuízo do disposto no Parágrafo Quarto deste Artigo; e

- (ii) O Fundo poderá alocar, no máximo, 35% (trinta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior em Direitos de Crédito devidos pelos 07 (sete) Devedores com maior concentração no Fundo, incluindo neste percentual a exposição do Fundo ao respectivo Grupo Econômico na condição de Devedor dos Direitos de Crédito em conjunto;
- (b) Limites de concentração por Cedente:
 - (i) O valor correspondente ao somatório do valor presente de Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, cedidos por cada Cedente, será limitado a 6,5% (seis e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, incluindo neste percentual a exposição do Fundo ao respectivo Grupo Econômico na condição de Cedente dos Direitos de Crédito em conjunto, sem prejuízo do disposto no Parágrafo Quarto deste Artigo; e
 - (ii) O Fundo poderá alocar, no máximo, 35% (trinta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior em Direitos de Crédito cedidos pelos 07 (sete) Cedentes com maior concentração no Fundo, incluindo neste percentual a exposição do Fundo ao respectivo Grupo Econômico na condição de Cedente dos Direitos de Crédito em conjunto.

Parágrafo Primeiro – Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo e considerando o disposto na alínea (b) do Artigo 7, em relação à carteira de Direitos de Crédito a Performar e Outros Direitos de Crédito, o Fundo deverá observar os seguintes limites de concentração:

- (a) Limites de concentração por Devedor:
 - (i) O valor correspondente ao somatório do valor presente de Outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, devidos por cada Devedor, com exceção do Devedor Petrobras, deverá ser limitado a 3,5% (três e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, incluindo neste percentual a exposição do Fundo ao respectivo Grupo Econômico na condição de Devedor dos Direitos de Crédito em conjunto, sem prejuízo do disposto no Parágrafo Quarto deste Artigo;
 - (ii) O Fundo poderá alocar no máximo 21% (vinte e um por cento) do Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior em Outros Direitos de Crédito, com exceção do Devedor Petrobras, devidos pelos 07 (sete) Devedores com maior concentração no Fundo, incluindo neste percentual a exposição do Fundo ao respectivo Grupo Econômico na condição de Devedor dos Direitos de Crédito em conjunto;
- (b) Limites de concentração por Cedente:



RECEBIDO
Arquivo, a Circulação
de Pessoas Jurídicas
120 - Sala 004
122-0075 - Curitiba - PR



- (i) O valor correspondente ao somatório do valor presente de Direitos de Crédito a Performar de titularidade do Fundo, cedidos por cada Cedente, deverá ser limitado a 3,5% (três e meio por cento) do Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior; e
- (ii) O Fundo poderá alocar no máximo 21% (vinte e um por cento) do Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior em Direitos de Crédito a Performar cedidos pelos 07 (sete) Cedentes com maior concentração no Fundo.

Parágrafo Segundo – O limite estabelecido na alínea (a) do *caput* deste Artigo não se aplica ao Devedor Petrobras.

Parágrafo Terceiro - Caso, considerada *pro-forma* a aquisição dos Direitos de Crédito ofertados, a Carteira do Fundo apresente 2,5% (dois e meio por cento) de concentração de um mesmo Devedor, o Administrador deverá avaliar a concentração das empresas pertencentes ao mesmo Grupo Econômico do respectivo Devedor, assegurando que seja respeitado os limites de concentração por Devedor previstos neste Artigo.

Parágrafo Quarto – Os limites de concentração por Cedente estabelecidos no *caput* e no Parágrafo Primeiro deste Artigo não serão aplicáveis para os Direitos de Crédito cedidos diretamente pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada ao Fundo, sendo nestes casos considerado o limite de concentração da pessoa que cedeu o respectivo Direito de Crédito ao Grupo Sifra Consultoria Especializada.

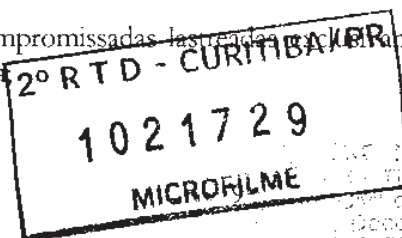
Parágrafo Quinto – O Fundo não poderá aplicar recursos na aquisição de Direitos de Crédito nos quais um ente federativo figure como devedor, fiador, avalista ou seja coobrigado sob qualquer outra forma.

Parágrafo Sexto – O Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de Cedentes em recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial.

Parágrafo Sétimo - Os limites estabelecidos no *caput* e no Parágrafo Primeiro deste Artigo deverão ser verificados diariamente pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada e pelo Administrador, *pro forma*, antes de qualquer aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

Artigo 10 Os Recursos Livres serão necessariamente alocados pelo Gestor, segundo seu critério e conforme disposto neste Regulamento, nos Ativos Financeiros abaixo listados:

- (a) Moeda corrente nacional;
- (b) Títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (c) Operações compromissadas lastreadas exclusivamente nos ativos previstos na alínea (b) acima;



RECEBIDO
TÍTULOS E DOCUMENTOS
JURÍDICOS
DEPARTAMENTO 320 - Sala 304
CURITIBA, 01.000-000



- (d) Cotas de fundos de investimento referenciados à Taxa DI que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos públicos federais e/ou operações compromissadas lastreadas nestes títulos, os quais poderão ser administrados e/ou geridos pelo Administrador ou pelo Gestor, por suas controladoras, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, sociedades coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- (e) Títulos de crédito privado, com liquidez diária prevista expressamente nos títulos, que tenham grau de investimento igual ou superior à classificação "brAA", em escala nacional, pela Agência Classificadora de Risco, limitado a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, não considerados como Direitos de Crédito, para os fins deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro - O Fundo poderá investir até 100% (cem por cento) dos Recursos Livres em um único fundo de investimento, de acordo com a alínea (d) deste Artigo.

Parágrafo Segundo - Não há limite de concentração para os investimentos realizados em títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e operações compromissadas lastreadas nestes títulos.

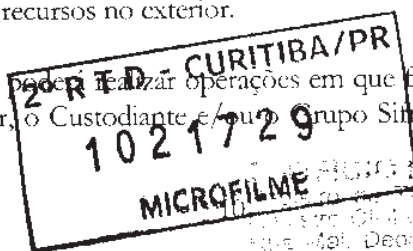
Parágrafo Terceiro - Até 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo poderá estar concentrado em Ativos Financeiros emitidos por uma mesma pessoa jurídica, sua controladora, entidade por ela direta ou indiretamente controlada e coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum.

Artigo 11 Os percentuais de composição e diversificação da Carteira, referidos neste Capítulo, serão verificados pelo Gestor, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

Artigo 12 O Gestor, por conta e ordem do Fundo, poderá realizar operações com instrumentos derivativos com contratos futuros de Taxa DI de 01 (um) dia negociados na BM&FBOVESPA, desde que (i) as operações sejam realizadas com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas; e (ii) as operações sejam previamente submetidas à análise da Agência de Classificação de Risco.

Artigo 13 O Fundo não realizará operações de: (i) aquisição de ativos ou de aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (ii) *daytrade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo Ativo Financeiro; (iii) aplicações em cotas de fundos de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere alavancagem superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido; (iv) aplicação em fundos de investimento cujas carteiras sejam administradas por pessoas físicas; e (v) aplicação de recursos no exterior.

Artigo 14 O Fundo poderá realizar operações em que figurem como contrapartes o Administrador, o Gestor, o Custodiante e/ou o Grupo Sira Consultoria Especializada,



seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum e/ou fundos de investimento por eles administrados e/ou geridos em que atuem na condição de contraparte do Fundo.

Artigo 15 A custódia dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira será de responsabilidade do Custodiante, sendo que os Ativos Financeiros, as CCBs e as CCIs serão registrados e/ou mantidos: (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo; (ii) em contas específicas abertas no SELIC; (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN; ou (iv) em instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo BACEN e/ou pela CVM.

Artigo 16 O Gestor, por delegação do Administrador, ao representar o Fundo nas assembleias gerais dos fundos de investimento nos quais o Fundo detenha participação, adotará os termos e condições estabelecidos na “Política de Voto” do Gestor, registrada na ANBIMA e disponível para consulta no endereço eletrônico <http://www.empiricainvestimentos.com.br>.

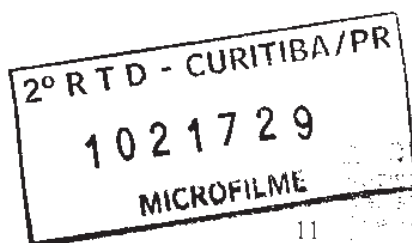
Parágrafo Primeiro - O Gestor adota política de exercício de direito de voto em assembleias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. Tal política orienta as decisões do Gestor em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários que confiram aos seus titulares o direito de voto.

Parágrafo Segundo - O Gestor exercerá seu poder de voto sempre no melhor interesse do Fundo, buscando sempre a valorização dos ativos que integrem a Carteira, empregando o zelo e a diligência exigidos pelas circunstâncias.

Parágrafo Terceiro - A política de voto do Gestor mencionada no *caput* deste Artigo relaciona as matérias relevantes obrigatórias nas quais o Gestor obrigatoriamente comparecerá nas competentes assembleias para exercer o direito de voto, bem como os princípios gerais e a descrição do processo decisório que nortearão o voto do Gestor.

Parágrafo Quarto - Após o Gestor exercer o direito de voto tratado neste Artigo, o Gestor deverá comunicar ao Administrador, para que tome as medidas cabíveis, inclusive, se for o caso, comunique aos Cotistas sobre a respectiva decisão.

Parágrafo Quinto - O Gestor poderá alterar a sua política de voto, ao seu exclusivo critério e a qualquer tempo, sem a necessidade de aprovação ou prévia comunicação aos Cotistas.



11



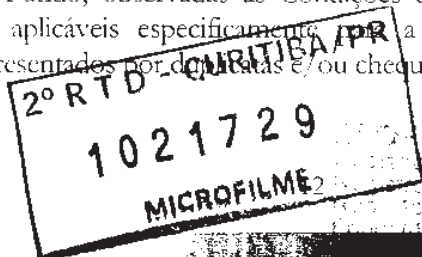
CAPÍTULO IV – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO

Artigo 17 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na data da respectiva cessão ao Fundo, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão previstos neste Capítulo.

Artigo 18 Os Direitos de Crédito passíveis de aquisição pelo Fundo devem atender, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade, cuja verificação preliminar será realizada pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada, quando da seleção de Direitos de Crédito, e validados pelo Custodiante, quando da aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo:

- (a) Em relação a todos os Direitos de Crédito:
 - (i) Os Direitos de Crédito não poderão estar vencidos e inadimplidos quando da sua cessão para o Fundo;
 - (ii) O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito de Devedores inadimplentes com o Fundo em um período de até 15 (quinze) dias, desde que a totalidade dos Direitos de Crédito de Devedores inadimplentes até o período acima estabelecido represente no máximo 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
 - (iii) O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito de Devedores inadimplentes com o Fundo por período superior a 15 (quinze) dias e inferior a 40 (quarenta) dias, desde que a totalidade dos Direitos de Crédito de Devedores inadimplentes até o período acima estabelecido represente no máximo 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (b) Em relação aos Direitos de Crédito Performados representados por duplicatas e cheques:
 - (i) Os prazos de vencimento das duplicatas e cheques deverão ser de, no máximo, 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão ao Fundo;
- (c) Em relação aos Direitos de Crédito a Performar e Outros Direitos de Créditos:
 - (i) Os prazos de vencimento dos Direitos de Crédito a Performar e dos Outros Direitos de Crédito deverão ser de, no máximo, 720 (setecentos e vinte) dias, contados da data da formalização da respectiva cessão ao Fundo; e
- (d) Em relação aos Outros Direitos de Crédito:
 - (i) As CCBs e as CCIs deverão ser registradas em sistema de registro da CETIP, conforme Artigo 15 acima.

Artigo 19 Os Direitos de Crédito passíveis de aquisição pelo Fundo devem atender, cumulativamente, às seguintes Condições de Cessão, cuja verificação será realizada exclusivamente pela parte abaixo identificada, *pro forma*, quando da aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo, observadas as Condições de Cessão dispostas no Parágrafo Primeiro abaixo aplicáveis especificamente à carteira de Direitos de Crédito Performados representados por duplicatas e/ou cheques, conforme disposto no Artigo 7,



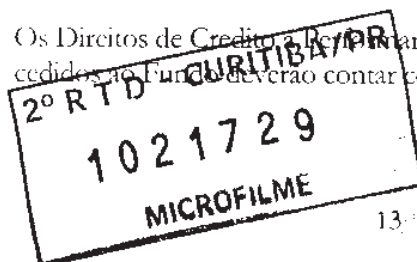
alínea (a) acima, para a carteira de Direitos de Crédito a Performar, e/ou Outros Direitos de Crédito, conforme disposto no Artigo 7, alínea (b) acima:

1. Verificação pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada:

- (a) Sejam originados de operações de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou prestação de serviços nos segmentos financeiro, comercial, industrial, imobiliário e/ou de prestação de serviços;
- (b) Os Devedores de Direitos de Crédito de valor nominal igual ou superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) não podendo constar contra si, na data de aquisição do respectivo Direito de Crédito, processo de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial; e
- (c) Os Direitos de Crédito deverão estar corretamente formalizados por Documentos Comprobatórios que garantam a qualidade de título executivo extrajudicial;

2. Verificação pelo Administrador:

- (a) Os Direitos de Crédito devem observar os limites de concentração previstos no Artigo 7 e Artigo 9 deste Regulamento;
- (b) Os Direitos de Crédito devem ser adquiridos pelo Fundo mediante a aplicação da Taxa Mínima de Cessão estabelecida no Artigo 22 ou, no caso de aquisição de Direitos de Crédito pós-fixados, mediante a aplicação de uma taxa mínima de remuneração conforme estabelecido no Parágrafo Terceiro do Artigo 22;
- (c) A concentração por setor de atividade dos Cedentes, de acordo com as 99 (noventa e nove) divisões da tabela da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, deverá estar limitada a 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, com exceção dos setores dos Cedentes dos Direitos de Crédito a Performar Petrobrás, cuja concentração deverá estar limitada a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (d) Os Cedentes dos Direitos de Crédito devem ser pessoas jurídicas com inscrição no CNPJ/MF;
- (e) O Fundo não poderá adquirir Direitos de Crédito de Cedente que tenha recomprado mais de 30% (trinta por cento) dos Direitos de Créditos cedidos ao Fundo nos 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à cessão pretendida;
- (f) A soma dos Direitos de Crédito Performados, conforme disposto no Artigo 7, alínea (a) acima, que não contem com a coobrigação do respectivo Cedente não poderá exceder 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (g) Os Direitos de Crédito a Performar conforme disposto no Artigo 7 alínea (b), cedidos ao Fundo deverão contar com a coobrigação do respectivo Cedente.



13.000.000,00 - Curitiba - PR
13.000.000,00 - Curitiba - PR



Parágrafo Primeiro - Além das Condições de Cessão estabelecidas no *caput* deste Artigo, em relação à carteira de Direitos de Crédito Performados representados por duplicatas e cheques, conforme disposto no Artigo 7, alínea (a) acima, e à carteira de Direitos de Crédito a Performar e Outros Direitos de Crédito, conforme disposto no Artigo 7, alínea (b) acima, deverão ser atendidas as seguintes Condições de Cessão, cuja verificação será realizada exclusivamente pelo Administrador:

- (a) Em relação à carteira de Direitos de Crédito Performados representados por duplicatas e cheques:
 - (i) O prazo médio ponderado da carteira não poderá exceder 100 (cem) dias, calculado *pro forma* antes de qualquer aquisição pretendida pelo Fundo;
- (b) Em relação à carteira de Direitos de Crédito a Performar e/ou Outros Direitos de Crédito conforme disposto no Artigo 7, alínea (b) acima, o Fundo deverá observar as seguintes condições:
 - (i) O prazo médio ponderado da carteira de Direitos de Crédito a Performar e/ou Outros Direitos de Crédito, não poderá exceder 180 (cento e oitenta) dias, calculado *pro forma* antes de qualquer aquisição pretendida pelo Fundo;
 - (ii) Os Outros Direitos de Crédito representados por CCI devem ter sido emitidos exclusivamente para credores pessoas jurídicas que atuam no segmento de incorporação imobiliária; e
 - (iii) O Fundo poderá adquirir, no máximo, 50% (cinquenta por cento) de cada parcela do fluxo de pagamentos de cada contrato não representado por título de crédito, que represente os Direitos de Crédito a Performar, inclusive dos Direitos de Crédito a Performar Petrobrás.

Parágrafo Segundo - Para formalização da cessão dos Direitos de Crédito Performados representados por duplicatas escriturais, nos termos do Artigo 889 parágrafo 3º do Código Civil, serão considerados Documentos Comprobatórios os seguintes documentos: (i) o Contrato de Cessão; e (ii) a relação de duplicatas da operação, podendo ser o próprio Termo de Cessão devendo constar, no mínimo: (a) o número da duplicata gerada; (b) a identificação do devedor; (c) a data do vencimento da duplicata; (d) o valor da operação expresso na duplicata; e (e) a assinatura do Cedente.

CAPÍTULO V – AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO E POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Artigo 20 Toda e qualquer operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo deverá ser realizada em estrita observância ao disposto no Contrato de Cessão e respectivos Termos de Cessão, a serem celebrados com cada um dos Cedentes.

Parágrafo Primeiro - As minutas do Contrato de Cessão e respectivo Termo de Cessão deverão ser previamente aprovadas pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada, pelo Administrador e pelo Gestor.



Parágrafo Segundo - As minutas do Contrato de Cessão e respectivo Termo de Cessão poderão ser alteradas, de tempos em tempos e/ou caso a caso, em virtude de negociações com cada Cedente, estando tais alterações sujeitas à prévia aprovação do Grupo Sifra Consultoria Especializada, do Administrador e do Gestor.

Parágrafo Terceiro - Os termos e condições do Contrato de Cessão e respectivos Termos de Cessão deverão ser acordados de forma irrevogável e irretroatável e vincularão o Cedente e o Fundo, bem como seus sucessores a qualquer título, sendo que poderão ser levados a registro em cartório de títulos e documentos, de acordo com o estabelecido pelo Administrador, juntamente com o Gestor e o Grupo Sifra Consultoria Especializada.

Artigo 21 - Cada cessão de Direitos de Crédito será formalizada entre o respectivo Cedente e o Fundo, representado pelo Administrador, por meio do Termo de Cessão.

Parágrafo Único - A cada celebração de um Termo de Cessão, o Cedente estará obrigado a praticar todos os atos necessários para a efetivação da cessão.

Artigo 22 - Com exceção dos Direitos de Crédito pós-fixados previstos no Parágrafo Terceiro abaixo, o Fundo pagará ao respectivo Cedente o Preço de Aquisição, observada a aplicação da Taxa Mínima de Cessão de no mínimo 170% (cento e setenta por cento) da Taxa DI, calculada conforme disposto no Parágrafo Segundo abaixo.

Parágrafo Primeiro - Quando da aquisição de quaisquer Direitos de Crédito pelo Fundo, a taxa interna de retorno resultante da carteira de Direitos de Crédito a vencer do Fundo deverá ser igual ou superior à taxa mínima de retorno resultante da seguinte fórmula:

$$\text{Taxa mínima de retorno} = 190\% * \text{Taxa DI}$$

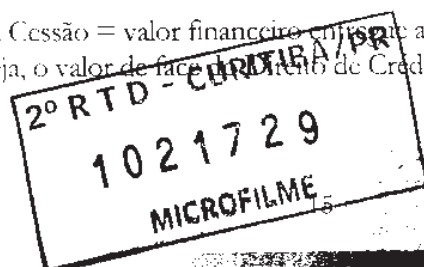
Parágrafo Segundo - Para a aquisição de Direitos de Crédito, ressalvados os Direitos de Crédito pós-fixados, a Taxa da Cessão será representada pela relação entre o valor bruto da cessão e valor líquido da cessão expressa de forma anual, conforme abaixo, e deverá ser sempre igual ou superior a Taxa Mínima de Cessão.

$$\text{Taxa da Cessão} = \left[\left(\frac{\text{Valor Bruto da Cessão}}{\text{Valor Líquido da Cessão}} \right)^{\frac{252}{DU}} - 1 \right] \times 100$$

Sendo que:

Valor Bruto da Cessão = valor nominal do Direito de Crédito no vencimento.

Valor Líquido da Cessão = valor financeiro recebido ao Cedente pela cessão do Direito de Crédito, ou seja, o valor de face do Direito de Crédito.



DU = Dias Úteis da operação.

Parágrafo Terceiro – Para os Direitos de Crédito pós-fixados, sua aquisição será realizada pelo valor de face, o qual deverá contemplar uma taxa mínima de remuneração de no mínimo 150% (cento e cinquenta por cento) da taxa SELIC, calculada diariamente.

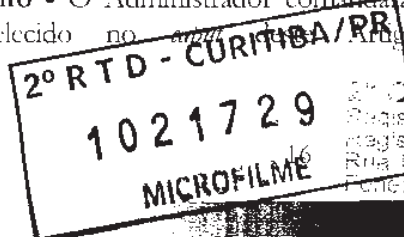
Artigo 23 O Grupo Sifra Consultoria Especializada, no âmbito de atuação de cada um de seus integrantes, é responsável pela análise e seleção dos Direitos de Crédito, sendo garantida a intervenção do Gestor, nos termos do Parágrafo Único, alínea (d) abaixo, por meio da participação nas reuniões do Comitê de Crédito.

Parágrafo Único - Para fins da análise e seleção dos Direitos de Crédito, o Grupo Sifra Consultoria Especializada adota uma política de concessão de crédito baseada em uma estrutura de comitês, que observam os seguintes critérios e condições:

- (a) O comitê da área comercial do Grupo Sifra Consultoria Especializada: (i) identifica oportunidades de negócios; (ii) avalia aberturas e renovações de limites de crédito; (iii) seleciona potenciais Cedentes; (iv) realiza uma pré-verificação da documentação cadastral dos Cedentes para a sequência do processo de análise de crédito; (v) realiza uma pré-verificação das Condições de Cessão; e (vi) encaminha proposta, com seu parecer e documentação cadastral dos Cedentes para a área de crédito do Grupo Sifra Consultoria Especializada;
- (b) A área de crédito do Grupo Sifra Consultoria Especializada: (i) confere a documentação cadastral dos Cedentes; (ii) cumpre todas as etapas de processo de análise de crédito; (iii) pré-verifica os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão; e (iv) encaminha a proposta para o Comitê de Crédito;
- (c) O Comitê de Crédito analisa, seleciona e delibera sobre as propostas encaminhadas pela área comercial do Grupo Sifra Consultoria Especializada, que poderá participar do Comitê de Crédito, sem direito a voto, para prestar esclarecimentos, quando necessário; e
- (d) O Gestor participa das reuniões do Comitê de Crédito.

Artigo 24 Para os devidos fins da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, o Grupo Sifra Consultoria Especializada, após ter verificado as Condições de Cessão e pré-verificado os Critérios de Elegibilidade, enviará ao Custodiante arquivo eletrônico com a relação dos Direitos de Crédito passíveis de cessão ao Fundo para que sejam validados segundo os Critérios de Elegibilidade. O Custodiante devolverá ao Grupo Sifra Consultoria Especializada arquivo eletrônico com a relação dos Direitos de Crédito aprovados. O Grupo Sifra Consultoria Especializada repassará o arquivo eletrônico para que o Administrador proceda a aquisição dos referidos Direitos de Crédito, mediante a assinatura dos respectivos Termos de Cessão.

Parágrafo Primeiro - O Administrador comandará a emissão do Termo de Cessão conforme estabelecido no artigo 24, preferencialmente celebrado



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Termos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mar. Lúnderson, 220 - São José
Fone: (41) 3025-3905 - Curitiba - PR



eletronicamente com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil - relacionando os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo.

Parágrafo Segundo - O Fundo pagará ao Cedente pela cessão dos Direitos de Crédito, na data da aquisição, através de Transferência Eletrônica Disponível - TED em conta corrente de titularidade do Cedente.

Parágrafo Terceiro - Constatada a qualquer tempo pelo Administrador a não adequação no momento da cessão, de um ou mais Direitos de Crédito cedidos ao Fundo a quaisquer das Condições de Cessão, o Grupo Sifra Consultoria Especializada será obrigado a adquirir tais Direitos de Crédito, observado o disposto no Parágrafo Único do Artigo 25, respondendo ainda, pelos prejuízos que causar ao Administrador, ao Custodiante, ao Gestor e principalmente aos Cotistas.

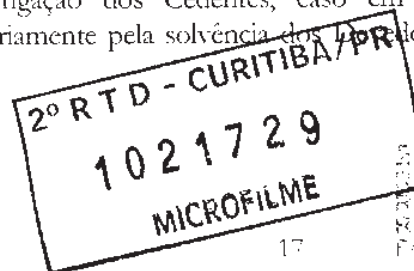
Parágrafo Quarto - Na hipótese do Direito de Crédito perder quaisquer das Condições de Cessão ou Critérios de Elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo, ou seja, cumpridos todos os procedimentos descritos neste Regulamento e registrados no sistema do Custodiante, não haverá direito de regresso contra o Administrador, o Grupo Sifra Consultoria Especializada, o Gestor ou o Custodiante, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

Artigo 25 - Nos termos do Artigo 42 deste Regulamento, o Gestor, ao seu exclusivo critério, poderá negociar com terceiros, inclusive o respectivo Cedente, hipótese em que será configurada a recompra, em caráter oneroso, todos os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo que, embora atendam a qualquer dos Critérios de Elegibilidade e/ou Condições de Cessão, no momento de sua cessão pelo respectivo Cedente ao Fundo deixem de atender a qualquer tempo, ou sobre os quais recaiam as condições resolutivas da cessão, conforme o Contrato de Cessão, entre a data de sua cessão ao Fundo e a data de seu efetivo pagamento.

Parágrafo Único - A cessão a terceiros e/ou a recompra pelo Cedente ocorrerá sempre pelo valor registrado na Carteira do Fundo sendo este o valor da curva do Direito de Crédito na data da transação.

Artigo 26 - Nos termos do artigo 295 do Código Civil, os Cedentes responderão pela existência, liquidez, certeza e correta formalização dos Direitos de Crédito, bem como pela existência e validade dos Documentos Comprobatórios.

Artigo 27 - As operações de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo poderão contar com coobrigação dos Cedentes, caso em que os Cedentes coobrigados responderão solidariamente pela solvência dos fornecedores dos Direitos de Crédito por eles cedidos.



Artigo 28 Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, seguros, garantias e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames, nos termos dos Contratos de Cessão, observadas as disposições dos respectivos Documentos Comprobatórios.

Artigo 29 O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito cujos respectivos pagamentos por parte de seus Devedores possam ser realizados ao Fundo anteriormente às suas respectivas datas de vencimento.

Parágrafo Primeiro - Não será admitida a concessão de descontos para este pagamento antecipado de Direitos de Crédito que não aqueles já previamente estabelecidos para os Direitos de Crédito nos seus respectivos Documentos Comprobatórios quando de sua aquisição pelo Fundo.

Parágrafo Segundo - Quando da aquisição pelo Fundo de Direito de Crédito que contenha previsão explícita de aplicação de desconto em caso de pagamento antecipado, o Custodiante será responsável pela cobrança perante o Cedente de eventual diferença entre o valor pago pelo Fundo, quando da aquisição do Direito de Crédito, e o valor efetivamente recebido pelo Fundo em razão do desconto aplicado.

CAPÍTULO VI – POLÍTICA DE COBRANÇA

Artigo 30 A cobrança dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo será realizada pelo Custodiante mediante a observância da seguinte Política de Cobrança:

- I. Cobrança passiva - no caso de Direitos de Crédito a vencer ou cheques dentro do período de compensação bancária:
 - (a) A partir da assinatura do Termo de Cessão, o Custodiante providenciará a administração dos Direitos de Crédito representados por cheques para guarda, controle e depósito nas respectivas datas predeterminadas na conta-corrente de titularidade do Fundo;
 - (b) A partir da assinatura do Termo de Cessão, o Custodiante providenciará, para os Direitos de Crédito não representados por cheques, a emissão e remessa do boleto de cobrança escritural para o Devedor, informando a conta-corrente de titularidade do Fundo para pagamento; e
 - (c) O Custodiante, responsável pela conciliação dos cheques e pela cobrança ativa dos Direitos de Crédito, obriga-se a informar a conciliação das liquidações ao Administrador para que este realize a transferência dos recursos recebidos referentes à mencionada conciliação para a conta-corrente de titularidade do Fundo, mantida pelo Custodiante.
- II. Cobrança ativa - no caso de Direitos de Crédito vencidos:

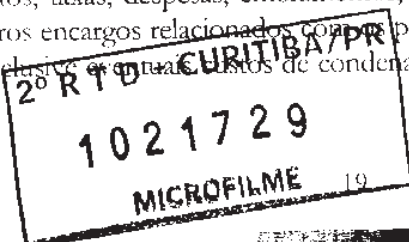


OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Tribunal Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mar. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



- (a) No caso de devolução de cheques, o Custodiante reapresentará os cheques se aplicável, sendo os valores dos cheques que não puderem ser reapresentados e dos cheques devolvidos pela segunda vez cobrados dos respectivos Cedentes quando contarem com coobrigação do Cedente e, conforme o caso, podem ser levados a protesto no competente cartório de protestos;
- (b) No caso de inadimplemento dos Direitos de Crédito representados por duplicatas, os títulos representativos dos Direitos de Crédito serão, quando cabível, levados a protesto no competente cartório de protestos e o Devedor será negativado pelo Fundo perante a Serasa Experian, de acordo com as definições pré-estabelecidas pelo Comitê de Crédito;
- (c) O Custodiante providenciará perante os Devedores a checagem dos Direitos de Crédito vencidos para obter informações sobre os motivos do inadimplemento, previsão e forma de pagamento;
- (d) Caso não haja pagamento, o Custodiante entrará em contato com tais Devedores e com os respectivos Cedentes, como coobrigados, e com os Devedores Solidários, para iniciar a renegociação para liquidação dos Direitos de Crédito, podendo conceder prorrogações, descontos ou parcelamento dos valores dos Direitos de Crédito, ou adotar alternativas eficazes para efetivar o recebimento extrajudicial dos valores referentes aos Direitos de Crédito, inclusive por meio da recompra dos respectivos Direitos de Crédito pelos Cedentes, ou ainda a cessão onerosa destes, observadas as condições e parâmetros estabelecidos pelo Comitê de Crédito; e
- (e) Caso não haja acordo ou renegociação que permita o recebimento do valor dos Direitos de Crédito vencidos e não adimplidos, conforme acima disposto, o Custodiante, por conta e ordem do Fundo, nos termos do Contrato de Consultoria, iniciará o procedimento de cobrança judicial contra o Devedor e, quando aplicável, contra o Cedente e seus garantidores (Devedores Solidários), de acordo com o disposto no Contrato de Cessão, executando, sempre que possível, eventuais garantias outorgadas em relação aos Direitos de Crédito vencidos e não adimplidos, podendo contratar terceiros prestadores destes serviços.

Artigo 31 Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito, serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando o Administrador, o Gestor, o Custodiante e/ou o Grupo Sifra Consultoria Especializada, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos Direitos de Crédito, sem prejuízo das obrigações assumidas pelos respectivos Cedentes nos Contratos de Cessão e Termos de Cessão. O Administrador, o Gestor, o Custodiante e o Grupo Sifra Consultoria Especializada não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais, ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito, inclusive eventuais custos de condenação, que o Fundo venha a incorrer em



5º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
 Rua do Comércio, 100 - Centro
 Curitiba - PR - 80010-000
 Fone: (41) 3225-3500 - Curitiba - PR



face dos Devedores, de terceiros, dos Devedores Solidários ou dos Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo.

Parágrafo Único - Não obstante o disposto neste Regulamento, o Administrador, o Gestor, o Custodiante e o Grupo Sifra Consultoria Especializada não serão responsáveis pelos resultados obtidos na implementação da política de cobrança ou pelo pagamento ou liquidação dos Direitos de Crédito dos Devedores que estejam inadimplentes com o Fundo.

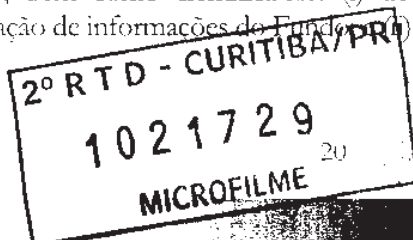
CAPÍTULO VII – ADMINISTRADOR

Artigo 32 O Fundo é administrado pelo Administrador, que, observada a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer, em nome do Fundo, os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros que integrem a sua Carteira, inclusive o de comparecer e votar em nome do Fundo em assembleias gerais e especiais de interesse deste, observada a delegação dos poderes de gestão da Carteira ao Gestor.

Parágrafo Único - O Administrador será também responsável pela controladoria e escrituração das Cotas do Fundo.

Artigo 33 O Administrador tem como obrigações, sem prejuízo das demais previstas na legislação aplicável, neste Regulamento e nos demais Documentos do Fundo, os seguintes deveres:

- (a) Manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) Os documentos relativos às operações do Fundo;
 - (ii) O registro dos Cotistas;
 - (iii) O livro de atas de Assembleias Gerais de Cotistas;
 - (iv) O livro de presença de Cotistas nas Assembleias Gerais de Cotistas;
 - (v) Os demonstrativos trimestrais do Fundo;
 - (vi) Os registros contábeis do Fundo;
 - (vii) Os relatórios do Auditor Independente e da Agência Classificadora de Risco;
 - (viii) O prospecto do Fundo;
- (b) Receber quaisquer rendimentos ou valores de titularidade do Fundo diretamente, por meio do Custodiante;
- (c) Disponibilizar aos Cotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e seus anexos, bem como identificá-los: (i) do nome do periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo; (ii) da Taxa de Administração cobrada;



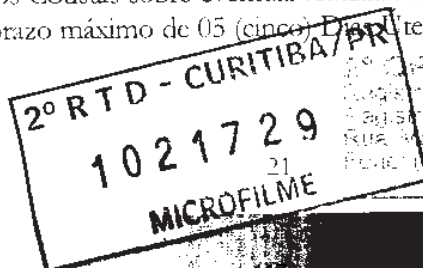
14 DE DEZEMBRO DE 2014
CURITIBA/PR
Petracorretora
Rua... 120 - 8º andar
Fone: (41) 333-3333 - Curitiba - PR



- (d) Divulgar anualmente, em periódico de ampla veiculação de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, além de manter disponíveis em sua sede e nas instituições que distribuam as Cotas: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, (ii) o valor das Cotas e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e (iii) os relatórios da Agência Classificadora de Risco;
- (e) Custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (f) Fornecer aos Cotistas, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do encerramento de cada ano civil, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no referido ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro do respectivo ano civil, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (g) Sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo previstas na regulamentação em vigor e neste Regulamento, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;
- (h) Providenciar trimestralmente, às expensas do Fundo, a atualização da classificação de risco das Cotas do Fundo; e
- (i) Monitorar e controlar diariamente, as atividades do Custodiante, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, zelando para que o Custodiante cumpra com as obrigações atribuídas a ele, dispostas neste Regulamento e no Contrato de Custódia.

Artigo 34 Sem prejuízo das principais obrigações previstas no Artigo acima, das obrigações previstas na legislação aplicável, neste Regulamento e nos demais Documentos do Fundo, também são obrigações do Administrador:

- (a) Tomar as seguintes providências perante a Agência Classificadora de Risco e os Cotistas:
 - (i) Informar, em até 01 (um) Dia Útil, a substituição do Auditor Independente, do Gestor, do Grupo Sifra Consultoria Especializada ou do Custodiante e/ou sua própria substituição; e
 - (ii) Monitorar e comunicar a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação;
- (b) Permitir o acesso da Agência Classificadora de Risco a quaisquer relatórios ou documentos elaborados pelo Administrador, pelo Auditor Independente ou pelo Custodiante, que sejam necessários para o fiel desempenho das funções da Agência Classificadora de Risco;
- (c) Informar aos Cotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Cotas, no prazo máximo de 05 (cinco) Dias Úteis contados da sua ciência de tal fato;



OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registra em Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mar. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (51) 3225-3905 - Curitiba - PR



- (d) No caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, ou de qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados os Ativos Financeiros ou Direitos de Crédito da Carteira, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Ativos Financeiros ou Direitos de Crédito para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo; e
- (e) Monitorar, diretamente ou por meio de prestadores de serviços por ele contratados, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia.

Artigo 35 É vedado ao Administrador e ao Gestor:

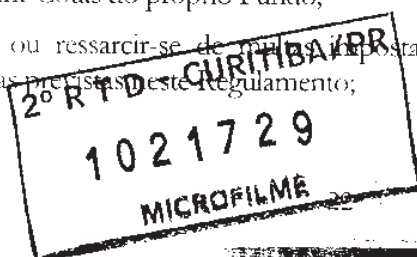
- (a) Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) Utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- (c) Efetuar aporte de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

Parágrafo Primeiro - As vedações de que tratam as alíneas (a), (b) e (c) do *caput* deste Artigo abrangem os controladores, sociedades direta ou indiretamente controladas, coligadas e outras sociedades sob controle comum do Administrador e do Gestor, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação destes.

Parágrafo Segundo - Excetuam-se do disposto no Parágrafo anterior os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do BACEN e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da Carteira do Fundo.

Artigo 36 É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- (a) Prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;
- (b) Realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- (c) Aplicar recursos diretamente no exterior;
- (d) Adquirir Cotas do próprio Fundo;
- (e) Pagar ou ressarcir-se de multas e penalidades impostas em razão de descumprimento de normas previstas neste Regulamento;



RECEBIDO DISTRIBUIDOR
TÍTULOS e Documentos
Diretor: Pessoas Jurídicas
Avenida: 328 - Sala: 504
Fone: 333.0005 - Curitiba - PR



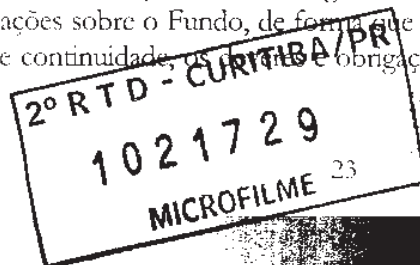
- (f) Vender Cotas do Fundo a prestação;
- (g) Prometer rendimento pré-determinado aos Cotistas;
- (h) Vender Cotas do Fundo às instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil que sejam Cedentes de Direitos de Crédito, exceto quando se tratar de cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- (i) Fazer, em materiais de propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (j) Obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;
- (k) Delegar poderes de gestão da Carteira do Fundo, ressalvada delegação dos poderes de gestão ao Gestor, nos termos deste Regulamento e do disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução CVM nº 356/01;
- (l) Efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos; e
- (m) Realizar operações com derivativos, salvo as operações com derivativos expressamente previstas neste Regulamento.

CAPÍTULO VIII – SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR

Artigo 37 A Assembleia Geral de Cotistas poderá a qualquer tempo: (i) deliberar pela substituição do Administrador; e (ii) indicar o nome, a qualificação, a experiência e a remuneração da instituição que assumirá, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações do Administrador, nos termos da legislação aplicável e deste Regulamento.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de deliberação pela Assembleia Geral de Cotistas da substituição do Administrador, o Administrador deverá permanecer no exercício regular de suas funções pelo menor prazo entre: (i) 60 (sessenta) dias; ou (ii) até que seja contratado outro administrador.

Parágrafo Segundo - O Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo: (i) colocar à disposição da instituição substituta, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados da realização da respectiva Assembleia Geral de Cotistas que deliberou sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e obrigações do Administrador, bem como (ii)



DE SEU DISTRIBUIDOR
Cidade - Curitiba/PR
Rua - Rua das Pessoas Jurídicas
Número - 329 - Fone - 333-1004
CNPJ - 06.928.3005 - Curitiba - PR



prestar qualquer esclarecimento sobre a administração do Fundo que razoavelmente lhe venha a ser solicitado pela instituição substituta.

Artigo 38 O Administrador, por correspondência, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de Cotistas para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do Fundo, devendo ser observado o quórum de deliberação estabelecido neste Regulamento.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de renúncia do Administrador e nomeação de nova instituição administradora em Assembleia Geral de Cotistas, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo por prazo a ser definido na referida Assembleia Geral de Cotistas, que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias corridos.

Parágrafo Segundo - Caso o novo administrador nomeado, nos termos descritos acima, não substitua o Administrador dentro do prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados da data em que se realizar a Assembleia Geral de Contistas referida no Parágrafo Primeiro acima, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo até o 70º (septuagésimo) dia corrido contado da data de realização da Assembleia Geral de Contistas que nomear o novo administrador.

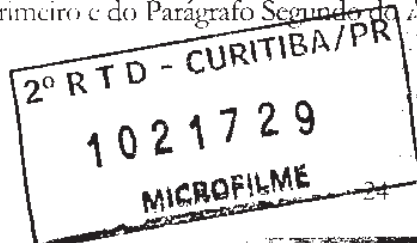
Parágrafo Terceiro - Na hipótese do Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de Cotistas referida acima: (i) não nomear administrador habilitado para substituir o Administrador, ou (ii) não tiver quórum suficiente para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos.

Parágrafo Quarto - Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

Parágrafo Quinto - Nas hipóteses de substituição do Administrador e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

Parágrafo Sexto - Nas hipóteses de substituição do Administrador previstas neste Capítulo, o Administrador fará jus à remuneração *pro rata temporis* até que a sua efetiva substituição ocorra.

Artigo 39 As regras dispostas neste Capítulo, no que couber, também são aplicáveis à substituição do Gestor e do Custodiante, sendo que para este último, o prazo do Parágrafo Primeiro e do Parágrafo Segundo do Artigo 38 acima, será de 30 (trinta) dias.



Artigo 40 Caso o Gestor seja substituído por outro prestador de serviços no Fundo, por qualquer que seja o motivo e a qualquer tempo, deverá ser providenciada a devida alteração na denominação do Fundo de modo a não mais constar a nomenclatura do Gestor na denominação do Fundo.

Artigo 41 Na hipótese de todos os membros do Grupo Sifra Consultoria Especializada deixarem de prestar serviços ao Fundo, por qualquer que seja o motivo e a qualquer tempo, e o Fundo não seja liquidado, deverá ser providenciado a devida alteração na denominação do Fundo, imediatamente após a saída do Grupo Sifra Consultoria Especializada do Fundo, de modo a não mais constar a nomenclatura "Sifra" na denominação do Fundo.

CAPÍTULO IX – CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

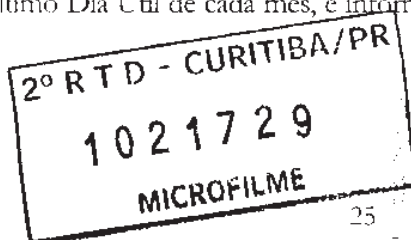
Gestor

Artigo 42 Os serviços de gestão da Carteira do Fundo serão prestados pelo Gestor, o qual terá poderes para praticar todos os atos necessários à gestão da Carteira, em especial para, em nome do Fundo, negociar os Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros, bem como, dentre outras atribuições previstas neste Regulamento e no Contrato de Gestão, as que seguem:

- (a) Participar do Comitê de Crédito, nos termos do Artigo 23, Parágrafo Único, (d), deste Regulamento;
- (b) Monitorar e controlar os indicadores de desempenho da Carteira, tais como, mas não limitado a, Índice de Liquidez, Índice de Inadimplência, taxa média, prazo médio de vencimento da carteira de Direitos de Crédito, limites de concentração de Cedentes e Devedores e *spread* excedente;
- (c) Monitorar a Razão de Garantia e a Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas;
- (d) Monitorar, controlar e gerir a Reserva de Caixa; e
- (e) Acompanhar as atividades desempenhadas pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada.

Parágrafo Primeiro - O Gestor, observadas as limitações legais e regulamentares, assim como as constantes deste Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à gestão da Carteira do Fundo, em especial para, em nome deste, negociar os Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros.

Parágrafo Segundo – O Índice de Inadimplência será calculado mensalmente pelo Gestor, no último Dia Útil de cada mês, e informado ao Administrador em até 02 (dois) Dias Úteis.



OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Centro de Títulos e Documentos
Centro Cível de Pessoas Jurídicas
Rua Wal. Devolder, 320 - Sala 904
Fone/Fax: 3335-3965 - Curitiba - PR



Grupo Sifra Consultoria Especializada

Artigo 43 O Grupo Sifra Consultoria Especializada prestará os seguintes serviços ao Fundo, dentre outras atribuições previstas neste Regulamento e nos Documentos do Fundo:

- (a) Prospecção de potenciais Cedentes e respectivos Direitos de Crédito para a aquisição pelo Fundo e verificação das Condições de Cessão; e
- (b) Análise e seleção de potenciais Cedentes, Devedores e Direitos de Crédito para aquisição pelo Fundo, verificação das Condições de Cessão, pré-verificação dos Critérios de Elegibilidade e gestão de risco de crédito do Fundo.

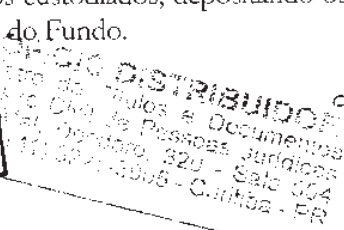
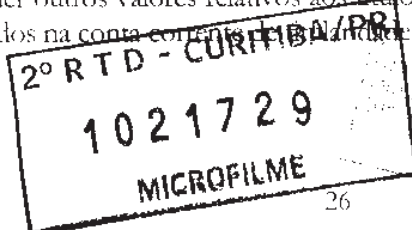
Parágrafo Único - O Fundo, devidamente representado pelo Administrador, outorgará ao Grupo Sifra Consultoria Especializada, nos termos do respectivo Contrato de Consultoria, todos os poderes necessários à realização dos serviços descritos no *caput* deste Artigo.

Custodiante

Artigo 44 O Custodiante será o responsável pela prestação dos serviços de custódia qualificada, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01.

Artigo 45 Dentre outras atribuições previstas neste Regulamento e nos Documentos do Fundo, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (i) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos de Crédito representados por operações financeiras, comerciais e de serviços;
- (ii) validar os Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;
- (iii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos de Crédito, evidenciados pelo Contrato de Cessão e pelos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito;
- (iv) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo;
- (v) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores; e
- (vi) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgates ou qualquer outros valores relativos aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta corrente do Fundo.



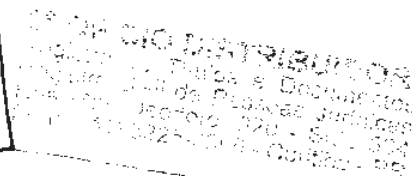
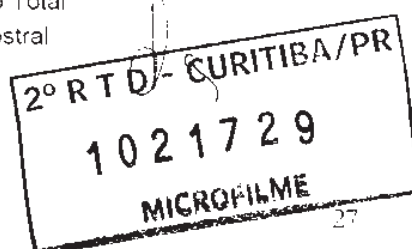
Artigo 46 Uma vez que há um significativo volume de Direitos de Crédito e expressiva diversificação de Devedores, a verificação da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito, será feita por amostragem, trimestralmente, de acordo com a metodologia de análise de verificação de lastro abaixo descrita:

- (a) O Custodiante analisará trimestralmente a documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito, em uma data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os Devedores dos respectivos Direitos de Crédito selecionados;
- (b) O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito contempla a verificação da existência dos Documentos Comprobatórios correspondentes, conforme escopo abaixo detalhado:
 - (b.1.) Obtenção de base de dados analítica por Direito de Crédito;
 - (b.2.) Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo;
 - (b.3.) Verificação física dos Documentos Comprobatórios devidamente formalizados junto ao fiel depositário;
 - (b.4.) Verificação da documentação acessória representativa dos Direitos de Crédito;
 - (b.5.) Verificação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para Direitos de Crédito vencidos e não liquidados; e
 - (b.6.) Verificação das condições de guarda física dos Documentos Comprobatórios junto ao fiel depositário;
- (c) Para a execução da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito, o Custodiante, sob sua responsabilidade, poderá contratar consultoria especializada para prestar os serviços de análise por amostragem dos Direitos de Crédito; e
- (d) Fórmula para seleção da amostra:

$$n_0 = \frac{1}{\varepsilon^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

Onde:

- ε : Erro Estimado
- A: Tamanho da Amostra
- N: População Total
- n_0 : Fator Amostral



Agência Classificadora de Risco

Artigo 47 A Agência Classificadora de Risco prestará os serviços de classificação de risco das Cotas do Fundo.

Parágrafo Único - As Cotas Subordinadas Júnior serão detidas por 1 (um) único Corista, sendo providenciada perante a CVM a solicitação da dispensa da classificação de risco de referida classe de Cotas.

Auditor Independente

Artigo 48 O Auditor Independente prestará os serviços de auditoria do Fundo, sem prejuízo da auditoria periódica prevista no Artigo 45 acima.

CAPÍTULO X – REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

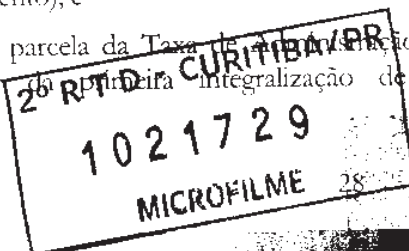
Artigo 49 Pelos serviços de administração, gestão e consultoria especializada prestados respectivamente pelo Administrador, Gestor e Grupo Sifra Consultoria Especializada, bem como pelo serviço de distribuição das Cotas do Fundo, será cobrada do Fundo, mensalmente, uma Taxa de Administração, calculada conforme a seguinte fórmula:

$$TA_{total} = TA_i + TA_{ii} + TA_{iii}$$

Onde:

TA_{total} : Taxa de Administração.

- (a) TA_i : parcela da Taxa de Administração devida ao Gestor, nos termos do Contrato de Gestão, a partir da primeira integralização de Cotas;
- (b) TA_{ii} : parcela da Taxa de Administração devida ao Grupo Sifra Consultoria Especializada, nos termos do Contrato de Consultoria, a partir da primeira integralização de Cotas;
- (c) $(TA_i + TA_{ii}) = a 1,43\%$ (um inteiro e quarenta e três centésimos por cento) ao ano, calculada sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, a ser paga mensalmente e apurada a cada Dia Útil à razão de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), dividida na seguinte proporção: para TA_i 30,07% (trinta inteiros e sete centésimos por cento) de 1,43% (um inteiro e quarenta e três centésimos por cento) e para TA_{ii} 69,93% (sessenta e nove inteiros e noventa e três centésimos por cento) de 1,43% (um inteiro e quarenta e três centésimos por cento); e
- (d) TA_{iii} : parcela da Taxa de Administração devida ao Administrador, cobrada a partir da primeira integralização de Cotas, será equivalente ao valor



correspondente a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido que atingir até RS 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), acrescido do valor correspondente a 0,27% (vinte e sete centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido entre RS 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e RS 100.000.000,00 (cem milhões de reais), e acrescido do valor correspondente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido que exceder a RS 100.000.000,00 (cem milhões de reais), a ser paga mensalmente e apurada a cada Dia Útil, à razão de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos).

Parágrafo Primeiro – Os tributos incidentes sobre os valores cobrados de TAx (Imposto Sobre Serviços (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e outros que porventura venham a incidir) serão a elas acrescidos nas alíquotas vigentes à época do pagamento. Os tributos serão calculados pelo Administrador e o Administrador informará ao Custodiante.

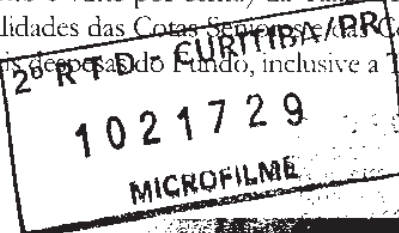
Parágrafo Segundo – A parcela da Taxa de Administração devida ao Gestor e ao Grupo Sifra Consultoria Especializada será calculada pelo Administrador e informada ao Custodiante mensalmente.

Parágrafo Terceiro – A parcela da Taxa de Administração devida ao Administrador será calculada e provisionada diariamente pelo Administrador, tendo como base o valor do Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, e cobrada mensalmente do Fundo, a serem pagas no 2º (segundo) Dia Útil subsequente ao mês vencido.

Parágrafo Quarto – O Administrador pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração acima fixada.

Parágrafo Quinto – A Taxa de Administração referida acima não inclui os valores devidos aos prestadores de serviços de custódia e auditoria das demonstrações contábeis do Fundo, bem como outras despesas e encargos do Fundo previstos neste Regulamento, as quais serão debitadas do Fundo pelo Administrador.

Artigo 50 Além da Taxa de Administração, será cobrada do Fundo uma remuneração ao Grupo Sifra Consultoria Especializada baseada na rentabilidade das Cotas Subordinadas Júnior, denominada Taxa de Performance, correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor da rentabilidade das Cotas Subordinadas Júnior que exceder a 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI, em cada período de apuração, já deduzidas as rentabilidades das Cotas Subordinadas Júnior e das Cotas Subordinadas Mezanino, bem como todas as demais despesas do Fundo, inclusive a Taxa de Administração.



Parágrafo Primeiro - A Taxa de Performance será calculada e provisionada pelo Custodiante, diariamente por Dia Útil, e paga diretamente pelo Fundo a cada semestre civil, a partir da data da primeira integralização de Cotas, por período vencido, até o 5º (quinto) Dia Útil subsequente ao encerramento de cada período de apuração, observando que o primeiro período de apuração da Taxa de Performance terá início na Data de Subscrição Inicial e término no encerramento do semestre civil correspondente.

Parágrafo Segundo - Entende-se como semestre civil, para fins de aplicação do disposto no Parágrafo anterior, os períodos compreendidos entre:

- (a) O 1º (primeiro) Dia Útil do mês de janeiro, inclusive, e o último Dia Útil do mês de junho, inclusive; e
- (b) O 1º (primeiro) Dia Útil do mês de julho, inclusive, e o último Dia Útil do mês de dezembro, inclusive.

Parágrafo Terceiro - Considerando que a Taxa de Performance prevista neste Artigo é calculada e provisionada diariamente, na eventualidade da ocorrência de resgates no decorrer do semestre civil, a Taxa de Performance será calculada, proporcionalmente, por Dias Úteis, entre a data do último pagamento da Taxa de Performance e a data da efetivação do resgate.

Parágrafo Quarto - É vedada a cobrança da Taxa de Performance quando o valor da Cota Subordinada Júnior for inferior ao seu valor da data da primeira integralização de Cotas Subordinadas Júnior ou por ocasião da última cobrança efetuada.

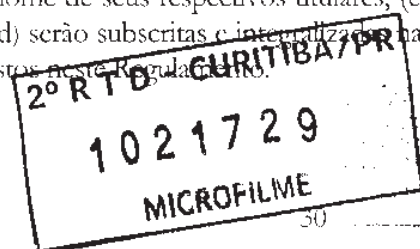
Artigo 51 Ressalvada a Taxa de Administração e a Taxa de Performance estabelecidas neste Regulamento, não serão cobradas dos Cotistas do Fundo quaisquer outras taxas, tal como taxa de ingresso ou taxa de saída.

CAPÍTULO XI - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS COTAS

Artigo 52 O patrimônio do Fundo é formado por 03 (três) classes de Cotas, sendo que as características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração e resgate aplicáveis às classes de Cotas estão descritas neste Regulamento.

Parágrafo Primeiro - Cada classe de Cotas terá características específicas, de acordo com o disposto neste Regulamento.

Parágrafo Segundo - As Cotas (a) terão a forma escritural, (b) serão mantidas em conta de depósito em nome de seus respectivos titulares, (c) correspondem a frações ideais de seu patrimônio, (d) serão subscritas e integralizadas na mesma data, e (e) serão resgatadas nos termos previstos neste Regulamento.



Parágrafo Terceiro - Na hipótese do Fundo atingir a Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores, conforme estabelecido neste Regulamento, a rentabilidade excedente será atribuída às Cotas Subordinadas Mezanino até atingir a Rentabilidade Alvo das Cotas Subordinadas Mezanino, e a rentabilidade excedente será atribuída às Cotas Subordinadas Júnior, as quais não possuem limite de rentabilidade.

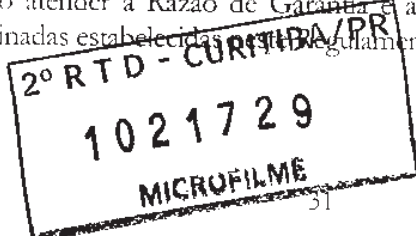
Artigo 53 As Cotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) A Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores do Fundo é de 125% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI;
- (b) Prioridade de resgate em relação às Cotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (c) Deverão atender à Razão de Garantia estabelecida neste Regulamento;
- (d) Valor unitário inicial de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais);
- (e) Valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização e resgate, observados os critérios definidos no Artigo 60 deste Regulamento;
- (f) Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais de Cotistas, exceto àquelas relacionadas no Artigo 92, Parágrafo Primeiro, deste Regulamento, sendo que cada Cota Sênior corresponderá a 01 (um) voto;
- (g) Possuem prazo de carência para resgate de 180 (cento e oitenta) dias corridos e prazo para pagamento do resgate de 90 (noventa) dias corridos.

Parágrafo Único - As Cotas Seniores em circulação serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. Não obstante, caso entenda necessário, a Agência Classificadora de Risco poderá solicitar informações adicionais e rever a classificação de risco das Cotas Seniores em periodicidade inferior.

Artigo 54 As Cotas Subordinadas Mezanino possuem as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) Subordinam-se às Cotas Seniores para efeito de resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Prioridade de resgate em relação às Cotas Subordinadas Júnior, observado o disposto neste Regulamento;
- (c) A Rentabilidade Alvo das Cotas Subordinadas Mezanino do Fundo é de 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI;
- (d) Deverão atender à Razão de Garantia e à Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas estabelecidas neste Regulamento;



Assinatura e rubrica do
Prestador Jurídico
CPF nº 000.000.000-00
Data: 12/12/2011 Curitiba - PR



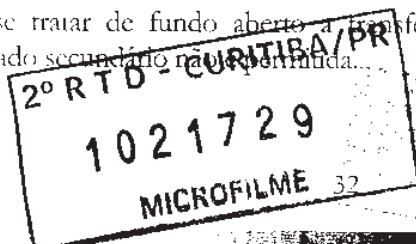
- (e) O valor unitário inicial de emissão na data da primeira subscrição de Cotas Subordinadas Mezanino será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Cotas Subordinadas Mezanino distribuídas posteriormente terão seu valor unitário calculado todo Dia Útil;
- (f) O valor unitário será calculado todo Dia Útil para efeito de definição do valor de integralização e resgate das Cotas Subordinadas Mezanino, observados os critérios definidos no Artigo 60 deste Regulamento;
- (g) Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais de Cotistas, sendo que a cada Cota Subordinada Mezanino corresponderá 01 (um) voto; e
- (h) Possuem prazo de carência para resgate de 36 (trinta e seis) meses corridos e prazo para pagamento do resgate observado o disposto no Artigo 69.

Artigo 55 As Cotas Subordinadas Júnior possuem as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) Subordinam-se às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino para efeito de resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Deverão atender à Razão de Garantia e à Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas estabelecidas neste Regulamento;
- (c) O valor unitário inicial de emissão na data da primeira subscrição de Cotas Subordinadas Júnior será de R\$ 1.000,00 (mil reais), sendo que as Cotas Subordinadas Júnior distribuídas posteriormente terão seu valor unitário calculado todo Dia Útil;
- (d) O valor unitário será calculado todo Dia Útil para efeito de definição do valor de integralização e resgate das Cotas Subordinadas Júnior, observados os critérios definidos no Artigo 60 deste Regulamento; e
- (e) Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais de Cotistas, sendo que a cada Cota Subordinada Júnior corresponderá 01 (um) voto.

Parágrafo Primeiro – As Cotas Subordinadas Júnior são dispensadas da avaliação pela Agência Classificadora de Risco, uma vez que:

- (a) as Cotas Subordinadas Júnior são destinadas a um único Cotista, ou grupo de Cotistas vinculados por interesse único e indissociável;
- (b) o Cotista, ou grupo de Cotistas vinculados por interesse único e indissociável, subscreverão termo de adesão declarando ter pleno conhecimento dos riscos envolvidos na operação, inclusive da possibilidade de perda total do capital investido, e da ausência de classificação de risco das Cotas por ele(s) subscritas; e
- (c) por se tratar de fundo aberto a transferência ou negociação das Cotas no mercado secundário não é permitida.



Parágrafo Segundo – Caso as Cotas Subordinadas Júnior deixem de ser investida exclusivamente por um único Cotista, ou por grupo de Cotistas vinculados por interesse único e indissociável, a classificação de risco das cotas pela Agência Classificadora de Risco passará a ser obrigatória.

Parágrafo Terceiro – Não obstante o disposto no Parágrafo Segundo acima, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das Cotas Subordinadas Júnior do Fundo deverão ser mantidas por um único Cotista, ou grupo de Cotistas vinculados por interesse único e indissociável.

Parágrafo Quarto – A integralização de Cotas Subordinadas Júnior em Direitos de Crédito está condicionada ao atendimento dos Direitos de Crédito às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade.

Artigo 56 Para o funcionamento do Fundo, o Fundo deverá manter patrimônio líquido médio igual ou superior à R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) pelo período de 03 (três) meses consecutivos.

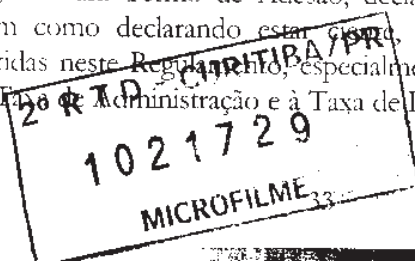
Parágrafo Primeiro - A emissão de novas classes de Cotas dependerá de aprovação da Assembleia Geral de Cotistas, sendo que o Fundo somente poderá emitir novas classes de Cotas, desde que:

- (a) Nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- (b) A Razão de Garantia e a Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas não sejam afetadas, bem como as Rentabilidades Alvo dispostas neste Regulamento; e
- (c) A emissão de nova classe de Cotas tenha a aprovação de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas do Fundo em circulação.

Parágrafo Segundo – Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas emitidas.

Artigo 57 O Administrador, em nome do Fundo, desde que observadas as condições estabelecidas no Parágrafo Primeiro do Artigo 56 acima, poderá emitir novas Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Júnior, no montante indicado pelo Gestor.

Artigo 58 O Cotista, por ocasião de seu ingresso no Fundo: (a) receberá exemplar deste Regulamento e do Prospecto, (b) quando aplicável, assinará o boletim de subscrição, e (c) assinará Termo de Adesão, declarando sua qualidade de Investidor Qualificado, bem como declarando estar ciente, dentre outras informações: (i) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à Taxa de Administração e à Taxa de Performance; (ii) dos riscos inerentes



ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento; e (iii) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos de Crédito que integram e/ou venham a integrar a Carteira do Fundo.

Artigo 59 - A qualidade de Cotista do Fundo caracterizar-se-á pela abertura de conta de depósito em nome do Cotista.

Parágrafo Único - O extrato da conta de depósito, emitido pelo Administrador, será o documento hábil para comprovar a propriedade do número de Cotas pertencentes a cada Cotista.

Artigo 60 - As Cotas serão subscritas e integralizadas, sempre nas mesmas datas, a partir da Data de Subscrição Inicial. Na subscrição de Cotas em data diversa da Data de Subscrição Inicial, será utilizado o valor da Cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos.

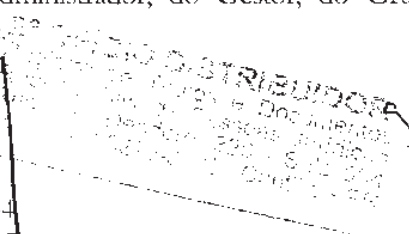
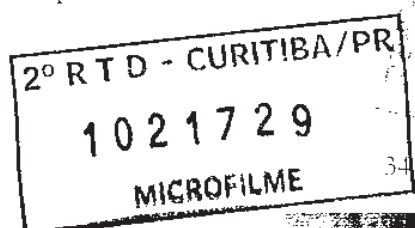
Parágrafo Primeiro - A integralização das Cotas do Fundo será efetuada à vista em moeda corrente nacional, mediante o crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador, por qualquer mecanismo de transferência de recursos admitido pelo BACEN ou através de sistema operacionalizado pela CETIP, quando aplicável.

Parágrafo Segundo - A confirmação da integralização de Cotas do Fundo está condicionada à efetiva disponibilidade pelos Cotistas dos recursos na conta-corrente do Fundo.

Parágrafo Terceiro - As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Mezanino poderão ser registradas para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Ativos - MDA, operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Cotas.

Artigo 61 - A partir da Data de Subscrição Inicial as Cotas do Fundo terão seu valor de integralização e de resgate, nas hipóteses definidas neste Regulamento, calculado no fechamento de todo Dia Útil pelo Administrador.

Parágrafo Primeiro - Os critérios de determinação do valor das Cotas de cada classe, definidos no *caput* deste Artigo, tem como finalidade definir qual o valor de integralização será aplicável para cada classe de Cotas durante o Prazo de Duração do Fundo e qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares de cada classe de Cotas na hipótese de resgate de Cotas, e não representam e não devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte do Fundo, do Administrador, do Gestor, do Grupo Sifra Consultoria Especializada ou do Custodiante.



Parágrafo Segundo - Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Cotas Seniores não farão jus, quando do resgate de suas Cotas, a uma remuneração superior à Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores, calculado conforme o *caput* deste Artigo, na respectiva Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Seniores.

Parágrafo Terceiro - Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Cotas Subordinadas Mezanino não farão jus, quando do resgate de suas Cotas, a uma remuneração superior à Rentabilidade Alvo das Cotas Subordinadas Mezanino, calculado conforme o *caput* deste Artigo, na respectiva Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Subordinadas Mezanino.

Parágrafo Quarto - Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no *caput* deste Artigo às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino, respectivamente, o eventual excedente decorrente da valorização da Carteira no período será incorporado as Cotas Subordinadas Júnior.

Parágrafo Quinto - Quando da definição do valor das Cotas, nos termos deste Capítulo, a Taxa DI deverá ser utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação pecuniária prevista neste Regulamento, será aplicada a última Taxa DI que estiver disponível naquela data. Nesse caso, o Administrador, por conta e ordem do Fundo, deverá promover os competentes ajustes no valor das Cotas na data de divulgação da Taxa DI que seria aplicável.

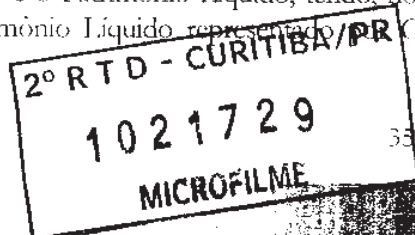
CAPÍTULO XII – NEGOCIAÇÃO DAS COTAS

Artigo 62 As Cotas do Fundo não serão objeto de cessão ou transferência, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal.

CAPÍTULO XIII – ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA E À RAZÃO DE GARANTIA ENTRE AS COTAS SUBORDINADAS

Artigo 63 A partir da Data de Subscrição Inicial de Cotas do Fundo, o Administrador deverá apurar, diariamente, a Razão de Garantia, entendida como a relação entre o valor total das Cotas Seniores em circulação e o Patrimônio Líquido, que deverá ser de, no máximo, 68% (sessenta e oito por cento), de modo que o Fundo tenha, no mínimo, 32% (trinta e dois por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Júnior, consideradas em conjunto.

Parágrafo Primeiro - Adicionalmente à Razão de Garantia prevista no *caput* deste Artigo, o Fundo deverá apurar, diariamente, a Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas, entendida como a relação entre o valor total das Cotas Subordinadas em circulação e o Patrimônio Líquido, tendo, no mínimo, 32% (trinta e dois por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Cotas Subordinadas Júnior, limite este que



973506v6

OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 304
Fone (41) 3225-3905 - São José



poderá ser reduzido até 26% (vinte e seis por cento), desde que a diferença seja representada por Cotas Subordinadas Mezanino.

Parágrafo Segundo – O nível de subordinação das Cotas Subordinadas Mezanino deverá ser de, no mínimo, 26% (vinte e seis por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo Terceiro – A Razão de Garantia e a Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas deverão ser apuradas diariamente pelo Administrador.

Artigo 64 – Na hipótese de desenquadramento da Razão de Garantia e/ou da Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas por 15 (quinze) Dias Úteis, o Administrador deverá comunicar, em 03 (três) Dias Úteis, aos Cotistas detentores de Cotas Subordinadas Júnior, por meio de correspondência ou correio eletrônico para que providenciem o respectivo restabelecimento no prazo de 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação, informando aos Cotistas detentores de Cotas Subordinadas Júnior, o número mínimo de Cotas que deverão ser subscritas e os respectivos valores para que se possa restabelecer a Razão de Garantia e/ou a Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas, conforme o caso.

Parágrafo Primeiro - Os Cotistas detentores de Cotas Subordinadas Júnior deverão subscrever, dentro do prazo acima estabelecido, tantas Cotas Subordinadas Júnior quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia e/ou a Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de o Administrador verificar que, decorrido o prazo acima estabelecido, não se alcançou o restabelecimento da Razão de Garantia e/ou da Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas, por qualquer motivo, o Administrador deverá convocar a Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre o Evento de Avaliação que ficará configurado.

CAPÍTULO XIV – RESGATE DE COTAS

Artigo 65 – Os Cotistas detentores de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Mezanino poderão solicitar o resgate das Cotas observado o prazo de carência previstos no Artigo 53 e no Artigo 54, devendo, para tanto, observar o procedimento disposto neste Regulamento.

Parágrafo Primeiro – Para o resgate das Cotas Subordinadas Júnior deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no Artigo 70 deste Regulamento.

Parágrafo Segundo - Não será admitido o resgate de Cotas desde a data do envio da convocação para a Assembleia Geral de Cotistas que tenha sido convocada para deliberar sobre Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação do Fundo, até a ocorrência da respectiva Assembleia Geral de Cotistas que delibere definitivamente sobre o tema.



973506v6

36



Parágrafo Terceiro – Caso este Regulamento preveja a ocorrência de pagamento de resgates aos Cotistas, em desacordo com as normas e procedimentos adotados pela CETIP: a) a CETIP ficará isenta de qualquer responsabilidade; e b) o pagamento de resgates aos Cotistas deverá ocorrer fora do ambiente da CETIP e será realizado pelo Administrador.

Artigo 66 Os Cotistas poderão solicitar o resgate das Cotas de sua titularidade, por meio de correspondência encaminhada ao Administrador.

Parágrafo Primeiro – O pagamento do valor do resgate de Cotas Seniores será realizado no prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação pelo Administrador, observado o prazo de carência disposto no item (g) do Artigo 53 acima.

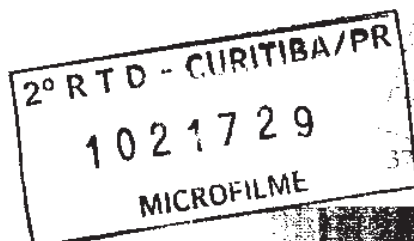
Parágrafo Segundo - O pagamento dos resgates pode estar sujeito ao fluxo de vencimentos futuros dos Direitos de Crédito, de modo que os Cotistas devem estar cientes de que, dependendo do volume de resgates solicitados em determinado período, há o risco de o Fundo não possuir recursos suficientes para efetuar o pagamento de todos os resgates no prazo solicitado. Neste caso, aplicar-se-á o disposto no Parágrafo Terceiro abaixo.

Parágrafo Terceiro – Caso as ordens de resgate excedam a liquidez do Fundo em determinado dia, de forma que não existam recursos suficientes para cobrir os pedidos de resgate, o Administrador atenderá aos pedidos de resgates conforme a ordem cronológica de recebimento de tais pedidos, postergando para o Dia Útil imediatamente seguinte os resgates que não puderem ser atendidos no mesmo dia, não sendo, portanto, aplicado o prazo estabelecido no Parágrafo Primeiro deste Artigo. Neste caso, o Administrador no mesmo dia do recebimento do pedido, comunicará os Cotistas e o Gestor sobre os procedimentos que serão utilizados para pagamento dos resgates.

Parágrafo Quarto - Enquanto perdurar a situação descrita no Parágrafo Primeiro acima, a aquisição de novos Direitos de Crédito pelo Fundo será suspensa, reiniciando quando forem realizados os pagamentos referentes aos resgates solicitados pelos Cotistas, caso não tenha ocorrido nenhum Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação do Fundo.

Parágrafo Quinto - Caso após 360 (trezentos e sessenta) dias da data da solicitação de um resgate ainda não haja recursos disponíveis para pagamento do referido resgate, o Administrador deverá convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar se tal fato deve configurar ou não um Evento de Liquidação.

Artigo 67 Os valores de resgate de Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Júnior serão efetuados pela cota de fechamento do dia do efetivo pagamento dos resgates aos Cotistas.



973506v6



Artigo 68 As Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas Júnior somente poderão ser resgatadas após o resgate de todas as Cotas Seniores, sendo certo que as Cotas Subordinadas Júnior somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Cotas Subordinadas Mezanino, ressalvados os casos excepcionais previstos neste Regulamento.

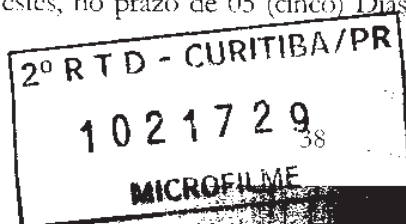
Artigo 69 As Cotas Subordinadas Mezanino somente poderão ser resgatadas antes das Cotas Seniores se decorrido o prazo de carência de tais Cotas Subordinadas Mezanino, desde que não desenquadre a Razão de Garantia e que sejam observados os seguintes procedimentos:

- (a) Recebida a solicitação de resgate de Cotas Subordinadas Mezanino, o Administrador comunicará aos Cotistas detentores de Cotas Seniores no prazo máximo de 03 (três) Dias Úteis após o recebimento da referida solicitação. Neste ato, os titulares de Cotas Seniores deverão ser informados sobre o valor e a data de realização do resgate de Cotas Subordinadas Mezanino;
- (b) Os Cotistas titulares das Cotas Seniores poderão requerer o resgate de suas Cotas no prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos a partir da data de expedição pelo Administrador da comunicação referente ao resgate de Cotas Subordinadas Mezanino. O resgate de Cotas Seniores deverá ser integralmente concluído antes do início do resgate das Cotas Subordinadas Mezanino; e
- (c) Após o pagamento dos resgates das Cotas Seniores, solicitadas de acordo com o disposto acima, ou transcorrido o prazo acima fixado sem manifestação dos Cotistas titulares das Cotas Seniores, será realizado o pagamento das Cotas Subordinadas Mezanino, observado o prazo de 30 (trinta) dias.

Artigo 70 Ao final de cada trimestre civil, o Administrador deverá verificar se o Fundo apresenta excesso do nível de subordinação, ou seja, (i) se as Cotas Subordinadas Júnior representam mais de 32% (trinta e dois por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, ou (ii) se as Cotas Subordinadas Júnior representam mais de 26% (vinte e seis por cento) e as Cotas Subordinadas Mezanino representam mais de 6% (seis por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo Primeiro - Caso o excesso do nível de subordinação seja constatado, os titulares das Cotas Subordinadas Júnior poderão realizar o resgate parcial de suas Cotas, desde que: (i) não tenha ocorrido e esteja em curso qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação, e (ii) não gere desenquadramento da Razão de Garantia, da Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas, do Índice de Liquidez, da Reserva de Caixa, dos limites de concentração previstos neste Regulamento e qualquer Evento de Avaliação.

Parágrafo Segundo - Para fins do disposto no Parágrafo Primeiro acima, o Administrador deverá, até o 2º (segundo) Dia Útil do mês subsequente, comunicar o montante do excesso do nível de subordinação aos titulares das Cotas Subordinadas Júnior, para que estes, no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da



comunicação, manifestem a intenção de realizar o resgate parcial de suas Cotas Subordinadas Júnior.

Parágrafo Terceiro - Manifestada a intenção da totalidade dos titulares das Cotas Subordinadas Júnior de realizar o resgate parcial das Cotas Subordinadas Júnior, o Administrador deverá realizar o resgate parcial das Cotas Subordinadas Júnior em até 05 (cinco) Dias Úteis, a contar do recebimento da resposta da totalidade dos titulares das Cotas Subordinadas Júnior.

Parágrafo Quarto - Na hipótese de os titulares das Cotas Subordinadas Júnior: (i) não responderem tempestivamente ao Administrador no prazo previsto no Parágrafo Segundo acima; ou (ii) não manifestarem em sua totalidade a intenção em realizar o resgate parcial, o montante do excesso do nível de subordinação não utilizado para fins de resgate, conforme previsto neste Artigo, será mantido no Patrimônio Líquido do Fundo.

Artigo 71 Os Cotistas titulares das Cotas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo o resgate de suas Cotas em condições diversas das previstas neste Regulamento.

Artigo 72 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 75 deste Regulamento, o Administrador deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes: (a) aos titulares das Cotas Seniores, na Data de Resgate, e (b) aos titulares das Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas Júnior nas hipóteses de resgate previstas neste Regulamento ou após o resgate integral das Cotas Seniores, conforme estabelecido neste Regulamento.

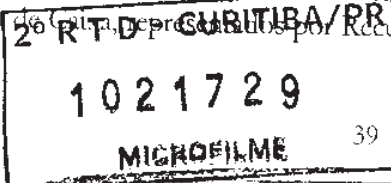
Parágrafo Primeiro - O Custodiante, atuando por conta e ordem do Fundo, efetuará o pagamento dos resgates de Cotas, mediante instrução do Administrador, por meio de mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN ou por meio da CETIP, conforme aplicável.

Parágrafo Segundo - Os recursos deverão ser transferidos aos titulares das Cotas, quando do resgate das Cotas, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Administrador na Data de Resgate.

Parágrafo Terceiro - Quando o dia do pagamento do resgate das Cotas ocorrer em dia não considerado Dia Útil, o Custodiante, efetuará o pagamento devido no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente.

Parágrafo Quarto Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, nas hipóteses previstas neste Regulamento, em Direitos de Crédito.

Artigo 73 O Administrador, exclusivamente com os recursos do Fundo, constituirá uma Reserva de Cota, representada por Recursos Livres, cujo valor deverá ser apurado



973506v6



pelo Administrador e monitorado pelo Gestor em todo último Dia Útil de cada mês calendário, definido pelo total de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de 90 (noventa) dias contados da data de apuração ou, no mínimo, 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo na mesma data, dos dois o maior.

Parágrafo Único – Os valores segregados na Reserva de Caixa somente poderão ser utilizados pelo Fundo no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo.

Artigo 74 – O Gestor deverá calcular, diariamente, o Índice de Liquidez da Carteira a ser apurado, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Índice de Liquidez} = \frac{\text{Recursos Livres} + \left(\frac{DC}{1,20}\right)}{VP}$$

onde:

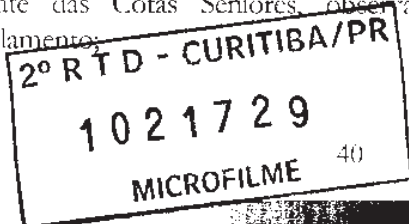
- DC: corresponde ao valor atribuído ao somatório dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira, devidamente atualizados, que tenham vencimento nos próximos 30 (trinta) dias contados da data de Índice de Liquidez.
- VP: corresponde ao somatório do valor de resgate e total de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de 30 (trinta) dias contados da data de apuração do Índice de Liquidez.

Parágrafo Único - O Índice de Liquidez deverá ser maior ou igual a 01 (um), e caso permaneça com valor menor a 01 (um) pelo período de 15 (quinze) Dias Úteis, o Administrador deverá tomar todas as providências relativas à ocorrência de um Evento de Avaliação.

CAPÍTULO XV – ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Artigo 75 – A partir da Data de Subscrição Inicial e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, o Administrador obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento de recursos provenientes da Carteira, na seguinte ordem:

- (a) Pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- (b) Formação da Reserva de Caixa;
- (c) Resgate das Cotas Seniores, observados os termos e condições deste Regulamento;



- (d) Resgate de Cotas Subordinadas Mezanino, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento;
- (e) Resgate de Cotas Subordinadas Júnior, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento; e
- (f) Aquisição de Direitos de Crédito.

Parágrafo Único - Exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada, os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da Carteira serão alocados na seguinte ordem:

- (a) No pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável; e
- (b) Resgate das Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Júnior, nesta ordem, observados os termos e condições deste Regulamento.

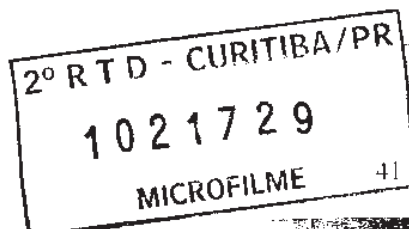
CAPÍTULO XVI – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO E DOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA

Artigo 76 Os Ativos Financeiros terão seu valor calculado todo Dia Útil a valor de mercado, apurado conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de marcação a mercado do Custodiante, cujo teor está disponível na sede do Custodiante.

Artigo 77 Os Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição, ajustado *pro rata temporis* pela respectiva Taxa de Cessão aplicada sobre seu valor de face por ocasião de sua aquisição, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no COSIF e na Instrução CVM nº 489/11.

Parágrafo Único – Os Direitos de Crédito pós-fixados integrantes da Carteira do Fundo terão acrescido ao seu valor de face quando da sua aquisição pelo Fundo, um percentual ajustado pela taxa SELIC, calculado diariamente, e aplicado quando da liquidação do Direito de Crédito pós-fixado pelo Cedente no Fundo, conforme disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 22.

Artigo 78 O Custodiante constituirá provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos Direitos de Crédito e aos Ativos Financeiros a partir do cálculo realizado pelo Administrador e informado ao Custodiante. As perdas e provisões relacionadas aos Direitos de Crédito vencidos e não pagos serão suportadas única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Instrução CVM nº 489/11.



DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO
Centro de Estudos e Documentação
Instituto Brasileiro de Direito de Passagem Jurídica
Rua José de Paiva, 320 - São João
Bairro São João, 320 - Curitiba - PR
Fone: (41) 3225-3205 - Curitiba - PR



Artigo 79 Caso os valores vencidos e não pagos, acrescidos de multa e juros, relativos aos Direitos de Crédito sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização das perdas referidas acima, tais Direitos de Crédito serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo e o Custodiante: deverá (a) reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso; e (b) providenciar a reabilitação do Devedor ou Cedente junto aos serviços de proteção ao crédito, conforme o caso.

Artigo 80 Em qualquer hipótese de liquidação antecipada do Fundo e resgate de Cotas mediante dação de Direitos de Crédito em pagamento, para fins contábeis e de cálculo do Patrimônio Líquido, todos os Direitos de Crédito inadimplidos terão os respectivos valores contábeis calculados com base neste Capítulo.

Artigo 81 A metodologia de avaliação dos Direitos de Crédito especificada acima é justificada pelos seguintes fatores:

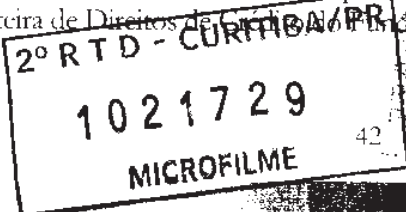
- (a) A inexistência de mercado organizado e ativo para os Direitos de Crédito nos termos do artigo 14 da Instrução CVM nº 356/01;
- (b) A intenção de se manter os Direitos de Crédito na Carteira até suas respectivas datas de vencimento;
- (c) O fato de o Fundo ser destinado exclusivamente a Investidores Qualificados; e
- (d) O fato de todos os Cotistas, ao aderirem aos termos do presente Regulamento, concordarem com que os Direitos de Crédito possam ser mantidos na Carteira até suas datas de vencimento, conforme os respectivos Termos de Adesão.

CAPÍTULO XVII – EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 82 O Fundo será liquidado nas hipóteses previstas neste Regulamento ou quando os Cotistas assim deliberarem em Assembleia Geral de Cotistas especialmente convocada para tal fim.

Artigo 83 São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) Rebaixamento da classificação de risco de qualquer classe de Cotas em circulação em 02 (dois) níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
- (b) Desenquadramento da Razão de Garantia e/ou da Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas por mais de 20 (vinte) Dias Úteis, contados da data da comunicação do Administrador aos Cotistas detentores de Cotas Subordinadas Mezanino e aos Cotistas detentores de Cotas Subordinadas Júnior, solicitando o restabelecimento da Razão de Garantia e/ou da Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas;
- (c) Apuração do Índice de Inadimplência superior a 5% (cinco por cento) da carteira de Direitos de Crédito em Circulação.



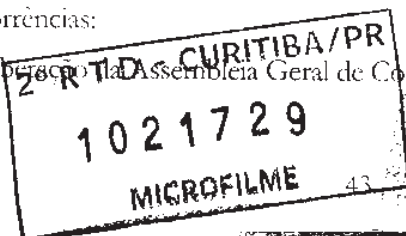
- (d) Desenquadramento da Reserva de Caixa por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis;
- (e) Desenquadramento dos limites de concentração por Cedente e por Devedor estabelecidos no Artigo 9 deste Regulamento por prazo superior a 15 (quinze) Dias Úteis;
- (f) Impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham os Critérios de Elegibilidade por prazo superior a 30 (trinta) Dias Úteis;
- (g) Descumprimento, pelo Administrador, pelo Gestor, pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada e/ou pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações estabelecidos neste Regulamento e nos Documentos do Fundo, desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento por qualquer um dos acima mencionados, aquele que descumpriu seus deveres e obrigações não o faça no prazo de 05 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (h) Renúncia de qualquer prestador de serviços contratado para prestar serviços para o Fundo, com exceção do Grupo Sifra Consultoria Especializada;
- (i) Manutenção do Patrimônio Líquido médio do Fundo inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por período de 03 (três) meses consecutivos de forma a ensejar a incorporação do Fundo a outro, ou a liquidação do Fundo; e
- (j) Caso o Fundo não tenha recursos disponíveis para realizar o resgate de Cotas no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias consecutivos contados da data de solicitação.

Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de um Evento de Avaliação, o Fundo não estará sujeito à liquidação automática, devendo o Administrador convocar a Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo deliberar: (a) pela não liquidação do Fundo, ou (b) que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, devendo o Administrador, neste caso, implementar os procedimentos de liquidação do Fundo previstos no presente Capítulo, independentemente da realização de nova Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de ocorrência e continuidade de um Evento de Avaliação, e até a eventual decisão de liquidação do Fundo ou de retomada de suas atividades regulares, conforme venha a ser deliberado pela Assembleia Geral de Cotistas, o Administrador do Fundo deverá suspender imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito e resgates de Cotas.

Artigo 84 São considerados Eventos de Liquidação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- (a) Deliberação da Assembleia Geral de Cotistas pela liquidação do Fundo;



- (b) Deliberação da Assembleia Geral de Cotistas de que um Evento de Avaliação constitui em Evento de Liquidação;
- (c) Cessação ou renúncia pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços para o Fundo; e
- (d) Resgate total das Cotas do Fundo.

Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá: (a) interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos de Crédito; (b) notificar os Cotistas; (c) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo descritos neste Regulamento; e (d) convocar uma Assembleia Geral de Cotistas, no prazo máximo de 05 (cinco) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do Evento de Liquidação, para deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar os direitos dos Cotistas, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate das Cotas Seniores detidas pelos Cotistas dissidentes, no caso de decisão da Assembleia Geral de Cotistas favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

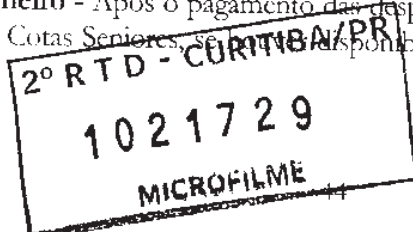
Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral de Cotistas mencionada no Parágrafo Primeiro acima poderá ser realizada, quando aplicável, juntamente com a Assembleia Geral de Cotistas que deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação.

Artigo 85 Caso a Assembleia Geral de Cotistas decida não liquidar o Fundo, será assegurado aos Cotistas detentores de Cotas Seniores dissidentes, desde que se manifestem formalmente até o encerramento da respectiva Assembleia Geral de Cotistas, o resgate das Cotas Seniores por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista neste Regulamento.

Parágrafo Único - Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Cotas Seniores dos Cotistas dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembleia Geral de Cotistas em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Cotas Seniores, sendo vedada, nos termos da legislação aplicável, a realização de resgate das Cotas Seniores detidas pelos Cotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito.

Artigo 86 Nas hipóteses de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil e criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil do próprio Administrador.

Parágrafo Primeiro - Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, sem responsabilidade, o valor apurado, em vigor na



própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas Seniores, até o limite da Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores.

Parágrafo Segundo - Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo e do valor de resgate das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas Mezanino, se houver disponibilidade, o valor apurado, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas Subordinadas Mezanino, até o limite da Rentabilidade Alvo das Cotas Subordinadas Mezanino.

Parágrafo Terceiro - Após o pagamento das despesas e encargos do Fundo e do valor de resgate das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas Júnior, se houver disponibilidade, o valor apurado, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das Cotas Subordinadas Júnior.

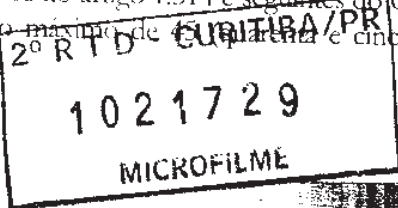
Parágrafo Quarto - A cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

Artigo 87 Na hipótese de existência de Direitos de Crédito pendentes de vencimento ou insuficiência de recursos para o pagamento integral das Cotas Seniores, a Assembleia Geral de Cotistas convocada para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo poderá determinar que o Administrador adote os seguintes procedimentos:

- (a) Aguardar os vencimentos dos Direitos de Crédito e o pagamento de tais Direitos de Crédito pelos respectivos Devedores para que os valores sejam rateados entre os Cotistas;
- (b) Ceder e/ou vender os Direitos de Crédito a terceiros, inclusive aos Cedentes, hipótese em que será configurada a recompra dos Direitos de Crédito; e
- (c) Proceder ao resgate de Cotas por meio de dação em pagamento de Direitos de Crédito.

Parágrafo Único - As Cotas Seniores somente poderão ser resgatadas em Direitos de Crédito na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, observada eventual impossibilidade de recebimento de Direitos de Crédito por Cotistas, ainda que em dação em pagamento, em função de sua natureza jurídica e legislação ao qual o Cotista está sujeito.

Artigo 88 Na hipótese da Assembleia Geral de Cotistas convocada para deliberar sobre a liquidação antecipada do Fundo, não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das Cotas, os Direitos de Crédito conferidos em dação em pagamento aos titulares de Cotas Seniores, de Cotas Subordinadas Mezanino e de Cotas Subordinadas Júnior, poderão, observada a legislação à qual os Cotistas se submetam e eventual vedação aplicável, ser compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembleia



973506v6

45



Geral de Cotistas, sendo o quinhão de cada Cotista equivalente ao valor dos créditos a ele efetivamente atribuídos.

Parágrafo Primeiro - Antes da dação em pagamento dos Direitos de Crédito pelo Fundo, o Administrador deverá convocar uma Assembleia Geral de Cotistas com a finalidade de proceder à eleição, pelos Cotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no *caput* deste Artigo e a contratação de agente de recebimento. Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao Cotista detentor de Cotas Seniores que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

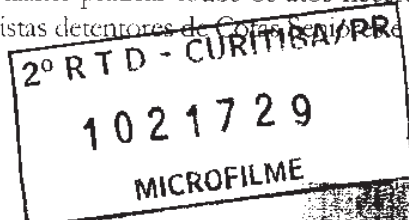
Parágrafo Segundo - Os termos e as condições da convenção de condomínio civil conterão avenças assegurando: (a) a contratação de agente de recebimento dos pagamentos referentes aos Direitos de Crédito, de forma a preservar o sistema de pagamentos e evitar a necessidade de autorização do Devedor para alteração do respectivo domicílio bancário dos Direitos de Crédito; e (b) aos Cotistas que foram titulares das Cotas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio em relação aos Cotistas que forem titulares de Cotas Subordinadas.

Parágrafo Terceiro - Após a constituição do condomínio civil referido no *caput* deste Artigo, o Administrador estará desobrigado em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

Parágrafo Quarto - O Custodiante fará a guarda dos documentos relativos aos Direitos de Crédito mantidos em condomínio civil pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da constituição do condomínio civil. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará ao Administrador a hora e o local para a entrega dos referidos documentos.

Parágrafo Quinto - Caso os titulares das Cotas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil no prazo referido acima, o Administrador poderá promover o pagamento em consignação dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo aos Cotistas, na forma do artigo 334 do Código Civil, condicionado à obtenção de autorização do Devedor para a transferência dos Direitos de Crédito, que será de responsabilidade do respectivo Cotista.

Artigo 89 - Se houver, quando da liquidação antecipada do Fundo, provisão para perdas relativa aos Direitos de Crédito que ainda estejam em processo de cobrança, os Cotistas detentores de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas se subrogarão nos direitos aos frutos da referida cobrança, proporcionalmente às perdas que suas respectivas Cotas tenham absorvido em função de tal provisionamento, devendo o Administrador e o Custodiante praticar todos os atos necessários para que sejam assegurados os direitos dos Cotistas detentores de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas.



973506v6

46

DEPARTAMENTO DE REGISTRO E DOCUMENTAÇÃO
CURITIBA/PR
10/05/2006 13:29



Parágrafo Único - Para os fins deste Artigo, será considerada perda absorvida pelas Cotas Seniores a eventual diferença positiva entre: (a) o valor das Cotas Seniores, caso tenham apresentado rentabilidade equivalente à Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores definida neste Regulamento, e (b) o valor efetivo das Cotas Seniores quando da liquidação do Fundo.

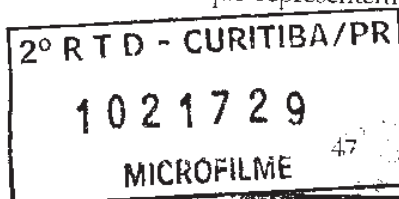
CAPÍTULO XVIII – ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Artigo 90 É da competência da Assembleia Geral de Cotistas do Fundo:

- (a) Tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as suas demonstrações financeiras;
- (b) Deliberar sobre alterações a este Regulamento e seu(s) anexo(s), exceto quando o Administrador esteja expressa e previamente autorizado a realizar, ao seu critério, tais alterações;
- (c) Deliberar sobre a substituição do Administrador, do Gestor, do Grupo Sifra Consultoria Especializada, do Custodiante e/ou da Agência Classificadora de Risco;
- (d) Deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração e/ou Taxa de Performance, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (e) Deliberar sobre a emissão de novas classes de Cotas;
- (f) Deliberar sobre a alteração dos parâmetros de rentabilidade das Cotas;
- (g) Deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo;
- (h) Deliberar se um Evento de Avaliação constituirá um Evento de Liquidação do Fundo acarretando na liquidação do Fundo; e
- (i) Deliberar sobre procedimentos a serem adotados para resgate de Cotas do Fundo mediante dação em pagamento dos Direitos de Crédito.

Parágrafo Único - Este Regulamento será alterado independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Cotistas em casos de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes, bem como no caso de alteração de dados cadastrais dos prestadores de serviços ao Fundo, mediante ciência ao Cotista da referida alteração, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data do protocolo da referida alteração perante a CVM.

Artigo 91 Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de Cotistas poderá reunir-se por convocação do Administrador, a seu exclusivo critério, ou por Cotistas titulares de Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do



973506v6



total das Cotas emitidas, mediante solicitação ao Administrador, o qual será responsável por convocar a Assembleia Geral de Cotistas solicitada.

Parágrafo Primeiro - A convocação de Assembleia Geral de Cotistas será feita pelo Administrador preferencialmente por correio eletrônico, ou alternativamente por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada a cada Cotista, da qual devem constar dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral de Cotistas e os assuntos a serem tratados.

Parágrafo Segundo - A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo do envio do correio eletrônico ou da carta com aviso de recebimento aos Cotistas.

Parágrafo Terceiro - Não se realizando a Assembleia Geral de Cotistas na data estipulada na convocação acima referida, será novamente providenciada convocação para a Assembleia Geral de Cotistas, com antecedência de 05 (cinco) dias corridos, mediante a expedição ao Cotista de correio eletrônico ou carta com aviso de recebimento.

Parágrafo Quarto - Para efeito do disposto no Parágrafo Terceiro acima, a segunda convocação da Assembleia Geral de Cotistas poderá ser providenciada juntamente com a primeira convocação.

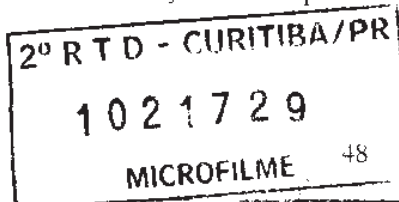
Parágrafo Quinto - Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral de Cotistas será realizada na sede do Administrador. Quando a Assembleia Geral de Cotistas não for realizada na sede do Administrador, as comunicações enviadas ao Cotista deverão indicar, com clareza, o local da reunião, que, em hipótese alguma, poderá ser realizada fora da localidade da sede do Administrador.

Parágrafo Sexto - Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada formalmente regular a Assembleia Geral de Cotistas a que comparecerem todos os Cotistas.

Artigo 92 - Ressalvado o disposto nos Parágrafos deste Artigo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Cotistas deverá ser aprovada pelos titulares da maioria das Cotas em circulação presentes a Assembleia Geral de Cotistas, independentemente da classe de cotas detida.

Parágrafo Primeiro - A deliberação das matérias abaixo elencadas deverá obedecer, além do quórum previsto no *caput* deste Artigo, o quórum para aprovação da maioria das Cotas Subordinadas Júnior em circulação em primeira convocação, e, em segunda convocação, da maioria dos votos das Cotas Subordinadas Júnior presentes:

- (a) Destituição do Grupo Sifra Consultoria Especializada, bem como aprovação dos termos e condições dos respectivos contratos de prestação de serviços;



- (b) Substituição do Administrador, Custodiante e/ou do Gestor, desde que a remuneração exigida por quem puder vir a substituí-los seja superior à remuneração paga pelo Fundo; e
- (c) Alterações das características, vantagens, direitos e obrigações das Cotas Subordinadas, bem como qualquer aumento na remuneração das Cotas Seniores e criação de novas classes de Cotas Subordinadas.

Parágrafo Segundo - Somente podem votar nas Assembleias Gerais de Cotistas os Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 01 (um) ano, sendo que os instrumentos de mandato devem ser depositados na sede do Administrador no prazo mínimo de 02 (dois) Dias Úteis de antecedência da data de realização da Assembleia Geral de Cotistas.

Parágrafo Terceiro - Não terão direito a voto na Assembleia Geral de Cotistas o Administrador, o Gestor e/ou seus respectivos empregados.

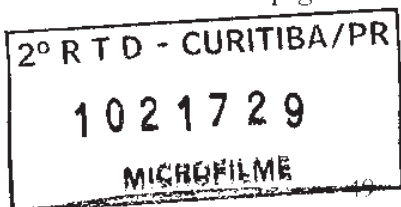
Parágrafo Quarto - Os Cotistas também poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pelo Administrador em até 01 (um) Dia Útil antes do início da Assembleia Geral de Cotistas.

Artigo 93 - Quaisquer decisões tomadas em Assembleia Geral de Cotistas devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos de sua realização por meio de correio eletrônico ou carta, ambos com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

CAPÍTULO XIX – ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 94 - Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da Taxa de Performance, as seguintes despesas:

- (a) Taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais, ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos ou obrigações do Fundo;
- (b) Despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (c) Despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (d) Honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (e) Emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;



- (f) Honorários de advogados, custas e despesas correlatas realizadas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (g) Quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral de Cotistas;
- (h) Taxas de custódia de ativos integrantes da Carteira;
- (i) Despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco; e
- (j) Despesas com eventual profissional contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas.

Parágrafo Único - Quaisquer despesas não previstas no *caput* deste Artigo como encargos do Fundo devem correr por conta do Administrador, sendo que o Administrador pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Regulamento.

CAPÍTULO XX – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 95 O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa ao Administrador.

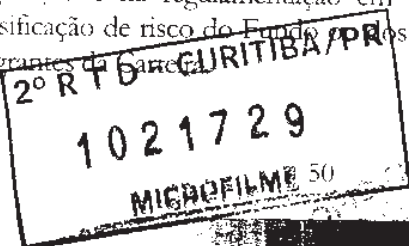
Parágrafo Primeiro - O exercício social do Fundo terá duração de 01 (um) ano, começando em 01 de setembro e terminando em 31 de agosto de cada ano, ficando ressalvado que apenas o primeiro exercício iniciar-se-á na data de sua constituição e terminará em 31 de agosto de 2012.

Parágrafo Segundo - As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão elaboradas de acordo com a Instrução CVM nº 489/11 e com o COSIF, e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM, sendo auditadas por auditor independente registrado na CVM.

CAPÍTULO XXI – DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Artigo 96 O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir ao Cotista acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões do Cotista quanto à permanência no Fundo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Cotas.

Parágrafo Primeiro - Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo e daquelas previstas na legislação e na regulamentação em vigor, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco do Fundo e dos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira.



Parágrafo Segundo - A divulgação das informações previstas neste Artigo deve ser feita por meio de correspondência ou correio eletrônico encaminhado aos Cotistas e mantido disponível para os Cotistas na sede e dependências do Administrador e nas instituições que coloquem Cotas, sem prejuízo da publicação no periódico "Diário do Comércio, da Associação Comercial de São Paulo" utilizado pelo Fundo.

Artigo 97 O Administrador colocará à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o encerramento de cada mês, as seguintes informações, além de outras exigidas nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável: (a) o número de Cotas de propriedade de cada Cotista e o respectivo valor; (b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referirem; e (c) dados acerca do comportamento da Carteira, abrangendo discussão quanto ao desempenho obtido e o esperado.

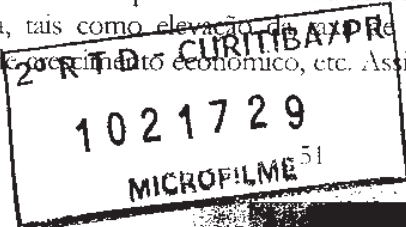
Artigo 98 O Administrador deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se referam, as demonstrações financeiras anuais do Fundo.

CAPÍTULO XXII – FATORES DE RISCO

Artigo 99 A Carteira do Fundo e, por consequência, seu patrimônio, estão sujeitos a diversos fatores de risco, dentre os quais destacamos os abaixo relacionados. Caso algum destes riscos ocorra, o Fundo poderá sofrer prejuízos, inclusive com perda de patrimônio para o Cotista. O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler cuidadosamente este item. O Administrador, o Gestor, o Custodiante, o Grupo Sifra Consultoria Especializada, os Cedentes e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direra ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e/ou pelos Cotistas, incluindo, sem limitação, eventual perda do valor principal de suas aplicações em decorrência dos riscos indicados nos Parágrafos abaixo e de outros aplicáveis às Cotas, aos Direitos de Crédito e ao Fundo. As aplicações dos Cotistas não contam com a garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, do Grupo Sifra Consultoria Especializada ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Parágrafo Primeiro – Riscos de Mercado:

- (a) Fatores Macroeconômicos Relevantes: Considerando que o Fundo aplicará suas disponibilidades na aquisição de Direitos de Crédito representados pelos Documentos Comprobatórios, a distribuição de rendimentos aos Cotistas dependerá da solvência dos respectivos Devedores. A solvência dos Devedores pode ser afetada por fatores macroeconômicos relacionados à economia brasileira, tais como elevação da taxa de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico, etc. Assim, na hipótese de ocorrência de um

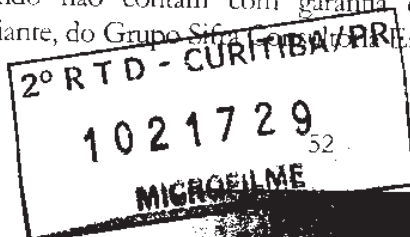


ou mais desses eventos, poderá haver aumento da inadimplência dos Direitos de Crédito, provocando perdas patrimoniais ao Fundo e consequentemente aos Cotistas;

- (b) Risco de Descasamento entre a Taxa de Cessão dos Direitos de Crédito e a Rentabilidade das Cotas: O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito representados por Documentos Comprobatórios, adquiridos, quando pré-fixados, com base em taxa determinada por meio da projeção da Taxa DI em vigor no Dia Útil anterior à sua cessão ao Fundo enquanto a Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores têm como parâmetro a Taxa DI prevista neste Regulamento. Caso a Taxa DI se eleve substancialmente poderá ocorrer descasamento entre as taxas de retorno. Caso ocorra tal descasamento, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que o Administrador, o Gestor, o Custodiante e o Grupo Sifra Consultoria Especializada não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Cotistas;
- (c) Risco de Descasamento entre a Taxa Mínima de Remuneração para os Direitos de Crédito Pós-Fixados e a Rentabilidade das Cotas: O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito representados por Documentos Comprobatórios, adquiridos, quando pós-fixados, com base na taxa SELIC, enquanto a Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores têm como parâmetro a Taxa DI prevista neste Regulamento; caso ocorra o substancial descasamento entre a taxa SELIC e a Taxa DI, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que o Administrador, o Gestor, o Custodiante e o Grupo Sifra Consultoria Especializada não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Cotistas;
- (d) Flutuação do Valor dos Ativos Financeiros: O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos Ativos Financeiros, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados; e
- (e) Risco Sistemico: Referidos riscos encontram-se vinculados às condições econômicas nacionais e internacionais, podendo ser afetados pelo mercado e pelas alterações nas taxas de juros e câmbio, preços dos papéis e ativos em geral, incluindo os preços dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da Carteira. Não há garantia de que a mudança de tais condições não afetará o valor das posições e dos ativos detidos pelo Fundo.

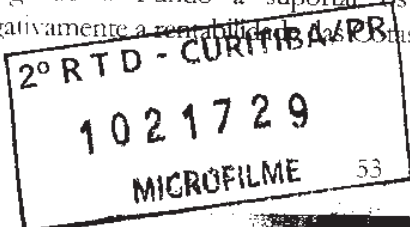
Parágrafo Segundo – Riscos de Crédito:

- (a) Ausência de Garantia de Pagamento do Principal e Rendimentos: As aplicações do Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, do Custodiante, do Grupo Sifra Consultoria Especializada ou do Fundo Garantidor



de Créditos – FGC. Igualmente, o Fundo, o Administrador, o Gestor, o Custodiante ou o Grupo Sifra Consultoria Especializada, não prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal provirão exclusivamente da Carteira, a qual está sujeita a riscos diversos e cujo desempenho é incerto, e, subsidiariamente, as Cotas Subordinadas poderão ser impactadas para o pagamento do principal das Cotas Seniores;

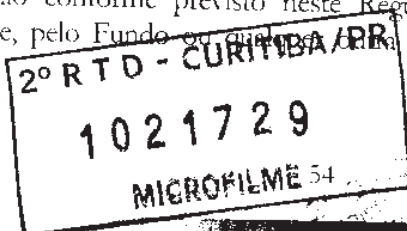
- (b) Inexistência de Garantia de Rentabilidade: A Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores e a Rentabilidade Alvo das Cotas Subordinadas Mezanino referem-se, respectivamente, à remuneração máxima resultante do limite de rentabilidade estabelecido para as Cotas Seniores e para as Cotas Subordinadas Mezanino, adotada pelo Fundo e trata-se apenas de uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo garantia mínima de rentabilidade aos investidores, nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, do Administrador, do Gestor, do Custodiante ou do Grupo Sifra Consultoria Especializada, de assegurar tal remuneração aos referidos Cotistas. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas, a rentabilidade dos Cotistas será inferior à Rentabilidade Alvo indicada neste Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura;
- (c) Inadimplência do Pagamento dos Direitos de Crédito: Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo terão seu pagamento realizado diretamente pelos Devedores ou seus Devedores Solidários, quando aplicável, estando sujeitos, portanto, ao risco de inadimplência. A decretação de falência ou deferimento de pedido de recuperação judicial, de plano de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência dos Devedores, dos Devedores Solidários, ou dos Cedentes, quando estes forem coobrigados dos Devedores, poderá afetar o pagamento pontual dos Direitos de Crédito e afetar adversamente os resultados do Fundo. Nestes casos, o Fundo negociará ou cobrará seu crédito diretamente do Devedor, do Cedente quando este for coobrigado, dos respectivos sucessores, quando for o caso, e ainda, dos Devedores Solidários, nos termos acordados com o Gestor. Caso a negociação e a cobrança se verifiquem infrutíferas, o Fundo poderá suportar os prejuízos daí advindos, o que poderá afetar o patrimônio e a rentabilidade do Fundo e, por conseguinte, o investimento nas Cotas;
- (d) Inadimplemento de Outros Ativos: A parcela do patrimônio do Fundo não aplicada em Direitos de Crédito deverá ser aplicada em Ativos Financeiros. Tais Ativos Financeiros podem vir a não ser honrados pelos respectivos emissores, obrigando o Fundo a suportar os respectivos prejuízos, o que afetaria negativamente a rentabilidade das Cotas;



- (c) Pagamentos Efetuados Diretamente aos Cedentes ou ao Grupo Sifra Consultoria Especializada: Caso os Cedentes e/ou o Grupo Sifra Consultoria Especializada venham receber diretamente pagamentos referentes aos Direitos de Crédito, estes deverão repassá-los ao Fundo no prazo máximo de 02 (dois) Dias Úteis a contar do recebimento. O repasse dos recursos ao Fundo poderá atrasar ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, seja pelo descumprimento puro e simples da obrigação, ou por outras razões, tais como problemas operacionais internos ou de seus sistemas que os impeçam de realizar as rotinas e procedimentos sob sua responsabilidade, o que afetaria o fluxo de recebimento do Fundo;
- (f) Insuficiência da Coobrigação em Relação aos Direitos de Crédito Cedidos: Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem contar ou não com a coobrigação dos respectivos Cedentes. Caso haja coobrigação dos respectivos Cedentes, estes são solidariamente responsáveis pela solvência dos Devedores. Em caso de inadimplemento dos Direitos de Créditos não há garantias de que, uma vez acionados, os Cedentes tenham condições de honrar com a coobrigação. No caso do Cedente coobrigado não honrar com o pagamento dos Direitos de Crédito inadimplidos, referidos Direitos de Crédito serão cobrados do Devedor Solidário, se houver, que por sua vez poderá não ter condições de cumprir com a obrigação de pagamento. Caso a coobrigação do Cedente e responsabilidade solidária do Devedor Solidário, não resultem no adimplemento dos Direitos de Crédito, o Administrador, o Gestor, o Custodiante e o Grupo Sifra Consultoria Especializada não serão responsáveis, subsidiária ou solidariamente, pelo pagamento dos Direitos de Crédito e pela solvência dos Devedores; e
- (g) Crêterios para Concessão de Crédito: O Fundo somente poderá adquirir Direitos de Crédito que tenham sido originados com observância à política de concessão de crédito especificadas neste Regulamento. No entanto, não é possível assegurar que a observância de tais diretrizes garantirá a qualidade dos Direitos de Crédito e/ou a solvência dos respectivos Devedores e Devedores Solidários.

Parágrafo Terceiro – Riscos de Liquidez:

- (a) Liquidação Antecipada do Fundo: O Regulamento prevê hipóteses nas quais o Fundo poderá ser liquidado antecipadamente. Ocorrendo qualquer uma dessas hipóteses, aliado ao fato de não existir mercado ativo e organizado para negociação dos Direitos de Crédito, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas. Desse modo, os Cotistas poderão não receber a rentabilidade que o Fundo objetiva ou mesmo sofrer prejuízo no seu investimento não conseguindo recuperar o capital investido nas Cotas. Tanto o Administrador, o Gestor, o Custodiante e o Grupo Sifra Consultoria Especializada estão impossibilitados de assegurar que os resgates das Cotas ocorrerão conforme previsto neste Regulamento, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer uma das partes, incluindo o Administrador, o

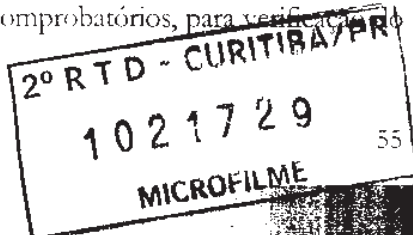


Gestor, o Custodiante e o Grupo Sifra Consultoria Especializada, qualquer multa, indenização ou penalidade, de qualquer natureza;

- (b) Fundo Aberto e Insuficiência de Recursos para Pagamento de Resgate das Cotas: O Fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto. Quando da eventual solicitação de resgate de Cotas ou quando do resgate em decorrência de um Evento de Liquidação, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar o resgate total ou parcial das Cotas nas datas originalmente previstas, podendo acarretar prejuízo aos Cotistas. Considerando-se a sujeição do Fundo à necessidade de liquidação de Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros para realizar o resgate das Cotas, o Administrador, o Gestor, o Custodiante e o Grupo Sifra Consultoria Especializada estão impossibilitados de assegurar que os resgates das Cotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo o Administrador, o Gestor e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza; e
- (c) Titularidade dos Direitos de Crédito: O Fundo é uma comunhão de recursos que tem por objeto a aquisição de Direitos de Crédito, e suas Cotas representam porções ideais de seu Patrimônio Líquido. Deste modo, a titularidade das Cotas não confere ao Cotista propriedade ou qualquer outro direito que possa ser exercido diretamente sobre os Direitos de Crédito ou sobre os Ativos Financeiros que integram a Carteira do Fundo. Em caso de liquidação antecipada do Fundo, poderá haver resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito, nas hipóteses previstas no Regulamento, e neste caso, a propriedade do Direito de Crédito será transferida do Fundo para os Cotistas. Não caberá ao Cotista a escolha dos Direitos de Crédito que lhe serão atribuídos por ocasião do resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

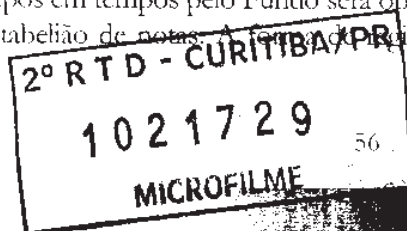
Parágrafo Quarto – Riscos Operacionais:

- (a) Guarda e Conservação dos Documentos Comprobatórios: O Custodiante será responsável pela guarda, custódia e armazenagem dos Documentos Comprobatórios, sendo que o descumprimento do dever de guarda e conservação poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito;
- (b) Verificação do Lastro dos Direitos de Crédito: O Custodiante contratará auditoria para a verificação periódica do lastro dos Direitos de Crédito por meio da análise dos Documentos Comprobatórios em vias originais ou em cópias simples ou autenticada, de acordo com o Direito de Crédito em análise. Contudo, o Fundo poderá ter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, obstando ao Fundo o exercício de seus direitos em relação aos Direitos de Crédito, o que poderá acarretar prejuízo aos Cotistas. Ademais, a utilização de cópias simples dos Documentos Comprobatórios, para verificação do lastro dos Direitos de Crédito não confere



o mesmo grau de certeza proporcionado pela análise documental original ou por cópias autenticadas, aumentando o risco de ocorrência de erros na verificação do lastro dos Direitos de Crédito;

- (c) Risco de Descontinuidade (Não-Originação de Direitos de Crédito): O Grupo Sifra Consultoria Especializada é responsável pela seleção dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que nenhum Direito de Crédito poderá ser adquirido pelo Fundo, se não for previamente analisado e selecionado pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada. Apesar do Regulamento do Fundo prever evento de Liquidação relativo à renúncia, substituição ou outros eventos relevantes relacionados ao Grupo Sifra Consultoria Especializada, caso exista qualquer dificuldade do Grupo Sifra Consultoria Especializada em desenvolver suas atividades de análise e seleção dos Direitos de Crédito, os resultados do Fundo poderão ser adversamente afetados;
- (d) Desenquadramento da Alocação Mínima: O Fundo deve observar a alocação mínima de seus recursos em Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão previstas neste Regulamento. Entretanto, não há garantia de que os Cedentes desejarem ceder e/ou o Grupo Sifra Consultoria Especializada conseguirá originar novos Cedentes de forma que tais Cedentes possam ceder Direitos de Crédito suficientes para fazer frente à exigência da alocação mínima acima referida. Assim, a existência do Fundo dependerá da manutenção dos fluxos de originação e de cessão de Direitos de Crédito necessários à manutenção e/ou recomposição da alocação mínima. O desenquadramento em relação à alocação mínima pode inclusive levar à liquidação antecipada do Fundo;
- (e) Ausência de Notificação aos Devedores: A ausência de notificação aos Devedores fará com que a cessão dos Direitos de Crédito não seja considerada eficaz em relação aos Devedores e, como consequência, os Direitos de Crédito poderão, eventualmente, ser pagos diretamente pelos Devedores aos Cedentes e, conseqüentemente, não serem recebidos, ou serem recebidos com atraso pelo Fundo, o que afetará negativamente a rentabilidade das Cotas;
- (f) Registro do Contrato de Cessão no Domicílio do Administrador: O registro do Contrato de Cessão, via de regra, será realizado somente no domicílio do Fundo, sendo que a ausência de registro na sede do Cedente poderá, em caso de disputa judicial, fazer com que seja questionada a eficácia da cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, e como consequência atrasar o pagamento dos respectivos Direitos de Crédito ao Fundo, o que, por sua vez, poderá impactar a rentabilidade das Cotas;
- (g) Eventual Ausência de Registro nos Termos de Cessão: Os Termos de Cessão poderão não ser levados a registro perante o cartório de títulos e documentos. O documento consolidador da relação dos Direitos de Crédito adquiridos de tempos em tempos pelo Fundo será objeto de lavratura por instrumento público no tabelião de notas. A falta de registro poderá fazer com que a eficácia da

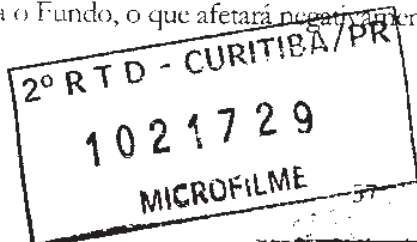


cessão dos Direitos de Crédito seja questionada, podendo ocasionar atraso no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito ao Fundo e, por sua vez, poderá impactar a rentabilidade das Cotas;

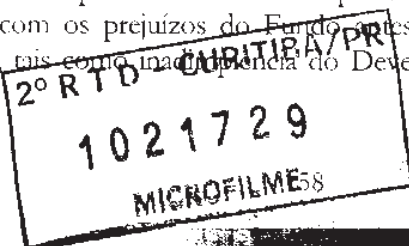
- (h) Ausência de Aceite na Letra de Câmbio: O aceite nas letras de câmbio é facultativo. Isso significa que, caso o sacado da letra de câmbio não dê seu aceite em referido título, ele não se torna o principal obrigado naquele título. A falta de aceite na letra de câmbio deverá ser comprovada com protesto do título, para que o Fundo possa ingressar com uma ação executiva contra o sacado da letra de câmbio e contra os eventuais endossantes e avalistas, podendo ocasionar atraso no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito ao Fundo e, por sua vez, poderá impactar a rentabilidade das Cotas; e
- (i) Possibilidade de Eventuais Restrições de Natureza Legal ou Regulatória: O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos, exógenos ao controle do Gestor e do Administrador, advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal e/ou regulatória que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito para o Fundo. Na hipótese de tais restrições ocorrerem, o fluxo de cessões de Direitos de Crédito ao Fundo poderá ser interrompido, podendo desta forma comprometer a continuidade do Fundo e o horizonte de investimento dos Cotistas. Além disso, os Direitos de Crédito já integrantes da Carteira podem ter sua validade questionada, podendo acarretar desta forma prejuízos aos Cotistas.

Parágrafo Quinto – Outros Riscos:

- (a) Investimento em Carteira de Direitos de Crédito Diversificada: O Fundo pode investir em carteira de Direitos de Crédito diversificada, com natureza e características distintas. Dessa forma, o desempenho da Carteira pode apresentar comportamento distinto ao longo da existência do Fundo;
- (b) Cobrança Judicial ou Extrajudicial dos Direitos de Crédito: No caso dos Devedores inadimplirem as obrigações dos pagamentos dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Neste caso, além do Fundo incorrer em maiores custos relacionados à cobrança dos Direitos de Crédito inadimplidos, nada garante que referidas cobranças atingirão os resultados almejados, qual seja, a recuperação do valor integral dos Direitos de Crédito inadimplidos. Nesta hipótese, a rentabilidade do Fundo será afetada negativamente;
- (c) Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Custodiante: A conta-corrente do Fundo será mantida perante o Custodiante. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, há possibilidade dos recursos depositados na conta-corrente de titularidade do Fundo mantida junto ao Custodiante serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetará negativamente a rentabilidade do Fundo;



- (d) Intervenção ou Liquidação Extrajudicial do Custodiante: O Custodiante realizará a cobrança de Direitos de Crédito do Fundo, podendo receber valores decorrentes da cobrança dos Direitos de Crédito. Na hipótese de intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, há possibilidade de os recursos que estiverem sob sua guarda serem bloqueados, sendo que somente por via judicial serão recuperados para o Fundo, o que afetaria a rentabilidade do Fundo e poderia gerar a perda de parte do patrimônio do Fundo;
- (e) Possibilidade de os Direitos de Crédito serem Alcançados por Obrigações dos Cedentes ou de Terceiros: O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito de diversos Cedentes, e eventuais valores decorrentes do pagamento dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo pelos Devedores e/ou Devedores Solidários poderão ser recebidos pelos Cedentes ou por quaisquer outros prestadores de serviços do Fundo. Nestes casos os valores deverão ser transferidos para a conta-corrente do Fundo, nos termos do Regulamento. Não obstante, no caso de eventual liquidação extrajudicial, falência, pedidos de recuperação judicial e/ou planos de recuperação extrajudicial dos Cedentes ou de outros prestadores de serviços do Fundo, os recursos de titularidade do Fundo que se encontrem na posse dos Cedentes ou outros prestadores de serviços do Fundo podem eventualmente vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pelo Administrador, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos;
- (f) Risco de Instrumentos Derivativos: A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições detidas à vista, existe o risco da posição não representar um *hedge* perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo;
- (g) Limitação do Gerenciamento de Riscos: A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Cotistas. Embora o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida;
- (h) Redução das Cotas Subordinadas: O Fundo terá Razão de Garantia admitida entre o seu Patrimônio Líquido e o valor das Cotas Seniores. A diferença do Patrimônio Líquido do Fundo é representada por Cotas Subordinadas que arcarão com os prejuízos do Fundo antes das Cotas Seniores. Por diversos motivos, tais como inadimplência do Devedor e problemas de pagamento de

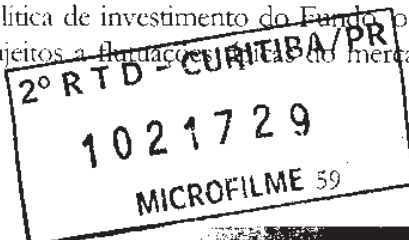


indenizações ou repasse de recursos ao Fundo, as Cotas Subordinadas, poderão ter seu patrimônio reduzido. Caso as Cotas Subordinadas tenham seu patrimônio reduzido a 0 (zero), as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores;

- (i) Risco de Não Performance dos Direitos de Crédito A Performar: O Fundo poderá ter concentração de até 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito a Performar. Para que referido Direito de Crédito a Performar exista e seja exigível, é imprescindível que o Cedente cumpra, em primeiro lugar, com suas respectivas obrigações consignadas na relação jurídica existente com seus clientes. Assim sendo, quaisquer fatores que possam prejudicar as atividades do Cedente podem acarretar o risco de que a relação jurídica que origina os Direitos de Crédito a Performar não se perfeça;
- (j) Invalidade ou Ineficácia da Cessão de Direitos de Crédito: Com relação ao Cedente, a cessão de Direitos de Crédito pode ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o Patrimônio Líquido, sendo certo que neste caso trata-se de risco relativo ao Cedente, nas hipóteses de:
 - (i) fraude contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão o Cedente estivesse insolvente ou se com ela passasse ao estado de insolvência;
 - (ii) fraude de execução, caso: (1) quando da cessão o Cedente fosse sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (2) sobre os Direitos de Crédito pendesse demanda judicial fundada em direito real; e
 - (iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de Direitos de Crédito, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispusesse de bens para total pagamento da dívida fiscal;
- (k) Possibilidade de Eventual Conflito de Interesse: Os prestadores de serviços do Fundo já atuam ou podem vir a atuar conjuntamente em outros projetos, em especial de fundos de investimento, como parceiros comerciais ou prestadores de serviços.

Parágrafo Sexto – O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, inclusive, mas não se limitando, a criação de novas restrições legais ou regulatórias que possam afetar adversamente a validade da constituição dos Direitos de Crédito e da cessão desses, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Cotistas.

Parágrafo Sétimo - Não obstante a diligência do Administrador e do Gestor em colocar em prática a política de investimento do Fundo, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações de valor no mercado, risco de crédito, risco sistêmico,



condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, apesar de o Administrador, o Gestor, o Grupo Sifra Consultoria Especializada e o Custodiante manterem sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas.

CAPÍTULO XXIII – TRIBUTAÇÃO

Artigo 100 De acordo com a legislação vigente o Fundo e seus Cotistas estão sujeitos às regras de tributação descritas neste Capítulo.

Parágrafo Primeiro - O tratamento tributário ora descrito pode ser alterado a qualquer tempo, seja por meio da instituição de novos tributos, pela majoração de alíquotas vigentes e/ou pela alteração da legislação vigente.

Parágrafo Segundo - A presente análise foi elaborada com base na legislação brasileira em vigor na data deste Regulamento e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Cotistas e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira é composta por, no mínimo, mais de 50% (cinquenta por cento) de Direitos de Crédito, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes no Regulamento e na legislação em vigor.

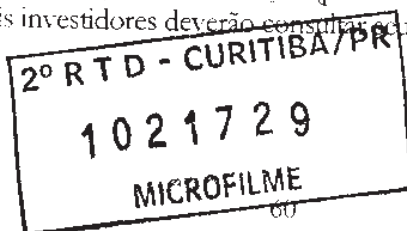
Parágrafo Terceiro - Excluídos os Direitos de Crédito que não entram no cálculo do prazo médio da Carteira deste Fundo, o Gestor envidará seus melhores esforços para que o Fundo mantenha o prazo médio de sua carteira de Ativos Financeiros em níveis que possibilitem o enquadramento do Fundo, para fins tributários, como um fundo de investimento de longo prazo, conforme o disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal - Ministério da Fazenda nº 1.022, de 05.04.2010, conforme alterada, ou conforme a regulamentação que venha a substituí-la, durante o Prazo de Duração do Fundo.

Artigo 101 Com relação às operações da Carteira do Fundo:

- (a) Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do imposto de renda; e
- (b) As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um e meio por cento) ao dia.

Artigo 102 Os Cotistas estão sujeitos ao tratamento tributário a seguir apresentado, ressalvados aqueles que, por legislação própria, recebam tratamento específico dependendo de sua qualificação ou localização (por exemplo, residentes no exterior), caso em que os potenciais investidores deverão consultar seus assessores jurídicos:

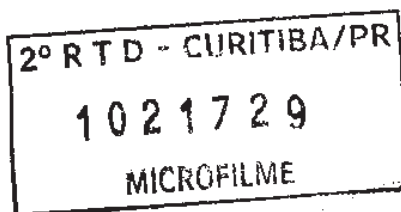
Imposto de Renda:



- (a) O imposto de renda aplicável ao Cotista do Fundo será recolhido na fonte, sob a responsabilidade do Administrador, (i) por ocasião do resgate de cotas, evento financeiro que pode caracterizar auferimento de rendimento, que deverá ser calculado pelo Custodiante, e também (ii) semestralmente pelo sistema do come-cotas, conforme abaixo descrito;
- (b) Considerando a classificação do Fundo como de longo prazo (carteira com prazo médio superior a 365 dias), os Cotistas serão tributados conforme o período de permanência da aplicação, de acordo com as seguintes alíquotas regressivas:
 - (i) 22,5% (vinte e dois e meio por cento) para prazo de aplicação de até 180 (cento e oitenta) dias;
 - (ii) 20% (vinte por cento) para prazo de aplicação de 181 (cento e oitenta e um) dias a 360 (trezentos e sessenta) dias;
 - (iii) 17,5% (dezessete e meio por cento) para prazo de aplicação de 361 (trezentos e sessenta e um) dias a 720 (setecentos e vinte) dias; e
 - (iv) 15% (quinze por cento) para prazo de aplicação superior a 720 (setecentos e vinte) dias.
- (c) O imposto de renda incidirá semestralmente, no último dia útil dos meses de maio e de novembro de cada ano (pelo sistema do come-cotas) à alíquota de 15% (quinze por cento), considerando a classificação da carteira do Fundo como de longo prazo; e
- (d) Sem prejuízo do recolhimento semestral, o Cotista será tributado por ocasião do resgate, que, se ocorrer antes de 2 (dois) anos, ensejará a aplicação de alíquota complementar de 2,5% (dois e meio por cento) a 7,5% (sete e meio por cento), conforme o período de aplicação (alíneas (i) a (iv) do item (b) acima).

IOF/Títulos:

- (a) As operações de cessão, resgate ou repactuação das Cotas podem ainda sujeitar-se à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela progressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14.12.2007, e alterações posteriores, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias; e
- (b) Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um e meio por cento) ao dia.



CAPÍTULO XXIV – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 103 Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre o Administrador, o Custodiante, o Gestor, o Grupo Sifra Consultoria Especializada, os Cedentes e os Cotistas.

Artigo 104 Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir e resolver todas as questões e dúvidas oriundas do presente Regulamento e que envolvam o Fundo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 18 de janeiro de 2012.

Exangela de Sousa Junior
PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Lei: 13.226 de 18/07/2001
SELO FUNARPEN
TÍT E DOC E PESSOAS JURIDICAS
DPB84779

2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 Rua Cândido Lopes, 230 - Jd. Glória - F. 8224-114
 Curitiba - PR - 81224-114
 Telefone: (41) 3255-1111
 E-mail: rtd@registrocuritiba.pr.gov.br

1021729
23 JAN. 2012
732.71
 ILAF: Denise Maria Mail Lemos
 ARGUMENTADOS: Aramis S. Francisco

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
 Registro de Títulos e Documentos
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
 Fone: (41) 3255-1111

EBM01269

2o. Ofício Distribuidor de
 Títulos e Documentos
 Distribuição: **64-12736**
 ao 2o. Ofício

Ctba/Pr, 20/01/2012 *Exe*

CUSTAS
 Lei Estadual numero 11.960/97, Tabela XVI
 Distrib. IIa, III, IV nota 2: Cobrencia selo
 em cumprimento ao Ofício 102/07 FUNARPEN
 VRCs 0,141

<input type="checkbox"/> Distribuição (70 VRCs)	R\$ 10,81
<input checked="" type="checkbox"/> Averbação (26 VRCs)	R\$ 3,61
<input checked="" type="checkbox"/> Selo	R\$ 1,34

2o. Ofício Distribuidor - Curitiba/PR
 R. Mal. Deodoro, 320 - Sala 504 F: (41) 3255-1111

CUSTAS R\$ 42,30
OU 300 **VRC**

FUNREJUS
R\$ 5,65

Jurídico
PETRA
 APROVADO

ANEXO I - DEFINIÇÕES

Administrador – significa a PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Batel, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94, devidamente autorizada pela CVM para a prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 6.547, expedido em 18.10.2001, responsável pela administração do Fundo;

Agência Classificadora de Risco – significa a STANDARD & POOR'S RATING SERVICES, divisão da McGraw Hill Interamericana do Brasil Ltda., agência classificadora de risco com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40;

ANBIMA – significa a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;

Assembleia Geral de Cotistas – significa a assembleia geral de Cotistas do Fundo;

Ativos Financeiros – significa os ativos financeiros nos quais os Recursos Livres podem ser investidos;

Auditor Independente – significa a KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29;

BACEN – significa o Banco Central do Brasil;

BM&FBOVESPA – significa a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;

Carteira – significa a carteira de investimentos do Fundo;

CCB – significa a Cédula de Crédito Bancário;

CCI – significa a Cédula de Crédito Imobiliário;

Cedentes – significam as pessoas jurídicas atuantes nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro e/ou de prestação de serviços, que cederão Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão, considerando seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum, observado que, para fins do disposto neste Regulamento, são considerados também Cedentes as pessoas jurídicas que tenham cedido Direitos de Crédito ao Grupo Sifra Consultoria Especializada, Direitos de Crédito estes que o Grupo Sifra Consultoria Especializada tenha cedido ao Fundo;

2º RTD - CURITIBA/PR

1021730

JURÍDICO
PETRA
APROVADO

CETIP – significa a CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;

CMN – significa o Conselho Monetário Nacional;

CNPJ/MF – significa o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;

Código Civil – significa a Lei nº 10.406, de 10.01.2002, conforme alterada;

Comitê de Crédito – significa o comitê de crédito do Grupo Sifra Consultoria Especializada;

Condições de Cessão – significa as condições mínimas e obrigatórias adicionais aos Critérios de Elegibilidade a serem verificadas para que os Direitos de Crédito possam ser adquiridos pelo Fundo, conforme estabelecido no Artigo 19 deste Regulamento;

Contrato de Cessão – significa o contrato de promessa de cessão e aquisição de Direitos de Crédito e outras avenças, celebrado entre o Fundo, devidamente representado pelo Administrador, o Cedente, o(s) devedor(es) solidário(s), a OPS DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS LTDA., a OPINÃO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. e a OPINÃO S.A., com a interveniência e anuência do Gestor;

Contrato de Consultoria – significa o contrato de prestação de serviços de consultoria especializada celebrado entre o Fundo, devidamente representado pelo Administrador, e todas as sociedades integrantes do Grupo Sifra Consultoria Especializada, com interveniência e anuência do Administrador e do Gestor;

Contrato de Custódia – significa o Contrato de Prestação de Serviços Qualificados para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, celebrado entre o Administrador e o Custodiante;

Contrato de Distribuição - significa o contrato de coordenação e distribuição de cotas do Fundo, celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e a PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários contratada para coordenar e distribuir as Cotas do Fundo, com a interveniência e anuência da Opinião S.A., empresa do Grupo Sifra Consultoria Especializada;

Contrato de Gestão – significa o contrato de prestação de serviços de gestão da carteira do Fundo celebrado entre o Administrador e o Gestor;

COSIF – significa o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo BACEN;

Cotas – significa as cotas de emissão do Fundo, as quais correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, incluindo as Cotas de classe sênior e as Cotas de classe subordinada;

Cotas Seniores – significa as Cotas que não se subordinam às demais para efeito de resgate;

Cotas Subordinadas – significa conjuntamente as Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas Júnior;

Cotas Subordinadas Júnior – significa as Cotas de classe Subordinada que se subordinam às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas Mezanino para efeitos de resgate;

Cotas Subordinadas Mezanino – significa as Cotas de classe Subordinada que se subordinam às Cotas Seniores para efeitos de resgate;

Cotistas – significa os investidores que venham a adquirir Cotas de emissão do Fundo, ou seja, os titulares das Cotas, sem distinção, tanto de Cotas Seniores quanto de Cotas Subordinadas de qualquer classe;

Crítérios de Elegibilidade – significa os critérios de elegibilidade dos Direitos de Crédito que comporão a Carteira, conforme estabelecido no Artigo 18 deste Regulamento, os quais serão verificados previamente em cada cessão pelo Grupo Sifra Consultoria Especializada e validados pelo Custodiante;

Custodiante – significa o BANCO PETRA S.A., instituição financeira com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Batel, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.758.741/0001-52, responsável pela prestação dos serviços de custódia qualificada;

CVM – significa a Comissão de Valores Mobiliários;

Data de Resgate – significa a data em que as Cotas Seniores, Cotas Subordinadas Mezanino e Cotas Subordinadas Júnior serão resgatadas, conforme estabelecido no Regulamento;

Data de Subscrição Inicial – significa a data em que ocorrer a 1ª (primeira) subscrição de Cotas representativas do patrimônio do Fundo;

Devedores – significam os devedores dos Direitos de Crédito, considerando seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, suas coligadas ou outras sociedades sob controle comum;

Devedor Petrobras – significa a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras;

Devedores Solidários – significa os devedores que se obrigam, por meio do respectivo Contrato de Cessão ou Termo de Adesão ao Contrato de Cessão, como devedor e principal pagador, garantindo em favor do Fundo, o pontual e integral pagamento de todos os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão;

Dia Útil - significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dias declarados como feriados de âmbito federal no Brasil e na sede do Custodiante. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não forem Dia Útil, conforme definição deste Regulamento considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte;

Direitos de Crédito – significa os Direitos de Crédito Performados ou os Direitos de Crédito a Performar ou os Direitos de Crédito a Performar Petrobras ou Outros Direitos de Crédito, originados de operações de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou prestação de serviços nos segmentos financeiro, comercial, industrial, imobiliário e/ou de prestação de serviços, com pagamento a prazo;

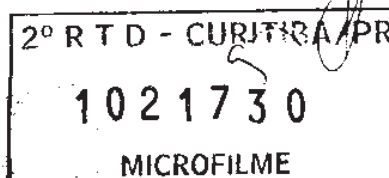
Direitos de Crédito a Performar – significa os Direitos de Crédito relativos a operações de compra e venda de produtos, mercadorias e/ou prestação de serviços para entrega futura, ou cuja exigibilidade em relação ao seu devedor dependa de contraprestação futura do Cedente, representados por contratos, títulos ou certificados representativos dessas operações, que atendam cumulativamente aos Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão previstos neste Regulamento;

Direitos de Crédito a Performar Petrobras – significa Direitos de Crédito a Performar com o Devedor Petrobras;

Direitos de Crédito Performados – significa Direitos de Crédito representados por duplicatas escriturais ou cheques, que atendam cumulativamente aos Critérios de Elegibilidade e as Condições da Cessão previstos neste Regulamento;

Documentos Comprobatórios – significa os documentos suficientes à comprovação da existência, validade e cobrança dos Direitos de Crédito, os quais poderão ser representados por: duplicatas escriturais, nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 19, cheques, letras de câmbio, CCBs, CCLs, contratos de fornecimento de produtos, mercadorias e/ou serviços, notas fiscais/faturas de produtos e/ou serviços ou documento equivalente que garanta ao titular o direito de: (i) receber do devedor o valor do crédito respectivo; e (ii) cobrar do devedor o pagamento do crédito não honrado. Quando se tratar de Direitos de Crédito a Performar significa os documentos suficientes à comprovação da existência, validade e cobrança dos Direitos de Crédito a Performar;

Documentos do Fundo – significam todos e quaisquer contratos e/ou documentos do Fundo ou relacionados a operações do Fundo;



Eventos de Avaliação – significa os eventos estabelecidos neste Regulamento que, caso ocorram ensejarão a convocação de Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre a: (i) possibilidade transformação de um Evento de Avaliação em um Evento de Liquidação, ou (ii) alteração do Regulamento;

Eventos de Liquidação – significa os eventos estabelecidos neste Regulamento que caso ocorram, ensejarão a liquidação antecipada do Fundo, conforme definido neste Regulamento;

Fundo – significa o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Sifra Star, constituído sob a forma de condomínio aberto;

Gestor – significa a EMPÍRICA INVESTIMENTOS GESTÃO DE RECURSOS LTDA., com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 585, Centro Administrativo Rio Negro, bloco A, 12º andar, conjunto 127, Alphaville, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.896.871/0001-99, devidamente autorizada pela CVM para a prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 10.662, expedido em 27.10.2009;

Grupo Econômico – significa o conjunto de pessoas jurídicas que: (i) estejam sob o mesmo controle que o Cedente; (ii) sejam controladas, de modo direto ou indireto, pelo Cedente; (iii) sejam controladoras, de modo direto ou indireto, do Cedente; ou (iv) filiais do Cedente ou inscritas no CNPJ/MF sob número com a mesma raiz que o Cedente;

Grupo Sifra Consultoria Especializada – significa o conjunto formado pelas seguintes empresas parceiras e detentoras de interesse comum, contratadas pelo Fundo: (i) OPINIÃO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jurucê, nº 302, conjunto 21, Moema, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.674.069/0001-51; (ii) L.P – CRÉDITO E COBRANÇA LTDA., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jurucê, nº 302, conjunto 81, Moema, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.260.999/0001-10; (iii) OPINIÃO S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jurucê, nº 302, conjunto 81, Moema, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.729.970/0001-10; (iv) SIFRA S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Eusébio Matoso, nº 690, conjunto 19, Edifício Office, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.455.612/0001-20; e (v) OPS – DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS LTDA., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Jurucê, nº 302, conjunto 71, Moema, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.411.164/0001-13.

IGP-M – significa o Índice Geral de Preços do Mercado;

Índice de Inadimplência – significa a maior média móvel dos 03 (três) meses do índice de perda efetiva, considerando o período antecedente de 12 (doze) meses. O índice de perda efetiva será obtido mediante uma análise estática da Carteira com base no mês de originação dos Direitos de Crédito, considerando a soma da posição dos Direitos de

Crédito vencidos acima de 60 (sessenta) dias corridos com os Direitos de Crédito pagos em atraso acima de 60 (sessenta) dias corridos, divididos pelo total dos Direitos de Crédito do período correspondente;

Índice de Liquidez – significa o previsto no Artigo 74 deste Regulamento;

Instrução CVM nº 356/01 - significa a Instrução CVM nº 356, de 17.12.2001, conforme alterada, a qual regulamenta a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios e de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios;

Instrução CVM nº 489/11 – significa a Instrução CVM nº 489, de 14.01.2011, a qual dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras dos fundos de investimento em direitos creditórios e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, regidos pela Instrução CVM nº 356/01, dos fundos de investimento em direitos creditórios no âmbito do programa de incentivo à implementação de projetos de interesse social, regidos pela Instrução CVM nº 399, de 21.11.2003, e dos fundos de investimento em direitos creditórios não padronizados, regidos pela Instrução CVM nº 444, de 08.12.2006;

Investidores Qualificados - significa todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;

Outros Direitos de Crédito - significam os Direitos de Crédito representados por CCB e/ou CCI;

Patrimônio Líquido – significa a soma dos valores dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira e dos Recursos Livres, subtraídas as exigibilidades do Fundo;

Prazo de Duração – significa o prazo de duração do Fundo indicado no Artigo 2 do Regulamento;

Preço de Aquisição – significa o montante a ser pago pelo Fundo ao Cedente pela aquisição de Direitos de Crédito, nos termos estabelecidos nos respectivos Termos de Cessão;

Razão de Garantia – significa a relação entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Cotas Seniores em circulação;

Razão de Garantia entre as Cotas Subordinadas – significa a relação entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Cotas Subordinadas em circulação;

Recursos Livres – significa a parcela do Patrimônio Líquido que não estiver investida em Direitos de Crédito;

Regulamento – significa o presente regulamento que rege o Fundo em conjunto com seus respectivos anexos;

Rentabilidade Alvo – significa conjuntamente a Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores e a Rentabilidade Alvo das Cotas Subordinadas Mezanino;

Rentabilidade Alvo das Cotas Seniores – significa o parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Cotas Seniores, correspondente a um percentual da Taxa DI, estando a remuneração de mencionada classe de Cotas limitada ao seu respectivo percentual definido neste Regulamento;

Rentabilidade Alvo das Cotas Subordinadas Mezanino – significa o parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Cotas Subordinadas Mezanino, correspondente a um percentual da Taxa DI, estando a remuneração de mencionada classe de Cotas limitada ao seu respectivo percentual definido neste Regulamento;

Reserva de Caixa – significa a reserva para pagamento de despesas e encargos do Fundo, constituída de acordo com disposto no Artigo 73 deste Regulamento, que será calculada pelo Administrador;

Resolução CMN nº 2.907/01 – significa a Resolução do CMN nº 2.907/01, a qual autoriza a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios e de fundos de aplicação em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios;

SELIC – significa o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;

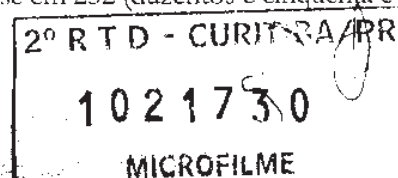
SERASA - significa a Serasa Experian;

Taxa de Administração – significa a remuneração que será devida pelo Fundo ao Administrador pelas atividades de administração do Fundo, da qual deverão fazer parte as remunerações devidas ao Gestor e ao Grupo Sifra Consultoria Especializada, as quais, nos termos deste Regulamento, poderão ser pagas diretamente pelo Fundo, sendo que o somatório dessas parcelas não poderá exceder o montante total da Taxa de Administração fixada neste Regulamento;

Taxa de Cessão – significa a taxa efetiva praticada pelo Fundo para cada aquisição de Direitos de Crédito, com exceção dos Direitos de Crédito pós-fixados;

Taxa de Performance - significa a remuneração a ser paga pelo Fundo para o Grupo Sifra Consultoria Especializada, conforme estabelecido neste Regulamento;

Taxa DI – significa a taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo, calculada e divulgada pela CETIP, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis;



Taxa Mínima de Cessão – significa a taxa de cessão mínima aplicável para aquisição dos Direitos de Crédito, com exceção dos Direitos de Crédito pós-fixados;

Termo de Adesão – significa o termo de adesão a este Regulamento e ciência de risco, que será celebrado por todos os Cotistas quando de seu ingresso no Fundo, por meio do qual os Cotistas declaram estar cientes e concordes com o disposto neste Regulamento, bem como declaram haver obtido exemplar do Prospecto; e

Termo de Cessão – significa o documento pelo qual se formaliza a cessão dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, na forma prevista no anexo ao respectivo Contrato de Cessão.

2o. Ofício Distribuidor de
Títulos e Documentos

Distribuição: **64-12737**

ao 2o. Ofício

Ctba/Pr, 20/01/2012

CUSTAS
Lei Estadual numero 11.960/97, Tabela XVI
Distrib. IIa, III, IV nota 2: Cobrança selo
em cumprimento ao Ofício 100/07 FUNARPEN
VRCs 0,141
☐ Distribuição (70 VRCs) R\$ 10,91
☒ Averbação (26 VRCs) R\$ 4,01
☒ Selo R\$ 1,34

2o. Ofício Distribuidor - Curitiba/PR
R. Mal. Deodoro, 320 - Sala 504 FV/41) 3225-3905

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil e Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905

EBND1858

2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS e DOCUMENTOS
Rua Cândido Mendes, 229 - cj. 02 - F. 300 - 13044
Aguardado HOJE, Protocolado e Registrado em
MICROFILME sob nº **021730**
QUINTADO sob nº **732.719**
TITULAR: Denise Maria Moll Laporte
JURAMENTADOS: Aramis Salata
Francisco Cesar Cecilio

Lei 13.226 de 14/07/2001
SELO
FUNARPEN
TIT E DOC
E PESSOAS
JURIDICAS
DPB84780

CUSTAS RS 42,30
OU **300 VRC**

FUNREJUS
RS 5,65

Jurídico
PETRA
APROVADO

ANEXO III

Declaração nos Termos do Art.56, Instrução CVM nº 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

A **PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Batel, CEP 80250-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94, aqui representada por seu administrador responsável Sr. Ricardo Binelli, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório da CVM nº 6.547, de 18.10.2001, na qualidade de instituição prestadora dos serviços de administração, escrituração, controladoria (“Administrador”) e coordenador líder da distribuição pública de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Mezanino (“Distribuidor”) do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS EMPÍRICA SIFRA STAR**, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído sob a forma de condomínio aberto inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.166.140/0001-49 (“Fundo”), nos termos do artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29.12.2003, conforme alterada (“Instrução CVM nº 400”), vem, no âmbito da oferta pública de Cotas Seniores e de Cotas Subordinadas Mezanino do Fundo (“Oferta”),

DECLARAR:

- (i) Que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que:
 - a. as informações prestadas a respeito do Fundo no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
 - b. as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) Que o Prospecto:
 - a. contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Cotas Seniores, das Cotas Subordinadas Mezanino e do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
 - b. foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Curitiba, 14 de fevereiro de 2012.


PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Administrador e Distribuidor
Ricardo Binelli
RG: 820.690.30
CPF: 133.349.428-99

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IV

Súmula e Relatório da Agência Classificadora de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 21 de outubro de 2011

Relatório de Rating Preliminar**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Sifra Star**

Este relatório de rating preliminar baseia-se em informações obtidas até 21 de outubro de 2011 e não constitui uma recomendação para compra, manutenção ou venda de títulos. Os ratings atribuídos são preliminares, uma vez que a documentação final da transação ainda não está disponível. A atribuição dos ratings finais condiciona-se ao recebimento pela Standard & Poor's da documentação apropriada e de informações atualizadas sobre a carteira de direitos creditórios, bem como ao seu enquadramento quanto às condições de cessão e critérios de elegibilidade. Informações subsequentes poderão resultar na atribuição de ratings finais diferentes dos preliminares.

Ratings Preliminares em Outubro de 2011

Instrumento	Rating Preliminar	Subordinação Mínima	Montante Preliminar (em R\$ Milhões)	Vencimento Legal Final
Cotas seniores	brAA (sf)	32%	Fundo aberto sem montante definido*	Fundo aberto com prazo de duração indeterminado
Cotas subordinadas mezanino	brA (sf)	26%	Fundo aberto sem montante definido*	Fundo aberto com prazo de duração indeterminado
Cotas subordinadas júnior	Não Classificadas	Não Aplicável	Fundo aberto sem montante definido*	Fundo aberto com prazo de duração indeterminado

* A expectativa do gestor é de que o FIDC atinja R\$ 100 milhões em até 1 (hum) ano.

Perfil

FIDC: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Sifra Star (FIDC Empírica Sifra Star).

Data prevista para início da distribuição: Novembro de 2011.

Colateral: Direitos de crédito performados (representados por duplicatas e cheques), direitos de crédito a performar (representados por contratos, títulos ou certificados representativos de operações de compra e venda de produtos, mercadorias ou prestação de serviços para entrega futura, incluindo operação cujo sacado é a Petrobras) ou outros direitos de crédito (Cédulas de Crédito Bancário – CCBs – e Cédulas de Crédito Imobiliário - CCIIs) selecionados pelo Grupo Sifra nos segmentos financeiro, comercial, industrial, imobiliário e/ou de prestação de serviços.

Consultora: Grupo Sifra (em conjunto, Sifra S.A.; Opinião S.A.; LP – Crédito e Cobrança Ltda; OPS – Desenvolvimento de Negócios Ltda; e Opinião Assessoria e Consultoria Ltda)

Administradora: Petra - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (Petra).

Custodiante: Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão.

Gestor: Empírica Investimentos Gestão de Recursos Ltda.

Agente de Recebimento: Banco Bradesco S.A. (Bradesco: BBB/Estável/A-3 e brAAA/Estável/brA-1).

Proteção de crédito: Subordinação de cotas e spread excedente.

Fundamentos

Os ratings preliminares atribuídos às cotas seniores e subordinada mezanino do FIDC Empírica Sifra Star refletem:

Pontos Fortes

- O reforço de crédito derivado da subordinação de cotas (mínimo de 32% para as cotas seniores e de 26% para as cotas subordinada mezanino) e do spread excedente proporcionado pela aplicação de taxa média de desconto na aquisição dos direitos creditórios equivalente a 190% da Taxa DI Over, no mínimo;

- Os critérios de elegibilidade e as condições de cessão do FIDC, que utilizamos como base para estimar cenários de formação de carteiras de maneira conservadora;
- A estrutura legal da transação, que possui dispositivos adequados à salvaguarda jurídica dos cotistas (constituição do veículo de emissão e venda dos ativos);
- A capacidade administrativa e operacional do Grupo Sifra como consultora do FIDC.

Pontos Fracos

- Inexistência de histórico de desempenho para a carteira de créditos a performar, CCBs e CCI's;
- O potencial risco de descasamento de taxa de juros por um período de até 180 dias, que é o prazo máximo dos direitos creditórios, derivado do diferencial de taxas entre os ativos e o passivo (rentabilidade-alvo das cotas seniores e subordina mezanino).

Fatores Mitigantes

- A existência de critérios de elegibilidade, condições de cessão e diversificação da carteira bem definidos, o que mitiga o risco de formação de uma carteira diferente da simulada pela Standard & Poor's. Além disso, assumiu-se uma classificação de risco bastante conservadora ('CCC-') aos devedores desses ativos;
- Ainda que os direitos creditórios apresentem taxas de juros fixas, enquanto o passivo da estrutura apresenta taxa flutuante e indexada à Taxa DI Over, o potencial risco de descasamento de taxa de juros é primariamente coberto pelo spread excedente, e também pela subordinação de cotas. Adicionalmente, a análise de crédito também testou a sensibilidade das cotas classificadas a uma elevação substancial na Taxa DI Over.

A Standard & Poor's atribuiu os ratings preliminares 'brAA (sf)' e 'brA (sf)', em sua Escala Nacional Brasil de classificação de emissões, respectivamente, às cotas seniores e às cotas subordinada mezanino a serem emitidas pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Sifra Star (FIDC Empírica Sifra Star).

O rating preliminar 'brAA (sf)' atribuído às cotas seniores expressa a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito dessas cotas, e indica que a estrutura, os mecanismos de reforço da qualidade de crédito, e a qualidade dos ativos que deverão compor a carteira do FIDC deverão fornecer proteção MUITO FORTE contra perdas advindas de inadimplência quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil

O rating preliminar 'brA (sf)' atribuído às cotas subordinada mezanino expressa a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito dessas cotas, e indica que a estrutura, os mecanismos de reforço da qualidade de crédito, e a qualidade dos ativos que deverão compor a carteira do FIDC deverão fornecer proteção FORTE contra perdas advindas de inadimplência quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

As cotas seniores do FIDC Empírica Sifra Star terão uma meta de rentabilidade equivalente a 125% da Taxa DI Over, enquanto as cotas subordinada mezanino terão uma meta de rentabilidade igual a 130% da Taxa DI Over. As cotas subordinadas júnior não apresentam uma meta de rentabilidade, porém deverão se beneficiar dos eventuais retornos excedentes gerados pela carteira de direitos creditórios.

Pela característica de um fundo aberto, o investidor da cota sênior poderá solicitar o resgate de suas cotas a qualquer momento, após um período de carência de 180 dias da data de seu investimento inicial. O pagamento do resgate será realizado em até 90 dias após a solicitação, desde que o FIDC possua a liquidez necessária para tanto. Caso contrário, o regulamento do FIDC prevê que o resgate seja efetuado à medida que existam recursos disponíveis para concluir o pagamento.

Os investidores das cotas subordinada mezanino deverão atender a um período de carência de 36 meses contados a partir da data de seu investimento inicial e só poderão ser resgatados após o resgate integral das cotas seniores. Desde que haja excesso de subordinação, as cotas subordinada mezanino poderão ser resgatadas antes das cotas seniores, até o limite da manutenção dos níveis mínimos de subordinação. Nesse cenário, o administrador deverá comunicar os cotistas seniores, que também poderão requerer o resgate de suas cotas.

Qualidade de Crédito dos Ativos Securitizados

Colateral

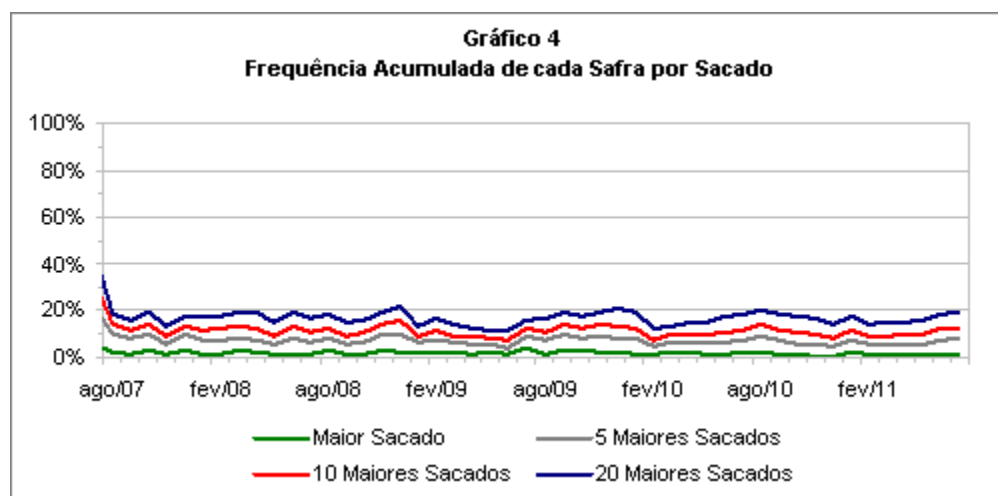
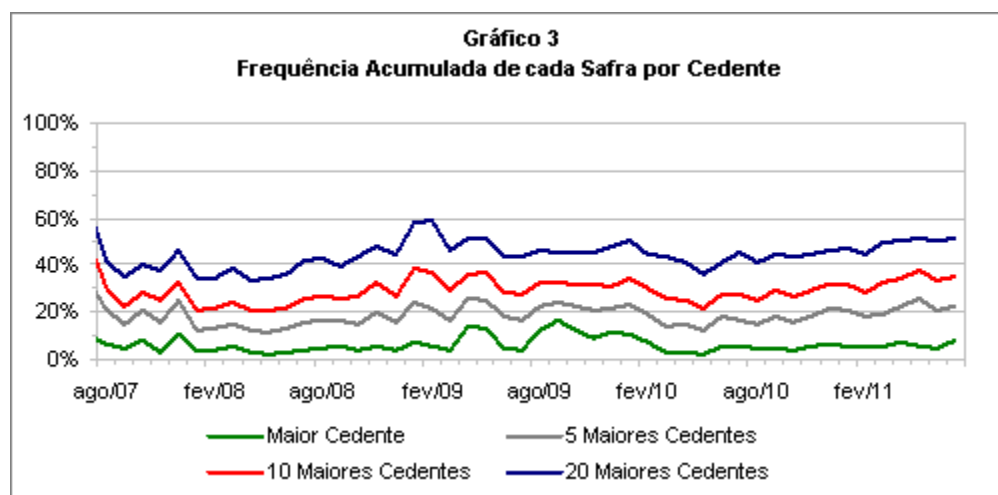
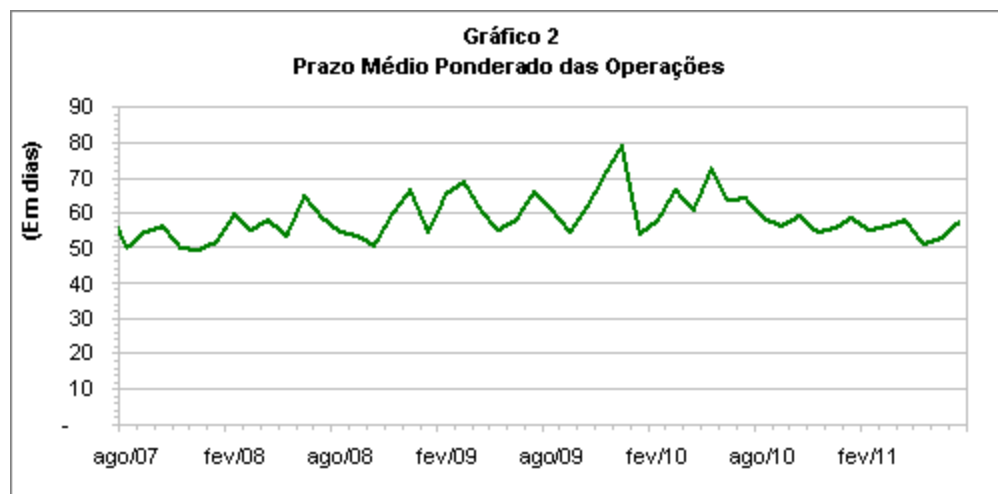
A carteira de direitos creditórios do FIDC deverá ser composta por direitos de crédito performados (representados por duplicatas e cheques), direitos de crédito a performar (representados por contratos, títulos ou certificados representativos de operações de compra e venda de produtos, mercadorias ou prestação de serviços para entrega futura, incluindo operação cujo sacado é a Petrobras) ou outros direitos de crédito (CCBs e CClIs) selecionados pelo Grupo Sifra nos segmentos financeiro, comercial, industrial, imobiliário e/ou de prestação de serviços. O FIDC realizará compras periódicas rotativas de direitos creditórios elegíveis e, assim que estes forem pagos, novos direitos creditórios elegíveis podem ser adquiridos.

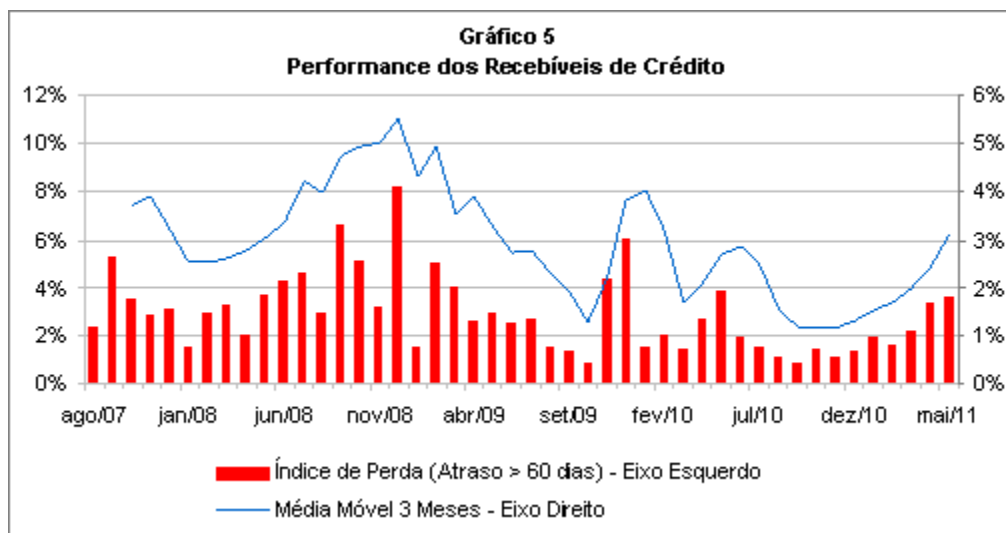
Crítérios de Elegibilidade, Condições de Cessão e Diversificação da Carteira

Os documentos da operação especificam critérios de elegibilidade, condições de cessão e limites de diversificação da carteira para a aquisição de novos direitos creditórios, como forma de mitigação do risco de deterioração da qualidade de crédito da carteira subjacente durante a vigência do FIDC Empírica Sifra Star, dada a natureza rotativa da estrutura. O custodiante será responsável por verificar regularmente se os critérios de elegibilidade estão sendo atendidos. A consultora e/ou administrador verificarão as condições de cessão, mas os limites de diversificação da carteira deverão ser verificados por ambas as partes.

As principais condições que os direitos creditórios devem atender, de maneira *pro forma*, antes de sua aquisição são:

- Os direitos creditórios não poderão estar vencidos e não pagos na data de cessão ao FIDC;
- Os devedores não poderão estar inadimplentes há mais de 15 dias, desde que o volume de créditos inadimplidos até esse período não ultrapasse 5% do Patrimônio Líquido (PL) do FIDC;
- O FIDC poderá adquirir direitos creditórios de devedores inadimplentes com o FIDC por período superior há 15 dias e inferior há 40 dias, desde que a totalidade de créditos de devedores inadimplidos até esse período não ultrapasse 1% do PL do FIDC;
- Até 40% do PL do FIDC poderá ser representado por direitos de crédito a performar, incluindo os direitos de crédito a performar Petrobras, e outros direitos de crédito;
 - Nenhum cedente ou sacado, na condição de grupo econômico, pode ter uma exposição superior a 3,5% do PL do FIDC, com exceção do sacado Petrobras, para o qual não há limite de exposição;
 - A concentração dos sete maiores cedentes ou sacados, com exceção do sacado Petrobras, na condição de grupo econômico, não deve exceder 21% do PL do FIDC;
 - O prazo médio ponderado máximo deverá ser limitado a 180 dias;
 - Para a carteira de direitos de crédito a performar, incluindo os direitos de crédito a performar Petrobras, somente poderá ser adquirida 50% de cada parcela do fluxo de pagamentos de cada contrato.





Análise de Crédito para a Carteira de Recebíveis Comerciais

Cálculo do Reforço da Qualidade de Crédito

O reforço de qualidade de crédito, que é a reserva necessária para cobrir eventuais diferenças geradas pela potencial deterioração da qualidade de crédito dos recebíveis, será obtido por meio de subordinação estrutural. Para uma carteira de recebíveis comerciais, o reforço da qualidade de crédito é determinado pelo maior resultado entre o cálculo da reserva dinâmica e o da reserva mínima, e com a utilização de premissas consistentes com os ratings atribuídos.

Dimensionamento do Reforço da Qualidade de Crédito

A maior das reservas (mínima e dinâmica) deverá ser mantida durante a vigência do FIDC Empírica Sifra Star. Portanto, caso os indicadores de inadimplência e de perda apresentem deterioração, de modo que a proteção de crédito calculada pela reserva dinâmica seja superior ao cálculo da reserva mínima, esta última será aplicada. Da mesma forma, caso se verifique maiores níveis de concentração por sacados e por cedentes, o rating poderá ser alterado de maneira a refletir o maior risco de concentração da carteira.

A análise concentra-se na qualidade de crédito dos ativos subjacentes do FIDC Empírica Sifra Star (os direitos creditórios cedidos), e leva em consideração eventuais efeitos positivos oriundos da existência de mecanismos de coobrigação por parte das cedentes, o que reduz os índices de inadimplência após o exercício da coobrigação. Por outro lado, a análise creditícia também incorpora a avaliação da exposição do FIDC ao risco de crédito da cedente.

Reserva Dinâmica

A reserva dinâmica é calculada por meio da soma dos cálculos de duas reservas distintas: a Reserva de Perdas e a Reserva de Diluição. No caso de carteiras originadas por vários cedentes e selecionadas por empresas de fomento mercantil ou de consultoria de crédito, como no caso do FIDC Empírica Sifra Star, os dados de diluição estão frequentemente incorporados nos dados de inadimplência e de perdas fornecidos à Standard & Poor's. Esse fato decorre da incapacidade frequente de essas empresas rastrear o desempenho dos recebíveis após a recompra pelos cedentes, o que pode ocorrer poucos dias após o atraso no pagamento do direito creditório.

Por essa razão, nosso cálculo da reserva dinâmica em transações dessa natureza não incorpora uma Reserva de Diluição, uma vez que a diluição já está capturada nos dados analisados. Entendemos também que a diversificação entre cedentes serve como um fator atenuante dos riscos de diluição e dos riscos operacionais comuns em operações tradicionais de um único cedente.

Cálculo da Reserva de Perdas

A reserva necessária contra reduções nos níveis de proteção em consequência da falta de pagamento é representada pela reserva de perdas. O cálculo da reserva de perdas baseia-se nos dados de desempenho histórico do índice que mede as perdas como um percentual das vendas, na data em que se gerou o recebível inadimplente.

O índice de perdas (*loss ratio - LR*) calculado sobre as vendas é submetido a um fator de estresse (*stress factor - SF*) estipulado pela Standard & Poor's de acordo com os seguintes fatores principais: a categoria de rating da operação, o prazo médio dos direitos creditórios elegíveis ao FIDC, e as características e a qualidade da originação (único cedente ou vários cedentes selecionados por uma empresa de fomento mercantil ou consultoria de crédito, políticas de concessão de crédito e cobrança, critérios de elegibilidade, entre outros).

Dessa forma: reserva de perdas = LR x SF, sendo:

LR: Índice de perda: 4,5%, como explicado anteriormente na seção 'Desempenho Histórico'.

SF: Fator de estresse utilizado: 5,0x para os ratings das cotas seniores ('brAA (sf)') e 4,75x para os ratings das cotas subordinada mezanino ('brA (sf)').

Resultado do cálculo da Reserva de Perdas para as cotas seniores: $4,5\% \times 5,0 = 22,5\%$

Resultado do cálculo da Reserva de Perdas para as cotas subordinada mezanino: $4,5\% \times 4,75 = 21,38\%$

Reserva Mínima

Cálculo da Reserva Mínima: O componente da reserva mínima de crédito baseia-se nos limites de concentração em um único devedor ou em um único cedente, na condição de grupo econômico.

A reserva mínima foi estabelecida pela análise de concentração máxima por sacados e cedentes e a utilização de um múltiplo de concentração consistente com os ratings atribuídos:

- Múltiplo de concentração utilizado para cálculo da Reserva Mínima das cotas seniores: 4,0x.
- Múltiplo de concentração utilizado para cálculo da Reserva Mínima das cotas subordinada mezanino: 3,5x.

O documento do FIDC estabelece um limite máximo de exposição por cedentes ou sacados de 6,5%. Dessa forma, o cálculo da Reserva Mínima é equivalente a 26% para as cotas seniores e 22,75% para as cotas subordinada mezanino.

O reforço de crédito disponível para cobrir potenciais perdas relacionadas à carteira de recebíveis comerciais deve ser o maior entre o resultado da reserva dinâmica e o da mínima. Dessa forma, inicialmente, o reforço de crédito deve ser equivalente a 26% para as cotas seniores e a 22,75% para as cotas subordinada mezanino.

Análise de Crédito para a Carteira de Direitos Creditórios a Performar e Outros Direitos de Crédito

Para a análise de crédito da carteira de direitos creditórios a performar e outros direitos de crédito, a política de concessão de crédito do Grupo Sifra foi analisada e os critérios de elegibilidade e condições de cessão foram utilizados como dados de entrada do modelo CDO Evaluator 5.1* (CDOE), o qual forneceu a função de distribuição de probabilidade da inadimplência esperada para a carteira teórica.

** Modelo de análise proprietário da Standard & Poor's, que utiliza a simulação estatística de Monte Carlo para avaliar a qualidade de crédito de uma carteira de ativos. O modelo leva em conta a avaliação de risco dos tomadores, o tamanho e o prazo de cada empréstimo, em conjunto com a correlação entre cada par de ativos.*

A carteira hipotética de outros direitos de crédito (CCBs e CCI's) foi avaliada sob a perspectiva de risco de seu devedor. Para a carteira hipotética de contratos a performar, simulamos seu risco potencial com base tanto no cedente do contrato quanto no seu sacado potencial.

Adicionalmente às premissas de concentração supracitadas, adotamos as seguintes premissas na avaliação da qualidade de crédito da carteira hipotética de outros direitos de crédito e créditos a performar, com base nas definições presentes nos documentos da operação:

- Classificação de risco de crédito dos ativos de cedentes/sacados que não possuam rating da Standard & Poor's: 'CCC-';
- Prazo médio máximo dos ativos subjacentes: 180 dias;
- Exposição da carteira consolidada de outros direitos de crédito e créditos a performar: máximo de 40% do PL do FIDC;
- Taxa de recuperação de crédito pós-*default*: uma vez que o FIDC é aberto e seu regulamento prevê de forma clara que o resgate será efetuado à medida que existam recursos disponíveis para concluir o pagamento, consideramos em nossa análise que a estrutura se beneficiará de tempo para recuperação dos créditos inadimplidos. Assumimos um índice de recuperação em linha com nossas premissas para créditos seniores sem garantias (*senior unsecured*) considerando as características das operações elegíveis. Assumimos 23% de recuperação de crédito pós-*default*.

Os resultados derivados do modelo CDOE estão demonstrados abaixo:

Tabela 1 - Resultados do modelo CDOE para a perda esperada da carteira de outros direitos de crédito e créditos a performar

Classe de Cotas	Rating	Cenário de Default Esperado*
Seniores	brAA (sf)	52,5%
Subordinada Mezanino	brA (sf)	45,0%

* A recuperação dos créditos não está incorporada nessas estimativas. Contudo, ela foi incorporada no modelo de simulação de fluxo de caixa, considerando um prazo estimado para a recuperação dos créditos equivalente a seis meses.

Análise de Crédito para a Carteira de Crédito Consolidada do FIDC Empírica Sifra Star

O fluxo de recursos estimado e os mecanismos de reforço de crédito presentes na estrutura foram analisados para avaliar a capacidade do FIDC para cumprir com o resgate integral das cotas seniores e subordinada mezanino nas condições determinadas em seu regulamento e sob vários cenários de estresse. Consideramos as seguintes premissas em nossa análise:

1. Resgate integral das cotas seniores e subordinada mezanino, levando-se em conta a meta de rentabilidade de cada uma delas;
2. Como um fundo aberto, os investidores poderão solicitar o resgate de suas cotas a qualquer momento. Uma vez que o regulamento prevê que os resgates serão realizados à medida que existam recursos para tanto (dessa forma seguindo o fluxo de vencimento dos ativos), modelamos uma carteira de prazo médio de 180 dias, conforme definições do regulamento. O prazo total utilizado na modelagem foi de 18 meses (12 meses de prazo total e outros seis meses para a recuperação dos créditos inadimplentes);
3. Consideramos que o resgate de cotas torna-se sequencial logo no início da vida do FIDC, com prioridade para o resgate integral das cotas seniores, uma vez que os cenários de perda adotados na análise de crédito provocariam eventos de avaliação e/ou de liquidação por meio dos gatilhos de razão de garantia e/ou de índices de inadimplência;
4. Analisamos as políticas de investimentos, os critérios de elegibilidade, as condições de cessão e os limites máximos de concentração do FIDC, com o objetivo de criar diversos cenários de formação de carteira, considerando-se o cenário mais conservador;
5. A simulação do fluxo de caixa levou em consideração apenas a carteira de outros direitos de crédito e créditos a performar (40% do PL). Em nosso cenário, o FIDC investiria o restante em direitos creditórios performados (59%) e em caixa (1% de reserva). A subordinação disponível para a carteira de outros direitos de crédito e créditos a performar foi ajustada de forma a ser líquida da subordinação necessária para a carteira de recebíveis performados;
6. Outros elementos estruturais definidos no regulamento do FIDC foram considerados, como, por exemplo, a taxa mínima de rendimento dos créditos, entre outros;

7. Foi adotada apenas uma única curva de perda, de forma que para cada mês de vencimentos, os fluxos fossem deduzidos de acordo com o nível de *default* estimado;
8. Finalmente, foi verificado se o fluxo de caixa suportava a severidade de perda estimada sem que fosse comprometido o pagamento integral das cotas seniores e subordinada mezanino.

As simulações de fluxo de caixa demonstraram que a estrutura do FIDC seria capaz de suportar o nível de inadimplência estimado, considerando o reforço de crédito disponível, bem como a recuperação de parte dos créditos em *default*. A tabela 2 demonstra os cenários de fluxo de caixa considerados. Para ambos os cenários, há excesso de caixa disponível após o pagamento das cotas.

Tabela 2 - Resumo dos Cenários de Análise de Fluxo de Caixa

Cotas	Excesso de caixa disponível
Cotas Seniores (brAA (sf))	404,580
Cotas subordinada mezanino (brA (sf))	420,336

Análise de Sensibilidade

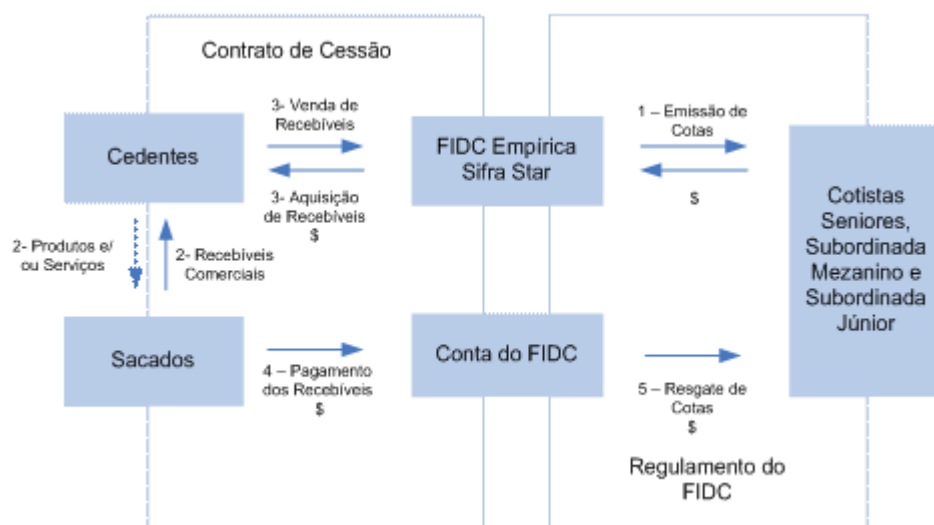
Um reforço de crédito será fornecido pela subordinação de cotas (mínimo de 32% para as cotas seniores e de 26% para as cotas subordinada mezanino, e de spread excedente – proporcionado pelo rendimento da carteira de direitos creditórios). Embora tal reforço de crédito tenha sido dimensionado de forma a fornecer uma proteção de crédito consistente com o rating atribuído, sob diversos cenários de estresse, o rating poderá sofrer pressão de rebaixamento se a qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes se alterar substancialmente durante a vida do FIDC ou se mudarmos as premissas utilizadas na análise inicial da transação.

Monitoramos continuamente nossos ratings e também o nível estimado de inadimplência e de perda de crédito associado à carteira de créditos do FIDC, com o intuito de avaliar se a estrutura de fluxo de caixa do FIDC permanece adequada aos ratings atribuídos. Uma eventual deterioração na qualidade de crédito dos ativos poderia aumentar nossa estimativa de perdas da carteira e, eventualmente, afetar os ratings atribuídos.

Descrição da Estrutura - Estrutura de Pagamento e Mecanismos de Fluxo de Caixa

O FIDC Empírica Sifra Star será um condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado. O FIDC poderá adquirir créditos elegíveis após a subscrição de suas cotas e reinvestir os recebimentos em relação aos direitos creditórios em novos direitos creditórios elegíveis durante seu período vigência. O FIDC também poderá manter aplicações em outros instrumentos de renda fixa, desde que possuam riscos de crédito e de liquidez adequados ao perfil de risco do FIDC, além de caixa.

Gráfico 6 - Diagrama da Estrutura



Fluxo dos Recursos

1. O FIDC Empírica Sifra Star captará recursos de investidores e em contrapartida emitirá cotas seniores, subordina mezanino e subordinada júnior;
2. Os cedentes vendem produtos e serviços aos clientes, e em troca emitem direitos creditórios representados por duplicatas e cheques. O FIDC também pode adquirir créditos a performar, CCBs e CCIs;
3. O FIDC Empírica Sifra Star realizará compras periódicas rotativas de direitos creditórios elegíveis. Tão logo os recebíveis sejam pagos (isto é, convertidos em caixa mediante os pagamentos dos devedores), o FIDC adquire novos recebíveis;
4. Os títulos serão pagos diretamente na conta do FIDC. Essa metodologia de recebimento de caixa visa atenuar o risco de os pagamentos ficarem sujeitos a um bloqueio automático, no caso de falência dos cedentes, do custodiante e da consultora;
5. O resgate das cotas será efetuado de acordo com os termos do regulamento.

Ordem de Alocação de Recursos

Diariamente, a administradora do FIDC deverá utilizar os recursos disponíveis de acordo com a seguinte ordem de preferência:

1. Pagamento de encargos do FIDC*;
2. Formação da reserva de caixa (1% do PL do FIDC);
3. Pagamento do resgate de cotas seniores;
4. Pagamento do resgate de cotas subordinada mezanino;
5. Pagamento do resgate de cotas subordinada júnior;
6. Aquisição de direitos creditórios elegíveis.

*Despesas correntes da estrutura estimadas em 2,38%. Além disso, para a modelagem foi utilizado um estresse adicional de 0,2% para cobrir eventuais despesas extraordinárias.

Risco de Descasamento de Taxa de Juros

Uma vez que os direitos creditórios serão adquiridos pelo FIDC Empírica Sifra Star a uma taxa de desconto pré-fixada – enquanto a remuneração-alvo das cotas seniores e subordinada mezanino será a uma taxa flutuante e indexada à Taxa DI Over – os cotistas estarão expostos ao risco de descasamento de taxa de juros. Esse risco será primariamente mitigado pelo spread excedente, e também pela subordinação de cotas (disponível às cotas seniores). Adicionalmente, a característica de curto prazo dos direitos creditórios elegíveis naturalmente fornecerá certo nível de proteção aos cotistas, dado que uma variação significativa nas taxas de juros seria geralmente menos provável em um curto espaço de tempo.

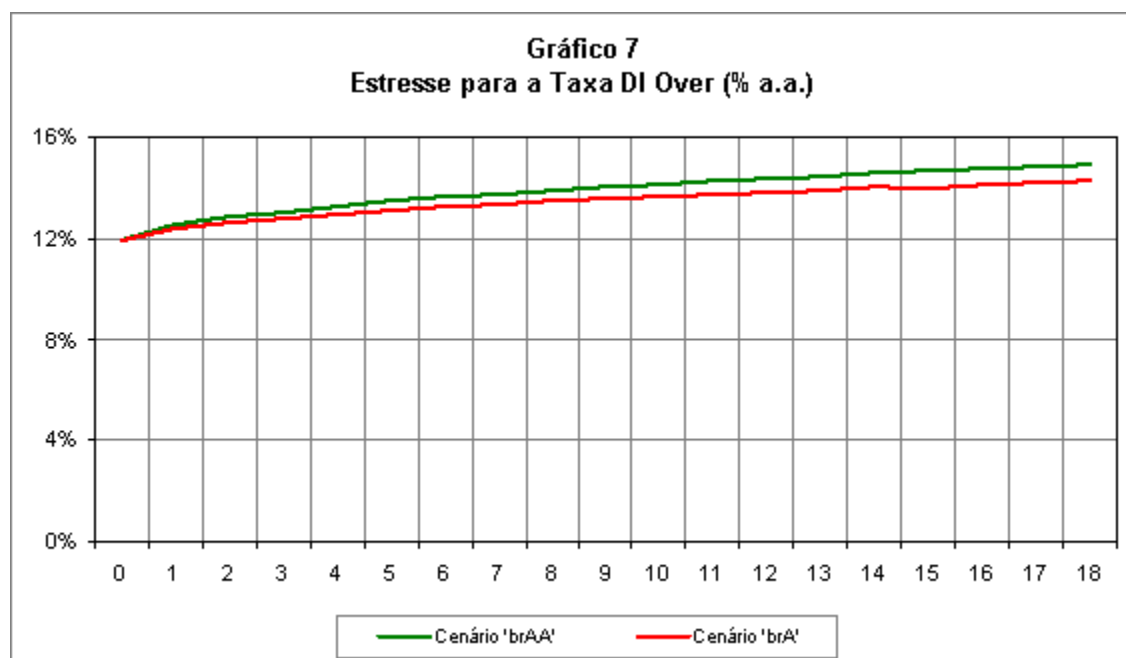
O spread excedente é definido pela diferença entre a taxa de desconto aplicada na compra dos direitos creditórios e a remuneração-alvo das cotas seniores. Seu objetivo é proteger os cotistas contra o risco de descasamento de taxa de juros, assim como criar uma reserva para o pagamento de despesas e taxas, sem que a subordinação seja consumida, uma vez que esta é geralmente instituída para proteger os cotistas contra perdas de crédito. Com base na estrutura de capital inicial do FIDC e na taxa mínima média de cessão, estimamos o spread excedente em aproximadamente 11,5% ao ano no início do FIDC, com base na Taxa DI atual de 12% ao ano:

Rendimento médio do ativo: $190\% \times 12\% \times 99\% + 12\% \times 1\%$ (reserva de caixa) = 22,7% a.a.

(Menos) Rentabilidade das cotas seniores aplicável a sua exposição: $125\% \times 12\% \times 68\% = 10,2\%$

(Menos) Rentabilidade das cotas subordinada mezanino aplicável a sua exposição: $130\% \times 12\% \times 6\% = 0,9\%$

Spread Excedente = 11,5%



Riscos de Contraparte

Obrigações de Suporte Direto

A Standard & Poor's qualifica a conta bancária do FIDC como um suporte direto. A conta autorizada do FIDC é mantida no Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, cuja qualidade de crédito é consistente com o rating atribuído às cotas seniores e subordinada mezanino do FIDC. O risco de contraparte do Deutsche Bank pode limitar o rating atribuído às cotas do FIDC, e este poderia ser rebaixado caso alterássemos nossa opinião sobre a qualidade de crédito dessa instituição, sem que fossem tomadas medidas adequadas para mitigar tal risco.

Outros Suportes - Risco de Fungibilidade

Em seu curso normal, o recebimento do fluxo de caixa oriundo dos direitos creditórios fluirá para a conta de cobrança do FIDC no Bradesco e será repassado no dia seguinte para a conta bancária do FIDC mantida no custodiante. Tal estrutura mitiga substancialmente os potenciais riscos de fungibilidade (risco de que os recursos oriundos dos pagamentos dos contratos ficassem retidos em alguma conta corrente dos cedentes ou da consultora). Entretanto, alguns pagamentos poderão ser realizados diretamente em contas das cedentes ou da consultora, gerando um potencial risco de fungibilidade de caixa, ou seja, o risco de que os pagamentos relacionados aos direitos creditórios adquiridos pelo FIDC sejam desviados por algum motivo como, por exemplo, a falência das cedentes. Os recursos indevidamente recebidos pelos cedentes devem ser transferidos à conta do FIDC em até dois dias úteis a partir de seu recebimento. **Riscos**

Operacionais

O rating atribuído pela Standard & Poor's às cotas seniores e subordinada mezanino do FIDC Empírica Sifra Star reflete a capacidade do Grupo Sifra como empresa responsável pela seleção dos créditos, formalização das operações e cobrança dos créditos em atraso. A deterioração na capacidade do Grupo Sifra de prestar seus serviços, selecionar adequadamente os cedentes/sacados, e administrar a carteira de recebíveis poderia afetar o desempenho dos direitos creditórios, bem como as premissas adotadas.

Como outras empresas de fomento mercantil e consultoras de crédito, o Grupo Sifra enfrenta a competição imposta por bancos de pequeno e médio porte, os quais geralmente possuem vantagens comparativas e podem oferecer produtos mais atrativos aos mesmos clientes. Por isso, muitas vezes, os cedentes que mantêm operações com o Grupo Sifra apresentam uma qualidade de crédito relativamente de maior risco. Por outro lado, os critérios de elegibilidade definidos pelo regulamento do FIDC servem como fator mitigador de risco, ao limitar o volume e o tipo de riscos aos quais o FIDC pode estar exposto.

Os ratings também incorporam a capacidade da instituição administradora, gestora e do custodiante para cumprir com suas obrigações. Entendemos que o administrador, o gestor e o custodiante do FIDC têm capacidade adequada para cumprir suas obrigações. Contudo, caso não se cumpram as atividades relevantes ao andamento das operações do FIDC, poderemos revisar os ratings atribuídos. Entre as atividades importantes estão: acompanhamento dos eventos de avaliação, gestão da liquidez e dos pagamentos dos direitos creditórios, verificação dos critérios de elegibilidade, condições de cessão e diversificação da carteira, entre outros.

Análise Legal

Os cedentes do FIDC Empírica Sifra Star cederão ao FIDC a titularidade, os direitos e interesses sobre os direitos creditórios cedidos, com ou sem coobrigação dos cedentes. Por essa razão, nossa análise considera os riscos de crédito da transação relativos tanto aos sacados quanto aos cedentes (i.e. cálculo da reserva mínima). Além de prever a responsabilidade dos cedentes pela solvência dos recebíveis cedidos, o contrato de cessão prevê também sua responsabilidade pela existência e correta formalização dos direitos creditórios oferecidos ao FIDC.

Antes de atribuir um rating final à transação, esperamos receber uma opinião legal de um escritório de advocacia conceituado sobre os aspectos legais relevantes da transação.

Publicações Relacionadas:

- “*Update to Global Methodologies and Assumptions For Corporate Cash Flow and Synthetic CDOs*,” publicado em 17 de setembro de 2009 (disponível em www.standardandpoors.com, somente em inglês);
- “*Metodologia e Premissas Utilizadas na Análise de Rating de Operações Estruturadas de Recebíveis Comerciais no Brasil*,” publicado dia 13 de maio de 2009 em www.standardandpoors.com.br;
- “*Perspectiva das operações estruturadas no Brasil para o segundo semestre de 2011: Economia forte e índice de desemprego estável devem moderar aumento da inadimplência*,” publicado em 25 de julho de 2011.

Contatos

Analistas Principais: Maria Renata Lotfi, São Paulo, (55) 11 3039-9724, renata_lotfi@standardandpoors.com e Leandro de Albuquerque, São Paulo, (55) 11 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com.

Analista de Monitoramento: Gustavo Belger, São Paulo, (55) 11 3039-9743, gustavo_belger@standardandpoors.com.

Diretor Analítico: Juan Pablo De Molleín, Emerging Markets, Structured Finance, Nova York, (1) 212-438-2536, juan_demollein@standardandpoors.com

Informações Adicionais

Informações adicionais podem ser obtidas nos sites da Standard & Poor's:

www.standardandpoors.com.br (Brasil), www.standardandpoors.com (Internacional),
www.standardandpoors.com.mx (México), ou www.standardandpoors.com.ar (Argentina).

Copyright© 2011 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P) Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, www.standardandpoors.com / www.standardandpoors.com.mx / www.standardandpoors.com.ar / www.standardandpoors.com.br, www.ratingsdirect.com e www.globalcreditportal.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

Data de Publicação: XX de fevereiro de 2012

Comunicado à Imprensa

Mudança no custodiante não altera ratings atribuídos às cotas seniores e mezanino do FIDC Empírica Sifra Star

Analistas Principais: Maria Renata Lotfi, São Paulo, (55) 11 3039-9724, renata_lotfi@standardandpoors.com e Leandro de Albuquerque, São Paulo, (55) 11 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com.

Analista de Monitoramento: Gustavo Belger, São Paulo, (55) 11 3039-9743, gustavo_belger@standardandpoors.com.

Diretor Analítico: Juan Pablo De Molleín, Emerging Markets, Structured Finance, Nova York, (1) 212-438-2536, juan_demollein@standardandpoors.com

São Paulo (Standard & Poor's), xx de fevereiro de 2012 – A Standard & Poor's Ratings Services reafirmou hoje os ratings preliminares 'brAA (sf)' e 'brA (sf)' atribuídos, respectivamente, às cotas seniores e subordinadas mezanino a serem emitidas pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empírica Sifra Star (FIDC Empírica Sifra Star). Os ratings foram reafirmados após o Banco Petra S.A. assumir o papel de custodiante do FIDC. A conta cobrança e movimento do FIDC será mantida no Banco Bradesco S.A. (BBB/Estável/A-3 e brAAA/Estável/brA-1).

A Escala Nacional Brasil de ratings de crédito da Standard & Poor's atende emissores, seguradores, terceiros, intermediários e investidores no mercado financeiro brasileiro para oferecer tanto ratings de crédito de dívida (que se aplicam a instrumentos específicos de dívida) quanto ratings de crédito de empresas (que se aplicam a um devedor). Os ratings de crédito na Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos de rating globais da Standard & Poor's com a adição do prefixo "br" para indicar "Brasil", e o foco da escala é o mercado financeiro brasileiro. A Escala Nacional Brasil de ratings de crédito não é diretamente comparável à escala global da Standard & Poor's ou a qualquer outra escala nacional utilizada pela Standard & Poor's ou por suas afiliadas, refletindo sua estrutura única, desenvolvida exclusivamente para atender as necessidades do mercado financeiro brasileiro.

Relatório de Divulgação 17g-7 da Standard & Poor's

A Regra 17g-7 da *Securities And Exchange Commission* (SEC) exige que uma Organização Nacionalmente Reconhecida de Ratings Estatísticos (NRSRO, na sigla em inglês) inclua uma descrição das representações, garantias e mecanismos de execução disponíveis aos investidores e uma descrição de como estes se diferem das representações, garantias e mecanismos de aplicação em emissões de títulos similares, no caso de qualquer relatório que acompanhe um rating de crédito relacionado a um título lastreado por ativos como definido na Regra.

O Relatório de Divulgação 17g-7 da Standard & Poor's 17g-7 incluso neste relatório de rating está disponível em <http://standardandpoorsdisclosure-17g7.com/1111217.pdf>.

Copyright© 2012 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P) Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZAÇÃO, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, www.standardandpoors.com / www.standardandpoors.com.mx / www.standardandpoors.com.ar / www.standardandpoors.com.br, www.ratingsdirect.com e www.globalcreditportal.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

CONFIDENCIAL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

EMPÍRICA SIFRA STAR



(11) 3231-3003
winnerpublicidade.com